

VISÃO RESTAURADA DAS ESCRITURAS

Roberto C. D. Junior

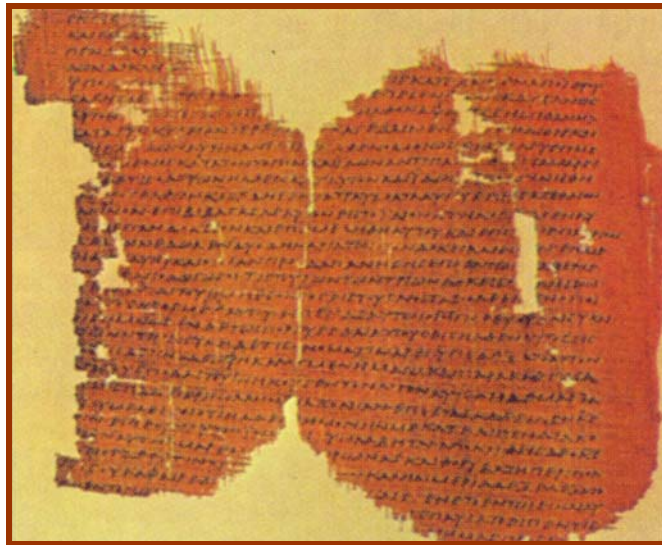
VOLUME 1

(Exegese-11-Volume1 – Agosto de 2006)

Observações:

- Livro diagramado para impressão frente em papel A4;
- Proibida a reprodução de trechos desta obra sem prévia autorização do autor. Permitida a impressão parcial ou total para leitura pessoal exclusivamente, sem fins comerciais;
- Obra registrada no Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional - RJ sob número 335.968;
- E-mails para correspondência com o autor:
rjunior@yahoo.com
rcpj@library.com.br

VISÃO RESTAURADA DAS ESCRITURAS



Nova Interpretação dos Evangelhos
e Outros Textos Bíblicos

Assim como Jesus, Filho de Deus, é do Pai, do mesmo modo o é o Espírito Santo. Ambos, por conseguinte, partes Dele mesmo, pertencendo-Lhe inteiramente, de modo inseparável.

Abdruschin
(Na Luz da Verdade – dissertação “Deus”)

Felizes os que seguem o caminho da retidão e vivem segundo a Lei do Senhor.

(Salmo 119:1)

Este é o meu Mandamento: amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei.

(João 15:12)

NOTAS

1. Esta é uma obra em dois volumes. Cada tomo apresenta seu próprio Índice Remissivo. A lista das Referências Bibliográficas é a mesma para ambos os volumes.
2. Os versículos dos Evangelhos canônicos apresentados em destaque neste livro foram em sua maior parte extraídos de *A Bíblia Anotada* da Editora Mundo Cristão. Utilizou-se por vezes também as demais versões universalmente consagradas, sobretudo nas citações incorporadas ao texto, nos casos em que as respectivas traduções se mostraram mais apuradas ou mais claras.
3. Versículos de textos deutero-canônicos foram extraídos da *Tradução Ecumênica da Bíblia* da Edições Loyola, de *A Bíblia de Jerusalém* da Editora Paulus, da *Bíblia Sagrada* da Editora Vozes, e da *Bíblia dos Capuchinhos* da Editora Difusora Bíblica. A numeração dos versículos do livro de Eclesiástico varia segundo o texto base adotado: a Vulgata latina ou a Septuaginta grega.
4. A numeração dos capítulos do livro de Salmos varia de acordo com o texto utilizado pela respectiva Bíblia, segundo o padrão adotado: hebraico ou grego.
5. A transcrição e análise das sentenças supostamente proferidas por Jesus, indicam que o autor admite como verdadeiro o sentido transmitido por elas, e não a exatidão textual das palavras ou sua composição nas frases.

S U M Á R I O

VOLUME 1

Introdução	9
Capítulo 1 – A Missão do Salvador	
• A Necessidade da Vinda do Messias	10
• Correlação entre a Época Messiânica e a Atual.....	35
Capítulo 2 – Jesus Ensina aos Homens as Leis de seu Pai	
• Leis Inflexíveis Regem a Criação	46
• A Lei da Reciprocidade.....	59
• A Lei do Movimento.....	66
• A Lei de Atração da Igual Espécie	84
Capítulo 3 – A Abrangência das Parábolas do Mestre	
• O Semeador	91
• O Joio e o Trigo.....	94
• O Grão de Mostarda e o Fermento.....	98
• O Tesouro e a Pérola.....	99
• A Rede.....	100
• O Rei e os Servos Devedores.....	101
• Os Trabalhadores na Vinha.....	104
• Os Dois Filhos.....	105
• Os Lavradores Maus	106
• As Bodas	107
• As Virgens.....	109
• Os Talentos.....	110
• As Minas	111
• O Bom Samaritano.....	112
• O Amigo Necessitado	114
• O Rico Insensato	114
• O Servo Vigilante.....	116
• A Figueira Estéril	117
• A Porta Estreita	118
• Os Convidados	122
• O Filho Pródigo.....	123

- A Torre e o Rei..... 125
- A Ovelha e a Dracma Perdidas 126
- O Juiz Iníquo 126
- O Bom Pastor 127

Capítulo 4 – Aspectos Desconsiderados da Doutrina de Cristo

- A Severidade do Verdadeiro Amor..... 129
- Origem e Conseqüências do Pecado 133
- Conceito de Família 151
- O Servir Libertador 168
- Tornai-vos como as Crianças! 170

Índice Remissivo..... 174

Referências Bibliográficas 178

VOLUME 2

Capítulo 5 – Aspectos Desconhecidos da Doutrina de Cristo

- Possessões
- Milagres Possíveis e Impossíveis
- A Redenção pela Palavra
- Filho de Deus e Filho do Homem
- A Promessa da Segunda Vinda

Capítulo 6 – Os Alicerces da Boa Nova

- O Cânon Bíblico
- A Composição dos Evangelhos
- Erros Enuviantes de Tradução

Capítulo 7 – Advento e Missão do Filho do Homem

- Profecias Extrabíblicas
- Fundamentações Escriturísticas e Apócrifas
- A Palavra da Verdade

Índice Remissivo

Referências Bibliográficas

INTRODUÇÃO

Esta nova exegese das Escrituras não tem nenhuma semelhança com as interpretações correntes dos textos bíblicos.

As interpretações atuais são todas frutos de uma doutrina prévia, sedimentada em dogmas de fé e em determinações da razão, nunca do coração. A intuição espiritual jamais pôde fazer frente ao raciocínio calculista na atividade de compreensão dos textos bíblicos e, devido a isso, a lógica cristalina de muitos ensinamentos de Cristo não pôde emergir do cipoal de crenças torcidas e preceitos dogmáticos.

O raciocínio pode e deve ser uma ferramenta afiada nas mãos do espírito, mas nunca extrapolar suas funções, do contrário passa de instrumento a tutor do ser humano, escravizando-o. A intuição tem de conduzir, dirigir, determinar; ao raciocínio cabe a tarefa de executar, de tornar compreensível e utilizável no âmbito terreno o que foi previamente estabelecido pela intuição. Do contrário, o resultado é discórdia, confusão e cisão em todos os campos da atividade humana, aí incluídas as concepções de fé.

A divisão do Cristianismo em múltiplas facções ao longo da História foi mais um resultado dessa inversão de valores. Todas elas derivaram de teologias puramente intelectivas, materialistas, que em seus múltiplos desdobramentos chegaram a encobrir totalmente o sentido original da Palavra salvadora de Cristo. Cada nova explicação racionalista das palavras atribuídas a Jesus sempre deu origem a controvérsias, cismas e até excomunhões recíprocas, e por conseguinte também a novas e sectárias ramificações do credo cristão, apoiadas em dogmas inéditos ou reformulados, mas sempre moldados com vistas a sustentar as próprias concepções. Nenhuma das múltiplas confissões cristãs, oriundas de tantos litígios, se inteirou até hoje de que a erudição não tem nenhum valor se não estiver subordinada à intuição. E que uma tal situação insana já impede de antemão a compreensão de qualquer ensinamento de cunho espiritual.

A interpretação bíblica que se segue não compartilha desse padrão. Não é mais uma explicação neodogmática de pontos polêmicos do ministério de Jesus. Tampouco constitui uma tentativa de fazer brotar mais um ramo na milenar árvore do Cristianismo, já repleta de galhos das mais variadas formas, tamanhos e matizes. Trata-se, sim, de uma *nova interpretação*, lógica, absolutamente autônoma e independente, sem nenhuma preocupação nem correlação com os conceitos formulados pelas inúmeras denominações cristãs, cujos fiéis se julgam todos herdeiros da doutrina de Cristo.

Um único objetivo preencheu este trabalho: procurar fazer aflorar, da forma mais clara e completa possível, o verdadeiro sentido dos ensinamentos do Mestre contidos no Novo Testamento. Para tanto, a análise dos quatro Evangelhos, em conjunto com outros textos bíblicos, foi feita à luz da Mensagem do Graal de Abdruschin, a obra NA LUZ DA VERDADE (publicada pela Editora Ordem do Graal na Terra), sem a qual, aliás, jamais me teria sido possível escrever este livro.

Roberto C. P. Junior

CAPÍTULO 1

A MISSÃO DO SALVADOR

A Necessidade da Vinda do Messias

Se observarmos atentamente os fundamentos das grandes religiões monoteístas, verificaremos que elas apresentam uma característica comum: todas, sem exceção, ensinam que o Criador dos Mundos – em suas diversas denominações – é perfeito, a própria perfeição.

Disso se depreende então que tudo quanto Ele fizer, todos os Seus atos, terão de ser também necessariamente perfeitos, efetivados dentro da mais absoluta lógica e exatidão, como decorrência direta dessa Sua perfeição intrínseca. Portanto, não seria nenhum acinte, nenhuma arrogância desmedida, se as Suas criaturas procurassem compreender a lógica inerente aos atos divinos, ao contrário, essa disposição demonstraria um interesse legítimo pela Vontade perfeita de seu Criador

Certamente nenhuma criatura boa pensaria em fazer conscientemente algo que desagradasse a Quem lhe outorgou a vida. Por isso, ao se deparar com qualquer fonte de informações que alegadamente tenha provindo do seu Criador, ela deve esforçar-se ao máximo para compreendê-la acertadamente, deve empregar nisso toda sua capacitação. Isso significa fazer uso não apenas do raciocínio, mas principalmente da intuição, que é a voz do espírito. Em outras palavras, ela tem de *sentir* a verdade patente das informações com que se depara; estas *têm de calar fundo em seu coração*. Tal fonte não pode naturalmente conter falhas ou lacunas, antes precisa encadear-se numa lógica absoluta, perfeita, já que provém da perfeição. Caso ela encontre algo que não se coadune com uma lógica perfeita, então não lhe restam senão duas possibilidades: ou ela mesma não está se esforçando da maneira correta para compreender a lógica divina, ou, então, aquela fonte de informações não provém diretamente do Criador, pois evidentemente Ele jamais daria alguma orientação errônea às Suas criaturas.

As religiões monoteístas possuem como cerne justamente essas fontes, que são seus livros sagrados. Esses livros têm sua origem numa Palavra revelada, que em seguida toma a forma de Escritura sagrada. Os cristãos dispõem da Bíblia, um conjunto de 66 livros (sem contar os deutero-canônicos) divididos em duas partes, escritos por cerca de 40 autores num período aproximado de 16 séculos, e do qual já foram impressos mais exemplares do que qualquer outro livro na história humana.¹ Esse conjunto de obras literárias é apresentado como sendo a Palavra de Deus inspirada, e por essa razão tido por muitos cristãos como inerrante, infalível e perfeito. Desse modo, todos eles têm não somente a prerrogativa mas até o dever de procurar compreender a Palavra consignada nesses textos, para que possam abranger a coerência que necessariamente tem de estar embutida nela.

O Novo Testamento da Bíblia traz relatos da passagem de Jesus, o Filho do Deus Altíssimo, sobre a Terra. Esse acontecimento constitui a base desse conjunto de livros, e será nosso ponto de partida para examinar com lógica e acuidade os conceitos ali expressos.

Durante essa nossa jornada pelos meandros bíblico-cristãos iremos ver de tudo. Vamos nos deparar com recantos encantadores e abismos insondáveis, paisagens exuberantes e desertos áridos; cruzaremos com andarilhos idealistas, com quem trocaremos alegres cumprimentos, para logo em seguida esbarrarmos numa gente mal-encarada e mal-intencionada. Veremos o que é belo e o que é feio, o útil e o nefasto, alegria e tristeza. Quando a viagem tiver terminado, poderemos fazer um balanço do caminho percorrido. Teremos saído enriquecidos da expedição se, durante o trajeto, tivermos aproveitado para tirar fotos nítidas daquilo que realmente interessa à criatura humana: *os verdadeiros ensinamentos provindos do Alto* e, principalmente, se tivermos aprendido a gravar para

¹ A palavra “Bíblia” é originada do grego *biblos*, que designa a casca interior do junco de que era feito o papiro. A antiga cidade portuária fenícia de Biblos levava esse nome devido ao intenso comércio de papiros. O conceito atual é de “conjunto de livros”. Estima-se que a distribuição da Bíblia, completa ou em partes, já tenha atingido mais de dois bilhões de exemplares em todo o mundo.

sempre essas fotos no álbum de nossas almas, de modo que se tornem uma naturalidade no querer, no pensar e no atuar.

Repleto de siglas, pontuações e números que indicam os vários textos, capítulos e versículos extraídos da Bíblia, nosso livro se apresenta como um mapa-papiro, adaptado a fazer essa viagem no tempo por entre reinos e impérios. Essas indicações são necessárias, pois permitem a cada viajante verificar *por si mesmo* as passagens que mais lhe interessam, de modo a poder se aprofundar no tema tratado e chegar às suas próprias conclusões.

Vamos então dar início à nossa longa, instigante e algo acidentada viagem pelas Escrituras com a questão da vinda de Jesus. Quais foram as causas que motivaram a chegada do Salvador à Terra? Por que ele veio para cá justamente naquela época? Sua vinda poderia ter sido antecipada ou postergada, ou mesmo cancelada?

As doutrinas cristãs asseveram que Jesus veio até aqui para nos salvar e, segundo interpretação corrente, para redimir a humanidade do pecado original, cometido por Adão, através de sua morte na cruz. Essa concepção, porém, levanta de imediato algumas questões:

- Por que esse ato de redenção não foi perpetrado logo após o pecado adâmico, e sim somente muito, muito tempo depois? De acordo com a genealogia apresentada no Evangelho de Lucas (cf. Lc3:23-38), passaram-se nada menos que 76 gerações desde Adão até o nascimento de Jesus. Por que a humanidade teve de viver na iniquidade durante todo esse tempo, sobrecarregada com a culpa de seu pai primevo?
- E durante esse período de espera, para onde iam depois da morte todas aquelas almas que ainda não haviam sido redimidas? Para o céu não poderiam ir, já que estavam manchadas pelo pecado; para o inferno também não, já que não haviam feito nada de tão grave assim além de nascer; para o purgatório é evidente que não poderiam ir, já que essa região só foi instituída em 1439, por deliberação do Concílio de Florença.
- E por que teve de vir o próprio Filho de Deus para realizar essa redenção? Se para Deus tudo é possível (conforme crença generalizada), Ele não poderia simplesmente, através de um ato de Vontade, declarar que o pecado original e o hereditário estavam extintos, e que a partir daquele momento todos os seres humanos encontravam-se limpos diante Dele? Desse modo não precisaria ter enviado Seu Filho até esta Terra, exclusivamente para sofrer e morrer em nosso lugar. Teria sido poupado esse imenso sacrifício. Tudo teria sido muito mais fácil e todos teriam ficado felizes para sempre.
- É possível, aliás, alguém tomar sobre si a culpa de outrem para expiá-la? Nenhum tribunal terreno sequer consideraria uma hipótese dessas, de tão absurda. E isto, mesmo quando sabemos que “o homem comparado com Deus não é justo” (Jó9:2). Mesmo nos tempos antigos, qualquer magistrado que sentenciasse dessa maneira seria considerado abominável diante do Senhor: “Quem absolve o ímpio e quem condena o justo, ambos são abomináveis diante do Senhor” (Pv17:15). Poderia, então, tal idéia de expiação substitutiva corresponder à lógica perfeita da Justiça divina? Poderia essa Justiça divina, sob determinadas circunstâncias, ser assim menos justa ou menos perfeita que a dos homens, ao permitir a alguém pagar pelos erros dos outros? Só se Cristo foi uma exceção... Mas podem haver exceções na perfeição da Vontade do Onipotente? Perfeição não pressupõe justamente a mais completa imutabilidade? Perfeito não significa imutável, inalterável? Os cristãos de todos os tempos não ensinaram sempre a mais absoluta imutabilidade de Deus e de Sua Vontade perfeita? Como podem então existir exceções naquilo que é perfeito? Não está escrito: “*Perfeita é Sua obra, e justos todos os Seus caminhos*” (Dt32:4)?
- E também não está escrito: “Senhor, Tu és *justo*, e tuas decisões são *retas*” (Sl119:137), e ainda: “As decisões do Senhor são a Verdade, *todas elas são justas*” (Sl119:10)? Não constituem tais sentenças afirmações inequívocas sobre a absoluta inflexibilidade da Justiça divina? Inflexibilidade que o próprio patriarca Abraão já dera mostras de haver compreendido muito bem, ao descartar a possibilidade de o Senhor condenar um inocente como pecador, o que a seu ver seria um ato injusto da parte Dele: “Longe de Ti fazeres tal coisa: fazer morrer o justo com o pecador, de modo que o justo seja tratado como pecador! Longe de Ti! Não fará justiça o Juiz de toda a Terra?” (Gn18:25). Essa convicção de Abraão sobre a perfeição da Justiça do Todo-Poderoso foi posteriormente compartilhada por Moisés, outro patriarca bíblico: “Ó Senhor! Ó Senhor! Deus misericordioso e clemente, (...) que perdoa a iniquidade,

a rebeldia e o pecado, *mas não declara inocente o culpado*” (Ex34:6,7). Por fim, o famoso rei Salomão, dirigindo-se ao Criador, também se pronunciou com a mesma certeza de seus antepassados sobre Sua indesviável Justiça: “És justo, governas o Universo com justiça, e condenar alguém que não mereça ser castigado parece-Te incompatível com Teu poder” (Sb12:15). Daí vem então uma última pergunta: será que essa Justiça divina assim tão incorruptível e intangível, e por isso mesmo tão louvada nas épocas de Abraão, Moisés e Salomão, deixou de valer no tempo de Jesus? Deixou de ter validade justamente em relação ao Filho de Deus?... Não foi o Senhor mesmo que ordenou por intermédio de Moisés: “*Não matarás o inocente e o justo*” (Ex23:7)?, determinação essa reiterada depois pelo Seu próprio Filho Jesus: “Se soubésseis o que significa ‘misericórdia é o que eu quero e não sacrifício’, *não condenaríeis os que não têm culpa*” (Mt12:7)?”

As dúvidas suscitadas pela análise mais acurada de uma passagem bíblica qualquer não devem ser encaradas como transgressões pecaminosas. Não são heresias nem propensões sacrílegas, ao contrário, constituem estímulos importantes, fundamentais mesmo, para se chegar à veracidade dos fatos. O espírito inquiridor é, antes de tudo, um espírito que *se movimenta*, condição incontornável para conservar-se sadio e útil na Criação. O movimento é justamente uma das leis da Criação, da qual trataremos mais à frente. É justamente a movimentação espiritual que torna possível a compreensão acertada das verdades bíblicas e sua aplicação no cotidiano, como, aliás, este próprio livro aqui procura fazer, no uso das inúmeras e valiosas citações bíblicas que compõem e emolduram o texto. Já no início do Cristianismo esse tipo de abordagem era tido como uma especial consideração e grande apreço pelos textos bíblicos. O apóstolo Paulo, por exemplo, faz em suas cartas nada menos que 104 citações formais do Antigo Testamento, mas sempre apenas daquilo que julga *verdadeiro*, como apoio às suas posições.

Um grande erro cometido pelos muitos intérpretes da Bíblia é considerá-la em seu sentido literal, ao pé da letra por assim dizer. E, dentre esses, os mais rígidos e intransigentes são os chamados fundamentalistas, que se esmeram nesse método interpretativo, acreditando estarem assim conservando a pureza pedagógica dos ensinamentos bíblicos.

Quem se vale desse “método” de interpretação tem, necessariamente, de abrir mão de toda a lógica, do contrário ficará retido já nos primeiros versículos de qualquer livro da Bíblia. Somente deixando totalmente a lógica de lado é possível crer em coisas inverossímeis. Isso, porém, não é nenhum sinal de grandeza, mas apenas da mais rija auto-ilusão. Tomemos, por exemplo, o relato do dilúvio e a estória de Noé, que nada mais é do que a reprodução da tábua XII de um texto muito bem conhecido da literatura mesopotâmica, composto pelo menos 1600 anos antes do Gênesis hebreu, denominado Épico ou Epopéia de Gilgamesh, do qual foram encontradas várias versões (cerca de noventa) e cuja difusão foi bastante ampla na Antiguidade. Nesse relato, o protagonista é o mesmo Noé da Bíblia e se chama “Utnapistin”. Vemos um paralelo na mitologia grega quando Zeus manda um dilúvio contra a humanidade, do qual Prometeu pôde advertir apenas seu filho Decalião, que consegue salvar-se num barco juntamente com a esposa, Pirra. A epopéia é um gênero literário bem definido nos tempos antigos, sempre glorificando o valor heróico e as proezas físicas. Os salmos 114, 136 e 137, por exemplo, também são epopéias.

Segundo o Gênesis, o resultado final do dilúvio foi este: “exterminados foram todos os seres que havia sobre a face da Terra, o homem e o animal, os répteis, e as aves do céu, foram extintos da Terra; ficou apenas Noé, e os que com ele estavam na arca” (Gn7:23). Quem toma essa sentença como literalmente verdadeira, demonstra não ter a mínima noção das condições de vida reinantes na Terra de matéria grosseira. Só a idéia de que todas as espécies de animais foram salvas na arca não se sustenta diante de qualquer análise lógica, pois crença cega e lógica são ferramentas mutuamente excludentes. Ou ficamos com uma ou com outra. O dilúvio foi uma chuva de grandes proporções que atingiu uma bem determinada região da Terra, onde se encontrava Noé que, de fato, logrou sobreviver ao construir uma arca muito resistente para si, sua família e alguns animais. E é tudo. Roselis von Sass narra o que realmente aconteceu em sua obra *O Livro do Juízo Final*.

Na tarefa de compreensão da Bíblia o fundamental mesmo é não ser fundamentalista. Já se definiu o fundamentalista bíblico como alguém sempre furibundo com alguma coisa... Infelizmente a realidade não está longe disso.

A interpretação bíblica literal, ou literalista, tão restrita, levada a efeito pelos fundamentalistas de hoje, é o mesmo de que se valia a Inquisição para condenar inocentes à morte, tendo sido utilizada também para obrigar o astrônomo Galileu a abdicar, em 1633, do conceito heliocêntrico de Copérnico (a Terra girando em torno do Sol), que ele defendia. A Igreja avalizava há séculos o sistema geocêntrico de Ptolomeu, e com base nisso ensinava que o Sol e todos os demais astros visíveis orbitavam a Terra. O movimento do Sol em torno da Terra era para ela bíblicamente inequívoco: “[O Sol] principia numa extremidade dos céus, e até a outra vai o seu percurso” (Sl19:6). Por conseguinte, nosso planeta era o centro de tudo quanto foi criado e a Terra o astro mais importante de todo o Universo. É interessante observar que o conceito astronômico-eclesiástico então vigente, de absoluta supremacia terrena nos domínios cosmológico e religioso, continua imperando até os dias de hoje, pois não são poucos os que acreditam que a vida surgiu apenas aqui na Terra...

A comissão encarregada do julgamento de Galileu se pronunciou nos seguintes termos: “A doutrina de que a Terra não é o centro do Universo e nem é imóvel, e que se move, até mesmo por rotação diária, é filosoficamente absurda e teologicamente falsa.” Acreditava-se que se a Terra de fato girasse em seu eixo, os pássaros seriam atirados para fora do planeta, as nuvens ficariam para trás e as construções desmoronariam. Em termos teológicos, a teoria de Galileu foi condenada porque não se ajustava às evidências bíblicas do movimento do Sol em torno da Terra, em especial à sua espetacular freada sobre a cidade de Gibeom: “o Sol se deteve no meio do céu, em Gibeom, e não se apressou a pôr-se, quase um dia inteiro” (Js10:12-13).

Galileu acabou se retratando, mas nunca se conformou com isso no íntimo, como ficou demonstrado nesse desabafo dirigido por carta a uma amiga: “Poderá ser herética uma opinião que nada tem a ver com a salvação da alma? Ou acaso se poderá dizer que o Espírito Santo não quis nos ensinar verdades que são necessárias à nossa salvação? O Espírito Santo pretende nos ensinar como se vai ao céu, e não como vai o céu.” Diz a lenda que, logo após abjurar de suas convicções, por meio de uma extensa fórmula de retratação estabelecida pelo tribunal, o grande astrônomo teria sussurrado: “*Eppur si muove*” – “Contudo, se move”, aludindo ao movimento da Terra em torno do Sol, que ele sabia existir.

A condenação de Galileu deixou seqüelas em muitos campos. O grande filósofo e matemático francês René Descartes (1596 – 1650) chegou a iniciar um livro em que aceitava as idéias de Copérnico (1473 – 1543), mas quando soube que Galileu havia sido condenado por defender as mesmas idéias, Descartes, educado pelos jesuítas, prontamente abandonou o trabalho.

O próprio Copérnico, sabedor que suas teorias seriam consideradas heréticas, hesitou bastante em publicá-las. Até tentou se garantir *a priori*, dedicando sua obra ao papa Paulo III, mas sem sucesso. Seu livro só foi retirado do *Index* de livros proibidos pela Igreja no ano de 1835, e mesmo assim a desconfiança permaneceu. Quando, em 1839, uma estátua em sua homenagem foi inaugurada em Varsóvia, sua cidade natal, nenhum padre quis officiar o evento, pois todos sabiam que o herege Galileu havia se apoiado nas idéias de Copérnico. Galileu só foi reabilitado pela Igreja em fins do século XX.

No entanto, no início desse mesmo século XX, mais precisamente no ano de 1909, a Pontifícia Comissão Bíblica do Vaticano, criada por Leão XIII em 1902, defendeu enfaticamente o “sentido literal-histórico” do trecho referente à Criação do mundo e do ser humano conforme estabelecido no Gênesis (cf. Gn1-3), propondo para designá-lo as expressões: “índole e forma histórica” e “narração de fatos realmente acontecidos”.

Todos os que fazem uso ou aceitam concepções assim tão limitadas dos textos das Escrituras fecham para si mesmos reconhecimentos mais elevados, que poderiam obter caso encarassem a Bíblia como um livro essencialmente espiritual, que trata de assuntos espirituais. Muitos dos esclarecimentos ali contidos simplesmente não podem ser tomados ao pé da letra, visto serem apresentados sob a forma de alegorias e metáforas, como explicações de fenômenos de natureza espiritual. Também fala indiretamente a favor disso as muitas falhas históricas dos livros bíblicos, indicando que o foco do leitor precisa estar voltado para o lado oposto, o dos ensinamentos espirituais, que só podem ser assimilados pela intuição. Tentativas de interpretação literal de metáforas de cunho espiritual não são mais do que meros exercícios de raciocínio, algo impossível de se obter êxito. O raciocínio não tem capacidade para alcançar o que se situa acima do terrenal em suas análises, visto que ele próprio é um

produto do cérebro material. Por isso, comprime tudo quanto se depara em concepções por demais estreitas, irremediavelmente circunscritas ao âmbito do espaço e tempo terrenos.

O segundo grande erro nas interpretações bíblicas é considerar todos os textos como divinamente inspirados, portanto infalíveis em tudo, isentos de erros. Essa concepção, dita ortodoxa, não leva em conta as evidências de múltiplas alterações, supressões e acréscimos nos textos bíblicos, sem contar as falhas inerentes às traduções. Para todos os intérpretes bíblicos e adeptos que não atentarem a esses dois erros básicos, a Bíblia permanecerá para sempre um livro “fechado com sete selos” (Ap5:1).

Disso não fazem parte as inconsistências numéricas e de nomenclatura, que são realmente muitas, porque se trata de dados meramente marginais, minúcias sem nenhuma importância para o espírito humano. O problema só se torna grave quando essas e outras incoerências são atribuídas à Vontade do Onipotente. Essa última advertência é especialmente relevante para os textos do Antigo Testamento, onde freqüentemente vemos a imagem do Criador como um Ser irascível, temperamental, violento e ciumento, e ainda pessoalmente interessado nas inúmeras desavenças e guerras dos povos antigos de uma determinada e bem diminuta região da Terra.

São relatos desconcertantes, como o de que o Senhor teria colocado Abraão à prova, pedindo que imolasse seu amado filho Isaac, oferecendo-o em holocausto a Ele, o Todo-Poderoso (cf. Gn22:1,2). Ou quando o Senhor diz que vai endurecer o coração do faraó para ele não deixar o povo sair do Egito (cf. Ex4:21), e logo depois o castiga por ter um coração duro. Ou o ocorrido com o jovem Uzá, que apenas por ter tentado segurar a Arca da Aliança transportada num carro novo, para evitar que tombasse porque os bois haviam tropeçado, foi impiedosamente fulminado pelo Senhor (cf. 2Sm6:2-7). Ou ainda o caso do homem flagrado apanhando lenha em dia de sábado, que o Senhor condena a morrer apedrejado por toda a comunidade (cf. Nm15:32-36). Ou, então, o desapiedado envio de leões por parte do Senhor para matar samaritanos (cf. 2Rs17:25), acrescido das felicitações a quem se dispusesse a esmagar recém-nascidos contra uma rocha (cf. Sl137:9), selvageria de praxe naquela época para evocar simbolicamente o extermínio de um povo em suas próprias raízes. Isso tudo, depois de sermos informados que o Senhor mandara um “espírito maligno” atormentar Saul (cf. 1Sm16:14), e que ordenara ao profeta Ezequiel ficar deitado de lado por 390 dias para carregar a culpa de Israel (cf. Ez4:4,5).

Há também o episódio envolvendo os dois filhos de Aarão, Nadab e Abihu, sumariamente consumidos por um fogo enviado pelo Senhor, pelo crime de Lhe haverem oferecido um incenso não autorizado. (cf. Lv10:1,2). Os dois filhos do sumo sacerdote Aarão pagaram com a vida essa pequena falta, mas o próprio Aarão, artífice intelectual e material do bezerro de ouro, portanto do primeiro ato de idolatria do povo eleito, não sofreu nenhuma punição, sequer uma reprimenda. Pelo contrário. Continuou recebendo todas as deferências inerentes a seu elevado cargo, e o livro de Eclesiástico afirma até que o Senhor “aumentou ainda mais a glória de Aarão, atribuindo-lhe uma herança e partilhando com ele as primícias dos frutos da terra” (Ecl10:25).

Será que essas narrativas não dão o que pensar aos leitores da Bíblia, em particular os do Antigo Testamento? Como podem aceitar semelhantes arbitrariedades? Como podem supor que tais coisas tenham sido escritas sob orientação do Espírito Santo? Não seria tudo isso antes a prova, *ofuscantemente clara*, de que tais passagens não podem constituir, nem de longe, uma autêntica Palavra de Deus?... É incrível que possam ler impassíveis, sem nenhuma reação, essa outra declaração atribuída ao Senhor do Universo sobre as leis que dera a Seu povo eleito: “Eu mesmo lhes dei leis que não eram boas e costumes que não fazem viver” (Ez20:25). Ou, então, supor que Ele mesmo tenha criado as trevas e o mal: “Eu formo a Luz e crio as trevas, faço a paz e crio o mal. Eu, o Senhor, faço todas estas coisas” (Is45:7). Já quero avisar aqui que essa última frase não é do profeta Isaías, mas sim de um impostor, de quem falaremos no segundo volume dessa obra.

E o que dizer das imagens antropomórficas (características físicas humanas) e antropopáticas (características sentimentais humanas) que representam o Todo-Poderoso nos relatos bíblicos? A maior parte delas são blasfêmias inomináveis. O patriarca Jacó se envolve numa luta pessoal com Ele, corpo a corpo, do tipo briga de rua com pontapé na coxa, em que os dois pelem a noite inteira até o alvorecer e... Jacó vence! (cf. Gn32:22-28). Nos primeiros livros da Bíblia, o Criador de Todos os Mundos é apresentado como um truculento marechal-de-campo de Israel, instalado numa barraca de campanha próxima ao acampamento, dando ordens militares a toda hora e mandando passar “a fio de

espada” os povos subjugados (cf. por exemplo Dt20:13; Js6:21), e cuja ira só é aplacada com sacrifícios de animais inocentes, holocaustos esses designados de “coisa santíssima” (Lv6:18). Nos relatos dos combates de Israel faz-se menção até a um inacreditável “Livro das Guerras do Senhor” (Nm21:14), que afortunadamente se perdeu, senão seria mais um texto a nos despejar registros sangrentos, como se deduz dessas pequenas amostras, criminosamente atribuídas ao Senhor dos Mundos: “Assim diz o Senhor, o Deus de Israel: cada um ponha a sua espada sobre a coxa; e passai e tornai pelo arraial de porta em porta, e mate cada um a seu irmão, e cada um a seu amigo, e cada um a seu próximo” (Ex32:27); “Ouve, pois, agora a voz das palavras do Senhor: (...) Vai, pois, agora [Saul], e combate Amaleq. Não lhe pouparás nada. Matarás homens e mulheres, crianças e recém-nascidos, e também bois, ovelhas, camelos e jumentos” (1Sm15:1,3); “Eu [o Senhor] os ataco como uma urso despojada de seus filhotes, rasgo-lhes o peito e aí os devoro como uma leoa” (Os13:8).

Tais crueldades serviram de justificativa para muitas futuras guerras religiosas, mas não podem fazer nenhum sentido para quem deixa falar sua intuição espiritual e procura refletir por si mesmo sobre tudo, a fim de chegar às próprias conclusões.

Muitos povos antigos acreditavam que, numa guerra, não era o exército mais forte que venciam, e sim o respectivo deus que velava por aquela nação. Daí essa concepção ter sido transposta para o povo de Israel, de quem o próprio Senhor do Universo seria então o guardião exclusivo. É incrível, mas o conceito é esse mesmo. Podemos confirmar isso pela versão contrária, elaborada pelos inimigos do Estado hebreu. O rei Mesa, do país Moabe, deixou registrada numa estela chamada “Pedra Moabita” uma homenagem ao seu deus Camos, porque “me propiciou a vitória sobre todos os meus inimigos”. Diz ele na gravação que outrora Israel havia subjugado Moabe porque o deus Camos estava irritado com o país, mas que depois Camos lhe explicou como vencer Israel. Moabe conta como matou sete mil israelitas e levou os objetos pertencentes ao Deus de Israel como oferendas a Camos. Quando era Israel que venciam os inimigos a estória era a mesma, com a diferença de que seus triunfos no campo de batalha ficaram registrados na Bíblia, como tendo sido proporcionados pelo Todo-Poderoso Criador.

Que semelhantes absurdos estejam presentes na Bíblia, não é surpresa para quem chega a conhecer o nível de adulterações e inserções nela praticadas ao longo dos séculos. Mas que tantas pessoas, nos dias de hoje, ainda possam aceitar credulamente esses textos fantásticos, sem nenhum questionamento, é simplesmente desalentador.

Não vamos aqui nem comentar as conotações grosseiras de cunho sexual, verdadeiramente constrangedoras, que se vê em vários trechos dos livros bíblicos. É compreensível que não se encontrem muitas abordagens e estudos sobre essas passagens, pois são por demais embaraçosas. Mas, como de fato não acrescentam mesmo nada a ninguém, também nós podemos passar muito bem sem elas. Basta-nos essa exortação paulina: “A Vontade de Deus é que vos afasteis da imoralidade sexual” (1Ts4:3).

Uma pessoa de espírito vivo e intuição aguçada jamais se deixará iludir por estórias desse tipo, por ditos fantasiosos, absurdos, criados por mentes tão fanáticas quanto tolhidas, que desconheciam por completo as leis que governam a Criação. Muito pelo contrário. Uma tal pessoa procurará discernir nos textos bíblicos, com o máximo cuidado e rigor, aquilo que permaneceu puro na transcrição da Vontade do Senhor aos antigos profetas, transmitida por elevados guias espirituais, e o que foi simplesmente inserido, deformado e torcido por mãos humanas. Ficará com o primeiro conjunto e rejeitará o segundo, sem pestanejar.

É um falso dilema imaginar que ou se deve aceitar tudo como está na Bíblia ou é preciso rejeitá-la integralmente. Rejeitar a Bíblia por inteiro é jogar fora a criança dos ensinamentos profundos juntamente com a água do banho das interpolações espúrias. Como em muitas outras situações relevantes da vida, também aqui a posição certa é a intermediária. Deve prevalecer como guia o *caminho do meio*, onde tomamos o que é certo e repelimos o que é errado, tal como o apóstolo Paulo ensinou aos Tessalonicenses: “Examinai tudo e guardai o que for bom” (1Ts5:21).

Vamos, pois, examinar tudo! Vamos guardar o que for bom de verdade! Façamos como os cidadãos de Beréia, que “a cada dia *examinavam* as Escrituras para ver se tudo era assim mesmo” (At17:11). Nesse áureo caminho do meio teremos possibilidade de encontrar ricos veios, onde se acham encravadas pepitas preciosas, apenas aguardando o diligente trabalho de escavação para serem colhidas e aproveitadas. Basta retirar o entulho que as encobre. Procedendo assim em relação aos

textos bíblicos, estaremos cumprindo da maneira mais natural essa outra exortação de Paulo, desta vez dirigida aos Efésios: “Discerni o que agrada ao Senhor, e não tomeis parte nas obras estéreis das trevas” (Ef5:10). A Bíblia é um manancial de belos ensinamentos, desde que corretamente interpretados e aplicados, limpidos de todas as falsas inserções.

Alguém vai logo dizer que “toda Escritura é útil para ensinar, para argumentar, para corrigir, para educar conforme a Justiça” (2Tm3:16). Sim, pura verdade, mas somente aquilo que pode ser chamado de *Escritura*, proveniente de legítima inspiração espiritual, que na seqüência do estudo *pessoal* nos torna de fato “capacitado e bem preparado para toda boa obra” (2Tm3:17). Tão-só esse tipo de Escritura é realmente útil, belo e proveitoso para os seres humanos! Não o restante, não os vários erros *inseridos* na Bíblia, os quais não se originam de nenhuma inspiração, mas tão-somente do raciocínio torcido de fanáticos religiosos de séculos passados. Em relação a essas invenções místicas e interpretações torcidas daí decorrentes, temos de cumprir mais essa outra exortação de Paulo: “Rejeita, porém, as fábulas mundanas e estórias de gente caduca” (1Tm4:7). Vamos, pois, andar com nossas próprias pernas, vamos deixar de lado fábulas mundanas e estórias caquéticas de gente caduca.

Todas as narrativas em que o onipotente Criador aparece como um Ser vingativo, perverso, rancoroso, têm de ser rejeitadas integralmente, pois Ele é a própria Perfeição, a própria Justiça viva, o Amor eterno. Como, então, o Senhor Deus, imutável de eternidade em eternidade em Sua perfeição absoluta, poderia mudar tanto de personalidade ao passar do Antigo para o Novo Testamento?... Que todas as imagens contrárias à Justiça perfeita e à sublime misericórdia do Todo-Poderoso são apenas falsificações humanas, mentiras pura e simplesmente, já fica patente nessa declaração do próprio Filho de Deus a respeito do Pai: “Sede misericordiosos *como vosso Pai é misericordioso*” (Lc6:36). Misericordioso Ele é, era e sempre será. Nunca injusto.

E que a Vontade do Senhor era transmitida indiretamente, através de elevados seres para isso encarregados, pode ser reconhecido pelas fórmulas recorrentes (mais de 350 vezes nos livros proféticos) do tipo: “Assim diz o Senhor:...”, ou: “A Palavra do Senhor veio a [nome do profeta]”, por vezes seguida ainda de uma explicação: “A Palavra do Senhor veio a ele *numa visão*” (Gn15:1). Segundo o apóstolo Pedro, esses antigos profetas foram “homens que falaram *da parte* de Deus” (2Pe1:21)². Os textos apocalípticos são ainda mais claros a respeito, pois são tipicamente transmitidos ao vidente por um anjo ou outra personalidade, que esclarece o significado das imagens. Só nesse sentido se pode, portanto, falar de uma Palavra *indiretamente* inspirada, e apenas em relação àquilo que realmente permaneceu puro na Bíblia. Como diz a escritora Roselis von Sass, é uma arrogância incompreensível pensar que o onipotente Deus pudesse se aproximar de uma insignificante criatura humana...

Mas voltemos à questão da vinda de Jesus. Será que houve uma razão específica para Deus-Pai ter enviado Seu Filho à Terra naquele momento preciso da história humana? Para responder a essa pergunta, bem como às demais levantadas anteriormente, temos de retroceder até a origem propriamente do ser humano.

A história descrita no Gênesis são quadros de acontecimentos espirituais, indicativos da formação e desenvolvimento do gênero humano. Não podem, portanto, ser interpretados ao pé da letra, esmiuçados numa seqüência temporal segundo nossos sentidos de espaço e tempo. Afinal, não é tão desconhecido assim que o Paraíso descrito na Bíblia é uma região espiritual. Essa região, e ainda outras mais elevadas, foram aquelas propriamente *criadas* pelo Todo-Poderoso, “Aquele que constrói nos céus Suas altas moradas” (Am9:6). Só bem depois é que surgiram os diversos outros planos da Criação, em sentido descendente, dentre os quais se encontra o Universo material a nós visível com a nossa pequena Terra. O conjunto de todos os planos da imensa obra da Criação constitui as “muitas moradas da Casa do Pai” (Jo14:2), onde vivem e atuam criaturas segundo sua espécie e grau de desenvolvimento. A indicação de que a Luz surgiu antes do Sol (cf. Gn1:3,16) não é, pois, nenhum enigma como aparenta, pois essa Luz constituiu o irromper das irradiações criadoras, em sentido

² O termo “profeta” se origina do grego *profanai*, que significa literalmente “falar em nome de alguém”, portanto não necessariamente sobre acontecimentos futuros. Em hebraico o termo é *nabí*, tal como aparece em Ezequiel por exemplo: “Saberão que existe um *nabí* no meio deles” (Ez2:5). A raiz desse termo *nabí* tem o sentido de “convocar”, “chamar”, de modo que, no Antigo Testamento, o profeta se apresentava e atuava no meio do povo como um convocado pelo Alto. Por conseguinte, não era um trabalho que pudesse ser exercido por vocação pessoal, mas sim por convocação de cima.

amplo, de onde se originou toda a imensa obra da Criação, e da qual a materialidade com seus astros perfazem apenas a última ramificação. A teoria da criação do mundo através do “Big Bang” é correta em si. Contudo, esse evento nada mais foi do que o último e mais fraco efeito da grande sentença “Faça-se a Luz!” (Gn1:3), que deu origem aos vários planos da Criação em ordem descendente e, por fim, fez surgir também os mais distantes e densos mundos: os da matéria fina e grosseira. Aqui, na materialidade, nós “apenas ouvimos um *pequeno eco* de Sua Palavra” (Jó26:14), a qual já criara antes os planos espiritual e enteal³.

O livro do Gênesis alude ao surgimento de planos supraterrâneos com a indicação de que o Criador “separou as águas debaixo do firmamento das águas *acima do firmamento*” (Gn1:7). Essas águas situadas “acima do firmamento” estão situadas *além* do universo material a nós visível, sendo constituídas de uma espécie diferente. A palavra latina *firmamentum* designa o que é “firme”, visível e perceptível, usada no Gênesis para descrever o mundo material. A expressão “mundo” significa a parte material da Criação propriamente, tal como indicado no livro da Sabedoria, onde se diz que “a mão todo-poderosa criou o mundo da matéria informe” (Sb11:17). Quando de seu retorno ao Pai, Jesus disse: “Saí do Pai e *vim ao mundo* [matéria]; agora *deixo o mundo* e volto para o Pai” (Jo16:28). Enquanto estava na Terra, Jesus naturalmente era “a Luz do *mundo*” (Jo8:12), mas ele mesmo avisou expressamente: “Meu reino não é deste *mundo*” (Jo18:36).

Na verdade, o mundo material não foi propriamente criado pelas mãos do Todo-Poderoso, mas apenas se desenvolveu posteriormente do verdadeiro plano criado por Ele, o reino espiritual. Por isso, unicamente no “mundo”, isto é, na materialidade, podem existir pecado, culpa e expiação, decorrentes da imperfeição inerente a este que é o degrau mais baixo da Criação. Essas coisas poderiam existir aqui, mas não *deveriam* existir. O que aconteceu foi que “o pecado *entrou no mundo*, (...) e através do pecado, a morte” (Rm5:12). A morte espiritual é consequência desse pecado que entrou no mundo, num certo momento da história humana.

Além da materialidade, ou melhor, acima dela, existem vários outros planos ou “céus” de espécies correspondentemente diferentes. Nas versões mais fidedignas do Gênesis lemos que “no princípio, Deus criou *os céus* [plural] e a Terra” (Gn1:1). O apóstolo Paulo contou aos Coríntios ter sido “arreatado até o *terceiro céu*” (2Co12:2). Os livros apócrifos também mencionam vários “céus” criados. Num desses textos, o patriarca Levi narra aos filhos uma visão na qual diz ter divisado água entre o primeiro e o segundo céu. Outros relatos apócrifos dos tempos bíblicos falam de gente que teria sido levada até o sétimo céu. De fato, há vários céus ou degraus acima da matéria grosseira, dependendo de como são considerados. Na Grande Pirâmide do Egito, os cinco enormes blocos de pedra sobre o teto da Sala do Juízo representam os “cinco degraus do Universo”, conforme esclarece Roselis von Sass em seu livro *A Grande Pirâmide Revela Seu Segredo*. O texto denominado *Arcônticos* afirma haver *sete céus*, cada qual com um governante, e que acima de todos se encontra uma “Mãe Luminosa”... Essa Mãe Luminosa é a mesma “mulher vestida com o Sol” do Apocalipse (cf. Ap12:1), de quem falaremos mais à frente.

A história da Criação descrita no Gênesis já era bem conhecida na Antiguidade, através de outras cosmogonias paralelas muitas semelhantes entre si. Numa dessas, um documento egípcio, o ser divino Ptah também faz surgir a Criação por meio de sua palavra e descansa em seguida. O deus egípcio Knum e o babilônico Marduk modelam figuras de barro e lhes insuflam o sopro da vida. O texto mesopotâmico denominado *Épico de Atrakhasis* apresenta a história da Criação praticamente tal como a descrita no Gênesis, mas é pelo menos quinhentos anos mais antigo. O cerne de todas as narrativas é, porém, sempre o mesmo: há o surgimento de uma Criação perfeita, vindo em seguida a queda do ser humano, com suas graves consequências. O antigo livro hindu *Rig-Veda*, uma coletânea sobre a vida e os poderes dos deuses, afirma que “todas as almas eram puras antes da queda”. A palavra *Veda* significa “saber”. A história de uma época inicial de felicidade, antes do falhar da criatura ser humano, não é portanto conservada apenas na Bíblia, mas subsistiu em diversas tradições, como demonstrado a seguir (citado do *Manual Bíblico de Halley*):

³ Sobre os seres oriundos desse plano da Criação, ver *O Livro do Juízo Final*, de Roselis von Sass.

- Tradição persa: “Nossos primeiros pais, inocentes, virtuosos e felizes, habitavam um jardim onde havia uma árvore da imortalidade, até o momento em que surgiu, em forma de serpente, um espírito maligno.”
- Tradição hindu: “Na primeira era, as pessoas estavam isentas do mal e das enfermidades, possuíam tudo o que desejavam e tinham vida longa.”
- Tradição grega: “As primeiras pessoas, na idade áurea, viviam livres do mal e das aflições, desfrutando a comunhão com os deuses.”
- Tradição chinesa, mongólica e tibetana: “Houve uma era feliz, em que as pessoas tinham alimentos com fartura e viviam cercadas de animais mansos.”
- Tradição germânica: “A raça original desfrutava uma vida de festividades perpétuas.”

Alguns mitos africanos apresentam quadros parecidos. Num deles, o Criador pune a desobediência da mulher retirando-se das proximidades dela. Diz o mito: “Ele desapareceu para além do lago. Depois, ninguém mais O ouviu. E com Deus desapareceram também a felicidade e a paz; os frutos, a caça e todos os alimentos que antes se ofereciam espontaneamente, tudo se fez raro; mais ainda, a morte fez sua entrada, além de outras misérias.” Contos populares do Oriente Médio falam que o homem tivera certa vez a imortalidade a seu alcance, mas que a perdeu por se deixar seduzir e amedrontar por deidades maléficas.

O livro do Gênesis também mostra que no início tudo se desenvolvia maravilhosamente no conjunto da obra da Criação, conforme previsto na Vontade do Onipotente. A certa altura, porém, surge uma ruptura naquela ordem perfeita, quando uma de Suas criaturas faz algo contrário à Vontade Dele, instigada pela serpente. O casal humano dá ouvidos a uma outra voz que não a da sua intuição, sucumbe à tentação e, de livre vontade, contraria um mandamento do seu Senhor, isto é, peca. O quadro espiritual mostra bem nitidamente o falhar da criatura “ser humano”, num determinado momento do seu desenvolvimento.

Vejamos o que esse quadro espiritual indica no curso da evolução do ser humano na Criação.

Quando Deus fez surgir a Criação deixou impressas nela, na forma de leis inflexíveis, as marcas de Sua Vontade, à qual todo o conjunto da Criação teria de obedecer: “Por Sua Palavra o Senhor fez Suas obras e a Criação obedece à Sua Vontade” (Eclo42:15). Essas leis inseridas na Criação, que trazem em si a Sua Vontade perfeita, sustentam toda a obra, de modo que esta se desenvolve autonomamente, dentro das diretrizes estabelecidas por essa Vontade. São leis inexoráveis, das quais ninguém pode fugir: “Ele deu uma ordem e tudo foi criado; Ele fixou tudo pelos séculos sem fim e estabeleceu leis *a que não se pode fugir!*” (Sl148:5,6). São leis perenes, perfeitas, que dão testemunho da própria perfeição do Legislador, e que por isso jamais admitem a mínima alteração.

Foi por essa razão também que Jesus disse ter vindo “cumprir, e não revogar a Lei” (Mt5:17). Ele se referia ao conjunto de leis instituídas por seu Pai na Criação, as quais jamais iria querer derogar, e das quais a fundamental Lei de Retorno ou da Reciprocidade já fora magistralmente incrustada nos livros de Levítico e de Tobias, na forma de mandamentos: “Não te vingará nem guardarás rancor aos filhos do teu povo, *mas amarás o teu próximo como a ti mesmo*” (Lv19:18)⁴; “Não faças a ninguém o que não queres que te façam” (Tb4:15).

Oriundo da Criação e, portanto, como tudo o mais, também sujeito a essas mesmas leis inflexíveis, surgiu outrora o ser humano nesta Terra. Também ele se desenvolvia esplendidamente no início dos tempos. Como criatura puramente intuitiva, obedecia incondicionalmente às leis existentes, cumprindo assim automaticamente a Vontade do seu Criador. Os seres humanos dos tempos primordiais assemelhavam-se realmente a “boas sementes, semeadas pelo Filho do Homem” (Mt13:37), as quais germinavam, cresciam e produziam frutos abundantes, porque estavam totalmente integradas às leis da Criação.

⁴ Lamentavelmente, esse mesmo livro de Levítico fala também da necessidade de sacrifícios e holocaustos de animais, como se fossem agradáveis ao Senhor. Voltarei ao assunto no segundo volume desta obra.

Assim passaram-se milhares, centenas de milhares de anos.⁵ Tudo se desenvolvia com perfeição. O ser humano daquelas eras longínquas ainda era uma peça útil na engrenagem perfeita do Universo. O livro do Gênesis diz que, ao concluir Sua obra, o Criador “viu tudo quanto havia feito e achou que era muito bom” (Gn1:31). Tudo era muito bom, inclusive o ser humano: “Deus fez reto o ser humano” (Ec17:29). O mal ainda era desconhecido na obra da Criação.

Chegou então o tempo previsto no curso do desenvolvimento em que o ser humano deveria ter o intelecto despertado, o raciocínio até então inativo. Com a ajuda de seu raciocínio ele deveria tornar mais bela e produtiva sua vida na Terra. Deveria mostrar-se como um administrador leal do maravilhoso mundo a ele apresentado, digno da grande confiança nele depositada; um administrador que “governasse o mundo com piedade e justiça” (Sb9:3). Deveria cuidar para que por ocasião da colheita futura tivesse produzido os mais belos e suculentos frutos. Isso é o que se esperava dele, conforme indica o início da parábola dos lavradores maus:

“Havia um homem, dono de casa, que plantou uma vinha. Cercou-a de uma sebe, construiu nela um lagar, edificou-lhe uma torre e arrendou-a a uns lavradores. Depois se ausentou do país. Ao tempo da colheita, enviou os seus servos aos lavradores, para receber os frutos que lhe tocavam.”

(Mt21:33,34; Mc12:1,2; Lc20:9,10)

Para ajudar os seres humanos a cuidar corretamente dos frutos por eles produzidos aqui na Terra, agora que seu intelecto fora despertado, o Senhor enviou-lhes um auxiliador. Esse auxiliador era Lúcifer, oriundo de uma região muito acima do Paraíso.

Lúcifer, cujo nome significa “o portador da luz”, deveria ser para a humanidade que se desenvolvia na matéria o que um jardineiro amoroso é para um canteiro de flores. Deveria ajudá-la a utilizar o intelecto como um adubo eficaz para o pleno desenvolvimento dos frutos gerados pelo espírito. Ocorre, porém, que ele optou por seguir numa outra direção. Preferiu fazer uso de um método diferente, todo seu – contrário à Vontade do Criador – para execução de sua missão nas materialidades. Ao invés de auxiliar com amor, conforme era sua incumbência, Lúcifer preferiu tentar. Com isso ele queria testar, a seu modo, as sementes de que fora encarregado de cuidar, de maneira que aquelas que se desenvolvessem de forma errada acabariam por ser destruídas um dia, num determinado estágio de sua evolução. É ele, portanto, “o inimigo que semeia joio na sementeira do Filho do Homem” (Mt13:25).

Aos seres humanos Lúcifer, que devido ao seu método de atuação se tornara “mentiroso e pai da mentira” (Jo8:44), apresentou o raciocínio, que deveria ser um mero adubo para o plantio das faculdades espirituais, como já sendo o mais precioso fruto que lhes era dado cultivar em toda a existência. Para fazê-los esquecer de que se originaram do reino espiritual, na Luz, apontou-lhes a luz de seu próprio intelecto. Essa situação é indicada alegoricamente no Gênesis com a imagem da serpente incitando o casal humano a experimentar o “fruto da árvore do conhecimento” (cf. Gn3:1-6).

E, de fato, ao provar do fruto da árvore do conhecimento o ser humano se inebriou. E julgou ser poderoso, grande, forte. Nada lhe parecia impossível com as capacitações recém-adquiridas do seu intelecto. Desse modo o raciocínio, que deveria ser propriamente apenas um instrumento do espírito, passou a dirigir o destino dos seres humanos. Este foi o assim chamado pecado original, que acabou desencadeando todos os demais. Tal pecado consistiu em elevar o raciocínio, que deveria permanecer um mero executor da vontade espiritual, à posição de dirigente reservada ao espírito.

A imagem bíblica disso é a do casal humano que sucumbe aos ditames da razão, a qual desperta neles um sentimento de querer-saber-melhor que se coloca acima das disposições do seu Criador. Foi a mulher a primeira a ser seduzida pelo fulgor dos frutos do raciocínio: “A mulher viu que *seria bom* comer da árvore, pois era *atraente aos olhos* e desejável para *dar entendimento*” (Gn3:6). Assim, devido à sua queda inicial, “a mulher está na origem do pecado” (Ec10:24). Isso, porém, não reduz em nada a culpa do homem, pois ao aceitar a fruta oferecida pela companheira ele mostrou que concordava com o procedimento feminino de chamar a atenção sobre si, não mais devido a seus elevados dotes espirituais, mas sim somente pelos seus atrativos corpóreos, tal como exigia o raciocínio que passou a dominar. De nada lhe valeu tentar depois transferir a culpa para a mulher,

⁵ A respeito dessa época, ver a obra Os Primeiros Seres Humanos, de Roselis von Sass.

quando interrogado pelo Senhor: “A mulher que puseste ao meu lado, foi ela quem me deu do fruto da árvore e eu comi” (Gn3:13).

A partir daí o raciocínio passou a ditar a conduta da raça humana. O pecado havia entrado no mundo. O próprio espírito do ser humano não mais conseguia se fazer valer e, conseqüentemente, não mais se desenvolvia. Ao contrário, atrofiava-se mais e mais em razão dessa inatividade forçada. Sua voz, a intuição, tornava-se cada vez mais baixa, até virar um sussurro, que mal podia ser percebido. Nada mais conseguia suplantar a força crescente do raciocínio, colocado num trono de soberano que não lhe pertencia. E assim aconteceu que “toda a carne corrompeu seu caminho sobre a Terra” (Gn6:12), e os malefícios gerados pelo cultivo unilateral do raciocínio se alastraram com velocidade sinistra: “O Senhor viu que a maldade do homem se multiplicava na Terra; o dia todo seu coração não fazia outra coisa senão conceber o mal” (Gn6:5).

Essa situação só poderia redundar num fim: a morte espiritual do ser humano, a condenação eterna, que equivale a ter “o nome riscado do Livro da Vida” (cf. Ex32:33). No segundo volume deste livro veremos que o nome indica a própria existência do indivíduo, de modo que ter o nome apagado na Criação significa deixar de existir espiritualmente. É a essa morte espiritual que se refere a advertência divina tão grave: “Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn2:17).

Muitos estudiosos bíblicos ainda hoje se perguntam, espantados, como o Criador pôde ter mentido aí, pois Adão e Eva comeram do fruto proibido e não morreram; assim, aparentemente, quem disse a verdade foi a serpente: “É certo que não morreréis” (Gn3:4). Também há quem tente explicar essa dificuldade dizendo que no início não estava previsto que o ser humano morresse terrenamente, mas sim que viveria indefinidamente no Paraíso, o Jardim do Éden, o qual estaria localizado no próprio planeta Terra, na região da Mesopotâmia, berço da Babilônia. Logo onde... A morte terrena só teria entrado no mundo com a dentada de Eva na maçã. Não fosse isso, a raça humana teria continuado a viver indefinidamente naquele local idílico, às margens dos rios Tigre e Eufrates, no atual Iraque, enquanto animais e plantas continuariam a nascer e a morrer normalmente... Alguns mapas e tratados medievais retificam essas coordenadas e colocam o Paraíso terrestre em regiões mais aprazíveis, como o Azerbaijão e a Armênia... Quanto a Adão, tão sôfrego estava em pecar que acabou engasgando com a fruta, o que deu origem ao “pomo (maçã) de Adão”, repassado por hereditariedade a todos os descendentes do sexo masculino.

Parece-me desnecessário rebater conceitos assim tão pueris, por isso vamos nos ater à primeira concepção e o conseqüente assombro dos que imaginam que o Criador não disse a verdade com aquela advertência dirigida ao casal humano, de que acabariam por morrer se comessem do fruto proibido.

Como em tantas outras dúvidas, também essa decorre da falta de aprofundamento nos conceitos bíblicos, que são essencialmente espirituais. O Criador não pronunciou nenhuma mentira, pois evidentemente “Deus não é homem, para que minta” (Nm23:19), visto que Ele é a própria Verdade: “o Senhor Deus é Verdade” (Jr10:10). E sendo Ele a Verdade, também o serão logicamente todas as Suas palavras, como já bem sabia o rei Davi: “Só Tu és Deus, e as Tuas palavras são a própria Verdade” (2Sm7:28). A metáfora bíblica não diz respeito à morte terrena absolutamente, e sim à morte espiritual. Era essa morte espiritual que não estava prevista para a raça humana, pois “Deus não fez a morte, nem se alegra na perdição dos vivos” (Sb1:13). A morte espiritual entrou no mundo por influência do tentador, e atinge *somente* aqueles que lhe são submissos: “Foi por inveja do diabo que a morte entrou no mundo, e experimentam-na os que são do seu partido” (Sb2:24). A filiação a esse partido diabólico é compulsória para quem segue os preceitos de Lúcifer, e se mostra de maneira visível na alma do condenado através de uma marca em sua testa.

A teologia tradicional, porém, irá rejeitar essa interpretação, por soar um tanto desagradavelmente. Ninguém gosta de ouvir falar em morte, quanto mais de morte espiritual. Por isso, já no século V, a Igreja tachou de heréticas as idéias cristalinas do bispo Juliano de Eclano, em seu embate de mais de doze anos com o monge Aurélio Agostinho (354 – 430), doutor da Igreja e autor da mortífera “doutrina da graça”, posteriormente ratificada pelo Concílio de Orange em 529. Além de se ver derrotado pela sua Igreja, Juliano acabou excomungado, deposto e exilado ao se recusar a subscrever os nove anátemas lançados pelo Concílio de Cartago contra outro grande teólogo da época,

Pelágio (360 – 425), o qual ensinava que a salvação estava nas mãos do próprio ser humano. As trevas nunca dormiram no ponto aqui na Terra, seu quartel-general.

Vale a pena descrever aqui sucintamente as doutrinas correntes naquele tempo, no início da história cristã, antes de avançarmos. Pelágio afirmava que a salvação podia ser alcançada pela própria pessoa, mediante escolha certa e esforço próprios. Isso se dava pelo exercício do livre-arbítrio, dom dado por Deus ao ser humano e parte integrante de sua natureza. Pelágio dizia que o livre-arbítrio adequadamente exercido produz a virtude, bem supremo devidamente seguido da recompensa, pois cada um tem a prerrogativa de escolher entre o bem e o mal, e daí arcar com as conseqüências. Além do livre-arbítrio, o Senhor dotara o ser humano de virtudes que jaziam escondidas, à espera de serem trazidas à tona pelo próprio indivíduo, como o interessar-se pelo próximo. No entender de Pelágio, a compaixão era “sentir a dor alheia como se fosse a sua própria”. Em relação ao pecado, ele asseverava que a predisposição ou inclinação para o mal já era, em si mesma, resultado do pecado, e que o hábito de pecar acabava por enfraquecer a vontade do ser humano e obscurecia seu pensamento. Também sustentava que o pecado, sendo interno, não poderia ser transferido de uma pessoa à outra, algo que, a seu ver, seria imoral. Se o mal pudesse ser herdado, dizia, então a bondade e a Justiça de Deus estariam destruídas. “O homem não pode acusar o pecado original de responsável por suas fraquezas”, asseverava ele. E insistia: “Tudo o que é bom e tudo o que é mal é feito por nós, não nasce conosco.” Pelágio ainda pregava que o Criador não havia ordenado nada de impossível ao ser humano, e que a fraqueza da carne era meramente um pretexto para não se fazer o bem, conforme prescrito pelo Senhor. De Pelágio são também essas palavras:

“Ninguém conhece melhor a medida de nossa força do que Aquele que no-la concedeu. Ninguém tem uma melhor compreensão do que está dentro de nossas forças do que Aquele que nos dotou dos próprios recursos de nosso poder. Ele não desejou determinar nada impossível, pois é justo.”

Doze séculos antes de Pelágio pronunciar essas palavras, o profeta Miquéias ensinava com o mesmo sentido à sua gente:

“Já te foi revelado, ó homem, o que é bom, o que o Senhor requer de ti: nada mais que praticares a justiça, amares a lealdade e andares humildemente diante do teu Deus.”

(Mq6:8)

E o autor de Eclesiástico reiterava alguns séculos depois:

“Ele [o Senhor] conhece as obras do ser humano. Não mandou ninguém agir como ímpio e a ninguém deu licença para pecar.”

(Eclo15:20,21)

Infelizmente, como com quase todas as coisas boas, também essa doutrina pura e verdadeira de Pelágio, reminiscência dos verdadeiros ensinamentos de Cristo, foi considerada herética pela Igreja e sumariamente rejeitada. Pelágio e seus ensinamentos foram condenados no Concílio de Éfeso, no ano 431. Ainda antes dessa condenação, em 416, dois sínodos no norte da África já haviam reprovado o pelagianismo. Nessa época, o papa Inocêncio I recebeu uma carta de cinco bispos, dentre eles Agostinho (que tinha Pelágio como “arrogante e rebelde”), relatando o resultado das sindicâncias movidas contra Pelágio e seu discípulo Coelestius. Após ler a carta, o papa se pronunciou nos seguintes termos: “*Declaramos, em virtude de nossa autoridade apostólica, que Pelágio e Coelestius estão excluídos da comunhão da Igreja, até que se libertem das armadilhas de Satanás.*” Os prelados africanos já haviam providenciado impor dentro do catolicismo, pela força se necessário, a teologia desenvolvida por Agostinho. Como garantia adicional, os comandantes da cavalaria imperial na Itália haviam recebido como suborno oitenta magníficos ganhões, criados em propriedades episcopais na África.

Pelágio morreu na Palestina em 425; Coelestius e Juliano, expulsos da Igreja, rumaram para Constantinopla em 429, onde foram calorosamente recebidos pelo patriarca Nestório, outro grande lutador da Verdade dos tempos antigos, de quem voltarei a falar neste volume.

São espíritos de vulto como esses que nos permitem vislumbrar como seria o nosso mundo se a humanidade inteira não tivesse hospedado com tanto carinho as trevas em seu coração... Alguma coisa de Pelágio ainda conseguiu sobreviver até a idade moderna, conservada por espíritos mais evoluídos e não adormecidos. Deve-se atribuir o extraordinário impulso que a nação norte-americana experimentou desde a sua fundação, nos campos moral e material, a certos conceitos pelagianos inseridos na doutrina protestante dos primeiros colonizadores.

Contraopondo-se furiosamente a Pelágio, o qual afirmava que as pessoas são perfeitamente capazes de não pecar, Agostinho estabeleceu um princípio diametralmente oposto: “*non posse non peccare*” – é impossível não pecar. Por fim, coroando suas prédicas, Santo Agostinho mandava todos atentarem à sua doutrina da dupla predestinação, segundo a qual os seres humanos já nascem reservados ou para a morte eterna ou para a vida eterna, com a ressalva de que esses últimos só poderão obter a salvação pela “*graça divina*”, onde nenhum empenho pessoal é exigido do agraciado.

Ao contrário dos muitos outros despautérios de Agostinho, este último sobreviveu incólume através dos séculos, sendo aceito irrefletida e indistintamente por quase todos os cristãos até hoje, pois vem ao encontro de sua crônica indolência espiritual, contribuindo para nutri-la permanentemente. A concepção de uma “salvação gratuita” subsistiu garbosamente, e se configura na mais danosa, na mais perigosa de todas as suas sandices, pois não é mais do que um salvo-conduto garantido para a morte espiritual.

Assim como o herói Pelágio, Juliano também não concordava de maneira alguma com as idéias de Agostinho, e mostrou-se indignado com seus ataques ao sexo e ao casamento. Não podia conceber, explicou, que o ato necessário à reprodução fosse algo demoníaco, tendo de ser praticado sobre o véu da vergonha. Juliano estava certo, claro. Se Agostinho tivesse se aprofundado na Bíblia, saberia da Epístola aos Hebreus: “Digno de honra entre todos seja o matrimônio e imaculado o leito conjugal” (Hb13:4), e se veria repreendido em suas idéias por Paulo: “Saiba cada um viver seu matrimônio com santidade e honra” (1Ts4:4). Em relação a Adão, Juliano era de opinião que este havia prejudicado exclusivamente a si próprio com sua queda no pecado. E, tal como Adão, os seres humanos não precisariam pecar, pois têm a escolha voluntária. O próprio fato de o Criador ordenar à criatura humana praticar o bem era a prova de que esta é capaz de agir assim. Em vista disso, Juliano apenas rebateu serenamente o já afamado e futuro santo Agostinho: “A morte terrena não é nenhum castigo pelo pecado de Adão, mas um processo natural, como o despertar do sexo e o nascimento de uma criança – natural, necessário e universal para todas as espécies vivas. A *morte espiritual* é que se torna assunto de escolha.”

Juliano estava absolutamente certo, mais uma vez. A morte espiritual é, sim, assunto de escolha exclusivo do próprio indivíduo. Trata-se, porém, de um acontecimento tão pavoroso, que a Bíblia traz inúmeras indicações e advertências a respeito, como essas: “Ela [a besta] seduz os habitantes da Terra graças aos prodígios que lhe fora concedido realizar” (Ap13:14), mas os que “adoram a besta não têm seus nomes inscritos no Livro da Vida” (Ap13:8). Os mortos são condenados quando é aberto o Livro da Vida, pois o Livro mostra que seus nomes não estão lá (cf. Ap20:12): “Quem “não for achado inscrito no Livro da Vida será lançado para dentro do lago de fogo” (Ap20:15): “esta é a *segunda morte*, o lago de fogo” (Ap20:14).

A segunda morte sofrida por esses perdidos é, pois, a morte espiritual, a condenação eterna, novamente nada tendo a ver com a morte terrena. A besta que seduz os seres humanos é o raciocínio unilateralmente cultivado, contrário a tudo quanto se acha acima da matéria, portanto adversário do espiritual, do divinal, e por conseguinte do próprio Deus. A humanidade inteira foi seduzida pela besta: “E toda a Terra, maravilhada, seguiu a besta” (Ap13:3). É o mais perigoso e seguro instrumento nas mãos de Lúcifer para a perdição da humanidade. Aqueles que, por fim, não quiserem ou não puderem domar esse animal, serão implacavelmente destruídos por ele no tempo do Juízo Final, perecendo espiritualmente. São esses então os condenados no Juízo, os que *não quiseram* atentar em tempo certo à Palavra salvadora do Senhor, e que devido a isso sucumbiram sob o instrumento do tentador.

Era a essa morte espiritual que Jesus se referia quando redargüiu a alguns fariseus que procuravam testá-lo: “Morrereis nos vossos pecados” (Jo8:24). Assim como os atuais intérpretes racionalistas da Bíblia, aqueles fariseus de outrora também não entendiam que Jesus lhes advertia da morte espiritual, e não da terrena, e achavam que ele estava com um demônio qualquer por afirmar em

seguida que quem observasse sua Palavra não morreria. Jesus estava querendo dizer que quem cumprisse sua Palavra jamais sofreria a morte espiritual. Os fariseus não entenderam, e pensaram que ele se referia à morte terrena:

“Em verdade, em verdade vos digo: se alguém guardar a minha Palavra, nunca verá a morte. Disseram-lhe então os judeus: Agora é que estamos certos de que tens demônio! Abraão morreu, os profetas também, e tu dizes: ‘Se alguém observar a minha Palavra, nunca experimentará a morte’? Porventura és tu maior que o nosso pai Abraão, que morreu? E os profetas morreram também!”

(Jo8:51-53)

Somente aquele que *guardar* a Palavra de Jesus não verá a morte eterna... Essa morte eterna, ou morte espiritual, é a desintegração do espírito humano, a total extinção de sua personalidade consciente. Como o Criador é a Luz primordial, isso implica que a ruína eterna, a condenação, significa na realidade estar permanentemente desligado dessa Luz, desprovido da consciência do existir, ficando para todo o sempre apartado do Senhor: “Eles serão punidos com a ruína eterna, *longe da face do Senhor*” (2Ts1:9). Esse é o terrível fim reservado a todos os que se deleitam com o fruto da árvore do conhecimento, que fazem do raciocínio sua mais sublime divindade, visto que então nunca mais lhes será facultado comer do “fruto da árvore da vida, reservado aos vencedores” (Ap2:7).

Os vencedores, por sua vez, são os outros. São aqueles seres humanos que se desenvolveram de modo certo na Criação, ficando portanto livres da condenação ou segunda morte: “A segunda morte não tem poder sobre eles” (Ap20:6); “o vencedor não será atingido pela segunda morte” (Ap2:11). São eles os que foram “inscritos no Livro da Vida do Cordeiro” (Ap21:27), e que por isso se tornaram capacitados a reingressar no Paraíso, onde poderão “viver eternamente” (Gn3:22). Por terem sido vencedores do mal, foi-lhes assegurado que seus nomes permaneceriam registrados no Livro da Vida: “Os vencedores, vestidos de vestiduras brancas, jamais terão seus nomes apagados do Livro da Vida” (Ap3:5). São eles as ovelhas que assimilaram no íntimo a Palavra do pastor, e que por isso não morrerão: as “ovelhas que ouvem a voz do pastor, e que jamais perecerão eternamente” (Jo10:27,28). São todos os que, tal como a comissão dos setenta formada por Jesus (cf. Lc10:1), podiam “alegrar-se, pois seus nomes estão arrolados nos céus” (Lc10:20).

Todos eles “seguiram a Lei” estritamente, isto é, pautaram suas vidas pelo conjunto das leis eternas da Criação, a “Lei que subsiste para todo o sempre; todos aqueles que a seguem adquirirão a vida, mas os que a abandonam morrerão” (Br4:1). Cada um desses vencedores, desses *verdadeiros fiéis* que adquiriram a vida eterna, e que portanto jamais precisarão experimentar a decomposição na morte espiritual, cada um deles é a prova viva da veracidade do testemunho de Davi ao Senhor: “Não deixarás o Teu fiel experimentar a decomposição” (Sl16:10; At2:27). São eles os justos, cujas “almas estão nas mãos de Deus, e nenhum tormento os atingirá” (Sb3:1), e que por conseguinte viverão eternamente: “os justos viverão para sempre” (Sb5:15). Essa mesma promessa foi dada de modo particular àquele escriba que interpretara corretamente as prescrições para se alcançar a vida eterna. Disse-lhe Jesus na ocasião: “Respondestes corretamente; *faze isto e viverás*” (Lc10:28), ou seja: *age* dessa maneira conforme estás dizendo e *viverás eternamente*. Séculos antes, o profeta Amós já tinha exortado seu povo com palavras semelhantes, indicando como teriam de atuar para poderem angariar a vida eterna: “Buscai o bem e não o mal, *para que vivais!*” (Am5:14).

É, portanto, exclusivamente a todos esses vencedores fiéis que assiste o direito à árvore da vida, pois eles lavaram as suas vestes: “Felizes *os que lavam as suas vestes*, para terem direito à árvore da vida” (Ap22:14). Observe-se que os espíritos humanos vencedores lavaram, *eles mesmos*, as suas vestes, isto é, eles mesmos limparam suas almas da sujeira do pecado, pois a alma é propriamente a veste do espírito, assim como o corpo terreno é a veste da alma. Em latim, alma é *anima*, palavra que indica a vitalidade interna de uma pessoa, aquilo que efetivamente “anima” e incandesce o ser humano terreno, ou, melhor dizendo, seu corpo de matéria grosseira.

A concepção de alma suja, aliás, já era bem conhecida na Antiguidade. No Primeiro Livro de Macabeus, após a profanação do Templo de Jerusalém feita pelo rei sírio Antíoco IV Epífanes⁶, está

⁶ Antíoco significa *antagonista*, e Epífanes vem de *epifania*, porque esse rei acreditava ser a manifestação de Zeus na Terra. Seus subalternos o chamavam de “Epímanes”, que significa “o louco”.

dito que ele ordenara que os filhos da terra “se tornassem abomináveis” (1Mc1:48). No original hebraico está literalmente: “*que manchassem as suas almas*”, algo muito mais grave para os hebreus do que uma simples impureza física, e que demandaria a necessidade de a própria pessoa *lavar-se interiormente*, isto é, purificar sua alma.

No Novo Testamento, também vemos como alguns Coríntios que viviam em pecado igualmente se deram a esse trabalho indispensável de lavar suas próprias almas da imundície do pecado: “Tais foram alguns de vós [pecadores], mas *vós vos lavastes*, (...) e fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo” (1Co6:11), asseverou o apóstolo Paulo. Aqueles Coríntios, portanto, só puderam ser justificados porque *eles mesmos lavaram suas almas do pecado*. Em sua segunda carta a essa comunidade, Paulo os exorta a prosseguirem nesse trabalho de purificação: “Caríssimos, *purifiquemo-nos* de toda mancha do corpo e do espírito” (2Co7:1). Também o profeta Isaías já transmitira em sua época essa ordem clara do Senhor, para que cada pecador se lavasse, *ele mesmo*, de suas faltas: “Lavai-vos, purificai-vos! Tirai da minha vista as vossas más ações! Cessai de praticar o mal, aprendei a fazer o bem!” (Is1:16,17).

Tão-somente os que passam a viver de acordo com a Palavra da Verdade do Senhor são capazes de se limpar da sujeira do pecado, e desse modo portarem novamente “vestiduras brancas” (Ap7:13), isto é, trazerem novamente purificadas as vestimentas de seus espíritos, ou seja, suas almas. Pois com isso eles efetivamente as “alvejaram no sangue do Cordeiro” (Ap7:14), isto é, passaram a viver de acordo com os ensinamentos de Jesus e assim limpavam suas almas da sujeira do pecado. Jesus foi o “Verbo tornado carne” (Jo1:14), que teve seu sangue derramado em prol da Verdade de sua Mensagem. Note-se mais uma vez que foram *eles mesmos* que se lavaram de seus próprios pecados ao viverem segundo a Palavra. Em outras palavras, “*pela obediência à Verdade*, purificaram suas almas” (1Pe1:22).

Como vimos, o teólogo Juliano dizia que a morte terrena era um processo natural, e nisso estava igualmente certo. A morte terrena nunca poderá inspirar nenhum terror em quem se esforça em agir de acordo com a Vontade do Criador. Bem pelo contrário. O ser humano que em sua vida pensar na morte, viverá de tal maneira que não precisará temê-la. Sabendo que encontrará do outro lado apenas o resultado de sua atuação no lado de cá, ele simplesmente não pecará mais: “Em tudo o que fizeres lembra-te de teu fim, e jamais pecarás” (Ec10:40).

Mas vamos sair do desvio e retomar o fio da meada. Estávamos discorrendo sobre a inversão contínua de valores entre espírito e raciocínio no início do desenvolvimento da raça humana, consequência do pecado original, um fato denunciado por Jesus em sua época. A raça humana começou a se inclinar para o mal pouco depois de ter o raciocínio despertado, numa época que equivalia à juventude da humanidade: “A inclinação do coração do homem é má desde a sua mocidade” (Gn8:21).

Desgraçadamente, essa situação insana foi se agravando cada vez mais com o tempo. O raciocínio supercultivado, incapaz de reconhecer tudo quanto se acha além da materialidade, tornou-se então para a humanidade da era moderna, em definitivo, “o anticristo, que nega o Pai e o Filho” (1Jo2:22). Na época em que João escreveu sua primeira epístola, ele avisou que o anticristo já estava no mundo: “Ouvistes dizer que o anticristo virá; pois bem, ele já está no mundo” (1Jo4:3). Esse anticristo do raciocínio que já estava no mundo no tempo de João, e segundo Paulo já atuando: “o mistério da iniquidade já está em ação” (2Ts2:7), é aquele que se ergueria contra toda determinação divina e que acabaria por chegar até os altares: “aquele que se ergue e se insurge contra tudo o que se chama Deus ou se adora, a ponto de se assentar em pessoa no templo de Deus e proclamar-se deus” (2Ts2:4).

Atrás do atuante anticristo raciocínio – o “deus deste mundo que cega o entendimento” (cf. 2Co4:4), encontra-se, porém, seu grande fomentador e instigador, o próprio Anticristo em pessoa: Lúcifer. Para tanto, ele se vale do instrumento que disseminou entre a humanidade, o raciocínio unilateralmente cultivado, que roubou o lugar do espírito. As três personagens das trevas retratadas no livro do Apocalipse: o dragão, a besta e o falso profeta (cf. Ap16:13), representam respectivamente Lúcifer, o raciocínio humano supercultivado, e os apologistas da crença falsa. O Apocalipse diz que “o falso profeta fazia maravilhas a serviço da besta” (Ap19:20), à qual “o dragão deu-lhe a sua própria força, o seu trono e grande poder” (Ap13:2). Os seres humanos tornaram-se com isso adoradores de

Lúcifer e de seu instrumento, o raciocínio supercultivado: “E adoraram o dragão, porque havia dado poder à besta, e adoraram a besta, dizendo: quem é comparável à besta, e quem pode combater contra ela?” (Ap13:4); “E adoraram-na todos os habitantes da Terra, aqueles cujos nomes não estão inscritos, desde o princípio do mundo, no Livro da Vida do Cordeiro” (Ap13:8). O falso profeta seduziu “todos os que haviam recebido a marca da besta e adorado sua estátua” (Ap19:20). Essa última sentença significa que a crença falsa se apoiaria exclusivamente no raciocínio, em conjecturas intelectivas, para seduzir os seres humanos até o ponto de esses literalmente adorarem a besta raciocínio, e com isso terem marcados na testa de suas almas o estigma dos espiritualmente mortos. Que nada pode vir de bom dessas três personagens, fica claro no início da visão da sexta e penúltima taça da Ira de Deus que é derramada sobre a Terra: “Então vi sair da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs” (Ap16:13).

A figura do dragão é por excelência relacionada como o inimigo de Deus desde tempos imemoriais. Essa imagem nada tem a ver com os animais alados de tempos passados, os dragões voadores da época de Atlântida. O livro Atlântida – Princípio e Fim da Grande Tragédia, da escritora Roselis von Sass, apresenta vários quadros de interação dos dragões voadores com os seres humanos, há mais de dez mil anos... Porém, na época em que os livros bíblicos começaram a ser compostos, o saber a respeito desses animais já se extinguiu por completo, de modo que não causa surpresa ver as menções a “dragão voador” que aparecem no livro de Isaías (cf. Is14:29; 30:6) com uma conotação negativa. As muitas lendas e visões proféticas que utilizaram a imagem de um monstro para personificar o mal dentro do mundo, acabaram sendo associadas a um dragão simplesmente, e a imaginação humana cuidou de transformar aqueles animais maravilhosos em figuras horrendas.

Assim é que já no antigo mito grego de Perseu, aparece um reino devastado e oprimido por um dragão, que exige sempre novas vítimas humanas, até ser morto pelo herói. Na literatura mesopotâmica, o deus principal, Marduk, luta contra o terrível dragão Tiamat; arremessa contra ele os “quatro ventos”, seus aliados, e por fim crava uma flecha no peito do monstro ofegante. Nos escritos do Zoroastrismo aparece o dragão Azhi Dahaka, que usurpa o trono terrenal e causa “miséria, fome, fome, luto, lamentação, calor e frio excessivos” no mundo, além de colocar demônios vivendo junto aos seres humanos. O dragão é vencido por Atar, filho de Ahuramazda (o Criador), que o lança num oceano profundo. Entre os hititas, povo de que se tem notícia há pelo menos três milênios antes de Cristo, temos o relato do dragão Iluianka, emblema de todas as forças trevosas, o qual morre numa luta contra o “Grande-deus”. Uma escultura hitita mostra o dragão, em forma de serpente, sendo ferido pelo Grande-deus com uma lança, ao mesmo tempo em que este faz cair sobre o monstro raios em grande quantidade. A imagem de um cavaleiro subjugando com a lança um monstro parecido com um dragão, que a Igreja cuidou de transformar no seu “São Jorge” é, portanto, um quadro espiritual muito antigo. Representa o Filho do Homem em luta pessoal contra o Anticristo Lúcifer. Uma vaga recordação dessa luta aparece no livro de Isaías, onde se diz que “o Senhor matará o dragão” (cf. Is27:1). “Matar” não é a expressão adequada, mas sim “neutralizar”, pois Lúcifer é eterno e encontra-se atualmente manietado. Relatos paralelos vêm do antigo Egito, os quais mencionam uma deusa prestes a dar à luz um menino e um dragão que procura arrebatá-lo. O dragão sabe o que lhe espera e tenta impossibilitar o desenvolvimento do menino, que representa o Filho do Homem enquanto este ainda está se preparando para sua missão. Narrativa semelhante aparece no livro do Apocalipse, onde vemos que o “grande dragão de fogo com sete cabeças e dez chifres” (Ap12:3) também fracassa em sua intenção de devorar um menino, “o filho varão que veio para governar todas as nações com cetro de ferro” (Ap12:5), e que acabara de nascer da “mulher vestida com o Sol, tendo a Lua embaixo dos pés e sobre a cabeça uma coroa de doze estrelas” (Ap12:1). Essa mulher resplandecente não é a “Virgem Maria”, nem tampouco representa a imagem do Antigo Testamento parindo o Novo, como alguns supõem. Ela é a rainha primordial de toda a feminilidade, e encontra-se em altura inimagináveis.

O Anticristo ergueu a cabeça ao máximo pouco antes do Juízo por meio de seus solícitos servos terrenos, os seres humanos de raciocínio, para os quais a intuição não é mais do que uma megera domada. Um dos sinais mais claros disso foi o advento da chamada religião natural e do Iluminismo, ambos no século XVIII. A religião natural alegava que a “razão iluminada” era a fonte e a norma

máximas para a fé cristã, enquanto que o Iluminismo rejeitava qualquer concepção que não pudesse ser explicada em bases puramente racionais.

Os prosélitos dessa religião natural ensinavam que a razão humana em seu desenvolvimento máximo era capaz de conduzir as pessoas à convicção acertada sobre Deus, sobre o sentido da moralidade, a vida após a morte, etc. Para eles, Jesus fora o maior profeta de todos os tempos e só.

Sobre o Iluminismo, é muito irônico que tenha passado para a História com esse nome, pois tal movimento deveria ser chamado com muito mais propriedade de “Obscurantismo”. Se por um lado se opunha às superstições clericais, por outro enaltecia o raciocínio ao máximo, como único antídoto contra todo tipo de fé. Os iluministas franceses chegaram a ponto de estabelecer um “culto à razão”, e para tanto esculpíram uma estátua de uma mulher nua simbolizando o raciocínio humano divinizado: a “deusa razão”. A catedral de Notre Dame, rebatizada de “Templo da Razão”, foi consagrada a essa “deusa razão”, tendo sido ali devidamente entronizada. Durante o “Festival da Razão” foi construída uma montanha cenográfica no interior da catedral, com um segundo templo no cume. Em alguns lugares se desenvolveu até uma liturgia do raciocínio, uma celebração em que cientistas substituíam sacerdotes e faziam experiências de laboratório no altar. Um dos arautos do Iluminismo louvava a auto-satisfação humana, afirmando que o amor da humanidade substituíria o Amor de Deus, de modo que o comportamento dos homens não seria julgado futuramente pelo Criador, mas sim apenas pela posteridade humana.

O raciocínio humano só pôde obter assim tamanho poder e influência sobre a humanidade, chegando a ser literalmente adorado por ela, porque já fora cultivado e enaltido durante milênios por essa mesma humanidade, como sua mais excelsa divindade. Essa vitória incondicional do raciocínio significou propriamente a derrota do espírito, as exéquias do ser humano espiritual. O alcance desse triunfo em nossa época pode ser avaliado já pela aversão inconsciente de se tocar em temas espirituais. A simples menção da palavra *espírito* hoje em dia já causa certo mal-estar na maioria das pessoas. Basta que ouçam ou leiam essa palavra para seu raciocínio entrar imediatamente em ação, procurando fazê-las acreditar que estão frente a algo não muito sério... A não ser que o conceito de *espírito* apareça insidiosamente associado à sagacidade do raciocínio e outros atributos intelectuais ou físicos. Nesse caso a estória é outra. Fala-se aí com indisfarçado orgulho de espírito superior, espírito empreendedor, espírito vivo, espírito público, espírito esportivo, espírito de luta, presença de espírito, espirituoso, etc. Sempre no sentido de enaltecer qualidades externas, nunca internas.

O mesmo efeito se observa com qualquer outro conceito extramaterial que o intelecto não pode assimilar. Assuntos legitimamente espirituais não desencadeiam mais em nossa época sentimentos de alegria e interesse, mas apenas de descaso e rejeição, provocados pelo próprio raciocínio, no seu esforço em manter-se no trono usurpado. Significativamente, a palavra que em hebraico significa *raciocínio* também é usada para conceituar *astúcia* e *ardis maus*...

Assim, o espírito encontra-se hoje subjogado, inativo, sem se fazer notar, sem poder fazer frente à onipresente tirania do seu verdugo racionalista. O raciocínio humano sempre atacará com violência qualquer perigo à sua hegemonia, qualquer ameaça ao domínio que exerce sobre o espírito adormecido, como, por exemplo, uma interpretação bíblica que mostre justamente essa situação.

Este é, portanto, o retrato sem retoques do ser humano hodierno: o ente de espírito que se envergonha de sua origem espiritual, o escravo do seu próprio raciocínio, a lânguida criatura, que desprovida de qualquer vivacidade interior aceita apaticamente as mais grotescas mentiras religiosas e as mais estapafúrdias fantasias místico-ocultistas. Se a humanidade tivesse se utilizado proveitosamente da árvore do conhecimento, sem se “deleitar com seu fruto”, isto é, sem cultivar unilateralmente o raciocínio, tendo ao mesmo tempo cuidado de regar o jardim de suas aptidões espirituais, teríamos hoje um paraíso na Terra, pois “o fruto do espírito é amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, lealdade...” (Gl5:22). Como isso não aconteceu, temos de sobreviver num mundo dilacerado pelo ódio, conspurcado pela cobiça, envenenado pela inveja e afundado na miséria. É o mundo que o intelecto tem a oferecer, quando dissociado do espírito. O mundo de Caim. Um mundo em que o raciocínio adquiriu tal supremacia sobre o espírito, que o matou literalmente. Que não precisaria ser assim, fica patente nessa exortação do Senhor dirigida a Caim, pouco antes de este assassinar Abel, movido pela inveja da posição elevada do irmão, como representante da atuação espiritual humana: “O Senhor disse a Caim: ‘Por que estás zangado e com o rosto abatido? Se

procederes bem, certamente voltarás a erguer o rosto” (Gn4:6). No entanto, Caim não procedeu bem; matou Abel, e com isso o ser humano terreno nunca mais pôde erguer o rosto acima das coisas puramente materiais. A supremacia do raciocínio sobre o espírito foi o primeiro e mais grave pecado da humanidade, que gerou todos os demais.

O ser humano *pôde* pecar dessa forma porque dispõe do livre-arbítrio, e conscientemente utilizou essa dádiva na direção errada, indicada pelos apaniguados luciferianos. Ele, de fato, *podia* pecar, mas não *devia* pecar, pois sempre contou com numerosos auxílios, quase indescritíveis, ao longo de milênios e milênios, para que trilhasse o caminho verdadeiro.

O livre-arbítrio é uma característica inerente ao espírito e necessária ao seu desenvolvimento: “Desde o princípio Deus criou o ser humano e o entregou às mãos do seu arbítrio” (Ec15:14). Por meio dele o ser humano tem a possibilidade de tomar decisões próprias, e através dos efeitos retroativos dessas decisões, isto é, “através da colheita do que foi semeado” (Gl6:7), amadurecer pela vivência no reconhecimento do que é certo e do que é errado.

O desenvolvimento espiritual só se efetiva através de vivências, do saber adquirido pelas vivências. Tal saber, bem entendido, não é o que se aprende em cursos de filosofia ou em escolas ocultistas, mas sim o saber da vida, o saber de como viver em conformidade com as leis que regem a Criação. Esse saber indelével não pode ser obtido por meio de rituais místico-religiosos nem por ascetismo, mas pelo estreito convívio com o próximo, na azáfama do dia-a-dia. Tal saber adquirido pela vivência cotidiana é capaz de moldar o caráter do ser humano, de lapidar seu íntimo no sentido do aperfeiçoamento espiritual, que é o objetivo último da vida terrena: “O ferro com o ferro se aguça, e o homem afina-se no contato com os outros” (Pv27:17).

Esse saber próprio, pessoal, adquirido através de vivências, passa a pertencer realmente ao espírito humano, nada tendo a ver com o aprendizado obtido em escolas e universidades. Tudo quanto é *aprendido* durante a vida não segue com a alma em sua jornada para o Além, mas cai para trás juntamente com o corpo terreno: “Mal deixam de respirar, regressam ao pó da terra; nesse mesmo dia acabam seus projetos” (Sl146:4). Somente aquilo que foi *vivenciado* torna-se propriedade da alma, que a leva consigo para o outro lado. Os que só se preocupam em aprender e aprender, sem aproveitar integralmente as vivências para um crescente reconhecimento da Verdade que jaz nas leis da Criação, malbaratam seu tempo terreno; esses estão “sempre aprendendo, sem nunca chegar ao conhecimento da Verdade” (2Tm3:7).

Só o que foi vivenciado é que se torna, portanto, um saber. É este saber legítimo que possuem os verdadeiros sábios, e não os poucos conhecimentos humano-terrenais, quer sejam científicos ou esotéricos. Não são ares doutorais nem semblantes de pretensa paz mística que fazem do diletante um sábio.

A propósito, é interessante notar que o livro bíblico de Provérbios faz um contraste permanente entre “sábio e insensato”, e não entre “sábio e ignorante”, mostrando com isso que dotes intelectuais e conhecimento adquirido não tornam o erudito um sábio. Erudição não é sabedoria, segundo o livro de Provérbios. A erudição ainda está muito longe do verdadeiro saber. O erudito não será mais do que um grande insensato se não souber ou não quiser viver de maneira certa, se não procurar conhecer o verdadeiro significado da vida e das leis que governam a Criação.

São justamente essas leis régias da Criação que estabelecem um caminho de desenvolvimento bem definido ao espírito humano, onde a conscientização advém através de vivências, decorrentes de suas próprias resoluções. Se fosse possível de outro modo, então o Criador poderia simplesmente ter feito o ser humano sem livre-arbítrio, de maneira a lhe garantir de antemão a bem-aventurança.⁷ Poderia, inclusive, fazê-lo imune ao pecado. No entanto, Ele “permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos” (At14:16). Permitiu, porque o livre-arbítrio está indissolivelmente ligado ao espiritual humano, e não lhe pode ser retirado sem mais nem menos. Uma tal arbitrariedade as leis da Criação, instituídas pela Sua própria Vontade perfeita, não permitem, assim como também não permitem nenhum ato arbitrário de absolvição de pecados. O dom do livre-arbítrio condiciona a mais severa responsabilidade de uma criatura.

⁷ Sobre esse tema, ver a dissertação “O Ser Humano e Seu Livre-Arbítrio”, no segundo volume da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin.

As pessoas deveriam afastar resolutamente de si qualquer tentativa de convencê-las de um perdão arbitrário de pecados, pois tal coisa é simplesmente impossível, é uma ilusão desmedida, além de ser demonstração de ilimitada presunção. Deveriam se lembrar sempre de que “a soberba precede a ruína, e a presunção precede a queda” (Pv16:18). A atual presunção do ser humano terreno é o sintoma mais nítido de sua queda, de uma profunda queda nas profundezas...

O ser humano é, a rigor, um ente bem pequeno no gigantesco conjunto da obra da Criação, apesar de naturalmente estar convencido do contrário. Tão pequeno, que só pode começar a se desenvolver conscientemente em distâncias incomensuráveis da Fonte da Vida, de Deus, como é o caso deste nosso pequeno mundo material, uma das últimas e mais afastadas moradas da Casa do Pai. Aqui lhe é possível dar início a um vagaroso desenvolvimento da sua autoconsciência, através das vivências decorrentes do seu livre-arbítrio.

Uma maturação lenta, paulatina, rumo a uma sabedoria crescente, arduamente conquistada, e cuja obtenção plena realmente “vale mais do que a prata, e o seu lucro mais do que o ouro” (Pv3:14). Uma verdadeira sabedoria, que “não se troca por ouro maciço, nem se compra a preço de prata” (Jó28:15), pois “quem encontra a sabedoria encontra a própria vida” (cf. Pv8:35). Uma sabedoria abrangente, que pode ser resumida como sendo “o testamento do Altíssimo e o conhecimento da Verdade” (Eclo24:32), e que permite ao espírito tornado sábio trilhar o caminho reto: “Torna-te sábio e guia teu espírito pelo caminho reto” (Pv23:19). Todavia, só quem se move direito na Criação pode obtê-la realmente, porque ela, a sabedoria, “mantém-se longe do orgulhoso, dela não se lembrarão os mentirosos; (...) os insensatos não a atingirão e os pecadores não chegarão a vê-la” (Eclo15:8,7).

Quanto mais sábio o ser humano se tornar nesse processo indispensável de amadurecimento, rumo à autoconsciência, tanto mais incondicionalmente sintonizará sua vontade no sentido da Vontade do seu Criador. Com isso ele nada mais deseja senão seguir pelo caminho da Verdade de Deus, e dirá por fim em seu coração: “Eu escolhi o caminho da Verdade, e me conformo às Tuas normas” (Sl119:30). O resultado final dessa sábia escolha será sua própria salvação: “Quem age com sabedoria será salvo” (Pv28:26).

Um tal ser humano terá se tornado também, como conseqüência natural de sua sabedoria adquirida, muito mais humilde, pois terá adquirido um vislumbre claro do verdadeiro papel que exerce dentro da Criação, porque “se alguém julga saber alguma coisa, ainda não sabe como deveria saber” (1Co8:2). Assim, ele se torna a comprovação viva de que “com os humildes está a sabedoria” (Pv11:2). Essa contingência de humildade associada à verdadeira sabedoria pode sempre ser observada junto aos legítimos sábios. Quando o filósofo grego Sócrates, por exemplo, recebeu do oráculo de Delfos o honroso título de “o mais sábio dos homens”, respondeu que isso se devia ao fato de ser o único que sabia que nada sabia... Vemos aí a comprovação de que “diante da honra vai a humildade” (Pv18:12), ou de que “o humilde de espírito obterá honra” (Pv29:23).

A verdadeira humildade brota naturalmente do coração, pela percepção da pequenez humana diante da magnificência e perfeição da obra da Criação. É uma característica pessoal, íntima. Jamais tentará se evidenciar mediante frases de efeito ou situações arranjadas, que nada mais são do que elucubrações do raciocínio com o único fito de provar a todo custo que... se é “humilde”! A legítima humildade não é formada por tais lantejoulas nem se apóia nelas. Um tal teatro pode até fazer com que o respectivo ator *pareça* ser uma pessoa modesta, não porém humilde. A modéstia é uma virtude que se evidencia externamente, e por isso pode ser dissimulada e apresentada como tal. A humildade não. A humildade real se evidencia interiormente, moldando-se numa oração e adoração permanentes, silenciosas e intensas, ao Todo-Poderoso Criador, pelo reconhecimento da inconcebível graça de poder existir. Desse modo, um ser humano altivo pode perfeitamente trazer em si a legítima humildade, e devido a isso apresentar também uma modéstia normal, ao passo que um outro que se esforça em parecer muito modesto aos olhos de seus pares, freqüentemente tem a alma cheia de vaidade e presunção, na qual não há nenhum lugar para a humildade. Todavia, só um interlocutor que faça uso de sua intuição pode perceber a diferença entre essas duas espécies de seres humanos, sem se deixar enganar pelas aparências.

Voltando ao processo do desenvolvimento humano, constatamos que a humanidade como um todo não quis trilhar aquele caminho de evolução natural, rumo à aquisição da legítima sabedoria e da autoconsciência do existir, da qual decorre a legítima humildade como conseqüência natural, mas

preferiu seguir pelas falsas veredas indicadas pelo raciocínio unilateralmente cultivado, seu idolatrado pecado original. Por parte da Luz todos os esforços possíveis foram feitos para que os seres humanos reconhecessem ainda em tempo o erro que estavam cometendo com a glorificação do seu raciocínio e se libertassem rapidamente daquela situação insana, cujo resultado final só poderia ser sua própria e automática destruição, para preservação da integridade da obra de Deus e dos outros seres que nela vivem.

Ainda em tempo... porque tudo na Criação dispõe de um prazo estabelecido para se efetivar. Depois da sementeira vem o desenvolvimento, a frutificação e a colheita. Com o espírito humano – que como tudo o mais está submetido às mesmas leis – ocorre exatamente da mesma forma. Também para o gênero humano “o fim tem data marcada” (Dn8:19).

As boas sementes da sementeira do Filho do Homem mencionadas no início deste capítulo, provenientes do Paraíso, deveriam se desenvolver e por fim dar magníficos frutos por ocasião da messe. Agora, na época da colheita, no assim chamado Juízo Final, todos os espíritos humanos já deveriam estar plenamente amadurecidos, prontos para retornar conscientemente à sua verdadeira Pátria espiritual, o Paraíso. O Paraíso é “a nossa Pátria que está nos céus” (Fp3:20), a denominada Jerusalém celeste bíblica, a “cidade do Deus vivo” (Hb12:22), que o apóstolo Paulo chama de “nossa mãe” (cf. Gl4:26). É a cidade das “ruas de ouro” (cf. Ap21:21), iluminada pela “glória de Deus” (Ap21:23), o lugar da “assembléia dos primogênitos, cujos nomes estão escritos nos céus” (Hb12:23). A imagem da Jerusalém celeste que desce do céu (cf. Ap3:12;21:2), vista em espírito pela vidente que recebeu o Apocalipse (cf. Ap21:10), quer indicar que, após o Juízo, a Terra terá se tornado tal como é no Paraíso, onde impera exclusivamente a Vontade de Deus. Será o tempo da efetivação do clamor expresso na oração Pai Nosso: “Venha a nós o vosso reino”. Nesse tempo a Terra será assim como é a Jerusalém celeste, e “as nações andarão à sua luz, e os reis da terra levar-lhe-ão a sua opulência” (Ap21:24). Então “nunca mais entrará nela o que é impuro, nem alguém que pratique a abominação e a mentira; entrarão nela somente os que estão inscritos no Livro da Vida do Cordeiro” (Ap21:27); “a morte não existirá mais, e não haverá mais luto, nem grito, nem dor, porque as coisas anteriores já passaram” (Ap21:4). As coisas ruins antigas, de antes do Juízo, já terão sido extintas, e toda dor e pavor provocados pelos seres humanos, inclusive a morte espiritual, não existirão mais na Criação. Será a morte da morte.

O livro do Gênesis menciona a saída do Paraíso (o reino espiritual) das boas sementes inconscientes, os germes de espíritos humanos, com a expressão alegórica “tendo expulso o ser humano...” (Gn3:24). Esse fato não foi nenhum castigo decorrente do pecado original, que ainda não havia ocorrido, mas sim um processo indispensável e natural no curso do desenvolvimento progressivo. Do mesmo modo, a imagem da paulatina conscientização do germe humano, com o reconhecimento de sua nudez e a necessidade de se cobri-la, também foi um fenômeno natural: “Os olhos de ambos se abriram e souberam que estavam nus. Tendo costurado folhas de figueira, fizeram tangas para si” (Gn3:7). Essa imagem mostra a contingência indesejável para o germe espiritual de se cobrir com invólucros de mesma espécie do ambiente, em seu percurso descendente rumo à materialidade grosseira. O Gênesis ainda diz que “o Senhor Deus fez para Adão e sua mulher *roupas de pele* com as quais os vestiu” (Gn3:21). No popular livro apócrifo de Jubileus, escrito em meados do século II a.C., o Criador também presenteia o homem e a mulher com vestimentas quando eles saem do Paraíso. O grande teólogo Orígenes (185 – 253), de quem falarei daqui a pouco, afirmava que as folhas que Deus deu a Adão e Eva no Jardim após a queda eram, na verdade, os corpos deles, pois antes eram espíritos puros...

Essa metáfora bíblica sobre o reconhecimento da nudez pelo casal humano, e a necessidade que ambos sentiram de cobri-la quando se lhes despertou a noção do bem e do mal, é um quadro que evidencia o início do processo de conscientização do espírito humano, objetivo último e fundamental de sua passagem pelas várias partes da Criação, e que lhe possibilita, por fim, o próprio retorno ao Paraíso. Para um espírito desenvolvido, que já tenha angariado um determinado grau de autoconsciência, corpo e alma serão sempre invólucros intangíveis, absolutamente invioláveis e incorruptíveis. Jamais uma tal pessoa, assim evoluída, consentiria ter o corpo exposto à contemplação pública, nem tampouco a alma desnudada diante de pretensos especialistas anímicos. Seu inabalável sentimento de pudor é a mais forte proteção contra a degradação de sua elevada condição humana.

Como o sentimento do pudor está diretamente relacionado ao nível de conscientização, ele é, sim, uma medida exata, direta e infalível, do próprio valor espiritual do indivíduo. Um ser humano que tenha afastado de si todo o pudor é um ser vazio espiritualmente. E um ser vazio espiritualmente deixou de cumprir sua prerrogativa fundamental, a própria razão de sua existência, que é a obtenção e manutenção da autoconsciência adquirida em suas peregrinações pelas materialidades. Naturalmente, essa medida infalível é válida também no caso oposto, e nos dois sentidos. Assim, quanto mais enobrecido for um ser humano, tanto mais íntegro e inabalável será seu sentimento de pudor, corporal e anímico, com o que ele também cumpre da forma mais natural o conselho tão importante: “Não abras o coração a qualquer um” (Eclo8:22).

O castigo, propriamente dito, derivado do pecado original, foi a impossibilidade, também absolutamente automática, de o germe espiritual poder *retornar* ao Paraíso como espírito autoconsciente. Essa *exclusão definitiva* do Paraíso foi, portanto, provocada pelo próprio ser humano muito tempo depois de sua saída de lá como semente espiritual, devido ao seu voluntário acorrentamento à matéria, decorrente do supercultivo do raciocínio – o pecado original – com o conseqüente enfraquecimento de seu espírito.

Desde a eclosão do pecado original não faltaram auxílios à humanidade desencaminhada, cada vez mais perdida no labirinto de seus erros. De tempos em tempos foram enviados a ela espíritos auxiliares, a fim de adverti-la e exortá-la a retomar o caminho certo. Krishna, Lao-Tse, Zoroaster, Buda, Maomé e ainda outros foram espíritos auxiliares⁸. Suas doutrinas eram originalmente puras e correspondiam à Verdade, adaptadas logicamente às respectivas épocas e povos.

Os ensinamentos ministrados pelos auxiliares dos tempos antigos mostravam porque, onde e como os seres humanos estavam errando, e a maneira de corrigir o erro a tempo, de modo que quando chegasse a época do Juízo Final todos estivessem aptos a subsistir espiritualmente. Por isso, eles também são chamados Precursores ou Preparadores do Caminho, isto é, aqueles que vieram antes da chegada do Juiz, o Filho do Homem, para preparar o caminho dele, ou, dito de outra forma, para preparar as almas humanas para sua vinda.

Os Precursores advertiram e exortaram as criaturas humanas para que elas se modificassem ainda em tempo e pudessem retomar o caminho do reconhecimento da Verdade, com a conseqüente evolução de seus espíritos. Caso contrário, as sementes espirituais humanas, que antes do pecado original se desenvolviam maravilhosamente no grande campo de cultivo da matéria, acabariam se perdendo, por imprestáveis e nocivas. Exatamente como se dá também numa lavoura, quando sementes estragadas não conseguem germinar ou dão origem a plantas fracas, tendo de ser descartadas por ocasião da colheita.

As doutrinas trazidas por esses espíritos preparados, em épocas para isso bem determinadas, eram em todos os sentidos puras e verdadeiras, embora com formas diferentes, consentâneas às características dos povos a que eram destinadas. Todavia, em razão de a humanidade como um todo ter se desviado do caminho ascendente, invariavelmente acontecia algo insólito: decorrido certo tempo da morte do respectivo preceptor, os dirigentes que o sucediam começavam a imiscuir coisas estranhas à doutrina, de modo que esta acabava se transformando em algo muito diferente dos ensinamentos originais, tornando-se por vezes até mesmo contrária a estes. Os sucessores envolviam a verdade das doutrinas originais em mentiras inventadas, consciente ou inconscientemente, quase sempre com vistas a angariar maior poder e influência terrenais. Isso acontecia sempre, decorrente do avanço crescente e ininterrupto da mentira sobre a Terra, em todos os campos da vida humana, como um dos mais asquerosos frutos do domínio do raciocínio sobre o espírito. Foram esses dirigentes, pois, os que “mudaram a Verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador” (Rm1:25); são eles igualmente os “homens de espírito corrompido e desprovidos de Verdade, que julgam ser a piedade uma fonte de lucro” (1Tm6:5), e que exploram os adeptos com palavras mentirosas: “Por ganância, vos explorarão com palavras mentirosas” (2Pe2:3). Essa conduta de desvirtuamento posterior de doutrinas corretas é tão antiga, que o livro de Juízes (governadores), com data estimada de redação no século X a.C., já dá indicações a respeito:

⁸ O leitor que se interessar pela vida e obra de *Lao-Tse*, *Zoroaster* e *Buddha*, encontrará os esclarecimentos que procura nas obras de mesmo nome publicadas pela Editora Ordem do Graal na Terra.

“Sempre que suscitava juizes, o Senhor estava com o juiz. Enquanto o juiz vivia, o Senhor livrava os israelitas das mãos dos inimigos, (...). Mas, quando o juiz morria, eles voltavam a corromper-se, mais ainda que seus pais, seguindo deuses estranhos para os servir e adorar.”

(Jz2:18,19)

Pode-se dizer que a humanidade inteira (salvo raríssimas exceções) rejeitou os auxílios trazidos pelos Precursores, auxílios enviados com imenso cuidado e Amor pela Luz, para os desencaminhados seres humanos terrenos: “Eles foram rebeldes à Luz, ignoraram seus caminhos e não permaneceram em suas veredas” (Jó24:13). Foram rebeldes contra seu Criador, que é a própria Luz e o Amor (cf. 1Jo1:5;4:8).

Também os profetas bíblicos dos tempos antigos foram espíritos auxiliares. Advertiram e exortaram, sempre com vistas a uma mudança de atitude da humanidade, para que no final dos tempos ela estivesse apta a subsistir no Juízo Final. Entretanto, seus esforços foram igualmente em vão: “O Senhor lhes enviou profetas para os reconduzir a Si; estes profetas testemunharam contra eles, mas eles não deram ouvidos” (2Cr24:19). Os profetas dos tempos antigos não foram ouvidos, e “seu sangue foi derramado sobre a terra, desde o justo Abel até Zacarias” (Mt23:35). Significativamente, o nome Zacarias tem o sentido de “Yahweh se lembra”⁹...

Os auxílios provenientes da Luz não surtiram efeito, “os profetas foram mortos e os enviados apedrejados” (Mt23:37; Lc13:34). Esta situação é descrita na segunda parte da parábola dos lavradores maus, mencionada anteriormente:

“Ao tempo da colheita, enviou os seus servos aos lavradores, para receber os frutos que lhe tocavam. E os lavradores, agarrando os servos, espancaram um, mataram outro, e a outro apedrejaram. Enviou ainda outros servos em maior número, e trataram-nos da mesma sorte.”

(Mt21:34-36)

No próprio Antigo Testamento já haviam surgido indicações claras desse comportamento inacreditável, como descrito nessas passagens: “Foram rebeldes e revoltaram-se contra Ti. Rejeitaram a Tua Lei, mataram os Teus profetas, que os repreendiam para se converterem a Ti. Cometeram grandes abominações” (Ne9:26); “O Senhor, Deus de seus pais, começando de madrugada, falou-lhes por intermédio dos Seus mensageiros, porque se compadecera do Seu povo e da sua morada. Eles, porém, zombaram dos mensageiros, desprezaram as palavras de Deus e mofaram dos seus profetas, até que subiu a Ira do Senhor contra o Seu povo, e não houve remédio algum” (2Cr36:15,16).

A expressão “começando de madrugada” indica que os auxílios enviados pelo Criador chegaram logo, assim que se tornou evidente que os seres humanos haviam enveredado por um caminho falso.

Naquela época longínqua, as sementes humanas já estavam então irremediavelmente “cobertas de espinhos” (Mt13:22; Mc4:18,19; Lc8:14), só se interessando ainda pelos aspectos materiais de suas existências, não tendo mais nenhum anseio pela vida espiritual. Isso também foi uma decorrência direta do pecado original, que elevava o raciocínio a ídolo. Como ele, o raciocínio, é um produto do cérebro humano terreno, sempre divisará valores unicamente em coisas materiais, que dão frutos materiais, terrenalmente visíveis e palpáveis, sem se aperceber que tais frutos não contêm nenhuma vida, visto não provirem do espírito. Os frutos do raciocínio serão sempre produtos da árvore do conhecimento, nunca da árvore da vida; serão sempre frutos efêmeros, jamais eternos. Essa árvore da vida é mesmo de *vital* importância para a criatura humana, apesar de a humanidade terrena nada saber de sua forma e localização. O fato de justamente o primeiro e último livros da Bíblia fazerem menção a essa árvore da vida (cf. Gn2:9;3:22,24; Ap2:7;22:2,14,19) deveria sinalizar aos pesquisadores o grau de relevância dessa árvore extraordinária, tema difundido também em muitas mitologias. Os povos antigos tinham exato conhecimento dela; sabiam que não se tratava de nenhum conceito abstrato e sim

⁹ A palavra *Yahweh* é uma das formas transliteradas do nome de Deus existente no Antigo Testamento hebraico, com quatro letras, as quais também podem aparecer de forma variada: YHVH, JHVH, JHWH, IHVH, YHWH. Os antigos autores judeus achavam que o nome do Criador era de tal forma sagrado que devia ser impronunciável, no que eram naturalmente ajudados por seu alfabeto consonantal. Em seu lugar eles diziam: *Adonai* – o Senhor, *HaShem* – o Nome, ou *Shekinah* – a Presença. A antiga forma abreviada *Yah* foi utilizada na composição do grito hebraico de louvor “louvai Yah” – *halélû Yah*, de onde adveio a expressão “aleluia”. As outras formas mais conhecidas de transliteração para o português do nome *Yahweh* são: Iavé, Javé, Jeová.

de uma árvore real, embora não localizada na matéria visível. Na obra *A Grande Pirâmide Revela Seu Segredo*, Roselis von Sass traz a descrição que um antigo sábio da Caldéia, de nome Aphek, futuro sacerdote-rei do país, fez dessa árvore. É uma exposição de impressionante beleza, que todos os pesquisadores sinceramente interessados deveriam conhecer.

Somente quem se nutre dessa árvore da vida, pela maneira correta de viver, pode produzir frutos espirituais. Em contraste com os do raciocínio, os frutos ou obras do espírito contêm vida em si, e por isso trazem valores verdadeiros, perenes. Por isso, Jesus disse aos seus ouvintes que no futuro, ou seja, quando estivessem novamente encarnados na Terra, reconheceriam dessa maneira os responsáveis por esses valiosos frutos espirituais: “Assim, pois, é por seus frutos que os conhecereis” (Mt7:20). Por seus frutos ou por suas obras significa por sua *atuação*, isto é, pelo seu modo de ser, em suma, por tudo quanto deles emana: pensamentos, palavras e atos. Se eles pertencessem à Luz, então os frutos de seu atuar só poderiam ser bons, pois “o fruto da Luz se chama: bondade, justiça, verdade” (Ef5:9). Àqueles servos do futuro, Jesus se dirigiu nos seguintes termos em seu tempo: “Vós sois a luz do mundo. (...) Assim brilhe também a vossa luz diante das pessoas, para que vejam as vossas boas obras e louvem o vosso Pai que está nos céus” (Mt5:14,16). Àqueles servidores e também a todas as outras pessoas que agissem como tal, que produzissem os mesmos bons frutos, seria entregue o reino de Deus: “[O reino de Deus] será entregue a um povo que lhe produza os respectivos frutos” (Mt21:43).

Por outro lado, quem hoje se deixa engodar pelos frutos do raciocínio, como o são as falsidades da fé cega e tanta coisa mais, mostra não ter dado atenção a essa advertência de Cristo, e nem procurado pelas boas obras daquelas pessoas. As obras rígidas do raciocínio procuram aparentar vida sem tê-la, assim como os seres humanos de puro raciocínio que a elas se dedicaram. No final do segundo volume deste livro, veremos que essa auto-ilusão do ser humano de raciocínio, já morto espiritualmente, não se sustentará diante do Juiz, que lhe diz: “Conheço tuas obras: tens fama de estar vivo, mas estás morto!” (Ap3:1).

Assim aconteceu que durante todo o período concedido para o seu desenvolvimento, a maior parte da humanidade preferiu prosseguir pelo caminho antinatural. Ela se desenvolveu sim, mas no sentido inverso do preconizado pelas leis naturais. Com isso, acabou assinando sua própria sentença de morte. E assinou-a conscientemente, com um sorriso de superioridade, desafiando abertamente seu Criador, desprezando todos os auxílios vindos de cima, escarnecendo das inúmeras advertências e exortações que lhe foram dirigidas para que retomasse ainda em tempo o caminho natural levemente abandonado. Uma tragédia colossal, cuidadosamente preparada pelos próprios atingidos por ela...

Visto de cima, o quadro se afigurava desesperador, já bem antes da época de Jesus. O tempo da colheita das sementes humanas se aproximava e elas não se desenvolviam como fora previsto, apesar dos esforços envidados pelo Alto. Salvo sempre raras, muito raras exceções, elas não atentavam às palavras admoestadoras dos Precursores e dos profetas. Contudo, se não se modificassem a tempo, só haveria por fim joio a ser colhido no campo de trigo; todas estariam perdidas quando chegasse a época do Juízo Final, e “o Filho do Homem já não encontraria fé na Terra” (Lc18:8).

Por isso, como recurso extremo, como o maior de todos os auxílios aos transviados e por isso mesmo arrogantes e vaidosos seres humanos terrenos, “vindo a plenitude do tempo Deus enviou Seu Filho” (Gl4:4) a essa Terra tão conspurcada. Jesus foi a Palavra de Deus encarnada, o Amor do Pai que peregrinou pelo mundo. Quão imenso foi esse acontecimento, ser humano algum jamais poderá compreender. Em lugar algum e em tempo algum poderá compreender, pois o alcance de tal ato de graça ultrapassa em muito a capacidade de assimilação do espírito humano.

Se a humanidade como um todo não tivesse construído tão diligentemente a estrada larga do mal, nem enveredado tão cheia de si por ela rumo ao abismo, a vinda de Jesus não teria sido necessária. Mas, para que os poucos bons não acabassem sendo arrastados conjuntamente no sorvedouro lúgubre das trevas cada vez mais densas, para que suas pequenas chamas espirituais se conservassem acesas até a época do Juízo Final, o Amor de Deus se dispôs a descer até esta Terra. Chegou aqui para desobstruir e indicar novamente para eles o estreito caminho que conduzia às alturas, o qual se achava por demais maltratado, muito mal cuidado, em virtude de ter sido escassamente utilizado até então, porque fora já completamente esquecido e abandonado por todos. Jesus veio à Terra para mostrar à humanidade esse caminho certo para cima. Ele o reabriu, para que pudéssemos seguir por ele e assim encontrarmos a

salvação. Por conseguinte, quem quiser seguir por esse caminho, “deve, pessoalmente, caminhar como Jesus caminhou” (1Jo2:6), ou seja, deve em tudo agir segundo o exemplo dado por Jesus.

Foi essa, unicamente, a necessidade da vinda do Filho de Deus à Terra, o profetizado e aguardado Messias¹⁰, o único que ainda poderia trazer salvação às sementes humanas em via de se perder no campo de cultivo da matéria. Foi este o verdadeiro e único sacrifício de Amor do Pai. Uma tentativa desesperada, extremada, conforme indicado na parábola da figueira estéril, que veremos mais à frente. O descaminho da humanidade, que alguns séculos antes já indicava uma situação de urgência, transformou-se em emergência no tempo de Jesus. Foi, sim, por culpa exclusiva dos homens que a primeira aliança do Senhor apresentou defeito, tornando necessária a vinda do Filho de Deus para estabelecer uma segunda: “Se a primeira aliança fosse sem defeito, não se procuraria substituí-la por uma segunda” (Hb8:7). Transcrevo aqui um trecho da dissertação “Deus”, da obra Na Luz da Verdade, a Mensagem do Graal de Abdruschin:

“A cada geração se foi alargando mais o abismo e os seres humanos cada vez mais se algemavam à Terra. Tornaram-se seres humanos de raciocínio atados à Terra, que se chamam materialistas, denominando-se assim até com orgulho, porque não se dão conta das suas algemas, visto que naturalmente, com a condição de estarem firmemente atados ao espaço e ao tempo, seu horizonte se estreitava simultaneamente.

Como devia ser encontrado, a partir daí, o caminho para Deus?

Era impossível, se o auxílio não viesse de Deus. E Ele se apiedou. O próprio Deus em Sua Pureza não mais podia se revelar aos baixos seres humanos de raciocínio, porque estes não estavam mais capacitados a sentir, ver ou ouvir Seus mensageiros, e os poucos que ainda o conseguiam eram ridicularizados, porque o horizonte estreitado dos materialistas, atados apenas ao espaço e ao tempo, recusava cada pensamento, referente a uma ampliação existente acima disso, como sendo impossível, porque para eles era incompreensível.

Por isso também não bastavam mais os profetas, cuja força já não conseguia se fazer valer, porque, por fim, até os pensamentos básicos de todas as tendências religiosas haviam-se tornado puramente materialistas.

Portanto, tinha que vir um mediador entre a divindade e a humanidade transviada, e que dispusesse de mais força do que todos os outros até então, para poder se fazer valer. Poder-se-ia perguntar: por causa dos poucos que, sob o mais crasso materialismo, ainda ansiavam por Deus? Estaria certo, mas seria denominado pelos adversários preferencialmente como presunção dos fiéis, ao invés de reconhecerem nisso o Amor de Deus e ao mesmo tempo severa Justiça, que com a recompensa e o castigo oferecem ao mesmo tempo salvação.

Por esse motivo Deus, em Seu Amor, por um ato de Vontade, separou uma parte de Si mesmo, encarnando-a num corpo humano do sexo masculino: Jesus de Nazaré, daí por diante o Verbo feito carne, o Amor de Deus encarnado, o Filho de Deus!”

O Verbo feito carne! Uma parte do Amor do Criador encarnada aqui na Terra, o “Filho do Seu Amor” (Cl1:13) junto de nós! Ensinando, advertindo, exortando, procurando salvar do desastre iminente! Durante algumas poucas décadas, as atenções nas muitas moradas da Casa do Pai estiveram voltadas diretamente para cá, para o nosso pequeno planeta, desde aquela singela noite em Belém, num estábulo de carneiros, até o terrível desfecho do Gólgota. O resultado de um tão imenso ato de graça para a humanidade está indicado na última parte da parábola dos lavradores maus, proferida por Jesus poucos dias antes de ser morto:

¹⁰ A palavra Messias provém do hebraico *Mashiah* – Escolhido ou Ungido, traduzido para o grego como *Khristos* (de *khrio* – unguento), de onde se originou o termo “Cristo”. A palavra Cristo não é, portanto, um nome próprio, mas sim um título atribuído a Jesus, conforme transparece nas confissões de Pedro: “[Tu és] o Cristo de Deus” (Lc9:20); “Deus o constituiu Senhor e Cristo” (At2:36).

“E por último enviou-lhes o seu próprio filho, dizendo: A meu filho respeitarão. Mas os lavradores, vendo o filho disseram entre si: Este é o herdeiro; ora, vamos, matemo-lo, e apoderemo-nos de sua herança. E, agarrando-o, lançaram-no fora da vinha e o mataram.”

(Mt21:37-39)

No segundo volume deste livro veremos qual foi o real significado para a humanidade da morte de Jesus Cristo.

Correlação Entre a Época Messiânica e a Atual

Não existem acasos nos fenômenos da Criação. Tudo se processa dentro da mais severa lógica estabelecida pelas leis que a sustentam, as quais traduzem a própria Vontade do Todo-Poderoso. Vontade essa absolutamente indesviável e imutável, porque Ele, o Criador, permanece sempre o mesmo. “Tu és sempre o mesmo” (Sl101:28), louva o rei Davi, porque “a Verdade do Senhor permanece eternamente” (Sl117). E o Senhor o confirma pela boca do profeta Malaquias: “Eu sou o Senhor, e não mudo jamais” (Ml3:6). Com o processo da vinda de Jesus não poderia ser diferente, mas teria de inserir-se obrigatoriamente dentro dessa imutabilidade da Vontade divina.

As profecias sobre a chegada do Messias, registradas nas antigas Escrituras do povo judeu, são uma indicação de que a necessidade de um mediador divino já se tornara patente há muito tempo, vários séculos antes de sua vinda. O pavoroso culto de Baal, por exemplo, começou a se alastrar pela Babilônia há sete mil anos...

Também a própria escolha do povo judeu para abrigar em seu seio o Filho de Deus não foi nenhum acaso, nenhum ato arbitrário, mas apenas uma decorrência direta e automática de uma das leis da Criação, denominada Lei de Atração da Igual Espécie. Naquela época em que a humanidade já estava inteiramente mergulhada nas trevas, descendo cada vez mais celeremente rumo ao descalabro total, o povo judeu era o que ainda conservava a concepção mais pura, mais verdadeira da existência de um Deus Único, angariada séculos antes à custa de pesado sofrimento, sob o jugo dos egípcios. E, posteriormente, quando o raciocínio também começou a se imiscuir em sua doutrina, ameaçando degradá-la, a mão de ferro dos romanos cuidou de manter viva, num pequeno grupo desse povo, aquela concepção pura inicial sobre o onipotente Criador dos Mundos.

Como Jesus veio das alturas máximas, ele só poderia encarnar-se no povo que espiritualmente se encontrasse como o mais elevado, segundo a Lei. Ao descer através dos planos da Criação ele se encaminhou então para o povo que dele mais *se aproximava* em suas concepções e esforços em direção ao Alto. Este povo era o povo judeu, mais precisamente o pequeno grupo que se manteve fiel até aquela época, o qual, com isso, cumpriu efetivamente a antiga promessa feita diante de Moisés: “Tudo o que o Senhor falou, faremos” (Ex19:8), constituindo então – e somente esse pequeno grupo – o que ainda se podia chamar de “uma nação santa” (Ex19:6), “porção escolhida entre todos os povos” (Ex19:5).

Tratava-se do pequeno número de justos que tinha restado da casa de Israel, o “resto salvo de Israel” (cf. Rm9:27): “Não restará de vós nada além de um pequeno número no meio das nações para onde o Senhor vos tiver levado” (Dt4:27). Esse grupo reduzido era constituído dos “sobreviventes de Israel”, o “resto de Sião” ou o “remanescente de Jerusalém”, cujos nomes estavam inscritos para vida, e onde pôde se encarnar então o rebento de Yahweh – o Messias: “Naquele dia, o *reberto de Yahweh* se cobrirá de beleza e glória, o fruto da terra será motivo de orgulho e um esplendor para os *sobreviventes* de Israel. Então o *resto de Sião* e o *remanescente de Jerusalém* serão chamados santos, a saber, o que está inscrito para a vida em Jerusalém” (Is4:2,3). Sião, ou monte Sião, é a colina onde Jerusalém foi edificada, sendo freqüentemente associada à própria cidade.

O período em que se deu a encarnação do Filho de Deus nesse pequeno grupo humano tampouco foi obra do acaso, mas sim ocorreu num bem determinado momento da História. Se não tivesse ocorrido precisamente naquela época, teria sido impossível uma encarnação em tempo posterior, porque a humanidade já teria afundado tanto que uma ligação direta com a Luz não teria sido mais possível. O resultado é que ninguém mais na Terra poderia ser salvo, e quando chegasse a época da colheita, o Juízo Final, não haveria mais um ser humano sequer que pudesse “estar de pé na presença do Filho do Homem” (Lc21:36), isto é, não haveria mais ninguém capaz de subsistir ao Juízo desencadeado pelo Filho do Homem.

Jesus chegou a esta Terra há pouco mais de dois mil anos, mais precisamente em 12 a.C. segundo nossa atual (e errônea) contagem de tempo. Seu nascimento foi anunciado pelo aparecimento de um cometa gigantesco, conhecido hoje como Estrela de Belém. Mateus diz em seu Evangelho que

os reis magos foram guiados até o local do nascimento por uma estrela: “Vimos a sua estrela no Oriente, e viemos para adorá-lo” (Mt2:2). Esse acontecimento é descrito mais explicitamente no Evangelho apócrifo de Tiago: “Vimos um astro muito grande que brilhava entre as demais estrelas e as eclipsava, fazendo-as desaparecer. Nele temos conhecido que em Israel nasceu um rei, e viemos adorá-lo.” Também é digno de nota, sobre a magnificência da Estrela de Belém, essa declaração um tanto hiperbólica do bispo Inácio de Antioquia, no ano 107: “Uma estrela brilhou no céu mais do que qualquer outra estrela, e todas as outras estrelas junto com o Sol e a Lua formaram um coro ao redor da estrela de Cristo, que superava todas em esplendor.” No século III, Orígenes esclareceu que essa estrela fora na verdade um cometa.

A Estrela de Belém foi um grande cometa anunciador que surgiu no céu em 12 a.C., e cujos registros chegaram, sim, até nossa época. O historiador Dio Cassius, por exemplo, autor de uma longa história de Roma, desde a sua fundação até 229 d.C., fala de um cometa avistado em Roma em 12 a.C., na época em que morreu Marcus Agrippa, o famoso comandante romano. Registros astronômicos chineses datados do século 1 d.C., os quais trazem anotações de anos precedentes, também mencionam o aparecimento de um cometa em 12 a.C. Segundo o historiador e pesquisador Nikos Kokkinos, os Gregos e os Romanos observaram e descreveram 135 cometas antes do advento do Cristianismo, sendo que o último deles foi justamente no ano 12 a.C.

Alguns pesquisadores acreditam que esse astro tenha sido o cometa Halley, que periodicamente se aproxima da Terra em sua órbita pelo sistema solar. Essa suposição não é verdadeira. Apesar da fama incomum que desfruta, o cometa Halley é pequeno e sem importância quando comparado a um cometa anunciador, como o foi a Estrela de Belém. Esse fato, porém, não é do conhecimento dos astrônomos e das autoridades eclesiásticas de hoje, como já não o era na Antiguidade e na Idade Média. Quando o próprio cometa Halley surgiu no céu no ano de 1456, causou um temor generalizado na Europa.

Um outro pesquisador, também convencido da data de 12 a.C. para o nascimento de Jesus, é Jerry Vardaman, diretor do Instituto de Arqueologia da Universidade de Mississipi e professor de religião. Dr. Vardaman elaborou um minucioso estudo das moedas cunhadas no início da era cristã e chegou a algumas conclusões interessantes. Ele verificou que muitas dessas moedas trazem inscrições em letras minúsculas, feitas pelos usuários da época, sendo bastante comuns as alusões a Jesus. Uma das moedas, cunhada em Damasco no ano 16 d.C., no tempo do rei nabateu Aretas IV, traz várias referências a Jesus, tais como: Jesus – Rei dos Judeus, Rei, Messias, e também a frase: “Ano Um de Jesus de Nazaré na Galiléia”. Outra dessas moedas traz as palavras REX JESVS (Rei Jesus) seguidas da data LZKT, que corresponde ao ano 15 d.C. da nossa era. E numa outra moeda, cunhada na época de Agripa I, em 43 ou 44 d.C., está escrito que “o Reino de Jesus iniciou-se no ano LZKT”. Segundo o Dr. Vardaman, Jesus somente poderia ter iniciado seu ministério em 15 ou 16 d.C., conforme indicado nessas inscrições, se tivesse nascido em 12 a.C. A corroborar essa tese, ele lembra que o historiador Flávio Josefo (37 – 100) também coloca o início da pregação de Jesus no período compreendido entre 15 e 19 d.C.

De acordo com o Evangelho de Lucas, essa data teria sido um pouco mais tardia, correspondendo a época que “Pôncio Pilatos era governador da Judéia” (Lc3:1), o que, pelo que se sabe, indica algum ponto entre 26 e 36 d.C. Mas devemos lembrar que Lucas não é taxativo a respeito, pois diz genericamente que “ao iniciar seu ministério, Jesus tinha *cerca* de trinta anos” (Lc3:23). Este “cerca” é uma partícula grega indeterminada, usada aí provavelmente em alusão a outras conhecidas figuras bíblicas do passado, como José, Davi e Ezequiel, cujas atuações também tiveram início com a idade de trinta anos (cf. Gn41:46; 2Sm5:4; Ez1:1). De qualquer modo, as datas podem mesmo variar para mais ou para menos, dependendo de qual dos quatro calendários em vigor na época seja considerado para os cálculos: o relativamente novo calendário juliano, o sírio-macedônio, o egípcio, e o bastante móvel calendário lunar judaico. Esse último era tão móvel, mas tão móvel, que o começo de um mês só era oficialmente declarado *caso* duas testemunhas fidedignas atestassem terem visto a luz da Lua logo após o pôr-do-sol do último dia do mês anterior.

Sobre tudo isso, temos ainda a contribuição adicional de uma passagem do Evangelho de João, quando Jesus é questionado pelos judeus por ter afirmado que Abraão se alegrara por ter visto seu dia: “Perguntaram-lhe, pois, os judeus: Ainda não tens *cinquenta* anos e viste Abraão?” (Jo8:57). Em que

pese a impossibilidade de se conhecer a idade real de Jesus nessa época, é de se supor que se ele tivesse trinta e poucos anos os judeus teriam dito algo como: “Ainda não tens *quarenta* anos e viste Abraão?”

Outro aspecto relevante desse tema é a informação de Lucas segundo a qual Jesus nasceu na época do “primeiro recenseamento, quando Quirino era governador da Síria” (Lc2:2). O *census* sempre foi um dos pilares do sistema de governo romano, mas esse detalhe mencionado por Lucas tornou-se um quebra-cabeça insolúvel para teólogos e exegetas, pois até então se supunha que esse Quirino – Publius Sulpicius Quirinius – havia efetuado um único recenseamento na Palestina, em 6 d.C., data que não combinava com o nascimento de Jesus. O professor Vardaman, porém, informa que existe uma inscrição mencionando outro censo conduzido sob Quirino, que teria sido justamente o primeiro, em 12 a.C., ano em que ele foi inicialmente cônsul em Roma. Alguns historiadores já admitem que Quirino cuidou de uma comissão especial para realizar um censo na Palestina por volta de 10 a.C., porém a data correta é mesmo 12 a.C. Que o ano 12 a.C. foi de recenseamento geral é atestado pelo imperador romano Claudius, o qual afirma que seu pai, Drusus, conduziu um censo na Gália naquele ano. As autoridades romanas de então precisavam descobrir quantas pessoas moravam em cada parte do Império, a fim de poder calcular o valor correto do imposto *tributum capitis*, equivalente ao nosso imposto de renda. Daí o decreto de Augusto para um censo geral em todo o Império. Mais tarde os fariseus iriam questionar Jesus sobre a legalidade desse imposto (cf. Mc12:14).

Bem, naquela época longínqua em que Jesus chegou à Terra, em 12 a.C. portanto, a região da Palestina vivia um raro período de paz que já durava 25 anos. Contudo, no campo religioso a tensão era constante entre os dois grupos religiosos judaicos mais proeminentes: os saduceus e os fariseus. A rixa só iria ceder com a união de ambos contra um inimigo comum: o Messias.

A palavra saduceu deriva do hebraico *sedhokin*, que significa “justos”. Também se atribui essa designação ao nome Sadoc, outrora nomeado sumo sacerdote na época de Salomão (cf. 1Rs2:35). Na versão bíblica grega da Septuaginta, de que virei falar mais à frente, Sadoc aparece grafado como “Sadduc”, o que pode realmente ter dado origem ao nome “saduceu”. Os sacerdotes judeus teriam esse Sadoc como seu antepassado, considerando-se assim descendentes diretos dele e, por conseguinte, também de Aarão, irmão de Moisés.

Muitos pesquisadores afirmam que os saduceus constituíam as principais famílias judaicas, de onde saíam quase todos os sumo sacerdotes do Templo, cargo que seria transmitido por hereditariedade. Consta, porém, que eram racionalistas por excelência, mundanos, no que contrastavam fortemente com o grupo rival: o dos fariseus. Aliás, os dois partidos discordavam em praticamente tudo na vida. O único registro que se tem de um trabalho conjunto entre ambos, e bem profícuo, foi a perseguição implacável que moveram contra Jesus.

Apesar de rigorosos e formalistas no campo doutrinário, os saduceus pareciam muito mais interessados em desfrutar suas riquezas do que tratar de maçantes assuntos religiosos. Há, inclusive, indícios de que na época da ocupação romana chegaram a colaborar ativamente com o invasor, e é sintomático o fato de terem obtido cargos importantes em Jerusalém justamente no tempo de Herodes e dos procuradores romanos. Pareciam ser uma espécie de alto clero oportunista. A respeito de seu comportamento no exercício dos cargos que exerciam, o historiador e seu contemporâneo, Flávio Josefo, relata o seguinte em sua obra *Antiguidades Judaicas*: “Toda vez que obtinham um cargo, observavam – contra a vontade e por obrigação – o que os fariseus diziam, porque do contrário o povo não os aceitaria.” E acrescenta: “Os saduceus são de humor intratável, mesmo entre eles.”

Os saduceus não acreditavam no futuro Juízo, em anjos, em espíritos, em milagres e na concepção reinante sobre a ressurreição corpórea. Também não atribuíam à tradição oral, tão prestigiada pelos fariseus, o mesmo valor da palavra escrita. Eram, assim, bastante conservadores no que dizia respeito aos preceitos da tradição escrita de sua religião. Embora não recusassem integralmente os salmos e os escritos dos profetas, consideravam como única diretriz válida a Torá ou Pentateuco (do grego *pente* – cinco e *teuchos* – rolo), os cinco primeiros livros da Bíblia, numa atitude frontalmente contrária aos que acreditavam que os 22 livros, que na época formavam o Antigo

Testamento, também eram especiais.¹¹ Esses textos correspondem aos 39 livros que compõem o Antigo Testamento na divisão moderna.

Os fariseus, por sua vez, constituíam o grupo dos progressistas de então, dada a facilidade com que incluíam seus próprios conceitos na interpretação da lei de Moisés, como por exemplo a ressurreição dos mortos. Acredita-se que o termo fariseu derive do aramaico *perishayyã*, que significa “separados”, numa alusão aos que com seu estrito devotamento à lei das Escrituras se mantinham separados de tudo quanto era impuro, em especial do “povo da terra”, isto é, do povo ignorante pouco afeito às prescrições: o “povinho que não conhece a Lei” (Jo7:49).

Os fariseus “consideravam-se justos e desprezavam todos os outros” (Lc18:9); pregavam a Justiça de Deus, o Julgamento Final, o Paraíso celeste, e aguardavam a chegada do Messias profetizado... Para eles, a salvação só era possível mediante a observância rigorosa da lei religiosa, tanto da prescrição escrita como da tradição oral – a “tradição dos antigos” (cf. Mt15:2; Mc7:3) repassada de geração em geração, e por isso procuravam fazer tudo o que, segundo suas concepções, ela regulava: oravam, davam o dízimo, lavavam-se antes de comer, purificavam utensílios domésticos e, além do jejum ritual obrigatório, faziam dois jejuns suplementares por semana. No sabá (do hebraico *shabbath* – repouso), que designa o sábad como dia de descanso, eles não realizavam nenhuma tarefa e nem se afastavam mais de dois mil côvados (880 m) de suas casas, dentre outras 37 proibições adicionais estabelecidas para esse dia. Alguns interpretavam literalmente a recomendação de Moisés de trazer consigo as palavras de Deus (cf. Dt6:8;11:18), e por isso portavam sobre a fronte e os braços estojos contendo pergaminhos com trechos das Sagradas Escrituras¹², uma prática que Jesus criticou abertamente (cf. Mt23:5). Alguns se dedicavam ao estudo das Escrituras em tempo integral. Preferiam fazer negócios somente entre membros do grupo, pois assim tinham certeza do pagamento do dízimo das mercadorias, conforme as regras. Sobre esse costume, Jesus disse que os fariseus pagavam “o dízimo da hortelã, da erva-doce e do cominho e deixavam de lado os ensinamentos mais importantes” (cf. Mt23:23). Flávio Josefo diz o seguinte sobre o rigorismo dos fariseus: “Um grupo de judeus com fama de superar todos os outros a respeito da religião e na exata interpretação da lei.”

Os fariseus eram, pois, rigidamente dogmáticos, para não dizer credulamente obtusos. A prática religiosa deles estava adstrita às exterioridades de sua crença, à observância rigorosa dos 613 preceitos que compõem a lei mosaica, divididos em 248 mandamentos (número de partes do corpo que devem cumpri-los) e 365 proibições (número de dias do ano em que se deve observá-las), além das milhares de normas complementares. Intimamente, porém, eram em sua maioria maus, pérfidos. Por essa razão, todas as suas ações tinham de se mostrar como más, apesar de exteriormente se esforçarem em passar por homens santos, profundamente compenetrados em cumprir os preceitos de sua religião, por eles mesmos interpretados.

Jesus foi sistematicamente atacado pelos fariseus, e em todas as oportunidades desmascarava sua falsidade. Numa ocasião, repetindo o epíteto colocado sobre eles por João Batista (cf. Mt3:7), chamou-os de “raça de víboras”, ao mostrar que os frutos de seu atuar tinham necessariamente de ser maus, já que eles próprios eram maus interiormente:

“Ou fazei a árvore boa e o seu fruto bom, ou a árvore má e o seu fruto mau, porque pelo fruto se conhece a árvore. Raça de víboras! Como podeis falar coisas boas sendo maus? Porque a boca fala do que está cheio o coração.”

(Mt12:33,34)

Com “coração” Jesus se referia ao íntimo do ser humano, ao seu âmago mais profundo, isto é, à sua vontade interior ou vontade intuitiva, que provém do espírito. Certa feita, após curar um paralisado, Jesus percebeu que alguns doutores da lei estavam íntima e silenciosamente acusando-o de blasfemador, e prontamente os indagou: “Por que discorreis assim em vossos corações?” (Mc2:8).

¹¹ Havia, inclusive, uma teoria segundo a qual esses textos tinham de ser mesmo em número de 22, porque assim se igualavam às letras do alfabeto hebraico. Isso acabou sendo fácil de se arranjar: bastou reunir num livro único os textos de Juízes e Rute, e em outro os de Jeremias e Lamentações.

¹² Até hoje ainda se pode ver judeus ortodoxos portando caixinhas presas na cabeça e no braço, chamadas filactérios, com trechos das Escrituras.

A Bíblia, por sinal, fala que o coração do homem pode ser puro (Sl24:4;73:1), sincero (Gn20:5), reto (Dt9:5; 1Rs3:6), enganoso (Jr17:9), e afirma que o Senhor “examina o coração” (Sl17:3; Jr12:3; Rm8:27). Conforme veremos mais à frente, não é o Senhor, pessoalmente, que examina o coração do ser humano, mas sim isso se dá de maneira autônoma, através das leis que Ele inseriu em Sua Criação, as quais envolvem Sua criatura por todos os lados, como se Sua mão estivesse de fato sobre ela: “Por trás e pela frente me envolve, e pões sobre mim a Tua mão” (Sl139:5). É dessa maneira que se manifesta a onisciência do Criador.

O coração é, portanto, o íntimo propriamente do ser humano, “a fonte da qual não pode jorrar do mesmo lugar o que é doce e o que é amargoso” (Tg3:11). Esse íntimo, a vontade interior, é o retrato do verdadeiro ser humano espiritual, assim como ele realmente é e não como procura aparentar aos seus semelhantes. O *espírito humano* é o único que conta para os efeitos das leis da Criação. Aquele cujo espírito é puro não precisa temer nenhum castigo: “Feliz o homem a quem o Senhor não atribui nenhum delito e em cujo espírito não há falsidade” (Sl32:2).

As leis que governam a Criação, originadas da Vontade do Criador, consideram justamente essa vontade interior, o coração do homem, e por isso não se deixam enganar por simples aparências ou maquinações exteriores. Por isso, também está escrito que “o homem vê a aparência, mas o Senhor olha o *coração*” (1Sm16:7). No Saltério, ou Livro dos Salmos, vemos uma alusão a essa contingência no procedimento tolo dos malfeitores, que acham que permanecerão impunes porque ninguém está vendo suas intrigas e ardis, mas que acabam sendo atingidos inexoravelmente pela reciprocidade: “Teimam no mau propósito; falam em secretamente armar ciladas; dizem: ‘Quem nos verá?’ (...) É um abismo o *pensamento e o coração* deles. Mas Deus desfere contra eles uma seta; de súbito se acharão feridos” (Sl64:6,7,8).

Jesus também aludiu muito claramente à reciprocidade referida ao estado do coração humano nessa advertência dirigida aos fariseus:

“Vós sois os que justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece vossos corações.”

(Lc16:15)

Este era o material humano que Jesus tinha de defrontar, uma amostragem bastante significativa da profundidade espiritual em que se encontrava a humanidade inteira, no curso de sua queda irrefreável que vinha já de milênios.

De lá para cá a situação, evidentemente, ficou pior, porque a humanidade como um todo escolheu continuar afundando no abismo. Os erros básicos, condenados tão incisivamente por Jesus há dois mil anos, permaneceram na essência os mesmos, a despeito das novas formas em que se apresentam hoje. Assim, podemos perfeitamente estabelecer um paralelo entre a época em que Jesus os denunciou e agora, no tempo presente. A própria expressão “fariseu” trasladou-se inalterada para a nossa época, como uma mistura condensada de vaidade espiritual e hipocrisia.¹³

Dentre as várias passagens em que Jesus aponta a hipocrisia inerente aos fariseus e escribas, estes últimos também chamados doutores da lei (intérpretes das Escrituras), há uma que mostra de maneira muito clara o erro de se preocupar com as aparências em detrimento do aperfeiçoamento interior, espiritual:

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Porque limpais o exterior do copo e do prato, mas estes por dentro estão cheios de rapina e intemperança. Fariseu cego! Limpa primeiro o interior do copo, para que também o seu exterior fique limpo. (...) Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora se mostram belos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda a imundície. Assim também vós pareceis justos aos homens, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e iniquidade.”

(Mt23:25-28)

Dessa hipocrisia profundamente entranhada em seu ser, aqueles fariseus deram mostras em diversas oportunidades, culminando com a preocupação piedosa de não adentrar ao palácio de Pilatos

¹³ Ver, a respeito, a dissertação “Evitai os Fariseus!”, no terceiro volume da obra Na Luz da Verdade, a Mensagem do Graal de Abdruschin.

para “não se contaminarem” (cf. Jo18:28), enquanto que o objetivo deles ali era levar um inocente à morte.

A hipocrisia e a iniquidade denunciadas por Jesus naquela época estão hoje prodigiosamente espalhadas pela Terra inteira, muito bem protegidas sob o nome de mentira, apanágio pungente do farisaísmo mais descarado. É bastante significativo que a palavra que designa mentira em hebraico – *sheker*, possa ser aplicada não somente à esta, mas a qualquer outro pecado...

A mentira é, de fato, o âmago de todo o pecado, de todo o mal, e por isso tudo, mas tudo mesmo na vida humana atual está impregnado de mentira. Regimes políticos e profissões, religiões e ciências, artes e literatura, crenças esotéricas e filosofias multifacetadas, nada ficou livre dela, como consequência natural da profunda queda espiritual de toda a humanidade. Nada pôde manter-se apartado dela e muita coisa nem mesmo quis. Vivemos hoje sob o império da mentira. É como se toda a Terra tivesse sido envolta por um único e denso lodaçal sufocante, que fez submergir sem resistência toda a orgulhosa raça humana, juntamente com suas falsas obras, impedindo qualquer integrante dessa espécie de chegar à tona mesmo que queira, muito menos ainda de voltar a ver com clareza e respirar ar puro.

Desde os tempos bíblicos, praticamente ninguém mais deu a devida atenção à advertência: “Guarda-te da mentira em *qualquer* circunstância: persistir nela não leva a nada de bom” (Eclo7:14). A explicação desse notório pouco caso é, muito realisticamente, de que “ela [a mentira] se encontra continuamente na boca dos imbecis” (Eclo20:26). Hoje em dia, é a mentira que prepondera por toda a Terra: “É a mentira e não a verdade que prevalece na Terra” (Jr9:2).

Mas como são tolos os que imaginam poder escapar da reciprocidade com o escudo da mentira, que com auto-ilusões procuram acalmar a si mesmos e a outrem. Eles dizem: “Quanto ao flagelo ameaçador, ele passará sem atingir-nos, porque fizemos da mentira o nosso refúgio e atrás da falsidade nos escondemos” (Is28:15). Quantos não têm hoje essa frase impregnada em seus corações?... Todos eles sucumbirão em suas mentiras e falsidades.

A mentira é o sintoma mais drástico, mais visível, do terrível processo de enrijecimento dos conceitos que norteiam a vida humana. Mudam apenas as denominações dos muitos erros, falhas e pecados, transfigurando-se em situações que são não apenas aceitas mas até desejadas. Adultério é amor livre, corrupção é esperteza, ladroeira é criatividade financeira, e por aí vai. Frutos putrefatos da cobiça humana, adubados pela mentira.

A mentira tornou-se o esteio da vida moderna, a base dos relacionamentos familiares, profissionais e públicos. A primeira lição que uma criança aprende, ainda no berço, é como mentir e enganar, com os seguidos exemplos dados pelos pais e parentes próximos. Mentem entre si diuturnamente pais e filhos, professores e alunos, patrões e empregados, governantes e governados. Todos indiferentes à máxima de que “mais vale um ladrão do que um mentiroso contumaz” (Eclo20:27), ou de que “mais vale um indigente do que um mentiroso” (Pv19:22), sem tampouco se importar de que “os lábios mentirosos são abomináveis ao Senhor” (Pv12:22), e de que “a porção que cabe a todos os mentirosos é o lago ardente de fogo e enxofre, que é a segunda morte” (Ap21:8), pois “o que profere mentiras não escapa” (Pv19:5).

A chamada linguagem diplomática, esse polido e hermético idioma com que os chefes de Estado falam uma coisa querendo dizer outra, é a própria mentira institucionalizada. Na política atual os exemplos de falsidade são tantos que nem é possível discorrer sobre eles.

O enrijecimento fez da mentira uma característica aceitável, até necessária para a convivência diária, e a mentira retribuiu à altura, retirando das religiões o que ainda lhes restava de movimentação espiritual. Os dogmas de múltiplas espécies espelham a mornidão abafada das respectivas doutrinas, fazendo do mundo da fé uma imensa Laodicéia espiritual.

Nada é pior do que ser “morno” em matéria de fé. Os “frios” (céticos) ainda poderão chegar ao reconhecimento, mediante vivências e reciprocidades duras, e os “quentes” (convictos) precisam cuidar de permanecer em contínua movimentação espiritual, a fim de não caírem. Mas os “mornos” não têm nenhuma chance. Estão eternamente refestelados em sua crença tépida, surdos e cegos diante de todas as advertências e avisos. Antepõem a qualquer exortação mais dura, a satisfação daquilo que julgam ter em mãos. São esses mornos que serão expelidos pelo Juiz: “Conheço a tua conduta. Não és

frio nem quente. Oxalá fosses frio ou quente! Mas, porque és morno, nem frio nem quente, estou para vomitar-te de minha boca” (Ap3:15,16).

A rigor, não se verifica nenhuma diferença de vulto entre as práticas religiosas atuais e as dos antigos fariseus. Também hoje o que conta são as exterioridades, as orações recitadas mecanicamente “em vãs repetições” (Mt6:7) e as ofertas monetárias. São essas as coisas que sobejam nas “doutrinas várias e estranhas com que as pessoas se deixam envolver” (Hb13:9), de modo que elas mesmas “enganam o próprio coração, e a sua religião é vã” (Tg1:26). Em matéria de religião, realmente, “não há nada de novo sob o Sol” (Ec1:9). Lamentavelmente.

Como não imaginar que esse questionamento de Jesus, dirigido aos fariseus e sua tradição enrijecida, não seja válido nos dias de hoje?

“E vós, por que transgredis o mandamento de Deus por causa da vossa tradição? (...) Anulastes a Palavra de Deus em nome da vossa tradição.”

(Mt15:3,6)

E como também não imaginar que as palavras abaixo, pronunciadas por Jesus há dois milênios, não sejam igualmente válidas para a época presente? Inteiramente válidas?...

“Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim. E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos dos homens. Negligenciando o mandamento de Deus, guardais as tradições dos homens. Jeitosamente rejeitais o preceito de Deus para guardardes a vossa própria tradição. (...) Assim, anulais a Palavra de Deus por causa da vossa tradição, que passais uns para os outros.”

(Mc7:6-9,13)

E no que difere a atuação dos pregadores dos tempos atuais em relação aos fariseus de outrora?...

“Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Percorreis o mar e a terra para converter alguém, e quando o conseguis, o tornais merecedor do inferno, duas vezes mais do que vós.”

(Mt23:15)

Os saduceus e fariseus estão todos aí novamente.

Os saduceus aferravam-se estritamente à letra da “Lei de Moisés”, e afora esse legalismo não viam mais nada à sua frente, ao passo que os fariseus se devotavam à “tradição dos antigos”, única maneira de se compreender as Escrituras, no entender deles. Qualquer semelhança com as duas principais facções cristãs atuais não é mera coincidência. Por cima dos fundamentos da pura doutrina original de Cristo, apenas “edificou-se ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha” (1Co3:12), nada se conservando hoje dos legítimos ensinamentos espirituais.

Assim como os saduceus e fariseus seguiam seus próprios caminhos, no fiel cumprimento dos preceitos de sua religião, na ilusão de estarem cumprindo ao mesmo tempo a Vontade do Senhor, os dirigentes e adeptos das crenças religiosas atuais também se afastaram resolutamente da Verdade trazida pelos Precursores e posteriormente pelo próprio Filho de Deus. São eles todos a “geração pura a seus próprios olhos, mas que não se lavou de sua imundície!” (Pv30:12).

Já no início do Cristianismo Paulo disse: “Não somos como tantos outros que *mercadejam* a Palavra de Deus” (2Co2:17). Quão longe essa prática mercantilista está do significado original da palavra “religião”, que no latim comporta três sentidos entrelaçados: *religio*: lealdade, consciência do dever; *relegere*: visitar, retornar ao que fora abandonado; *religare*: reatar, tornar a ligar. A verdadeira *religião*, portanto, é uma *re-ligação* leal, aquilo que permite (ou devia permitir) ao ser humano *religar-se com fidelidade* ao Criador, depois de se ter afastado voluntariamente Dele. Era isso o que as religiões cristãs deveriam proporcionar a seus adeptos... No entanto, os pregadores de hoje só fazem mesmo *pregar* o Redentor na cruz sempre de novo, crucificando continuamente a Palavra Sagrada com suas mentiras de “salvação gratuita” e “justificação pela fé”. Assassina novamente a Palavra todos os dias vezes sem conta, sem piedade, com os cravos da indolência espiritual.

Uma pessoa só poderá tirar proveito de uma religião instituída se, após minuciosa análise, tomar para si apenas aquilo que pode admitir como certo, isto é, aquilo que ela tem convicção íntima de

corresponder à Verdade. Deve nisso seguir o exemplo de Lucas, que só se decidiu a escrever seu Evangelho “depois de tudo ter *investigado cuidadosamente* desde a origem” (Lc1:3). Não deve imaginar que é grandeza de espírito aceitar coisas que não compreende, ou, pior, que no fundo sente como erradas mas que ainda assim assimila para si, só porque alguém já se ocupou com aquilo antes. Muito pelo contrário! O questionamento de coisas que ela não considera certas em sua religião mostra que seu espírito ainda está vivo, e que se insurge imediatamente contra todo o falso e insano, através de sua voz, a intuição. Não deveria nunca se esquecer de que muita coisa que é “elevada para os homens é abominável diante de Deus” (Lc16:15).

Os símbolos utilizados nas várias religiões têm seu valor enquanto forem considerados como tal, como estímulos importantes, necessários até, para dirigir os pensamentos dos adeptos de modo menos turvo ao Altíssimo Criador dos Mundos. O que passa disso é idolatria. Unicamente uma crença viva, proveniente da Verdade e, sobretudo, *vivificada pela própria pessoa*, pode transformar-se em convicção, e tão-somente a plena convicção é capaz de impulsioná-la a ascender espiritualmente, a modelá-la num ser humano sempre e sempre melhor, preceito que, aliás, sempre foi o fundamento de toda doutrina verdadeira.

As doutrinas verdadeiras sempre ensinaram a incondicional responsabilidade pessoal e a imprescindível movimentação espiritual própria. Somente mais tarde, quando os sucessores e dirigentes dessas puras doutrinas originais se esmeraram em “aperfeiçoá-las” por conta própria é que esses ensinamentos tão fundamentais foram relegados para o segundo e terceiro planos, ou até mesmo completamente suprimidos. Em seu lugar foram então inseridas as formas ocas da fé cega, que não exigem nenhum esforço de aperfeiçoamento interior do indivíduo, e que justamente por isso sempre receberam calorosa acolhida por parte do rebanho de adeptos, desejosos de continuar no aconchego de sua fatídica letargia espiritual. São esses adeptos submissos “os incautos, cujos corações foram enganados com suaves palavras e lisonjas” (Rm16:18).

Os verdadeiros convocados e profetas de todos os tempos foram, ao contrário, invariavelmente severos e duros, muito duros, para com os povos que lhes era dado guiar. Agiam assim por amor, por saberem que só com intensa movimentação espiritual o ser humano pode ascender espiritualmente e, por fim, alcançar o Paraíso. Não se preocupavam se suas palavras pareciam ou não agradáveis aos ouvintes, mas cumpriam fielmente a incumbência que haviam recebido do Senhor: “Dirás a eles Minhas Palavras, quer escutem, quer não” (Ez2:7). Aliás, como fez também João Batista com suas admoestações tão firmes, e igualmente o apóstolo Paulo: “Estaria eu agora procurando o favor dos homens ou o de Deus? Acaso procuro agradar os homens? Se eu ainda agradasse os homens, não seria mais servo de Cristo.” (Gl1:10). Os verdadeiros profetas nunca se preocuparam se os homens de seu tempo falavam mal deles. Ao contrário, dada a profundidade espiritual do povo, teriam ficado preocupados é se começassem a falar bem, conforme o próprio Jesus advertiu seus discípulos: “Ai de vós quando todos falarem bem de vós, pois era assim que seus antepassados tratavam os falsos profetas” (Lc6:26).

Os legítimos convocados sempre tiveram os olhos voltados unicamente para a missão de advertir e exortar a massa indolente, pouco se incomodando se esta apreciava ou não suas palavras. Já os demais líderes, os convocados a seus próprios olhos e os falsos profetas de todos os tempos, sempre procuraram dispensar a humanidade do tão necessário movimento espiritual. Figuradamente falando, os primeiros apresentavam e ainda hoje apresentam apenas as ferramentas para que o próprio espírito humano possa lapidar-se e, com isso, ascender espiritualmente, enquanto que os segundos ofereciam e ainda hoje oferecem somente uma sedutora espreguiçadeira espiritual, na forma de uma linguagem entorpecente e tranquilizadora, incentivadora de sua indolência e adulara de suas fraquezas: “Eles são do mundo; por isso falam a linguagem do mundo, e o mundo ouve-os” (1Jo4:5).

Os primeiros são legítimos servidores da Luz, os segundos prestimosos servos das trevas. A humanidade como um todo nunca teve a menor dúvida sobre como agir: ficou com os segundos e hostilizou os primeiros. Sempre. Recostou-se na espreguiçadeira mortal a ela oferecida pelos falsos profetas e cochilou tranqüila, relaxada, sob os acordes inebriantes da fé cega. Os seres humanos, em sua imensa maioria realmente relaxados, nunca se mostraram dispostos a seguir o conselho tão incisivo: “Mais vale ouvir a reprimenda de um sábio do que a cantilena dos insensatos” (Ec17:5).

As puras doutrinas originais provenientes do Alto se degeneraram em religiões de fé cega, com conceitos cada vez mais torcidos e amortecidos, cada vez mais distanciados da Verdade, e com isso também cada vez mais distintas umas das outras e irreconhecíveis entre si. Só uma coisa ainda une todas essas crenças, numa característica comum: o incentivo à mornidão interior, à flacidez espiritual, que devido a isso se espalhou devastadoramente pelo mundo inteiro como uma pandemia mortal, uma contagiosa abulia espiritual de alcance planetário.

A maior prova de que as atuais religiões não correspondem às doutrinas originais dadas pelos Precursores, e posteriormente à Verdade trazida por Jesus, é a hostilidade mútua entre elas, velada ou não. Nunca poderia acontecer que doutrinas provenientes da Luz pudessem fomentar a discórdia entre si. Se as religiões tivessem permanecido puras, poderiam hoje até ter formas diferentes, mas seriam complementares, convergentes, já que os ensinamentos originais provieram da mesma Fonte. Jamais poderiam ser incompatíveis e muito menos antagônicas, visto que “a sabedoria do Alto é, antes de tudo, pura, depois pacífica, bondosa, conciliadora, cheia de compaixão e de bons frutos, simples e sem disfarce” (Tg3:17). Que assim não é, prova que as atuais doutrinas não são legitimamente espirituais, mas formadas unicamente pelo raciocínio humano-terrenal, tal como já acontecia no tempo do apóstolo Paulo: “Com efeito, se há entre vós invejas e rixas, não sois carnis e vos comportais de maneira meramente humana?” (1Co3:3).

É uma triste ironia que justamente muitos desses crentes que maltratam e desprezam o próximo, ainda façam proselitismo da pureza e da castidade. Quão longe se encontram eles também da verdadeira castidade! Somente aquele que ao agir procura não causar nenhum dano ao seu semelhante, pode ser considerado casto: “Não trames nenhum mal contra o amigo que, confiante, se assenta junto de ti” (Pv3:29).

Mas o real sentido deste e de tantos outros ditos sábios, o ser humano religioso da época atual não consegue mais reconhecer. Simplesmente não pode. O conhecimento da Verdade que a humanidade chegou a possuir num passado remoto, reavivado com imenso amor e desvelo por Jesus, perdeu-se novamente na noite dos tempos. Uma noite terrivelmente longa, de espesso negrume, moldada e sustentada pela mentira, que durante séculos e séculos manteve essa Terra afundada nas trevas, cuidando para que o Sol da Verdade não voltasse a brilhar sobre ela e seus habitantes. Aconteceu finalmente conforme fora previsto por Pedro: “O caminho da Verdade cairá em descrédito” (2Pe2:2).

E assim chegamos à situação atual, em que a humanidade se habituou inteiramente às trevas em que vive, nada mais querendo saber da Luz. Os seres humanos de hoje absolutamente “não conhecem a Luz (...), pois estão acostumados aos terrores da escuridão” (Jó24:16,17). Acostumamo-nos com as trevas do mundo em nossa peregrinação pela matéria, assim como um viandante noturno se acostuma com a escuridão de uma noite sem luar... Mas assim como os olhos materiais se tornam cegos se privados de luz por muito tempo, os olhos espirituais também se tornam definitivamente cegos se imersos em trevas durante um período demasiado longo.

Contudo, quem agora não quiser mais se deixar iluminar pela Luz da Verdade, que mais uma vez cinge a Terra, este não poderá subsistir na nova época que se avizinha. Somente os que caminharem integralmente sob essa Luz vivenciarão a alegria do novo tempo, sendo eles mesmos objeto de alegria para o Alto. Exatamente assim como já acontecera com João em relação à sua comunidade: “Minha maior alegria é ficar sabendo que meus filhos caminham na Luz da Verdade” (3Jo4).

A Verdade provém do Criador. Ela nutre e revigora o espírito humano, e é para ele o caminho reto da ascensão espiritual. Já o seu antônimo, a mentira, é um produto exclusivo da nossa espécie humana degenerada. Essa última corrói a alma, suga as derradeiras forças do espírito e é para ele o poço que o conduz com a máxima segurança às profundezas da perdição eterna.

A palavra “dogma” deriva do grego *dokein*, geralmente aparecendo na locução *dokein mo*, cujo significado original é: “parece-me”, “apraz-me”. As doutrinas cristãs mudaram esse desprezível significado inicial para o seguinte: “coisa estabelecida de modo definitivo que não admite a menor contestação”. Um cristão que aceita irrefletidamente essa acepção se reveste, ele mesmo, de uma camisa de força espiritual, fortemente amarrada pelos dirigentes de sua religião. Abre mão com isso da autoridade sobre si próprio, transformando-se espiritualmente em pouco mais que um zumbi teleguiado, um títere resignado, mesmo que terrenalmente seu raciocínio lhe assegure do contrário. A

palavra grega para autoridade é *exousia*, e seu significado básico é justamente “liberdade de escolha”. O dogma veda essa imprescindível liberdade de escolha, obstrui a atuação do *livre*-arbítrio da pessoa humana, mantendo-a espiritualmente presa nas concepções de outrem.

Gostaria de intercalar aqui minha resposta a uma questão levantada pela Tradução Ecumênica da Bíblia em sua Introdução à Epístola aos Gálatas. Quero dizer que respondo com um SIM, muito enérgico e decidido, a essa pergunta: “Será que as instituições da Igreja não enclausuram demasiadas vezes os cristãos em limites dentre dos quais eles pensam ter assegurada a própria salvação e se gloriam de praticar a lei do Cristo, reduzida a meio de estar em ordem com Deus?” Sim, enclausuram, como enclausuram! Quando, depois da morte terrena, esses cristãos enclausurados se virem caminhando penosamente no Além, a fé cega que eles e todo os milhões de sua igual espécie tão levianamente deixaram entranhar em seu ser, se lhes moldará à sua frente em barras rígidas, que os impedirão de ascender à Luz. Essas barras, tão grossas e inflexíveis como sua própria crença errada, só poderão ser transpostas por aqueles que, ainda em tempo, conseguirem lançar fora todo o lastro falso, todos os dogmas, e ansiarem de todo coração por verdadeiros reconhecimentos espirituais. Poucos, muitos poucos, nessa situação crítica, conseguirão escapar a tempo dessa imensa prisão coletiva e recuperar a perdida liberdade espiritual.

Quem aceita um dogma, isto é, quem acolhe em si irrefletidamente uma crença qualquer elucubrada por outrem e apresentada como verdade inquestionável, este mergulha voluntariamente numa espécie de buraco negro, do qual nunca mais poderá sair. Fica-lhe assim vedada, por culpa própria, a possibilidade de encontrar e reconhecer a Luz da Verdade. Tal como o astronômico, esse buraco negro da fé cega também suga tudo quanto dele se aproxima inadvertidamente, com uma formidável força de atração que não permite que nada se lhe escape. Essa força de atração tão colossal, à qual quase ninguém consegue resistir, é a dispensa da necessária movimentação espiritual. E tal como o astronômico, o buraco negro da fé cega também retém até mesmo a luz, a tênue luz de algum possível reconhecimento verdadeiro, oriundo da intuição, encobrindo-a nas profundezas letais da indolência espiritual. O som claro da legítima Palavra do Filho de Deus jamais poderá se propagar no vácuo de uma fé cega.

Os dogmas religiosos, quaisquer que sejam, constituem mortalhas para o espírito humano, ao envolver o adepto na ilusão de estar trilhando um caminho seguro, verdadeiro, muito bem pavimentado pelos escribas modernos. O caminho da fé cega é confortável, largo, nada exigindo do andarilho senão uma certa atenção para com os sinais colocados em suas margens: os ritos e as práticas criados pelo intelecto confessional, que mais não fazem senão fomentar a vaidade de cada afiliado. Nesse falso caminho, os fiéis têm a ilusão onírica de estar marchando muito à frente de todos quantos não professam a mesma crença. Uma viagem em tudo semelhante à proporcionada por narcóticos, com a diferença de que nesta não há nenhum retorno para o espírito humano...

O comportamento de muitos cristãos de hoje é a repetição moderna da imagem dada por Jesus sobre o fariseu e o publicano¹⁴, que oravam juntos no templo:

“O fariseu, posto em pé, orava de si para si mesmo desta forma: Ó Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens, ladrões, injustos e adúlteros, nem ainda como este publicano; jejuo duas vezes por semana e dou o dízimo de tudo quanto ganho. O publicano, estando em pé, longe, não ousava nem ainda levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, sê propício a mim, pecador!”

(Lc18:11-13)

Em seguida, Jesus deixa claro quem realmente tinha valor aí:

“Digo-vos que este [publicano] desceu justificado para sua casa, e não aquele [fariseu], porque todo o que se exaltar será humilhado, mas o que se humilha será exaltado.”

(Lc18:14)

¹⁴ Os publicanos eram coletores de impostos. Os judeus os consideravam traidores e apóstatas, visto que cobravam tributos para os ocupantes romanos. Só o fato de eles trabalharem em contato com estrangeiros já os tornava “imundos” aos olhos dos judeus piedosos. Além disso, os tributos eram mesmo pesados: havia imposto sobre o rendimento, a comida, venda de terras, compras diversas, exercício de profissões, além de taxas alfandegárias internas. Acredita-se que metade da renda de um pequeno produtor daquela época era esvaída em impostos, o que os deixava pouco acima do patamar de subsistência.

O caminho confortável (porque só tem descida) trilhado pelos adeptos da fé cega, tido por tantos como seguro, é na verdade o “caminho espaçoso que conduz para a perdição” (Mt7:13), é “a estrada larga que conduz à morte” (Pv12:28), cujo fim é o abismo insondável: “o caminho dos pecadores é bem pavimentado, mas seu fim é o abismo” (Eclo21:10). Em sentido oposto está o “apertado caminho que conduz para a vida” (Mt7:14), muito mais difícil de ser percorrido, requerendo do postulante uma *disciplina férrea e perseverante* para o bem, pois tão-somente “quem observa a disciplina caminha para a vida” (Pv10:17), ao passo que “aquele que rejeita a disciplina despreza sua alma” (Pv15:32).

Oito séculos antes da vinda de Cristo, o poeta grego Hesíodo intuiu esta mesma imagem e a transcreveu com a linguagem que lhe era própria: “O mal você pode obter facilmente, e em quantidade: a estrada é suave e está sempre perto. Contudo, à frente da excelência os deuses imortais colocaram suor; o caminho para a excelência é longo, íngreme e áspero de início.”

Esse caminho disciplinado para o Alto, em direção à Pátria espiritual, que se pauta exclusivamente pelas leis da Criação, é aquele escalado pelo verdadeiro sábio, pois só “quem age sabiamente há de salvar-se” (Pv28:26). Por isso, “o sábio *escala o caminho da vida*, para evitar a descida à morada dos mortos” (Pv15:24). Ao contrário da cômoda estrada larga que desliza para a morte espiritual, o caminho que conduz para cima, para a vida eterna, necessita portanto *ser escalado* com todo o empenho pelo próprio interessado, requerendo *esforço pessoal*, permanente, no sentido do progresso espiritual.

O ser humano tem a escolha. Ainda.

CAPÍTULO 2

JESUS ENSINA AOS HOMENS AS LEIS DE SEU PAI

Leis Inflexíveis Regem a Criação

Antes de discorrermos com maior profundidade a respeito dos ensinamentos de Jesus sobre as leis da Criação de seu Pai, vamos procurar formar uma imagem da natureza e atuação delas.

Há um princípio básico da ciência do Direito que afirma: “o desconhecimento de uma lei não é uma justificativa válida para se descumpri-la”. Essa diretriz, porém, é impossível de ser observada para as leis existentes, tal seu número e complexidade. Uma pessoa que quisesse, realmente, conhecer toda a gama de leis a que está sujeita no curso de sua vida terrena, teria de gastá-la inteiramente no estudo aprofundado das inúmeras legislações em vigor. E é bastante provável que não atingisse seu objetivo.

Mas esse princípio permanece válido para as leis da Criação, a que o ser humano igualmente está sujeito durante sua peregrinação, já que ele próprio é também uma espécie dentro dela, como tantas outras. O princípio permanece válido porque, contrariamente às dos homens, essas leis naturais são muito simples e claras. Ninguém pode desobedecê-las sob alegação de ignorância, pois basta um mínimo esforço de observação para se reconhecê-las. São elas, sim, os “atributos invisíveis de Deus, que claramente se reconhecem desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas.” (Rm1:20). A Criação inteira, formada e sustentada por esses atributos, constitui a fala do Senhor às Suas criaturas, a Sua linguagem: “Sua harmonia se estende sobre toda a Terra, e Sua linguagem até as extremidades do mundo” (Sl19:5). O filósofo Fílon de Alexandria (20 a.C.? – 50 d.C.) chamava essa linguagem de “Lei não escrita da Natureza”. O cientista e filósofo inglês Francis Bacon (1561 – 1626), seguindo na mesma linha, afirmou que “não há, de longe, nenhuma interpretação superior à da Natureza”.

Todas as leis descobertas pela ciência nada mais são do que efeitos mínimos, apenas terrenalmente perceptíveis, dessas leis universais abrangentes, que traspassam tudo, perfluem tudo e mantêm tudo o que existe, inclusive o plano material da Criação posterior e, por conseguinte, também esse nosso pequeno planeta.

A terceira lei de Newton ou lei da ação e reação, por exemplo, segundo a qual um corpo sempre reage com força igual e em sentido contrário àquela aplicada sobre ele, é um efeito grosso-material, em escala reduzida, de uma lei universal básica denominada Lei de Causa e Efeito, ou mais apropriadamente **Lei da Reciprocidade**.

Em sentido amplo, essa lei faz retornar a cada pessoa aquilo que ela mesma produziu, seja através de pensamentos, palavras ou ações. Devolve a cada indivíduo o que foi gerado, não importando se foram coisas boas ou más. O que a física conhece é o efeito terreno, na matéria grosseira a nós visível, de uma lei cujo enunciado básico Jesus já dera à humanidade há dois mil anos com as palavras: “o que o ser humano semear, isso ele colherá” (Gl6:7).

A Lei da Reciprocidade faz de cada ser humano juiz de si mesmo, coloca em suas mãos o controle do tear da Criação, através do qual é tecido o tapete do seu destino. A própria palavra carma (do sânscrito *karman*) significa *ação*, correspondendo a uma *re-ação* natural e automática a um ato prévio praticado pelo ser humano.

Como a Lei da Reciprocidade estabelece que tudo aquilo que produzimos retorna sempre a nós mesmos, aos geradores, então fica claro que se semearmos coisas boas colheremos frutos bons, doces e suculentos, e que se semearmos coisas más *teremos* então de deglutir frutos amargos e podres. Observe-se que Jesus não disse que o ser humano poderia colher, ou que talvez colhesse, mas sim afirmou taxativamente: *colherá*, sem meio-termo, sem escolha, sem escapatória.

É uma situação análoga a que ocorre numa semeadura aqui na Terra. Sabemos, por exemplo, que numa plantação de arroz não pode brotar nenhum ramo de trigo, e que numa de feijão jamais surgirá um grão de soja. Essa regra vale para qualquer espécie vegetal: “acaso pode uma figueira produzir azeitonas ou uma videira produzir figos?” (Tg3:12). Não, não pode, assim como “não se colhem figos

de espinheiros nem uvas de urtigas” (Lc6:44). A esse respeito, também o filósofo latino Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.) já constatará muito apropriadamente : “O bem não sai do mal, assim como o figo não sai da oliveira.”

Continuando com essa metáfora da sementeira, podemos asseverar que se porventura semearmos cardos, não poderá surgir dessa sementeira nenhuma fruta apetitosa. Naturalmente ninguém duvidará disso, de tão óbvio. Contudo, essa mesma lei natural que atua numa sementeira terrena de modo assim tão implacável, não admitindo o menor desvio em seus efeitos, a ponto de considerarmos isso de uma obviedade ululante, essa mesmíssima lei age igualmente sobre o ser humano, que nada mais é também do que um fruto da Criação, como tantos outros.

Um fruto, aliás, bem pequeno dentro do imenso pomar da natureza, uma criatura como qualquer outra, apenas com a diferença marcante de ser a única que trabalha diligentemente há milênios pela sua própria destruição. Por ser uma criatura, o ser humano está sujeito incondicionalmente às leis naturais, que nunca permitem que algo insano permaneça conspirando indefinidamente a natureza...

Esse ensinamento de incondicional reciprocidade já fora transmitido à humanidade em numerosas passagens do Antigo Testamento, sempre pródigo em esclarecer que tanto o justo como o ímpio são responsáveis pelo seu próprio destino, confirmando com esses adágios sábios que, de fato, “peso e balança justos pertencem ao Senhor” (Pv16:11). Vejamos alguns deles:

- Quem derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu. (Gn9:6);
- Como fizeste aos outros, será feito contigo! Os atos que praticaste cairão sobre tua cabeça! (Ab15);
- Aqueles que cultivam a iniquidade e semeiam a miséria são também os que as colhem. (Jó4:8);
- Sua maldade se volta contra ele, sobre o crânio lhe cai a própria violência. (Sl7:17);
- O Senhor me tratou conforme a minha justiça, retribuiu-me segundo a pureza de minhas mãos. (Sl18:21);
- A ti, Senhor, pertence a graça, pois a cada um retribuis segundo as suas obras. (Sl62:13);
- Comerão do fruto do seu procedimento, e dos seus próprios conselhos se fartarão. (Pv1:31);
- O salário do justo é a vida; o ganho do ímpio, o pecado. (Pv10:16);
- A justiça dos retos os salva, mas em sua própria cobiça os pérfidos se prendem. (Pv11:6);
- O homem bondoso faz bem a si mesmo, mas o cruel a si mesmo se fere. (Pv11:17);
- O perverso recebe um salário ilusório, mas o que semeia justiça terá recompensa verdadeira. (Pv11:18);
- Tão certo como a justiça conduz para a vida, assim quem segue o mal para a sua morte o faz. (Pv11:19);
- Quem promove o bem se enriquecerá; quem dá de beber, mata a própria sede. (Pv11:25);
- Quem procura o bem alcança favor, mas o que corre atrás do mal, este lhe sobrevirá. (Pv11:27);
- Cada um se farta de bem pelo fruto da sua boca, e o que as mãos do homem fizerem ser-lhe-á retribuído. (Pv12:14);
- A desgraça persegue os pecadores; aos justos, a paz e o bem. (Pv13:21);
- Quanto àquele que paga o bem com mal, não se apartará o mal da sua casa. (Pv17:13);
- Quem semeia injustiça recolhe desgraça. (Pv22:8);

- Quem abre uma cova nela cairá; quem rola uma pedra, sobre ele cairá. (Pv26:27);
- Quem leva os retos para o mau caminho cairá na sua própria armadilha, mas os íntegros herdarão o bem. (Pv28:10);
- Cada qual será tratado segundo suas obras. (Eclo16:14);
- Quem lança uma pedra no ar, a vê recair sobre sua cabeça; a ofensa feita por traição atingirá também o traidor. (Eclo27:25);
- O mal que o homem comete retorna contra ele. (Eclo27:27);
- O justo é feliz, pois comerá o fruto de suas ações. Infeliz o mau, ai dele, pois será tratado segundo mereçam seus atos. (Is3:10,11);
- Como fizeste, assim se fará contigo: o teu malfeito tornará sobre tua cabeça. (Ab15).

Ainda no âmbito do Antigo Testamento, os livros do Pentateuco registram vários quadros de reciprocidade. Vemos ali que enquanto o povo israelita se mantinha fiel às condições da Aliança com o Senhor, a viagem através do deserto e a vida corriam bem para todos, mas quando desobedecia, isto é, quando pecava, o resultado eram atrasos, derrotas e morte. No livro de Juízes vemos a mesma situação repetida vezes sem conta: recompensa na obediência, castigo na desobediência. Sem contemporização. O profeta Amós se referiu à impossibilidade de alguém fugir dos efeitos da reciprocidade com uma imagem bastante singela: “É como o indivíduo que foge de um leão e topa com um urso; ou que, entrando em casa, apóia a mão na parede e é mordido por uma cobra” (Am5:19). O apóstolo Paulo aludiu à reciprocidade que atingiu os israelitas durante o êxodo em sua primeira Epístola aos Coríntios: “A maior parte deles desagradou a Deus, e *por isso* caíram mortos no deserto” (1Co10:5).

No Novo Testamento também encontramos várias passagens indicativas da atuação da Lei da Reciprocidade. Particularmente no livro do Apocalipse¹⁵ o conceito de reciprocidade está sempre presente, como neste exemplo: “Se alguém leva para cativo, para cativo vai; se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada” (Ap13:10). A sabedoria popular assimilou essa verdade da reciprocidade indesviável e formou o conhecido ditado: “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”.

Todavia, quando Jesus disse que o ser humano *teria de colher o que semeasse*, estava transmitindo o funcionamento dessa Lei da Reciprocidade de uma maneira absolutamente abrangente e condensada, que mais clara não poderia ser. Tal lei, que atua tão inflexivelmente em relação às sementes produzidas pela natureza, a ponto de, conforme vimos, nem nos darmos conta dela, atua também com a mesma inflexibilidade, com a mesma segurança e implacabilidade em relação às sementes produzidas pelo próprio ser humano, que são suas intuições, seus pensamentos, suas palavras e suas ações. Essas sementes também são plantadas num campo específico de cultivo, constituído de uma matéria mais fina do que a que compõe nosso mundo terrenal, razão pela qual não as distinguimos com nossos olhos corpóreos. Contudo, elas igualmente brotam lá naquele campo, também crescem e dão os frutos correspondentes, os quais então *têm de ser colhidos por quem as semeou*.

Uma semente má de matéria fina é como uma pedra amarrada com um fio elástico e presa à mão de uma pessoa, que a lança com maior ou menor força contra algo ou alguém. Atingindo ou não seu alvo, a pedra sempre retornará para a pessoa que a jogou, também com maior ou menor intensidade, dependendo da força com que foi lançada. A pessoa em questão pode representar a humanidade, um povo, uma comunidade, ou ainda o próprio ser humano individual. A pedra representa o produto gerado pela vontade má: as intuições negativas, os maus pensamentos, as palavras maldosas e as ações erradas. O elástico, por sua vez, é absolutamente indestrutível: representa a atuação dessa incontornável Lei da Reciprocidade. Tão incontornável ela é, que o apóstolo Paulo advertiu os Gálatas na explosiva carta que lhes dirigiu: “Não erreis: Deus não se deixa escarnecer!”

¹⁵ A palavra apocalipse deriva do grego *apokalypsis*: re-velação, significando literalmente “retirar o véu”. Na verdade, nem tudo o que é revelado nessa revelação é relevante, mas só o que se revela revelador. Esse tema é tratado no segundo volume deste livro.

(Gl6:7). A respeito dessa sentença, diz Abdruschin em sua obra Na Luz da Verdade, dissertação “Eu sou o Senhor, Teu Deus!”:

“O saber da *perfeição* de Deus e o fato de tê-la sempre em mente são a chave para a compreensão da obra de Deus, à qual pertence igualmente o próprio ser humano.

Então reconhecerá a força dominadora e a severa advertência da sentença: ‘Deus não se deixa escarnecer!’ Por outras palavras: Suas leis se cumprem ou se efetuam imutavelmente. Ele deixa funcionar as engrenagens da Criação, conforme as ajustou. Um homúnculo nada alterará nisso. Se o tentar, o máximo que poderá conseguir será que todos aqueles que o seguirem cegamente sejam dilacerados juntamente com ele. De nada lhe adianta, se *acredita* de modo diferente.”

O ser humano que tem convicção na Justiça do Criador, *sabe* intimamente que nada de mal poderá atingi-lo se ele mesmo não tiver dado motivo para isso. Se é tocado por algo desagradável, então tem de apontar o dedo somente para si mesmo; da mesma forma, ele também saberá que agiu corretamente quando recebe inesperadamente algo de bom. Tudo o que fazemos aos outros fazemos, na realidade, a nós mesmos. Aquilo que damos, recebemos; o que semeamos, colhemos. Sempre. Tanto em qualidade como em quantidade. Não existem injustiças nos efeitos da reciprocidade. Em sua segunda Epístola aos Coríntios, Paulo ensinou: “aquele que semeia pouco, pouco também ceifará, e o que semeia com fartura, com abundância também ceifará” (2Co9:6).

Se não existem injustiças, naturalmente também não podem existir sofrimentos injustos. Geralmente se considera os acidentes, as doenças graves, as decepções, etc., como golpes arbitrários do destino, como dores perfeitamente dispensáveis, uns “azares” da vida que atingem ao acaso essa ou aquela pessoa. É o que aparentam externamente, contudo não é assim.

Não existe nenhum tipo de injustiça nos efeitos recíprocos que nos atingem nesta nossa época. Não há arbitrariedade de espécie alguma. Tudo, mas tudo mesmo que nos toca agora foi gerado por nós mesmos, em algum ponto da nossa existência. O homem sempre colhe o que semeia. Sempre colhe. Com efeito, “o mal não sai do pó, e o sofrimento não brota da terra: é o homem quem causa o sofrimento como as faíscas no ar” (Jó5:6,7). Sim, nenhum fio de cabelo nos pode ser arrancado (cf. Lc21:18), se nós mesmos não tivermos fornecido as condições para isso.

A dor que nos assola vez ou outra, seja do corpo ou da alma, não tem apenas a função benfazeja de ajudar a conservar a saúde física, mental e anímica. A sua atuação vai além. Ela é um efeito direto da Lei da Reciprocidade – a guardiã da ordem na Criação. É o efeito final de uma atuação anterior contrária às disposições que regem a natureza. Quem é atingido por uma dor deve não somente procurar limpar as toxinas do corpo e da alma, mas também *reconhecer* que fez algo de errado, quer se trate da vontade interior, dos pensamentos, das palavras ou dos atos praticados. A gravidade do erro que foi perpetrado outrora pode ser avaliada pela intensidade da dor que nos atinge, pois não podemos receber nada diferente daquilo que nós mesmos geramos, que nós mesmos semeamos.

Há aqueles que, misteriosamente, são atingidos só de raspão por alguns poucos golpes esporádicos, e chegam ao fim da vida com apenas algumas escoriações. Outros, ao contrário, são duramente golpeados, profunda e continuamente, de modo que suas feridas nunca cicatrizam inteiramente. Para eles, a vida se resume num martírio intermitente. Passam suas vidas monitorando temerosamente essa espada de Dâmocles da dor, que vez por outra desce inesperadamente sobre eles, golpeia-os sem dó nem piedade e retorna à sua posição ameaçadora. Por que essa diferença?

A dor nunca é obra do acaso, nunca é injusta. Dores tidas como injustas só são consideradas assim porque falta à humanidade hodierna a visão das verdadeiras causas. Essa visão lhe foi sendo subtraída paulatinamente, ao longo de milênios, à medida que se afastava cada vez mais do modo correto de vida, preconizado por leis universais e reiteradamente ensinado a ela pelos vários Precursores e profetas dos tempos antigos. Hoje, a maior parte dos seres humanos é constituída de míopes e cegos espirituais, absolutamente incapazes de enxergar essa verdade tão simples, de que tudo quanto nos atinge foi provocado por nós mesmos, como seres de espírito que somos, em alguma época da nossa existência, que abrange milhares de anos e não apenas algumas poucas décadas de uma única vida terrena.

É essa visão curta que impede a humanidade de descobrir *quem* colocou as espadas de dor individuais sobre a cabeça de cada um. *Cada um de nós* forjou sua própria espada e a colocou sobre a cabeça no exato momento em que deu o primeiro passo em qualquer um dos inúmeros falsos atalhos abertos por essa mesma humanidade, os quais levam por fim à perdição, desprezando assim o caminho verdadeiro previamente existente, colocado à nossa disposição pelo Criador. E quanto mais longe alguém enveredou por algumas dessas falsas veredas, sem dar atenção aos avisos e advertências que ainda chegavam até ele, tanto mais afiado foi se tornando o fio da sua espada particular e tanto mais golpes recebeu e continua recebendo, na tentativa de fazê-lo reconhecer seu erro e retomar ainda a tempo o caminho certo, tão leviana, teimosa e criminosamente abandonado. Portanto, há de se reconhecer somente imenso Amor nos efeitos recíprocos dolorosos que nos atingem em nossa peregrinação pelas materialidades, independentemente da crença de cada um, os quais nos conservam vivos espiritualmente: “[O Senhor] corrige o homem com dores no leito, para impedir sua alma de cair na cova, e sua vida de cruzar o canal da morte” (Jó33:19,18).

Poderíamos fazer uma analogia disso com uma situação bastante comum do dia-a-dia, quando se vai fazer uso de um automóvel. Ao se abrir a porta, uma borboleta ou qualquer outro inseto voador entra no carro e começa a se debater no vidro da frente. A pessoa que está no carro procura ajudar a borboleta a escapar dali, dando-lhe pequenos golpes com a mão. Para a borboleta, porém, a situação é desesperadora: além de estar presa em *algo que não vê*, ainda existe alguma coisa tentando golpeá-la por trás! Ela não sabe que aqueles golpes estão, na verdade, auxiliando-a, para que reencontre o caminho da liberdade perdida. De maneira semelhante ocorre com o ser humano que por vontade própria ficou preso nas teias invisíveis dos falsos caminhos, mas que, mesmo assim, se mostra merecedor de auxílio, devido aos esforços sinceros em querer seguir os preceitos do seu Criador. Receberá sua ajuda com toda a certeza, pouco importando a forma como isso se dê, se lhe causa ou não algum sofrimento momentâneo. Um ser humano que tenha adquirido um tal reconhecimento jamais se atreverá a perguntar novamente: “Se o Senhor está conosco, por que nos vieram todos esses males?” (Jz6:13). Saberá que a reciprocidade é efeito do mais puro Amor!

Cito aqui um trecho da dissertação “O Guia Espiritual do Ser Humano”, da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin:

“Graça e Amor, única e exclusivamente, se encontram nos efeitos de *todas* as leis que existem na Criação, e as quais, ascendendo, convergem finalmente para a única e grande lei fundamental: a lei do Amor!”

Uma dor profunda é capaz de libertar a intuição dos emaranhados terrenos e de levá-la a uma região de onde pode advir auxílio. A dor profundamente intuída eleva-se qual um grito de socorro, mesmo que ainda não se tenha moldado numa oração. E quando a aflição está no auge, aí é que o auxílio do Senhor se encontra mais próximo de nós: “Perto está o Senhor de todos os que O invocam, de todos os que O invocam em verdade. Deus é nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações” (Sl145:18;46:1). A súplica de uma alma aflita eleva-se poderosamente para cima, porque nesse momento tudo quanto é inferior terá ficado para trás: “Senhor, escuta minha oração e chegue a Ti o meu clamor! Não me ocultes o Teu rosto no dia da minha angústia!” (Sl102:2,3). Para *esta* alma que clama auxílio, purificada pela dor, o Senhor não ocultará o Seu semblante, mas a libertará de sua angústia pela atuação das leis que inseriu na Criação: “Na sua aflição, clamaram ao Senhor, e Ele os livrou de suas angústias” (Sl107:6).

O livramento *permanente* da angústia é garantido pela disposição íntima do aflito de viver daí em diante de modo renovado, *sempre* em conformidade com as leis naturais. Decorre de sua firme intenção de finalmente voltar-se para o Senhor e escutar Sua voz, a qual fala nitidamente para ele através dessas mesmas leis: “Quando estiveres na aflição, quando tudo isto te ocorrer, nos dias futuros, voltarás ao Senhor, teu Deus, e escutarás Sua voz” (Dt4:30). Essa “volta ao Senhor para escutar Sua voz” é a mesma coisa que “fazer a Sua Vontade”, condição incontornável para poder também ser ouvido por Ele, nesse colóquio entre o Criador e Sua criatura: “Se alguém é piedoso e *faz a Sua Vontade*, a este Ele ouve” (Jo9:31).

A Lei da Reciprocidade também dispõe sobre o equilíbrio. Observamos nitidamente seus efeitos nos locais onde a influência humana ainda não chegou. Um ecossistema ainda não corrompido pela ação humana desagregadora estará sempre em equilíbrio. Jamais apresentará uma disparidade acentuada entre o número de espécies que o compõem. Também nunca se observará ali algum dos integrantes tentar destruir o ecossistema, visando angariar vantagens para si... Não haverá tampouco uma espécie desprovida do necessário para sua sobrevivência, tendo de passar por penúrias materiais. As aves do céu, por exemplo, “não semeiam, não colhem nem ajuntam em celeiros, contudo o Pai celeste as sustenta” (Mt6:26); Ele também “dá alimento aos animais e aos filhos dos corvos” (Sl147:9). Sim, “o Senhor dá o alimento a todo ser vivo, pois eterno é Seu Amor” (Sl136:25), ou seja, cada uma de Suas criaturas sempre disporá do necessário para a manutenção da vida terrena, em consonância com a atividade das leis universais eternas, oriundas do Amor divino: Ele “nos dá tudo com abundância, para nosso usufruto” (1Tm6:17).

Os seres que pertencem a um ecossistema *dão* de alguma maneira algo para o todo, e *recebem* em contrapartida o necessário para sua subsistência. Vivem num equilíbrio contínuo entre o dar e o receber. Mesmo as espécies do reino vegetal obedecem automaticamente a essa Lei do Equilíbrio. Plantas e árvores *recebem* da natureza os nutrientes do solo e *dão* a ela flores e frutos; *utilizam* o gás carbônico da atmosfera e *devolvem* a ela o oxigênio.

Já a espécie humana se comporta de maneira diferente. Justamente ela, que com sua organização social deveria constituir um exemplo vivo de obediência incondicional à Lei do Equilíbrio, desprezou-a com teimosia, na mais leviana autopresunção, apresentando-se arrogantemente diante do Criador com a “mão aberta para receber e fechada para retribuir” (Ec10:31).

Devido à sua constituição espiritual, a espécie humana ocupa uma função especial dentro da natureza. Sua missão consiste em elevá-la e enobrecê-la, aperfeiçoando na matéria o modo de cumprimento das leis vigentes. Assim estava previsto. Um contínuo e harmônico desenvolvimento, terreno e espiritual, levado a efeito pela atuação do espírito humano na matéria, sem enaltecimento de um em detrimento do outro. Tal como Jesus indicou na frase: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mc12:17).

No entanto, como vimos no capítulo anterior, essa expectativa não se confirmou. Todas as outras espécies continuaram obedecendo a seu modo, instintivamente, as leis da Criação, mas o ser humano, o elevado ente espiritual que deveria zelar pela natureza, não deu nenhuma importância a essas leis básicas. Leis que vigoravam *antes* do seu aparecimento na Terra... Não procurou conhecê-las nem compreendê-las, muito menos ainda cumpri-las. Colocou-se presunçosamente acima delas, como se não lhe dissessem respeito. Em sua inconcebível arrogância arvorou-se em senhor da Criação, enquanto nem cumpria seus deveres de simples hóspede dentro dela. Plantou sementes más, e por isso colhe hoje os frutos correspondentes: violência, miséria, fome, doenças.

Essas desgraças não são obras do acaso, não são golpes do destino nem castigos divinos, mas tão-somente efeitos automáticos da vontade humana errada. Jamais esteve previsto que coisas desse teor tivessem de existir aqui na Terra, nem em parte alguma da Criação. Foi a própria humanidade que insistiu em criar para si mesma esses males, ao atuar sistematicamente durante milênios e milênios em sentido diametralmente oposto ao indicado por essas leis férreas. Foi ela que montou sua caixa de Pandora com esse horror, que a Lei da Reciprocidade tratou de abrir. Ao invés de direcionar seu livre-arbítrio para incrementar ainda mais a beleza circunjacente, como era com razão dela esperado, a humanidade fez o inverso disso. E agora... agora ela olha perplexa para o resultado do seu querer, obrigada a viver em meio ao horror de suas obras falsas.

A Bíblia nos dá indicações sobre o porquê dessa calamidade, conforme enfatiza o teólogo italiano Bruno Maggioni: “A visão da Bíblia é de que o sofrimento não vem de Deus como algo positivo; vem do pecado.” Sim, do pecado gerado e praticado em múltiplas formas pelo *Homo sapiens*, que de “*sapiens*” só tem mesmo esse irônico título auto-outorgado, visto que jamais quis de fato adaptar-se sabiamente, como um ser pensante, às vigentes leis naturais. Longe disso. Nossa espécie optou por construir para si um habitat artificial aqui na Terra, onde passaram a vigorar outras leis, desconhecidas da natureza até então: egoísmo, cobiça, imoralidade, inveja, astúcia, ódio. O ser humano quis *dominar* a natureza imaculada para reinar incontestemente sobre ela para sempre. E, para tanto, não se deteve diante de nada: poluiu o ar, sujou rios e mares, envenenou o solo, maltratou e matou

animais que, como ele, também tinham o mesmo direito de viver e se desenvolver neste planeta. Ele é a própria imagem do destruidor, do “perverso, de coração cruel, que não atenta para a vida dos seus animais” (Pv12:10). Tudo tinha de girar em volta dele, o Universo inteiro havia sido criado unicamente para servi-lo...

Rematada tolice é pouco para descrever tamanha arrogância, à qual é preciso acrescentar ainda uma enorme dose de estupidez. Só mesmo estupidez em alta dosagem não deixa perceber que tudo quanto é vivo na natureza apresenta um múltiplo valor de utilidade. De bactérias a baleias, de arbustos a sequóias, tudo tem sua função no mundo. A necessidade de ser útil no conjunto da natureza é condição indispensável para uma espécie poder continuar a fazer parte dela. Enquanto uma determinada espécie seguir esse curso natural de desenvolvimento, aperfeiçoando continuamente a contribuição que dá à natureza como um todo, ela tem assegurada sua permanência no mundo, protegida pela própria natureza. Mas, se por qualquer motivo se afastar desse caminho natural, tornando-se nociva ao invés de útil, será simplesmente eliminada do mundo, por efeito automático de leis também naturais. Uma espécie mutante perniciososa é automaticamente excluída, para resguardo e proteção das demais espécies. Trata-se apenas de um processo de autoconservação global, que a humanidade está sendo obrigada a vivenciar agora da maneira mais dramática possível, na forma de doenças terríveis, alterações das condições ambientais do planeta e catástrofes naturais crescentes.

A humanidade se comporta, já há muito, como uma unha infeccionada de um artelho, a qual vem resistindo a todas as tentativas de cura. Contudo, se a infecção avança e se mostra mesmo incurável, é preciso extrair a unha ruim, para que o dano não progrida e acabe afetando o funcionamento de todo o pé. No lugar da unha arrancada, logo crescerá uma nova unha sadia. A única coisa desconcertante no processo curativo análogo em curso no corpo da Criação, é que essa unha, que representa a humanidade, já está tão degenerada pela doença que acredita poder continuar crescendo fora do corpo...

Ainda como decorrência direta da lei básica da Reciprocidade, temos também a necessidade de *movimentação* na Criação.

Na escola aprendemos que um corpo só pode conservar seu movimento se suplantar as forças que a ele se antepõem. Na Terra, o atrito e a gravidade agem freando o movimento dos corpos, de modo que é preciso sempre gastar determinada quantidade de energia para se conservar um movimento qualquer. Automóveis, aviões e foguetes queimam combustível para manterem-se em movimento; pássaros têm de vibrar suas asas para permanecerem no ar, e peixes as suas barbatanas para não afundar. Todo corpo precisa de um provisionamento contínuo de forças, que despense para conservar-se em movimento. E tem de prosseguir *movimentando-se continuamente*, se não quiser descer do lugar em que se encontra.

Se for impedido disso por qualquer motivo, a lei da adaptação o moldará de acordo com o respectivo grau de movimentação. Normalmente se diz que pingüins, emas e avestruzes não podem voar porque suas asas são muito pequenas e inapropriadas para o vôo. Na verdade acontece o contrário. Por terem deixado de voar devido à sua adaptação de vida no solo, suas asas se atrofiaram e não permitem mais que esses pássaros voem. O bicho-da-seda é outro exemplo: por ter sido cultivado por tanto tempo pelo homem, perdeu a capacidade de voar. Se o ser humano, por qualquer motivo, não movimentar suas asas espirituais, essas igualmente se atrofiarão, de modo que não poderá mais alçar um vôo às alturas, mesmo que queira.

Na Criação, parar significa estagnação, retrocesso, a que se segue a deterioração. Se um cantor não exercita sua voz, ela logo perde o timbre e a vivacidade; se deixarmos de falar ou escrever uma língua que tivermos aprendido, logo esqueceremos seus princípios básicos e teremos dificuldades crescentes em nos comunicar com ela; se um braço fica engessado por muito tempo, se atrofia e enrijece; se a água da chuva se acumula numa poça qualquer, apodrecerá em pouco tempo. Na física, esse fenômeno de perda de utilidade, ou “aumento da desordem”, é chamado de entropia. Os cientistas constataram que num sistema fechado (sem movimentação), a desordem, portanto a entropia, sempre cresce com o tempo. Esta é, aliás, a base da segunda lei geral da termodinâmica.

Essa lei terrenamente reconhecida, porém, é apenas mais um corolário, somente mais um efeito visível na matéria de uma lei muito mais ampla: a Lei do Movimento na Criação. Essa Lei do Movimento estabelece que a conservação e o desenvolvimento só são possíveis através da

movimentação permanente. Assim como acontece com as demais, também essa lei atravessa todos os planos da obra da Criação, perfluindo por conseguinte todas as suas criaturas. Por essa razão, o espírito humano também está sujeito a ela, independentemente se vive aqui na Terra ou em alguma outra parte do assim chamado Além.

Por isso, se quiser manter-se sadio, se pretender, inclusive, permanecer existindo, o espírito humano precisa movimentar-se continuamente. E na direção certa. Tem de aperfeiçoar-se constantemente no sentido do bem. Tem de fazer prevalecer sua vontade sobre os obstáculos que a ela se antepõem, como o comodismo, a indolência, as falsas diretivas impostas pelo raciocínio cismador, a crença cega e tanta coisa mais. Se não se animar em suplantar esses obstáculos, também ele, o espírito humano, acabará estacionado em seu desenvolvimento, cuja conseqüência inicial é o atrofiamento de suas capacitações e, por fim, a sua própria e automática desintegração. No gigantesco mecanismo da engrenagem universal uma peça defeituosa é simplesmente lançada fora num dado momento, para que o conjunto inteiro não sofra danos.

Foram igualmente esses dois maiores inimigos da humanidade em todas as épocas: o domínio irrestrito do raciocínio e a concomitante indolência do espírito, que cuidaram de eliminar todos os impérios que já passaram por aqui, tidos e havidos como eternos em suas respectivas épocas, mas cujo apogeu nada mais era no fundo do que uma mistura pútrida de cobiça e crueldade. Quadros falsos, pintados com violência e lustrados com imoralidade, recobertos com um verniz de glória aparente. Desde tempos imemoriais “o poder passa de uma nação a outra pela injustiça, pela violência e pela riqueza” (Ecl10:8). E o resultado final sempre foi destruição e descalabro por toda a parte. Acaso alguém supõe que agora, em nossa época, o processo será diferente? Vale lembrar que as leis da natureza são *as mesmas de outrora*, e que elas são imutáveis, eternas... A História mostra com muita nitidez como a violência é completamente inútil para a conservação de um Império. É o mesmo filme de sempre, o mesmo roteiro, apenas rodado com outras personagens e em outras paragens. Assim se mostraram a ascensão e queda dos Impérios Assírio, Babilônico, Romano, Bizantino, Britânico... No auge de seu poderio, os colonizadores ingleses gostavam de dizer que no Império Britânico “o Sol nunca se põe”. E os povos colonizados completavam: “e o sangue nunca seca...”¹⁶

Da criatura humana é exigido, pois, que se movimente continuamente na direção certa, a fim de manter sadia a si própria e seu ambiente. Essa movimentação deve servir-lhe também para obter uma compreensão clara de suas atribuições dentro do imenso mecanismo da obra em que vive. Jamais esteve previsto que o desenvolvimento do ser humano aqui na Terra tivesse de se processar no escuro, às apalpadelas, sem uma compreensão clara de sua origem e missão. Pelo contrário. Desde o nascimento do primeiro ser humano na Terra, já estava determinado que ele teria informações crescentes sobre o sentido da vida e seu papel na engrenagem universal. Mas isso sempre e somente quando atingisse, *por si mesmo*, um determinado grau de maturidade. Nunca antes, pois o solo precisa estar adequadamente preparado para a sementeira, caso contrário ela não vingará.

Essa contingência espiritual de o ser humano ter de se esforçar sozinho para amadurecer remonta, pois, aos primórdios da humanidade, e desde então não mudou de maneira alguma. Permaneceu sempre a mesma, porque é determinada por essa Lei do Movimento na Criação. No Antigo Testamento também vemos referências claras a respeito dessa lei, como nessa passagem de Eclesiastes: “Quem somente observa o vento nunca semeará, e o que olha para as nuvens nunca segará” (Ecl11:4).

Uma lei da Criação é, por definição, imutável, pois o que já é perfeito não pode, evidentemente, estar sujeito a aperfeiçoamentos. É contingência indesejável que o ser humano precisa amadurecer por si mesmo, através das vivências que encontra em suas peregrinações nas materialidades, caso quiser ascender. Atingido um certo grau de maturidade, torna-se-lhe então possível acolher reconhecimentos mais elevados, que levantam um pouco mais para ele o véu da atuação do mecanismo do Universo, mas sempre dentro das limitações impostas pelo conceito que tem de espaço e de tempo.

O conceito de espaço e tempo também depende categoricamente da movimentação do espírito, estando, portanto, vinculado à Lei do Movimento. As idéias científicas de tempos mutáveis, que

¹⁶ Exceção notável a essa seqüência de reinos fundamentados na violência foi o Império Inca. Ao leitor que desejar conhecer mais sobre os Incas, o último povo na Terra ainda ligado à Luz, indica-se a obra *A Verdade Sobre os Incas*, de Roselis von Sass.

podem ser esticados ou encolhidos, são apenas tentativas de se compreender a variação do *conceito* de espaço e de tempo, este sim mutável.

De fato, não é o tempo que muda, e sim a percepção que temos dele. Quanto mais elevado for um espírito humano, tanto mais vivenciará e assimilará num determinado tempo. Em outros planos da Criação, os conceitos de espaço e tempo são completamente diferentes, permitindo que um ser humano nessas regiões vivencie muito mais do que seria possível aqui na Terra. Lá não atua mais o raciocínio preso à matéria, e sim a intuição espiritual, que proporciona uma vivência muito mais intensa de tudo. E isso vai num crescendo até o plano espiritual da Criação, denominado Paraíso, o destino final dos espíritos humanos que se desenvolveram de modo certo. Lá, um ser humano vivencia no espaço de um dia terreno tanto quanto em mil anos terrenos. Foi por isso que Pedro disse: “com o Senhor [isto é, no reino Dele], mil anos são como um dia” (2Pe3:8), reproduzindo o mesmo ensinamento contido no salmo: “Pois mil anos são aos teus olhos como o dia de ontem que passou” (Sl90:4), e que também aparece no livro apócrifo de Jubileus: “Mil anos são como um dia no céu” (Jb4:29).¹⁷

A passagem a seguir tem o mesmo sentido: “Verdadeiramente, um dia em vossos átrios vale mais que milhares fora dele” (Sl84:11). Esses *átrios* representam a região mais elevada que um ser humano pode alcançar quando plenamente maduro: o reino espiritual a ele destinado, como máxima distinção que possa ser conferida a um espírito humano. Correspondem aos *vestibulos* de um Templo excelso, o Supremo Templo do Graal, situado muito acima do Paraíso, no ápice da Criação primordial.

Quanto maior *mobilidade* apresentar, pois, um espírito humano, quanto mais aplicado e atuante for, tanto mais vivenciará num certo espaço de registro de tempo, mesmo aqui na Terra. Exteriormente isso se mostra como uma aparente dilatação temporal, isto é, tem-se a impressão de que para uma determinada pessoa o tempo parece esticar, de forma a permitir que ela faça tudo a que se propusera. Interiormente, porém, dá-se o contrário. Para aquela mesma pessoa o tempo parece voar, de modo que mal consegue utilizá-lo como gostaria na consecução dos seus objetivos. Contudo, não foi o tempo que voou com tamanha rapidez, e sim a respectiva pessoa é que atuou diligentemente dentro dele. Foi ela que propriamente “voou” dentro do tempo, e por isso, somente por isso, ele pareceu passar tão rápido. Dizem que, no fim da vida, Leonardo da Vinci se queixou de não ter tido tempo de fazer tudo quanto gostaria...

O tempo está indissolúvelmente ligado ao espaço. Tempo-espaço é o binômio concedido a cada criatura para o seu desenvolvimento, esteja ela na matéria ou em qualquer outra parte da Criação. A primeira frase da Bíblia diz que “*no princípio*, Deus criou o céu e a Terra”. Esse “princípio” quer significar o aparecimento do tempo e do espaço, dois conceitos atrelados à toda obra criada. Antes desse “princípio” só existia o que não foi criado: o próprio Criador e a eterna esfera divina. O gênero humano atua e se desenvolve dentro do espaço e do tempo inerentes à Criação: o Senhor do céu e da Terra “fixou a seqüência dos tempos e os limites para a sua habitação” (At17:26).

O cientista Albert Einstein, um dos poucos que sobressaíram do costumeiro padrão rígido dos discípulos da ciência, através de uma impressionante segurança intuitiva, estabeleceu como base de sua revolucionária teoria da relatividade que as leis da natureza permanecem as mesmas para todos os observadores em movimento livre. Com isso, ele demonstrou que o espaço e o tempo estavam intimamente relacionados, de modo que um não poderia existir sem o outro.

Isso é um fato, contudo o tempo não se altera. Ele permanece parado. O que muda é, conforme dito, a percepção que temos dele, segundo nossa própria *mobilidade espiritual*. É como numa viagem de trem, em que a paisagem parece passar com maior ou menor rapidez diante da janela, conforme a velocidade da composição. Apesar de dar essa impressão, não é a paisagem que se movimenta, e sim o trem é que passa por ela com velocidade maior ou menor. A paisagem é o tempo, o trem é o espírito humano, a velocidade é sua capacidade de vivenciar. Isso vale não somente para a vida terrena, mas para toda a existência humana. A tão sonhada máquina do tempo sempre esteve ao alcance do ser humano: é ele próprio.

Mesmo aqui na Terra podemos observar essa diferença de percepção do tempo ao longo da vida. Todos nós, certamente, já notamos uma mudança na velocidade de assimilação dos fatos a partir da adolescência. A partir daí o tempo parece correr mais rápido, porque é nessa época que o espírito passa

¹⁷ Ver, a respeito, a dissertação “E Mil Anos São Como Um Dia”, no segundo volume da obra Na Luz da Verdade, a Mensagem do Graal de Abdruschin.

a atuar. Na infância tínhamos a nítida impressão de que o tempo passava mais devagar. Parecia decorrer uma eternidade até o período de férias chegar; a festa de Natal, sempre ansiosamente aguardada, era um evento que se repetia mui raramente; o dia do aniversário, então, parecia até um golpe de sorte quando finalmente despontava. À medida que crescemos, a estória se inverte. Parece que o tempo se acelera. Mal repetimos nossas eternamente imutáveis resoluções de ano novo, e as semanas e meses já iniciam sua desabalada carreira. Quando nos damos conta já estamos prestes a ultrapassar o primeiro semestre, para logo em seguida nos surpreendermos com os primeiros acordes natalinos. E, no entanto, sabemos que as intermináveis horas da infância possuem os mesmos fugazes 60 minutos da fase adulta.

A explicação dessa mudança de percepção está, pois, na vivência. É a vivência do ser humano que se intensifica a partir de certa idade, e não o tempo. O tempo não muda. Os movimentos dos ponteiros do relógio apenas registram numericamente nossa passagem dentro do tempo aqui na Terra. O tempo não passa, nós é que passamos dentro dele. Quando o corpo terreno atinge um determinado estado de maturação, na adolescência, o espírito dentro dele passa a se fazer valer plenamente, e então as vivências se intensificam. O simples início natural e automático da atuação espiritual já é, pois, suficiente para alterar a percepção do tempo, mesmo aqui na Terra, em escala reduzida.

Contudo, na quase totalidade dos casos o espírito não atua como deveria a partir dessa época tão especial da vida. Ao invés de se manter no comando da situação, conforme seria de se esperar e, aliás, como é sua função, o espírito humano quase sempre se curva às imposições do raciocínio, excessivamente estimulado e unilateralmente desenvolvido já no início da segunda década de vida. A vontade espiritual não consegue se sobrepor à intelectual, e assim o espírito, que é tudo no ser humano, que é a bem-dizer *ele próprio*, quase sempre se torna escravo do seu raciocínio, um mero instrumento a ele concedido para utilização durante a vida terrena.

Por isso, toda essa correria da vida moderna não constitui nenhum incremento real de vivência para o espírito, conforme Jesus já indicara na advertência a Marta, irmã de Maria de Betânia: “Marta, Marta, tu te inquietas e te agitas por muitas coisas; no entanto, pouca coisa é necessária, até mesmo uma só” (Lc10:41). Toda essa lufa-lufa dos nossos dias é tão-só fruto da atividade cerebral, que naturalmente só pode encontrar valor em coisas materiais, visíveis e palpáveis, inteiramente consentâneas com *o conceito terreno de espaço e tempo*. O que se acha além do espaço-tempo terrenal, o cérebro humano, pela sua própria constituição, não é capaz de assimilar nem de avaliar, enquanto que o espírito, único capacitado para isso, encontra-se por demais fraco e sonolento para assumir a tarefa.

E assim o ser humano passa pela vida terrena, celeremente, sem se preocupar em saber quem ele é, de onde vem e qual a finalidade da sua existência. Pior: passa através da vida sem mesmo procurar saber como deve proceder para poder continuar existindo na Criação. Nada disso tem importância para ele, o espírito adormecido no esquite intelectual. Se o espírito humano atuasse como deveria, suas vivências seriam incomensuravelmente mais ricas, transformar-se-iam em reconhecimentos duradouros, indeléveis, e com isso em evolução.

Mas vamos voltar para o que aprendemos na escola. A gravitação descoberta por Newton, dissecada posteriormente pela física relativística e constituindo até agora o último entrave à elaboração de uma “teoria do campo unificado”, é igualmente o efeito terrenamente visível de uma segunda lei básica da Criação: a **Lei da Gravidade**.

O enunciado da lei da gravitação universal, de Newton, estabelece que um corpo sempre atrai outro com uma força proporcional ao produto de suas massas e ao inverso do quadrado da distância que os separa.¹⁸ Essa conta ainda precisa ser multiplicada por um fator invariável: a constante gravitacional “G”. Aqui, na materialidade, podemos até determinar experimentalmente o valor dessa constante gravitacional, medindo a força de atração entre dois corpos de massas conhecidas.

A absoluta perfeição com que essas interações se evidenciam no Universo material causa assombro aos cientistas que se ocupam com o estudo delas. Um conceituado físico descobriu que se a força que mantém unidos prótons e nêutrons fosse apenas alguns pontos percentuais mais intensa do que é, o Universo não teria hidrogênio, e a água e as estrelas não poderiam existir. A vida seria

¹⁸ Uma nota curiosa: Newton era um cristão devoto e achava que sua melhor obra era uma interpretação do Livro bíblico de Daniel. Deixou inúmeros comentários e referências a esse Livro, todos solenemente ignorados pela posteridade.

impossível nessas condições. Um outro pesquisador verificou que se a constante gravitacional de Newton tivesse um valor minimamente diferente, só existiriam estrelas dos tipos gigantes azuis e anãs brancas, o que igualmente tornaria impossível o surgimento da vida em qualquer parte do Universo.

A mecânica quântica, que estuda a interação entre partículas subatômicas, destrinchou as forças conhecidas na natureza em quatro tipos: gravitacional, eletromagnética, nuclear forte e nuclear fraca, mas defende (com muita propriedade) que todas elas são provavelmente facetas distintas de uma força única, a qual ainda não foi possível descrever numa teoria unificada. Dessas quatro interações conhecidas, somente a gravitação ainda não se mostrou “quantificável” pela mecânica quântica, o que naturalmente não invalida a teoria da existência de um campo único.

Essas quatro manifestações de força descritas pela mecânica quântica, terrenamente perceptíveis, são, mais uma vez, expressões da muito maior e absolutamente abrangente Lei da Gravidade, da qual a gravitação descoberta por Newton também constitui apenas um efeito mínimo. Como todas as outras, a Lei da Gravidade perpassa toda a Criação, e não apenas os corpos siderais materiais, nos quais se reconhece uma pequena parcela de seus efeitos.

Em sentido amplo, essa lei faz com que cada espírito humano ascenda ou desça às regiões a que pertence, segundo sua constituição anímica. Ambos, ascensão e queda, são efeitos justos e indesejáveis dessa Lei da Gravidade Espiritual que, tal como as outras leis universais, mantém em funcionamento perfeito a imensa engrenagem da Criação, ajustada até as minúcias desde o início dos tempos. Almas pesadas e sujas, carregadas de vícios e pendores, afundam após a morte terrena para regiões igualmente densas e lúgubres, consentâneas com a constituição delas. Já almas leves e limpas, purificadas, preenchidas de verdadeiro amor ao próximo e alegria de viver, ascendem automaticamente para regiões mais luminosas.

Daí a advertência de Jesus: “Ficai de sobreaviso para que os vossos corações não fiquem *pesados* pela embriaguez, pelas orgias e pelas preocupações da vida...” (Lc21:34). Daí também o incitamento explicitado nesse trecho da Epístola aos Hebreus: “Desembaraçando-nos de *todo peso* e do pecado que tenazmente nos assedia, corramos com perseverança a carreira que nos está proposta” (Hb12:1). Um peso acarretado não somente por ações, mas também por pensamentos e até por palavras: “A cada um será *peso* a sua palavra” (Jr23:36).

A atuação dessa lei também é retratada na história do homem rico e avarento que depois da morte vai para um lugar de tormentos, nas profundezas. Lá ele vê Abraão e Lázaro “ao longe”, e pede ao mendigo Lázaro, que conhecera em vida, que o ajude, o qual se encontra agora num lugar de paz, numa região elevada. Mas Abraão, que está ao lado de Lázaro, lhe diz: “Está posto *um grande abismo* entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós” (Lc16:26). Ou seja, a Lei da Gravidade cuida de manter a separação entre o que é trevoso e o que é luminoso.

Com isso, já nos tornamos aptos a responder a pergunta: “Quem é que sabe se o espírito dos humanos sobe para o alto e se o espírito dos jumentos desce para baixo, para a Terra?” (Ecl:3:21). A alma do animal sempre ascenderá automaticamente, por efeito dessa lei, à região a que pertence por sua constituição. Como a alma do animal não pode se tornar pesada, já que este nunca atua de modo contrário às leis da natureza, sua alma ental sempre ascenderá até o respectivo ponto de origem, situado acima da materialidade. Poderá até conservar sua forma, caso tenha se fortalecido pelo sentimento de amor. Já em relação ao ser humano... depende. Depende de como ele atuou aqui na Terra com sua vontade intuitiva, seus pensamentos e suas ações. Se atuou de modo certo, sua alma, incandescida pelo espírito, também ascenderá a regiões luminosas, consoantes à sua leveza. Mas, se atuou erradamente, sua alma tornada com isso escura e pesada igualmente afundará, por efeito dessa mesma Lei da Gravidade, a regiões tenebrosas e densas, de mesma constituição.

O filósofo grego Platão (427 – 347 a.C.) já dizia que uma pessoa muito apegada ao mundo terreno ficava *pesada* após a morte, e não poderia mais ascender ao “mundo das idéias”, tendo de retornar à Terra para uma nova vida na matéria. O Padre e Doutor da Igreja, Clemente de Alexandria (150 – 213) – Titus Flavius Clemens – dizia que esse mundo das idéias não era outro senão o reino de Deus, e que Platão havia aprendido de Moisés que se tratava de um lugar que continha todas as coisas universalmente.

A matéria age como uma âncora para espíritos de níveis distintos, de modo que todos podem se encontrar e se comunicar aqui. Em nenhum outro lugar da Criação isso é possível. É como uma imagem de balões multicoloridos, presos a fios de comprimentos diferentes e amarrados num mesmo lugar. Os balões mais altos e de cores mais vivas (espíritos mais evoluídos) estão fixados no mesmo plano dos balões mais baixos e mais esmaecidos (espíritos menos evoluídos), possibilitando um intercâmbio entre eles. Algo que, mesmo aqui na matéria, não é muito comum. Pela Lei de Atração da Igual Espécie, que abordarei em seguida, os balões mais altos procuram ficar naturalmente próximos, enquanto que os mais baixos também se juntam automaticamente. Um balão mais alto pode perceber a limitação do mais baixo; pode, inclusive, movido de amor, inclinar-se para ele e indicar o caminho para cima, mas não está apto a levá-lo consigo para as alturas onde paira. Essa possibilidade depende inteiramente do balão mais baixo. Ele é que tem de adquirir mais gás e conseguir mais fio, se quiser ascender espiritualmente. E quanto mais alto subir, maior fulgor também adquirirá sua cor. Depois da morte terrena, que equivale ao rompimento do fio, cada balão subirá por efeito da Lei da Gravidade até onde lhe permite sua quantidade de gás, e lá, naturalmente, só encontrará outros balões semelhantes, de mesmo tamanho e forma.

Estreitamente ligada à Lei da Gravidade encontra-se uma terceira lei básica da Criação: a **Lei de Atração da Igual Espécie**. Como não podia deixar de ser, também esta perflui integralmente o espírito humano, esteja ele ainda aqui na Terra ou não. Essa lei estabelece que uma determinada espécie sempre atrai outra igual. E isso em todos os campos da vida humana.

Na Terra, esse fato é nitidamente reconhecível nas afinidades entre as pessoas, quer se trate de pendores ou qualidades. Alcoolistas, fumantes, trapaceiros, jogadores e viciados em sexo sempre encontram pessoas de igual espécie para tratar de assuntos afins. Do mesmo modo, uma pessoa de índole nobre também reconhece imediatamente outra semelhante, de mesma espécie, com a qual pode tratar de temas elevados. Cabe lembrar aqui essa constatação do apóstolo Paulo: “Os que se inclinam para a carne cogitam das coisas da carne; mas os que inclinam para o espírito, das coisas do espírito” (Rm8:5). É também efeito dessa lei a constatação de que “o justo encontra sua alegria na prática da justiça” (Pv21:15). A igual espécie aqui é o legítimo sentimento de justiça, que os justos trazem naturalmente em si.

Os ditados populares: “dize-me com quem andas que te direi quem és”, “cada qual com seu igual”, “cada ovelha com sua parelha” e ainda outros semelhantes, originaram-se da observação inconsciente dos efeitos dessa Lei de Atração da Igual Espécie na vida cotidiana. Reconhecemos um eco dessa lei no livro de Levítico, onde o Senhor ordena: “Não acasalarás animais de espécie diferente. Não semearás em teu campo duas espécies de semente, nem usarás roupa tecida com duas espécies de fio” (Lv19:19). Já o autor do livro Eclesiástico percebeu que “pássaros da *mesma espécie* aninham-se *juntos*” (Ec10:9). Sim, e por isso mesmo sempre se poderá delinear características semelhantes entre dois amigos que não se largam: “Assim como o rosto se reflete na água, assim o coração de um se reflete no do outro” (Pv27:19).

Na mencionada história do homem rico, Lázaro e Abraão estão juntos num plano elevado porque ambos são de igual espécie espiritual. É o mesmo conceito que transparece no final do livro apócrifo 4Esdras, quando o protagonista, Esdras, é levado “ao lugar onde estão *os que se parecem com ele*” (4Esd14:49,50).

A Lei de Atração da Igual Espécie, atuando em conjunto com a Lei da Reciprocidade, é de extrema importância também nas encarnações. Ao contrário do que se imagina comumente, não existem acasos numa encarnação, assim como não existem acasos em fenômeno algum da natureza. Uma alma não pode encarnar-se num determinado lugar, numa certa condição social e numa família específica se antes não tiverem sido satisfeitas as disposições para isso, determinadas pelas leis primordiais. Uma encarnação é o resultado final de múltiplas contingências, determinadas por fios do destino que se sobrepõem e se entrelaçam, urdidos em vidas terrenas anteriores, assim como pela concomitante atração da alma pela sua espécie igual.

A alma prestes a encarnar é *atraída* para aquele local, para aquela família cujas pessoas têm afinidades anímicas com ela. Força especial de atração exercem justamente as fraquezas, porque são estas que precisam ser dirimidas numa vida terrena. Desse modo, cada vida aqui na Terra é uma

oportunidade sem igual para se corrigir antigos erros, sobrepujar fraquezas e evoluir espiritualmente. A vida terrena é uma autêntica dádiva dos céus.

Cada vida terrena é, sim, uma dádiva do Amor do onipotente Criador, presente em toda Sua obra gigantesca, e assim também neste nosso plano material. Cada espora, cada óvulo ou ovo fecundado – os zigotos de seres humanos e animais – encerram em si a promessa da continuação do grandioso espetáculo da vida, fornecendo continuamente novos atores a este palco terreno, onde todos entram em cena para desempenhar os mais variados papéis, em novos atos descortinados por efeitos de leis universais, aprendendo com estas na grande trama do desenvolvimento progressivo. Uma eterna renovação periódica de vida, num permanente dar e receber, direcionada exclusivamente para o aperfeiçoamento da própria vida.

Além do papel preponderante nas encarnações, a Lei de Atração da Igual Espécie também forma, como mencionado, o respectivo âmbito de matéria fina de uma pessoa, segundo a espécie de seus pensamentos e intuições. Esse ambiente não é percebido pelos nossos olhos corpóreos, que são constituídos de uma matéria mais grosseira, contudo é perfeitamente *sentido* por quem está nas proximidades da pessoa em questão. Provavelmente muitos já devem ter notado como uma pessoa boa, interiormente pura, refresca imediatamente o ambiente em que adentra, tão-somente com sua presença. São pessoas que despertam uma misteriosa simpatia, sem causa visível, como a moça Ester, que “conquistava a benevolência de todos os que a viam” (Est2:15).

Por outro lado, certamente não haverá quem já não tenha percebido a situação oposta – muito mais comum – em que uma pessoa, também só com a sua presença, talha o ar à sua volta, oprimindo desagradavelmente os que lhe estão próximos. Em ambos os casos foi a respectiva pessoa que formou um âmbito luminoso ou escuro ao seu redor, pelo efeito da Lei de Atração da Igual Espécie, o qual é então percebido pelas demais pessoas. Naturalmente, ambas receberão as conseqüências de seu modo de ser, boas ou más, através da atuação da já mencionada Lei da Reciprocidade.

Vemos que tal como as leis humanas, as leis da Criação igualmente acarretam conseqüências danosas para quem as desobedece. De fato, a definição geral é, em princípio, a mesma: lei é uma diretriz de conduta que, se não for cumprida, acarreta penalidades ao faltoso. Essas penalidades devem ser proporcionais ao alcance do prejuízo causado pela falta e, de tal forma, que para o indivíduo submetido a uma lei pareça-lhe muito mais sensato obedecê-la do que descumpri-la. À primeira vista, essa definição pode ser considerada válida para os dois tipos de leis existentes: as leis terrenas, instituídas pela vontade humana, e as leis da Criação ou universais, instituídas pela Vontade do Criador. As aparentes semelhanças entre ambas, porém, terminam aqui.

As leis humanas regem a vida em sociedade de uma pessoa enquanto ela está aqui na Terra. As leis da Criação, por sua vez, condicionam a própria existência do ser humano, moldando todo seu destino, esteja ele ainda aqui na Terra ou em qualquer outro plano da Criação.

As leis humanas são intrinsecamente imperfeitas e devido a isso mutáveis, tanto no tempo como no espaço. Uma lei promulgada há um mês pode já não estar em vigor hoje, e a legislação de um país não se aplica a outro. Os seres humanos têm o poder de alterar à bel-prazer suas leis, de modo arbitrário, segundo as necessidades do momento. O Criador não. Suas leis da Criação são absolutamente perfeitas, e justamente por isso não estão sujeitas a qualquer alteração. Jamais poderão ser ampliadas, reduzidas ou revogadas. Muito menos aperfeiçoadas. Existem desde o início dos tempos e permanecerão existindo por toda a eternidade, imutáveis, intangíveis e incorruptíveis: “As obras das Suas mãos são verdadeiras e justas, *todos os Seus preceitos são firmes, fixados para todo o sempre*, feitos de retidão e de Verdade” (Sl111:7). Daí também o sentido das sentenças: “Nem um i ou um til se omitirá da Lei, sem que tudo seja cumprido” (Mt5:18); “É mais fácil passar o céu e a Terra, do que cair um til sequer da Lei” (Lc16:17). Essas são indicações claras de que por fim tudo tem de se cumprir dentro do conjunto das leis da Criação, na sua mais rigorosa observância, e de que elas não admitem o menor desvio ou alteração em sua inflexibilidade absoluta.

Como é absurdo, em vista disso, o preceito de que “os fins justificam os meios”. Como é verdadeiramente maquiavélica essa frase de autoria do filósofo Maquiavel (1469 – 1527), pois os fins *nunca* justificam os meios! Nem os meios nem os maus!... Só quem já perdeu os mais comezinhos sentimentos de justiça pode abraçar um tal lema deturpado. Deturpado e tolo ao extremo, já combatido severamente pelo apóstolo Paulo: “E então, por que não faríamos o mal para que daí resulte o bem,

como alguns pretendem caluniosamente que nós digamos? Estes sim, merecem a condenação!” (Rm3:8).

Ao contrário das leis humanas, as leis que sustentam a Criação são, como vimos, extremamente simples. A própria simplicidade. Podem ser compreendidas perfeitamente por qualquer um, independentemente do seu grau de instrução. Nem poderia ser diferente, já que a elas estão submetidas todas as criaturas, e assim também o próprio espírito humano, não importando se na Terra é um analfabeto ou um PhD.

As leis humanas são falhas por natureza, visto serem produtos exclusivos do intelecto limitado. Estão repletas de brechas que permitem descumpri-las, sem acarretar ao infrator nenhuma sanção. Estão sujeitas a injunções políticas e interpretações dúbias, contribuindo para a especialização crescente de consultores que ensinam a burlá-las legalmente. Já com relação às leis da Criação nunca existiu, nem jamais existirá, um único caso em que uma criatura humana tenha descumprido alguma delas sem ter ficado imediatamente sujeita às conseqüências desse descumprimento. Em nenhuma hipótese sua culpa poderá ser “prescrita” por decurso de prazo nem sua pena comutada.

Por serem poucas, extremamente simples, absolutamente lógicas e tão incisivas para a existência do ser humano, não há nenhuma desculpa para seu descumprimento sob alegação de ignorância. O não cumprimento dessas leis por alegado desconhecimento demonstra que o infrator – poderíamos dizer também pecador – não se interessou por elas e nem fez o mínimo esforço para assimilá-las e *pô-las em prática*: “Não são, com efeito, os que escutam a Lei que são justificados diante de Deus; justificados serão aqueles que *a põem em prática*” (Rm2:13). Quando se diz que “é Deus quem justifica” (Rm8:33), então isso se dá pela atuação da Sua Lei da Reciprocidade, que Ele inseriu na obra da Criação.

Quem não põe em prática, em toda sua vida, o conjunto das leis de Deus, mostra que não se movimentou para tanto, o que já constitui uma transgressão direta à Lei do Movimento. O desconhecimento do funcionamento das leis naturais embota o espírito humano, enrijece-o, embaça-lhe a vista e destrói paulatinamente sua capacidade de discernimento.

Pôr em prática as leis da Criação, isto é, cumpri-las, equivale a ajustar-se voluntariamente à Vontade do Criador, que as instituiu. E essa Vontade estabeleceu que em seus caminhos de desenvolvimento na matéria, assim como em outras partes da Criação, o ser humano deverá encontrar tão-somente alegria, felicidade e paz bem-aventurada: “Guarda Suas leis e Seus Mandamentos que hoje te dou para tua felicidade” (Dt4:40). Descumprir essas leis significa agir *contra* a Vontade do Criador, o que faz o ser humano angariar então para si exatamente aquilo de que elas procuram preservá-lo: dor, sofrimento, angústia, desespero e pavor. Por isso, grande sabedoria há em cumprir os Mandamentos do Senhor: “O sábio de coração aceita os Mandamentos” (Pv10:8).

Quanto mais elevado for um ser humano, quanto mais sábio se tornar em seus caminhos de desenvolvimento espiritual, tanto mais incondicionalmente se submeterá às leis da Criação instituídas por Deus, já que assim lhe fica assegurada de antemão a felicidade. É esta a maior sabedoria que um ser humano pode almejar. É a suprema arte de viver.

A Lei da Reciprocidade

Conforme visto, as leis básicas da Criação são três: a Lei da Reciprocidade, a Lei da Gravidade e a Lei de Atração da Igual Espécie. Como já mencionei alguns exemplos da atuação da Lei da Gravidade, vamos nos ater aqui às explicações de Jesus sobre a atuação das outras duas leis primordiais.

Especificamente em relação à Lei da Reciprocidade, dada sua abrangência, vamos dividi-la em duas: a Lei da Reciprocidade propriamente dita e a Lei do Movimento que, como analisado, é uma decorrência natural daquela. O movimento não só existe em toda a Criação como até se constitui no sustentáculo de todo o existir. Na obra *Na Luz da Verdade*, dissertação “Destino”, Abdruschin traz o seguinte esclarecimento sobre a Lei da Reciprocidade agindo como impulsionadora do movimento contínuo no Universo:

“As pessoas falam sobre destino merecido e destino imerecido, recompensa e castigo, desforra e carma.

Tudo isso são apenas designações parciais duma lei existente na Criação: *a lei da reciprocidade!*

Trata-se de uma lei que existe na Criação inteira desde os seus primórdios, lei essa que foi entrelaçada inseparavelmente no vasto processo do evoluir eterno, como parte indispensável do próprio criar e do desenvolvimento. Como um gigantesco sistema de finíssimos fios de nervos, essa lei mantém e anima o gigantesco Universo, impulsionando permanente movimento, um eterno dar e receber!”

Jesus não poupou esforços para transmitir aos seres humanos o sentido das leis universais da Criação, particularmente da Lei da Reciprocidade. Em múltiplas oportunidades instou os ouvintes a cuidarem de suas próprias ações, porque no efeito recíproco que elas geram teriam eles mesmos, infalivelmente, de arcar com as conseqüências. Uma de suas primeiras indicações a esse respeito é a seguinte:

“Tu, porém, ao dares esmola, ignore a tua mão esquerda o que faz a tua mão direita, para que a tua esmola fique em secreto, e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará.”

(Mt6:3,4)

Há quem procure explicar essas palavras com a indicação de que no Templo havia uma câmara de segredos, na qual os devotos depositavam secretamente suas ofertas, para que os pobres dali recebessem seu sustento “em secreto”. O sentido das palavras de Jesus, porém, não se refere a tais coisas, não diz respeito a algo tão restrito, tão mundano. Jesus, com seus ensinamentos, sempre dava orientações amplas para a atuação do *espírito humano* na Criação, e não para simples afazeres cotidianos durante sua curta estada aqui na Terra.

Quando ele adverte o ser humano para que, ao dar esmola, ignore a mão esquerda o que faz a direita, está primeiramente ensinando que um ato bom só tem valor quando provém do íntimo do ser humano, caso contrário será apenas mera exterioridade, produto da vontade mental, o raciocínio, com a finalidade de se destacar entre outras pessoas. Só o raciocínio evidencia essa preocupação com destaques e honrarias terrenas, não o íntimo do ser humano, não o espírito. Este último não precisa de holofotes para se fazer valer e nem anseia por isso.

A Lei da Reciprocidade leva em conta justamente o íntimo do ser humano e não as exterioridades que ele procura aparentar na Terra. Se o íntimo não for puro, não fará a menor diferença a quantidade ou valor das esmolas que ele distribui na Terra, como supõem tantos em sua tola esperança, não confessada, de que estas lhes devam ser creditadas de alguma maneira no céu, como se fossem um investimento metafísico de retorno garantido.

A segunda parte do ensinamento: “e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará”, mostra que um ato legitimamente bom do ser humano, proveniente de sua vontade intuitiva, portanto de seu âmago mais profundo, acarreta infalivelmente a recompensa devida pela atuação automática da Lei da Reciprocidade, que traz em si a Vontade do Pai. O ver em secreto indica, pois, uma atuação autônoma, ininfluenciável e absolutamente justa dessa lei. Esse ensinamento já havia sido dado no Antigo Testamento, também em linguagem metafórica: “Se disseres: não o soubemos; não o perceberá Aquele que pesa os corações? Não o saberá Aquele que atenta para a tua alma? E não pagará Ele ao homem segundo as suas obras?” (Pv24:12).

A indicação da atuação automática da Lei da Reciprocidade fica ainda mais clara na seqüência abaixo, num trecho da oração Pai Nosso dada por Jesus e a explicação que se lhe segue:

“E perdoa-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores. (...) Porque se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará; se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai não vos perdoará as vossas ofensas.”

(Mt6:12,14,15)

Se uma pessoa causa intencionalmente mal a outra, fica ligada a esta por fios de reciprocidade, além de pôr em marcha os efeitos recíprocos correspondentes ao seu ato, quer se trate de uma ação visível, de palavras, ou mesmo de pensamentos.

Se o ofensor se arrepende e pede perdão ao atingido, este último tem efetivamente a prerrogativa de perdoá-lo, já que ambos estão ligados entre si por esses fios de reciprocidade. De outro modo não pode haver nenhum perdão, não sem o desencadeamento do respectivo retorno cármico sobre o ofensor, com o reconhecimento do erro por parte deste e o conseqüente resgate da culpa, situação em que ele estará efetivamente perdoado sob o ponto de vista das leis naturais. Em conformidade com essas leis, Jesus disse aos discípulos: “Se por sete vezes no dia [teu irmão] pecar contra ti, e sete vezes vier ter contigo, dizendo: *estou arrependido*, perdoa-lhe” (Lc17:4).

Essa contingência de ligação pessoal entre ofensor e ofendido, condicionada pela Lei da Reciprocidade, já descarta de pronto qualquer pretensão de um possível perdão concedido por alguém que não esteja diretamente ligado por esses fios de reciprocidade. Quando Jesus disse a Pedro: “O que ligares na Terra será ligado nos céus, e o que desligares na Terra será desligado nos céus” (Mt16:19), estava simplesmente indicando a prerrogativa do espírito humano de poder ligar e desligar esses fios, segundo sua própria maneira de atuar frente à Lei da Reciprocidade. É algo que diz respeito a todos os seres humanos terrenos, indistintamente. Nada mais do que isso. Em nenhum lugar está dito que Pedro fora agraciado aí com um dom especial, sobrenatural, nem tampouco que a partir daquele episódio teria autoridade sobre os demais discípulos.

Pedro foi um ser humano comum, com virtudes e falhas como qualquer outro, e chegou até a participar daquela disputa bobinha para ver qual dos discípulos era o maior (cf. Mc9:33-35). Antes de negar o Mestre por três vezes (cf. Mt26:70,72,74), ele já fora admoestado por ter dormido enquanto Jesus orava no Getsêmani, apesar de este lhe ter pedido, e também aos demais discípulos, que permanecessem em vigília. Disse Jesus severamente a Pedro naquela ocasião: “Nem sequer pudeste vigiar uma hora comigo!” (Mt26:40). E quando Paulo esteve em Antioquia, afirma em relação a Pedro que precisou “resistir-lhe face a face, porque tornara-se repreensível” (Gl2:11).

Esse entrevero entre Paulo e Pedro é mais uma indicação de que os dois apóstolos eram pessoas normais, comuns. Durante um interrogatório, os judeus viram que eles eram “pessoas simples e sem instrução” (At4:13). Ambos tinham suas qualidades e também seus erros, como qualquer pessoa bem-intencionada. Foram grandes homens, mas nunca “santos” intangíveis ou algo semelhante. No entanto, uma nota de rodapé da católica Bíblia de Jerusalém traz um esclarecimento peculiar sobre a imagem de Pedro ligando e desligando coisas no Além: “Caber-lhe-á [a Pedro], pois, abrir ou fechar o acesso ao Reino dos Céus, *por meio da Igreja.*” Um cristão que aceita isso, que acredita nisso, faz pleno jus em permanecer no seio dessa Igreja, até o fim. Destino equivalente merecem os fiéis que aceitam sem refletir a orientação racionalista de alguns dirigentes evangélicos, segundo a qual “deve-se usar apenas a inteligência e o raciocínio em assuntos de religião, e nunca dar ouvidos ao coração.”

Com sua alusão a ligar e desligar fios da reciprocidade, Jesus também nos dá uma indicação nítida de como deve ser a disposição interior para com nossos semelhantes. Devemos estar prontos a perdoar quem quer que nos tenha ofendido e tenha se arrependido: “Se teu irmão pecar contra ti, repreende-o; *se ele se arrepender*, perdoa-lhe” (Lc17:3). A palavra que em grego indica perdão é *metanoia*, que tem o sentido de mudar de atitude, redirecionar o coração. O ofensor precisa, portanto, querer de fato se redimir de sua má ação, redirecionando seu modo de ser e de atuar, do contrário a concessão do perdão seria apenas uma condescendência imprópria por parte do ofendido, que só faria fortalecer o mal. Contudo, se houver um arrependimento sincero, então não devemos perdoar o próximo apenas “sete vezes”, mas “setenta vezes sete” (Mt18:22), diz alegoricamente Jesus. Em outras palavras, não deve haver limite para esse tipo de perdão.

Também o ato de perdoar precisa ser sincero, pois guardar rancor, ou, pior, alimentar desejos íntimos de vingança, já constituem outras más ações provenientes da vontade interior, e conseqüentemente dão ensejo à formação de um novo carma pesado, de mais fios ruins de reciprocidade, que igualmente terão de ser resgatados um dia. O Saltério e o Eclesiástico advertem sobre a irritação alimentada contra o próximo: “Não te irrites por causa dos maus (...). Desiste da ira, depõe o furor, não te irrites, só iria piorar” (Sl37:1,8); “Lembra-te dos Mandamentos, e não guardes rancor contra teu próximo” (Eclo28:7).

No final da parábola do rei e dos servos devedores podemos observar o resultado dessa piora. Ali, um dos servos, cuja elevada dívida tinha sido perdoada pelo seu senhor, não foi capaz de perdoar o seu conservo, que lhe devia uma ninharia. Vejamos a atitude tomada pelo senhor desses servos ao saber do fato e a conclusão de Jesus:

“E indignando-se o seu senhor, o entregou aos verdugos, até que lhe pagasse toda a dívida. Assim também meu Pai celeste vos fará, se do íntimo não perdoardes cada um a seu irmão.”

(Mt18:34,35)

Nota-se aí também, mais uma vez, a menção ao *íntimo* do ser humano, ou seja, ao seu *coração*, à sua vontade intuitiva.

Um pensamento ou desejo mau, oriundo dessa vontade intuitiva, já basta para ativar o mecanismo da reciprocidade, independentemente se tenha ou não podido ancorar-se na pessoa a que é destinado. Essa ancoragem só se dará se a pessoa visada tiver um âmbito de igual espécie em torno de si, condensado pela Lei de Atração da Igual Espécie. Por isso, uma pessoa interiormente boa, que conserva puro o foco dos seus pensamentos, isto é, o seu nascedouro no íntimo, *no coração*, estabelecerá a paz e conservará para si uma vida feliz, protegida de qualquer influência má externa: “Guarda o teu coração acima de tudo, porque dele provém a vida” (Pv4:23). Uma tal pessoa encontrar-se-á sempre resguardada de quaisquer conformações exteriores de ódio, inveja, maus-olhados, etc., pois as próprias leis da Criação concedem a ela uma proteção automática e eficaz: “Como o pássaro que foge e a andorinha que voa, a maldição gratuita não atinge a sua meta” (Pv26:2).

Em sentido inverso, o processo é idêntico. Pensamentos e intuições de verdadeiro amor ao próximo, de piedade ou compaixão sincera (não de pena ou dó), além de trazerem bons efeitos ao autor na reciprocidade, embelezam o âmbito da pessoa visada e a soerguem, desde que, do mesmo modo, essa pessoa tenha como dar guarida a esses bons influxos, ou seja, desde que seu próprio âmbito fino-material apresente uma espécie análoga. Caso tratar-se de uma pessoa interiormente má, geradora de maus pensamentos, essas boas influências igualmente não podem ancorar-se nela devido ao âmbito de espécie diferente, e ela ficará então privada das bênçãos que lhe adviriam dessa ligação.

Em todos esses processos é de se notar, com nitidez cristalina, a Justiça perfeita que reina na Criação, ajustada até as minúcias. Jesus descreveu com muita clareza essa situação no seguinte trecho do Evangelho segundo Lucas:

“Ao entrardes numa casa, dizei antes de tudo: Paz esteja nesta casa! Se houver ali um filho da paz, repousará sobre ele a vossa paz; se não houver, ela se voltará sobre vós.”

(Lc10:5,6)

Esse *dizei* indica a exteriorização de um desejar íntimo, capaz de atuar na pessoa a que é direcionado, desde que esta seja realmente um “filho da paz”, isto é, desde que tenha um âmbito de matéria fina de mesma espécie (paz) em torno de si. Do contrário, esse desejar não pode *repousar sobre ela*, ou seja, não pode ancorar-se nela devido ao ambiente de matéria fina de espécie diferente, tendo de retornar ao gerador.

No trecho a seguir, Jesus fornece um outro modo de expressão para o mesmo conceito de retorno das ações praticadas em relação a outrem:

“Com o critério com que julgardes sereis julgados, e com a medida com que tiverdes medido vos medirão também.”

(Mt7:2; Mc4:24; Lc6:38)

No Evangelho de Marcos, esse trecho aparece seguido da sentença: “...e ainda se vos acrescentará.” Esse complemento também se justifica, porque quando alimentamos uma determinada vontade em nosso íntimo, ou nos aprofundamos num pensamento qualquer, congregamos automaticamente formas análogas de matéria fina pela atração da espécie igual, as quais reforçam ainda mais o pensamento e a vontade intuitiva original. Disso advém que as conseqüências de retorno na reciprocidade também serão aumentadas, tanto no bom como no mau sentido: “Dai e ser-vos-á dado: uma boa medida, cheia, recalcada, transbordante será lançada no vosso regaço” (Lc6:38); “Não semeies nos sulcos da injustiça, para não vires a colhê-la sete vezes mais” (Eclo7:3).

A própria natureza nos dá mostras da atuação dessa lei: de alguns poucos grãos de milho plantados iremos colher várias espigas, cada uma delas com múltiplos grãos. A espécie básica do que foi semeado não mudou, continuou sendo milho, mas a quantidade colhida foi multiplicada. Esse mesmo efeito, de um avolumar contínuo da sementeira original, aparece nessa outra frase bíblica, que acabou se tornando um ditado muito conhecido em todo o mundo: “Semeiam vento, colherão tempestade!” (Os8:7).

Quando alimentamos dentro de nós algum pensamento ou vontade intuitiva estamos – do ponto de vista das leis naturais – pedindo por algo. Algo que nos será entregue infalivelmente, seja bom ou ruim, quer estejamos aqui na Terra ou não, pois “todo o que pede, recebe; o que busca, acha; e ao que bate, se abrirá” (Lc11:10). Jesus indica alegoricamente essa contingência, no caso de vontade boa, na passagem abaixo:

“Qual dentre vós é o pai que, se porventura o filho lhe pedir pão, lhe dará pedra? Ou se lhe pedir um peixe, lhe dará uma cobra? Ou se lhe pedir um ovo, lhe dará um escorpião?”

(Lc11:11,12; Mt7:9,10)

A reciprocidade é tão incisiva para o espírito humano, que Jesus reiteradamente indicava para o próximo, isto é, para a necessidade de se fazer desinteressadamente o bem ao próximo, pois em virtude dos efeitos retroativos dessas ações, o que fizermos ao nosso semelhante estaremos fazendo, na verdade, a nós mesmos. Essa exortação do Mestre é especialmente nítida nas duas passagens abaixo:

“Amarás teu próximo como a ti mesmo.”

(Mt22:39; Mc12:31; Lc10:27)

“Como quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles.”

(Lc6:31; Mt7:12)

Foi por essa razão também que na sua primeira Epístola aos Coríntios, o apóstolo Paulo os exorta a “não buscar o próprio interesse, e sim o de outrem” (1Co10:24). Esse *interessar-se* preponderantemente pelo seu semelhante, de todo coração, é prova de verdadeiro amor ao próximo, é o sinal da passagem do egoísmo para o altruísmo, a ratificação de que a respectiva pessoa realmente passou a amar seu próximo como a si mesma.

Também não por outro motivo Tiago, em sua tão esclarecedora epístola, denomina mui acertadamente de *lei régia* o “amarás teu próximo como a ti mesmo” (Tg2:8), enquanto que novamente Paulo, nas epístolas dirigidas aos Romanos e aos Gálatas, afirma ainda mais enfaticamente que “tudo nessa sentença se resume” (Rm13:9, Gl5:14). Paulo, inclusive, põe o amor no topo da lista dos magníficos frutos do espírito (cf. Gl5:22), e deixa claro que nada é maior do que o amor (cf. 1Co13:13). O teólogo e tradutor Jerônimo, do século IV, de quem falarei mais adiante, conta que os discípulos do velho apóstolo João, cansados de ouvi-lo repisar sempre de novo a exortação “amai-vos uns aos outros”, perguntaram-lhe porque lhes repetia sempre a mesma coisa. E João respondeu: “Porque esse é o mandamento do Senhor, e com apenas esse que se cumpra, é quanto basta.” E assim é.

Quem realmente cumpre essa sentença jamais causará sofrimento a outrem durante sua peregrinação. Essa é a lei básica que contém tudo quanto precisamos saber. Por isso, os verdadeiros auxiliares da humanidade de todos os tempos sempre deixaram consignado a seus respectivos povos, de alguma maneira, o sentido dessa lei fundamental:

- “Não firais os outros com o que vos fere.” (ensinamento budista);
- “Eis a súpula de todo o dever: não façais aos outros o que, se fosse feito a vós, vos causaria dor.” (Mahabharata – poema épico hindu);
- “O que não é de teu agrado não o façás também ao próximo. É essa toda a doutrina da Lei, todo o restante é apenas explicação.” (rabino Hillel);

- “Amarás o próximo como a ti mesmo, é o que há de mais importante na Torá!” (rabino Aqiba – Talmude);
- “Nenhum de vós sois um crente até devotar pelo próximo o amor que devotais a vós mesmos.” (Maomé).

É sempre o mesmo ensinamento, o mesmo preceito essencial, apenas expresso de modo diferente. O conceito aí inserido é tão importante, que Jesus o transmitiu novamente reformulado aos seus discípulos, como sendo um novo mandamento. Ele não o retirou dessas religiões, ao contrário: como ele era a Verdade integral na Terra, nas suas palavras já estava inserido tudo aquilo que em outras religiões existia de verdade. O mandamento é o seguinte:

“Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que vos ameis uns aos outros assim como eu vos amei.”

(Jo13:34)

É na nossa maneira de ser, na consideração e respeito para com o próximo, que está esse “amar” de que nos fala Jesus. E uma pessoa que já tenha atingido um amplo progresso, não conhecendo mais nenhuma cobiça terrena, passa então a sentir amor por todos os seres humanos, conforme exemplifica novamente João em sua primeira epístola: “Sabemos que passamos da morte para a vida porque amamos os irmãos; aquele que não ama permanece na morte” (1Jo3:14). O estoicismo, doutrina elaborada pelo filósofo grego Zenão (336 – 264 a.C.), já pregava que o ideal ético máximo é alcançado quando passamos a amar todos os homens como a nós mesmos, isto é, quando nosso amor próprio passa a incluir toda a humanidade, com igual intensidade. As virtudes máximas do estoicismo são: justiça, bravura, prudência e temperança. Zenão também dizia que o ser humano precisava aprender a ser auto-suficiente (ensinamento também de Platão), e que devia saber como suportar a dor sem receio.

A indicação claríssima de Jesus sobre a reciprocidade, de que por fim o ser humano tem necessariamente de colher sempre algo da mesma espécie do que foi semeado, pode, por extensão, ser entendida também como a impossibilidade de alguém colher bons frutos se sua sementeira foi ruim. Essa impossibilidade é retratada da seguinte maneira no Evangelho de Mateus:

“Colhem-se porventura uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos? Assim toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons.”

(Mt7:16-18; Lc6:44)

O que fatalmente acontecerá com a árvore (o ser humano) que só produz frutos maus (intuições, pensamentos, palavras, ações), não deixa margem a dúvidas:

“Toda árvore que não produz bom fruto é cortada e lançada ao fogo.”

(Mt7:19)

A Lei da Reciprocidade também esclarece muitos outros aparentes enigmas da atualidade. É o caso, por exemplo, das mortes violentas, através de acidentes ou assassínios. Quando não é ocasionado por alguma negligência (que igualmente indica uma culpa pessoal pelo ocorrido), esse tipo de morte é sempre um retorno cármico, decorrente de um ato de violência praticado anteriormente, nesta ou numa outra vida terrena. Jesus chegou a mencionar isso quando de sua prisão pelos soldados romanos. Naquela ocasião, um dos que estavam com ele sacou da espada e cortou a orelha de um servo do sumo sacerdote, que acompanhava a guarnição romana. A advertência do Mestre a esse respeito não poderia ser mais clara:

“Embainha a tua espada, pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão.”

(Mt26:52)

O que fazemos a outrem sempre volta para nós mesmos. Se alguém causa intencionalmente danos a uma pessoa, receberá o retorno na mesma forma do ato praticado, e na intensidade proporcional ao sofrimento causado àquela pessoa e também a outras atingidas direta ou indiretamente

pela ação má. É o justo retorno da Lei da Reciprocidade, instituída pelo Criador: “É justo diante de Deus que os atribuladores recebam tribulações como retribuição” (2Ts1:6).

A reciprocidade atinge sempre o “eu”, o *espírito* do ser humano autoconsciente, esteja ele ainda na Terra, como ser humano terreno, ou já no Além, como alma humana. Assim, os casos de recém-nascidos portadores de deformidades físicas também não constituem nenhum mistério para quem conhece a justa atuação da reciprocidade, visto essa atingir o ser humano por completo, em toda sua existência, a qual abrange várias vidas terrenas. Nenhum ser humano pode nascer com um defeito físico qualquer se ele mesmo não tiver dado motivo para isso numa outra vida. O rei Salomão demonstrou conhecer esse processo, ao constatar que, se tinha vindo à Terra num corpo sem mancha, era porque possuía uma alma boa: “Eu era, sem dúvida, criança bem-dotada e recebera, em quinhão, boa alma; ou antes, como era bom, viera a um corpo sem mancha” (Sb8:19,20).

Como as leis da Criação perfluem o ser humano integralmente: espírito, alma e corpo terreno, elas igualmente cuidam de fornecer a ele o necessário para a subsistência durante sua estadia aqui na Terra. Onde houver escassez material, então foi ele próprio que formou isso para si. Jamais esteve na Vontade do Criador que qualquer uma de Suas criaturas tivesse de conhecer necessidades materiais, muito menos pobreza ou miséria.

O ser humano é traspassado por uma força que lhe permite viver, a qual provém do Doador de toda a força: “A força pertence a Deus” (Sl62:12). A força é neutra, e pode ser dirigida tanto para o bem como para o mal. Através de seus pensamentos, palavras e ações, ele tem o poder de dirigir essa força, recebendo para si mesmo depois de certo tempo, através do equilíbrio mantido pela Lei da Reciprocidade, tudo quanto ele próprio formou com essa força neutra a ele doada. Ao fazer uso dessa força ele *dá* à Criação conformações geradas através de seus pensamentos, palavras e ações; após certo tempo, *recebe* então da Criação aquilo que anteriormente havia dado a ela, sejam coisas boas ou ruins.

O espírito humano, preenchido pela força, incandesce automaticamente o corpo terreno dado a ele para sua peregrinação na Terra. Uma pequena parte dessa força, um efeito diminuto do dar e receber, ele utiliza então para manter são e vigoroso seu corpo terreno durante os anos em que viverá aqui na matéria mais grosseira. Pelo seu trabalho ele *dá* materialmente algo à Terra, parte da Criação material, e por isso *recebe* dela o necessário para a sua vida terrena: alimento, vestuário e moradia.

Recebe tudo isso de modo inteiramente automático e justo, pressuposto que cumpra suas obrigações de espírito humano diante do Criador, de um hóspede benquisto no lar da Criação, conforme descrito nessa passagem do livro de Levítico: “Se andardes nos Meus estatutos, se guardardes Meus Mandamentos e os cumprirdes, *então* Eu vos darei as vossas chuvas a seu tempo, e a terra dará os seus produtos, e a árvore do campo os seus frutos” (Lv26:3,4). A Terra é propriedade do Onipotente, e todos nós somos apenas Seus hóspedes nela, conforme diz o Senhor: “A Terra pertence-me, e vós sois apenas estrangeiros e Meus hóspedes” (Lv25:23). O sábio rei Davi tinha exata compreensão dessa condição do ser humano diante do Supremo, a de um simples hóspede: “Diante de Ti não passamos de migrantes, hóspedes como todos os nossos pais” (1Cr29:15).

Cabe ressaltar que se não fosse essa dádiva chamada trabalho, que sempre teve a incumbência de manter a raça humana em permanente movimento aqui na Terra, laborando em prol de sua subsistência corporal e aperfeiçoamento espiritual, ela já há muito teria se auto-extinguido, bem antes até do término do prazo concedido para seu desenvolvimento. Teria afundado inteira na indolência mortífera, pela qual sempre nutriu incontestável pendor.

Se a vida pudesse ser realmente como a maioria das pessoas gostaria que fosse: um *dolce far niente* perpétuo, adviria logo a estagnação e com ela a doença e a morte, pois outra coisa não pode surgir com o fim da movimentação. Não é coincidência nem acaso, por exemplo, a ocorrência de tantas mortes, aparentemente prematuras, pouco depois da conquista tão acalentada da aposentadoria, nos casos em que esses aposentados realmente passam a exercer a profissão de administradores da ociosidade remunerada, fazendo do ócio seu negócio. Ao desejarem aproveitar o resto da vida para descansar, elas, sem o saberem, a encurtam de vez. Na verdade, acabam se aposentando da própria vida... Uma vida sem movimento é uma vida inútil, e como já dizia Goethe, “uma vida inútil é uma morte antecipada”. Ao contrário do que parece, a boa-vida não é uma vida boa. Inclusive, ou melhor, especialmente, no campo espiritual. Se a falta de movimentação do corpo terreno traz doença e morte, o mesmo se verifica com o espírito humano. Um espírito humano estagnado, que não se anima em

tomar o caminho de sua própria evolução, contentando-se com uma aposentadoria dogmática qualquer, também acabará morrendo, por descumprimento da mesma Lei do Movimento, que veremos logo a seguir. Nesse caso, porém, trata-se da morte espiritual, equivalente à condenação eterna.

No campo terreno, a movimentação garante a permanência do ser humano em seus caminhos pela matéria grosseira. Uma pessoa que se esforça em utilizar exclusivamente para o bem a força a ela outorgada, nunca se verá na contingência de ficar privada do necessário à sua subsistência. Pode passar por algumas dificuldades momentâneas, pode ficar sem uma ou outra coisa, mas jamais conhecerá a miséria. Pelos efeitos automáticos da Lei da Reciprocidade uma tal situação é impossível. Ela acabará encontrando o trabalho que lhe compete, tudo caminhará bem e será feliz: “Do trabalho de tuas mãos comerás, feliz serás, e tudo te irá bem” (Sl128:2).

Em primeira linha o ser humano recebe, pois, dádivas espirituais por efeito dessa Lei da Reciprocidade, as quais, se corretamente utilizadas e desenvolvidas, trarão como retorno a possibilidade de se alcançar o alvo supremo: viver eternamente em sua verdadeira Pátria, o Paraíso. Em grau de importância proporcionalmente menor, recebe ele também dádivas materiais, que são igualmente efeitos dessa mesma lei, as quais atingem o ser humano em sua passagem provisória pela Terra. Essa contingência também foi descrita por Jesus numa de suas preleções:

“Não andeis, pois, a indagar o que haveis de comer e beber, e não vos entregueis a inquietações. Porque os gentios de todo o mundo é que procuram essas coisas, mas vosso Pai sabe que necessitais delas. Buscai, antes de tudo, o Seu reino, e estas coisas vos serão acrescentadas.”

(Lc12:29-31)

Sempre e sempre de novo se reconhece que tudo, mas tudo mesmo, se encontra exclusivamente nas mãos do próprio ser humano. Unicamente ele é senhor do seu próprio destino, unicamente ele decide o que vai encontrar em suas peregrinações através da Criação: penúria ou abundância, tristeza ou alegria, sofrimento ou felicidade, perdição ou salvação. Ele decide, ele planta, ele colhe.

A Lei do Movimento

“Pedi e dar-se-vos-á, procurai e encontrareis, batei e abrir-se-vos-á.”

(Mt7:7; Lc11:9)

Não é muito difícil reconhecer o ensinamento principal de Jesus contido neste versículo. Trata-se da *movimentação!* O Filho de Deus exorta aqui os seres humanos a se movimentarem para conseguir o que necessitam ou almejam. Se uma pessoa quiser conservar-se sadia de corpo e alma, tem de se movimentar terrenal e espiritualmente. Do contrário, atrairá para si a doença e a morte, como conseqüência natural de tudo que permanece estagnado na Criação. O que vale para o corpo físico vale também para o espírito, pois trata-se da mesma lei a exigir movimentação contínua do ser humano.

A própria Criação material não pode prescindir do movimento. Ela própria só se mantém e se desenvolve porque permanece em contínua movimentação, num eterno ciclo de formação e decomposição, de frutificação e colheita, conforme essa explicação de Jesus a respeito do funcionamento do Reino de Deus:

“O Reino de Deus é assim como se um homem lançasse a semente à terra, depois dormisse e se levantasse, de noite e de dia, e a semente germinasse e crescesse, não sabendo ele como. A terra por si mesma frutifica, primeiro a erva, depois a espiga e, por fim, o grão cheio na espiga.”

(Mc4:26-28)

A necessidade absoluta de movimento em tudo não deixa subsistir a concepção tão em voga entre os cristãos de que basta “crer” no Filho de Deus para se obter a salvação. Tão cômodo não é. “Também os demônios crêem e tremem” (Tg2:19). De nada adianta se o fiel acredita nas palavras do Salvador e ao mesmo tempo não se esforçar muito energicamente, com todo seu ser, em agir de acordo com elas em tudo na vida. De nada adianta apreciar uma boa doutrina ou até ficar “assombrado” com ela, como fez Herodes em relação a João Batista (cf. Mc6:20). É preciso transformá-la em ação. Já

bem dissera o apóstolo Paulo aos Coríntios: “O Reino de Deus não consiste em palavras, *mas em ação*” (1Co4:20). Contemporâneo de Paulo, o rabino Aqiba afirmava que o estudo da Lei de Moisés era importante “porque levava à *ação*”.

Se fosse possível de outro modo, que o ser humano pudesse conseguir a salvação sem um esforço ascensional próprio, Jesus teria dito: descansai e dar-se-vos-á, aguardai e achareis, contemplai e abrir-se-vos-á... Isso, porém, ele não fez. O próprio interessado é que tem de *movimentar-se* para se libertar do mal a ele aderido e tomar o caminho da ascensão espiritual. *Ele mesmo* é que tem de limpar sua alma, ou “lavar sua vestidura” (Ap7:14;22:14) para que “sejam sempre alvas as tuas vestes” (Ec19:8), pois a alma é propriamente a vestimenta do espírito, seu invólucro ou corpo de matéria fina. É esse corpo fino-material que a *própria pessoa* tem, pois, de tornar luminoso e radiante, conforme Jesus indica nesta passagem:

“Reparai, pois, que a luz que há em ti não seja trevas. Se, portanto, todo o teu corpo for luminoso, sem ter qualquer parte em trevas, será todo resplandecente, como a candeia quando te ilumina em plena luz.”

(Lc11:35,36)

A necessidade da limpeza interior (da alma) é também claríssima quando Jesus diz que os fariseus só cuidavam de limpar o exterior dos copos e dos pratos:

“Vós, fariseus, limpais o exterior do copo e do prato, mas o vosso interior está cheio de rapina e perversidade.”

(Lc11:39)

Os fariseus, pois, se mostravam irrepreensíveis em sua observância ortodoxa da religião, enquanto que internamente suas almas permaneciam sujas, repletas de iniquidade.

Jesus sempre exortava os homens a produzirem, *eles mesmos*, bons frutos, a *se movimentarem* portanto, e não permanecerem parados, sonolentemente recostados em suas crenças atávicas:

“Produzi, pois, frutos dignos de arrependimento, e não presumais de vós mesmos, dizendo: Temos por pai Abraão (...).”

(Mt3:8,9)

Unicamente através do movimento é possível produzir bons frutos, e também unicamente através do movimento é possível livrar-se dos maus frutos. A libertação do errado e do mal depende sempre apenas da própria pessoa, da sua movimentação. No *esforço sincero e diligente* à procura de uma saída do labirinto em que entrou reside uma atitude de doação, e por isso ela pode receber auxílio, em obediência à Lei do Equilíbrio. Não diferentemente. Nem imediatamente. Foi ela própria quem quis entrar no labirinto, apesar de todas as advertências e avisos. Mais ainda, ela até *ajudou* a construir esse labirinto, com sua maneira errada de pensar, falar e atuar. Por isso, ela tem primeiro de reconhecer que se encontra de fato num labirinto, e que por conseguinte a vida que leva tem de estar errada. Depois desse reconhecimento ela precisa ainda mostrar que realmente quer sair de lá, ou seja, tem de *se esforçar*, de *se movimentar* nesse sentido. Então, e somente então, receberá o auxílio pretendido, mas sempre na medida exata do seu próprio empenho. Não mais. Essa é a verdadeira graça outorgada a todos que encaram a sério sua própria salvação. Trata-se de uma efetivação da Lei do Equilíbrio, em atuação conjunta com a Lei do Movimento, ambas derivadas da grande e imutável Lei da Reciprocidade.

A mudança de rota e o viver de modo correto tornou-se difícil ao ser humano atual devido à indolência de seu espírito, preso que está dentro do labirinto de erros. Tornou-se difícil, mas não impossível. É um caminho penoso, mas não existe outro. Não outro que leve para cima, pois estreito é o caminho que conduz às alturas... O labirinto do viver errado foi construído numa região muito profunda, consentânea com a Lei da Gravidade Espiritual. Por isso, quem quiser sair de lá precisa de início escalar paredões íngremes, ásperos, até conseguir, pouco a pouco, vislumbrar um pouco mais de luz à sua frente, quando então a subida não será mais tão difícil e a saída já estará nitidamente reconhecível. Este é o único e verdadeiro esforço que um ser humano pode e tem de fazer em prol de sua salvação, diligentemente, e não acaso cursar uma faculdade de teologia ou gastar a vida inteira no

estudo árido e unilateral da Bíblia. Quem for sincero nessa sua empreitada e se esforçar correspondentemente, perseverando sem desanimar, poderá então contar com uma corda para se alçar desse lugar. A corda, evidentemente, não o livra do esforço de subir, mas o conduz para fora com absoluta certeza, se ele mesmo não esmorecer na escalada.

A verdadeira Palavra de Deus é essa corda de salvação, que Ele oferece às Suas criaturas humanas em via de se perder. A Palavra é uma *corda*! Não é uma escada rolante e muito menos um elevador. Quem quiser se salvar tem de subir por essa corda. Ele mesmo tem de subir! De modo algum será içado comodamente do labirinto de erros em que fez tanta questão de medrar ao longo de milênios. Sem esforço próprio ninguém ascende, ninguém progride, sequer um milímetro. Tão-somente os *esforços* pelo bem podem produzir um “fruto glorioso” (cf. Sb3:15), e somente aquele que *se esforça* poderá um dia apoderar-se do reino dos céus:

“Desde os dias de João Batista até agora o reino dos céus é tomado por *esforço*, e os que *se esforçam* se apoderam dele.”

(Mt11:12)

O pesquisador W. E. Vine afirma que o verbo grego empregado aí, *biázo*, indica “um esforço vigoroso”. Sim, é isso mesmo. Sem um esforço espiritual vigoroso para cima ninguém poderá entrar no reino espiritual.

Outro tema relacionado é um trecho da carta de Paulo a Timóteo, onde este fica sabendo que a fé tem de ser *combativa* no bom sentido, atuante, e que a vida eterna precisa ser *conquistada* por ele mesmo: “*Combate* o bom combate da fé, *conquista* a vida eterna à qual foste chamado” (1Tm6:12). A garantia da conquista permanente da vida eterna é dada justamente pela Lei do Movimento. O espírito humano que já atingiu o estado de poder viver no plano espiritual da Criação, continua a se movimentar ininterruptamente lá, procurando retribuir ao seu Criador, em alegre atuação, a dádiva da vida eterna. Ele procura se aproximar do equilíbrio entre o dar e o receber, mas como, por mais perfeita que seja a sua atuação, permanecerá sempre um eterno devedor de seu Deus, visto que continua a receber renovadas graças por efeito da Lei da Reciprocidade, a existência nos páramos dos bem-aventurados se torna uma atividade constante e feliz: a vida eterna, que se traduz num progresso crescente e *ilimitado* da atuação espiritual humana dentro da Criação.

É uma ilusão desmedida imaginar que a fé cega seja uma espécie de nave espiritual coletiva rumo ao céu, a desobrigar seus ocupantes do esforço contínuo em melhorar como seres humanos. Esse tipo de fé não passa de um entorpecente espiritual, de um veneno letal para o espírito humano. Quem se deixa embalar pelos dogmas da fé cega torna-se um suicida espiritual. Só faz enfraquecer voluntariamente seu espírito com essa inatividade forçada e, a tal ponto, que se torna por fim incapaz de se movimentar por si mesmo, acabando por morrer de inanição espiritual. Docemente iludido com a quimera de uma “salvação pela graça”, de uma “justificação pela fé”, o que encontrará no fim do caminho será sua própria morte espiritual.

Também os que chamam de “orar aos céus” a litania cotidiana de reclamar da vida e choramingar misérias, não passam de mendigos preguiçosos. Desprezíveis como estes. Com essa indolência inaudita, o futuro que tais deserdados do destino formam para si mesmos é pavoroso. Com suas asas espirituais atrofiadas eles só vegetam ainda nessa vida... embalados na cadência monocórdia de suas rezas recitadas, sem dispor mais de forças para encontrar o verdadeiro pão da vida e muito menos de se alimentar com ele.

Diz Abdruschin na Mensagem do Graal, dissertação O Clamor pelo Guia:

“A expressão ‘Ora’ eles aceitaram, mas o restante ‘e trabalha’, ‘trabalha em ti mesmo’, que a isso se liga, ignoraram.”

Vemos a confirmação dessa sentença na primeira epístola aos Tessalonicenses: o “Orai sempre” (1Ts5:17), prontamente aceito, seguido do *trabalha em ti mesmo*, ignorado por todos: “Não apagueis o espírito. Examinai tudo com discernimento. Guardai-vos de toda espécie de mal” (1Ts5:19, 22).

Guardar-se de toda espécie de mal é permanecer livre de todas as trevas, *é livrar-se delas!*... De nada nos servem as orações se ao mesmo tempo não procedermos uma radical reorientação em nossas vidas: “Abandonemos as obras das trevas e vistamos as armas da Luz!” (Rm13:12).

A necessidade premente de observar a Palavra, como pré-requisito para se obter a bem-aventurança, aparece ainda em vários outros trechos dos Evangelhos. Vejamos mais alguns deles:

“Pois o enviado de Deus fala as palavras Dele, porque Deus não dá o Espírito por medida. O Pai ama o Filho e todas as coisas tem confiado às suas mãos. Por isso quem crê no Filho tem a vida eterna; quem, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a Ira de Deus.”

(Jo3:34-36)

As duas primeiras frases testificam que Jesus é uno com Deus-Pai, que é um plenipotenciário, pois “fala as palavras Dele” e “tudo Ele confiou às suas mãos”. O próprio Jesus reafirma essa contingência: “Eu e o Pai somos um” (Jo10:30). A expressão “não dar por medida” equivale a não dar de forma limitada. A corroborar o conceito de que Jesus e o Pai são um só, está a expressão que ele usava quando se dirigia a Deus: *Abba*, palavra aramaica que designa, em sentido intimista, apenas o próprio pai daquele que fala (cf. Mc14:36), algo como “papai” ou “pai querido”. Essa expressão escandalizava sobremaneira os fariseus, visto que nas preces judaicas jamais poderia ser utilizada para se dirigir ao Criador. O fato de Jesus chamar Deus de Pai, e de uma forma tão íntima, foi um dos principais motivos do ódio suscitado contra ele: “Os judeus ainda mais procuravam matá-lo, pois, além de violar o sábado, chamava a Deus de Pai, fazendo-se assim igual a Deus” (Jo5:18). Numa conversa com Filipe, Jesus reitera que ele e o Pai são um só:

“Não crês que eu estou no Pai e o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo não as digo por mim mesmo, mas o Pai que permanece em mim faz as Suas obras.”

(Jo14:10)

Jesus, o Filho de Deus, é desse modo a própria Palavra de Deus encarnada. Nesse sentido é que está dito que quem *crê* no Filho, portanto na Palavra enviada à Terra por Deus, terá a vida eterna. O apóstolo Pedro sabia que a possibilidade da vida eterna estava contida nas palavras de Jesus: “Tu tens as palavras da vida eterna” (Jo6:68), disse dirigindo-se ao Mestre.

Contudo, esse “crer” está muito longe de significar crença passiva, como supõem tantos adeptos entusiasmados da fé cega. Significa, isso sim, *pôr em prática* essa Palavra, e com o máximo empenho possível, do contrário, para todos os efeitos a respectiva pessoa “se mantém rebelde contra o Filho e não verá a vida” (Jo3:36), ou seja, não alcançará a vida eterna. Tão-somente pela *ação*, pelas obras provenientes da movimentação do espírito, a fé adquire real valor. Em sua rica epístola, Tiago esclarece de modo magistral essa necessidade: “Tu tens a fé, e eu tenho as obras; mostra-me a tua fé sem as tuas obras, e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras” (Tg2:18). Algumas Bíblias substituem “obras” por “ações” nessa frase, aproximando-a ainda mais do sentido original.

O profeta Neemias também indicava, à sua maneira, a necessidade imperiosa de se cumprir a Palavra de Deus, sem o que o ser humano seria lançado fora de Sua Casa, isto é, seria expulso da Criação: “Sacudi também a dobra do meu manto e disse: ‘É assim que Deus sacudirá fora de Sua Casa e longe dos Seus bens *todo homem que não cumprir Sua Palavra!*’ ” (Ne5:13). Cumprir a Palavra de Deus é cumprir Sua Vontade. Neemias estava absolutamente certo com essa analogia, pois tudo quanto existe fora do Criador pode efetivamente ser considerado como Seu manto: o Senhor “está envolto num manto de Luz” (Sl104:2), o qual tem de ser mantido limpo pelos seres que o tecem e pelos que podem nele viver, como nós, seres humanos. No entanto, nenhuma parte desse manto contém em si algo do próprio Criador, tendo apenas se originado Dele, mais precisamente de Sua irradiação. A centelha de uma chama não é o próprio fogo, assim como um raio de luz solar também não é o próprio Sol...

Todo aquele que imagina que basta “crer” na pessoa de Jesus e “aceitá-lo” como Salvador, cantando hinos em seu louvor, para logo ter perdoados seus pecados e angariado libertação através do “sangue derramado de Cristo”, age exatamente como os mais obliterados pagãos com suas idolatrias, conforme reza a doutrina de dois livros hindus: “Os que são purificados por se banharem nas águas

deste rio [Ganges], e cujas mentes estejam devotadas a Quesava, obtêm a libertação final. O rio sagrado, ouvindo-se dele falar, ao ser desejado, visto, tocado, ao se banhar nele, ou ao se cantar hinos por ele, dia a dia purifica todos os seres. E aqueles que mesmo vivendo à distância exclamarem ‘Gangá e Gangá’ [nome do rio Ganges] serão libertados dos pecados cometidos durante as três existências prévias. Males acumulados durante gerações são destruídos. Simplesmente por banhar-se no Gangá a pessoa é imediatamente purificada.” A crença num perdão tranquilo e fácil dos pecados é, pois, idêntica entre hindus e cristãos. Nisso, eles são irmãos de fé. E o resultado – nulo – de semelhante concepção é o mesmo para ambos os grupos.

Quando Jesus permaneceu alguns dias entre os samaritanos, a pedido deles, o evangelista João diz que “muitos outros creram nele *por causa* de sua Palavra” (Jo4:41), o que evidencia estarem dispostos a cumprir, a *transformar em ação* essa Palavra de Jesus em suas vidas. Realmente, de nada vale ser apenas um ouvinte da Palavra, porque “se alguém é ouvinte da Palavra e não praticante, assemelha-se ao homem que contempla num espelho o seu rosto natural, pois a si mesmo se contempla e se retira, e logo se esquece de como era a sua aparência” (Tg1:23,24). Desse modo, esse tal nunca terá se apossado realmente da Palavra, a ponto de ela estar como que impregnada em sua carne e em seu sangue, e por conseguinte também jamais se encontrará de fato justificado diante do Senhor.

Por isso, Jesus já advertiu outrora que *o espírito é bem-intencionado, mas a carne é fraca*: “O espírito é decidido, a carne é fraca” (Mt26:41). A carne, isto é, o corpo físico, não transforma em ação tudo aquilo que já era vontade no espírito, de modo que “o corpo corruptível é um peso para a alma” (Sb9:15).

Cabe ressaltar que a doutrina da “justificação pela fé” – que como não poderia deixar de ser acabou contribuindo decisivamente para o atual estado de sonolência espiritual do cristão – está em grande medida baseada numa falha de tradução de um texto bíblico. Sim, numa mera e antiga falha de tradução. Com efeito, na Bíblia hebraica, o profeta Habacuc afirma que “o justo viverá por sua *fidelidade*” (Hab2:4), enquanto que a versão grega da Septuaginta¹⁹ utilizada pelo apóstolo Paulo trazia no lugar a fórmula: “o justo viverá pela sua *fé*”, o que é algo muito diferente (cf. Rm1:17; Gl3:11). Essa segunda forma só faz fomentar a indolência espiritual do ser humano, inimiga visceral de qualquer possibilidade de salvação, pois fé cega não salva ninguém: “Que adianta alguém dizer que tem fé, quando não a põe em prática? Acaso esta fé poderá salvá-lo?” (Tg2:14). Cerca de metade dos manuscritos gregos da época, porém, traziam a forma correta: fidelidade. Se Paulo tivesse feito uso de um desses manuscritos, o erro não teria passado para o Novo Testamento.

E se Lutero tivesse feito uso de sua intuição, não teria sido induzido ao erro de uma “salvação pela fé”, doutrina que desenvolveu justamente dessa passagem torcida da Epístola aos Romanos. Conseqüentemente, também não teria propalado o que chamava de “sensação bem-aventurada de segurança”, uma certa “convicção íntima” de salvação que mais danosa não poderia ser para a movimentação do espírito humano. Nem Paulo nem Lutero sabiam das falhas da Septuaginta, a qual difere do texto original em cerca de 2700 palavras, ou cerca de um oitavo da Bíblia hebraica.

É oportuno sublinhar que os manuscritos mais antigos das cartas de Paulo são *unciais*, isto é, manuscritos que usam somente maiúsculas, sem sinais de pontuação e separação de palavras. A pontuação surgiu muito tempo depois, sendo usada de acordo com a interpretação pessoal dos copistas. A sentença de Paulo, tal como aparece em muitas Bíblias, acabou ficando desse tipo: “Aquele que é justo pela fé, viverá.” Agora o leitor atente para essa outra forma, perfeitamente possível, com uma simples mudança de posição da vírgula e a substituição de fé por fidelidade: “Aquele que é justo, pela fidelidade viverá.” Que diferença! A primeira forma adormece o espírito, a segunda o desperta!...

Também chama a atenção o fato de a expressão “mediante a fé”, que aparece no seguinte trecho da carta aos Romanos: “Por sua ação mediadora [de Jesus] é que temos acesso, *mediante a fé*, ao

¹⁹ A palavra “septuaginta” vem do grego e significa “setenta”. Também chamada simplesmente de “LXX”, a Septuaginta é a mais antiga versão grega do Antigo Testamento, traduzida do original hebraico entre 250 e 350 a.C., supostamente por ordem do rei Ptolomeu II do Egito, para atender os judeus que residiam fora da Palestina. O título está ligado à hipótese de ter sido elaborada por 72 tradutores, seis de cada uma das 12 tribos de Israel. O certo é que a tradução não foi obra de um único autor, pois a qualidade varia bastante de um livro para outro. Um aspecto interessante da Septuaginta é que o tetragrama YHWH, que indica o nome de Deus, não foi traduzido para o grego, mas mantido com os caracteres hebraicos originais, o que mostra a profunda reverência que os tradutores devotavam ao nome do Criador.

estado de graça no qual nos encontramos” (Rm5:2), não constar de vários códices antigos, portanto mais abalizados, particularmente o *Vaticanus* do século IV²⁰. É de se supor que tenha sido convenientemente inserida aí por algum dedicado teólogo dos tempos antigos. A fé só adquire real valor quando evidenciada pela *ação* e sustentada pelo amor, estágio indispensável para que se transforme em convicção: “Com efeito, em Jesus Cristo, o que vale é a fé *agindo* pelo amor” (Gl5:6). A convicção é o degrau seguinte à fé e superior a esta; a convicção advém da fé anterior: “Guarda para ti, diante de Deus, *a convicção que te é dada pela fé*” (Rm14:22).

Quando Paulo diz que “a pessoa é justificada pela fé, sem a prática da lei” (Rm3:28), visto ser “de todo evidente que a lei não justifica ninguém diante de Deus” (Gl3:11), está aludindo às obras prescritas pela lei mosaica, às coisas meramente exteriores dos fariseus, tal como se vê hoje em dia também nas religiões cristãs, apenas revestidas de formas diferentes. A fé de que Paulo fala não é uma fé morta. Aos Tessalonicenses, ele diz que para serem salvos é preciso que tenham “fé na Verdade” (2Ts2:13). Na Verdade, não na mentira de uma crença falsa. E essa fé na Verdade por ele aludida também não era algo contemplativo, inerte e passivo, mas se evidenciava pela ação.

Ao contrário do que é comumente apregoado, Paulo exortou os cristãos a demonstrarem pela ação a mudança interior ocorrida em suas vidas. Ele, por exemplo, insistiu com as mulheres para que deixassem as coisas fúteis como penteados complicados, pérolas e vestes luxuosas e “se ornassem com boas obras” (1Tm2:10), as verdadeiras boas obras oriundas de uma vida reta: “modéstia e bom senso” (1Tm2:9). Ao seu amigo Tito, Paulo exortou expressamente: “Em tudo, mostra-te *modelo de boas obras*, de integridade na doutrina, de dignidade, de palavra sã e irrepreensível” (Tt2:7), e ainda afirmou que o povo do Senhor devia ser “*zeloso na prática do bem*” (Tt2:14). E para que não restasse dúvida sobre o que julgava premente, o apóstolo também instou Tito a falar com firmeza sobre essas coisas aos demais companheiros: “Desejo que tu fales com firmeza destas coisas, para que os que acreditaram em Deus *se empenhem na prática de boas obras*, pois isso é bom e útil para os homens” (Tt3:8). Essas boas obras são em primeira linha o pensar puro, o falar verdadeiro e o agir correto. Tudo o mais vem daí. Aos Filipenses, Paulo deixou claro que a salvação estava nas próprias mãos deles, como decorrência de sua atuação: “*Trabalhai* com temor e tremor pela vossa salvação” (Fp2:12). Paulo não foi menos explícito sobre a necessidade de renovação interior, e da nova conduta daí decorrente, em sua carta aos Romanos: “Não vos conformeis com este mundo, *mas transformai-vos, renovando vossa maneira de pensar e julgar*, para que possais distinguir o que é da Vontade de Deus, a saber, o que é bom, o que Lhe agrada, o que é perfeito” (Rm12:2). Com muita frequência, Paulo exortava suas comunidades para que observassem os Mandamentos.

Todas as demais tradições que associam Paulo ou Pedro com o ensino de uma tranqüila “salvação pela graça” à la Agostinho, sem empenho e mérito próprios, ou não são de autoria deles ou foram “ajustadas” pela comunidade cristã dos primeiros séculos, quando a indolência espiritual, qual nuvem negra abafadiça, já começava a encobrir a verdadeira doutrina de Cristo. Paulo parece até ter previsto isso, pois já na sua época chegou a advertir os Tessalonicenses para que não se deixassem iludir por “alguma instrução ou carta atribuída a nós” (2Ts2:2). Não podemos nos esquecer também que a Epístola aos Romanos, que aliás não foi escrita por Paulo e sim por Tércio (cf. Rm16:22), onde essas idéias estão mais disseminadas, é muito mais recente do que a Epístola de Tiago, a qual se contrapõe vigorosamente a elas. Tiago morreu martirizado em 60 d.C., o que leva os estudiosos a estimar a data de composição de sua epístola cerca de dez anos apenas após a morte de Jesus, enquanto que a Epístola aos Romanos teria sido escrita pelo menos trinta anos depois da crucificação. Sendo mais antiga, a Epístola de Tiago certamente está mais próxima dos ensinamentos originais de Jesus, de quem, aliás, ele era irmão.

Contudo, se quisermos admitir a hipótese de que Paulo tenha deliberadamente escrito algum despautério desse tipo, então temos de dizer aqui, com toda calma, que Paulo estava errado, e que nesse aspecto sua crença era falsa. A bem da verdade ele já havia se equivocado uma vez, ao supor que

²⁰ Até o século III aproximadamente os livros eram confeccionados em rolos; a partir do século IV passaram a ser montados em *códices*, em número cada vez maior. Esses códices são os predecessores do livro moderno, constituídos de folhas de papiro (depois de pergaminho) dobradas e costuradas. O *códice Vaticanus* tem esse nome porque é conservado na Biblioteca do Vaticano, enquanto que o *códice Sinaiticus* é chamado assim porque foi descoberto no mosteiro de Sta. Catarina, no Monte Sinai, no século XIX.

a volta de Cristo era iminente em sua época (cf. 1Ts4:17), tendo depois de empurrar alguns Tessalonicenses de volta ao trabalho: “Quem não quer trabalhar também não coma” (2Ts3:10). Pedro apóstolo, igualmente, achava que o fim de todas as coisas era iminente (cf. 1Pe4:7).

Também precisamos levar em conta o aspecto da conversão de Paulo. Ele teve uma vivência muito profunda na estrada para Damasco, que o marcou para sempre. De um momento para outro, passou de erudito fariseu e perseguidor implacável dos cristãos para o mais ardoroso arauto da boa nova de todos os tempos. Nessa experiência dramática ele pôde constatar que mesmo um pecador obstinado como ele poderia ser perdoado, caso redirecionasse totalmente seu modo de ser. O reconhecimento pessoal de que ele, contra toda a lógica humana, poderia ser perdoado de suas graves culpas, certamente lhe pareceu como uma “graça imerecida do Alto”, e simplesmente procurou externar isso de algum modo para seus semelhantes. Ao seu amigo Timóteo ele havia dito ser “o principal dos pecadores” (cf. 1Tm1:15), e mesmo assim pôde encontrar redenção ao dar um rumo totalmente outro à sua vida de até então.

Não conhecemos as palavras exatas que ele usou para explicitar isso aos seus, pois sabemos muito bem que todos os antigos escritos cristãos foram meticulosamente alterados nos séculos seguintes por mãos pouco limpas, impelidas por espíritos menos limpos ainda. Mas podemos ter uma pequena idéia analisando as alterações mais recentes, que por terem sido praticadas em cima da edição latina chamada “Vulgata”²¹, são bem conhecidas e documentadas. Uma delas é a promessa de Paulo aos Efésios: “Pela graça fostes salvos” (Ef2:5). A versão correta, porém, tal como aparece originariamente na Vulgata, é: “Por cuja graça [de Cristo] fostes salvos”. A promessa de salvação sempre esteve diretamente ligada à graça proporcionada pela missão de Cristo, que foi trazer sua Palavra salvadora à Terra. Somente no cumprimento integral dessa Palavra reside a perspectiva de uma salvação, e nunca através de qualquer “dom gratuito”, conforme insinuam as versões vernáculas, conscientemente deturpadas.

Mas a despeito desses erros intencionais inseridos nas palavras de Paulo, algumas de suas posições são mesmo indicativas de falhas próprias. Além do erro sobre a segunda vinda iminente de Cristo, sua concordância implícita com a escravidão então reinante acabou sancionando muitos males posteriores. Não cabe aqui a alegação ingênua e tendenciosa de que a escravidão era uma prática comum naquela época, e que Paulo nada mais fez do que estipular algumas regras para o cristão escravo. A submissão não é uma característica própria do espírito, e por essa razão a escravidão não é natural entre os seres humanos. A considerar como suas as frases a seguir – e parece que são mesmo – podemos afirmar, sem medo de errar, que faltou intuição ao apóstolo nessas suas preleções: “Escravos, obedeci em tudo aos vossos senhores daqui da Terra, não servindo apenas diante dos olhos, como quem procura agradar os seres humanos” (Cl3:22); “Escravos, obedeci aos vossos senhores desse mundo como ao próprio Cristo, com temor e grande respeito e de coração sincero” (Ef6:5). Baseada nessas indicações bíblicas, a seita dos puritanos, um grupo presbiteriano muito rígido, estritamente apegado à letra das Escrituras, fazia normalmente tráfico de escravos durante o início da colonização americana, comprando negros da África e vendendo índios para as Índias Ocidentais. E para os católicos abismados com essa prática dos puritanos, vai a informação de que na Idade Média a Igreja era a maior proprietária de escravos na Inglaterra, e que mais de um século antes dos Puritanos, o papa Inocêncio VIII (reinado de 1484 a 1492) já distribuía gratuitamente escravos mouros aos seus cardeais e amigos. As epístolas de Paulo ratificavam todos esses procedimentos.

Por fim, temos de nos convencer, de uma vez por todas, de que tanto Paulo como seu colega Pedro eram pessoas normais, com qualidades e defeitos como qualquer um, sujeitos a erros e acertos. Vimos que os dois chegaram até mesmo a ter uma querela particular bem áspera. Mas, assim como Paulo, Pedro também ensinava que só o íntimo tem real valor diante do Senhor, e não as coisas exteriores: “Vosso adorno não consista em coisas externas, *mas na personalidade que se esconde no vosso coração*, marcada pela estabilidade de um espírito suave e sereno, coisa preciosa diante de Deus” (1Pe3:3).

A antiga teologia farisaica de uma salvação obtida através da prática ritualística estava estruturada, a bem dizer, nas mesmas duas pedras angulares da aconchegante teologia cristã atual de

²¹ O nome Vulgata advém das características do texto, redigido sob forma literária comum, ou “vulgar” no sentido etimológico, de onde surgiu a terminologia de “versão divulgada”.

uma justificação gratuita pela fé: *crença cega e indolência espiritual*, os dois principais e mais letais venenos para o espírito humano. Todos os fiéis cristãos que se deixam conduzir aqui na Terra pelo doce encantamento de uma justificação pela fé, obtida por “graça” como gostam de dizer, portanto de uma salvação desvinculada da indesviável Justiça, não vão achar graça nenhuma da realidade que os aguarda após a morte. O terno sentimento de estarem *enlevados* na fé se transmutará no horroroso reconhecimento de estarem *enleados* em pesadas cadeias de mentiras. Terão de vivenciar no Além, da forma mais amarga, os frutos gerados por essa fantasia presunçosa, que só pôde medrar no charco da mais viscosa indolência espiritual, desprovida de todo movimento interior. Serão forçados a aprender, da maneira mais dolorosa possível, a severa declaração do Senhor: “Não vou declarar justo o culpado!” (Ex23:7).

Foi para escapar dessa armadilha sedutora de uma utópica salvação gratuita, inventada pelos fomentadores da vaidade e da inércia espiritual, que o salmista clamou ao Senhor para não permitir que fosse iludido, e que o salvasse pela *Sua Justiça*: “Em Ti, Senhor, me refugio; que eu nunca seja confundido. Salva-me pela Tua Justiça!” (Sl31:2).

As criaturas humanas que sorvem avidamente esse entorpecente inebriante de uma pretensa salvação gratuita desprovida de qualquer mérito pessoal, e que não cultivam dentro de si mais nenhum anelo pelo espiritual, nenhum anseio pela Luz, apenas provam com isso sua absoluta inutilidade na Criação.

Na hora da angústia suprema, que procurem então se defender com sua doce fé cega, que procurem clamar com aparente direito que acreditavam piamente “serem deuses” (cf. Jo10:34), que “haveriam de julgar os próprios anjos” (cf. 1Co6:3), porque assim estava nas Escrituras! Talvez se convençam então, nesse momento, de que numerosos textos bíblicos foram de fato alterados e enxertados por dedicados servidores de Lúcifer, a fim de moldá-los à vaidade e presunção humanas, constituindo com isso os ardis mais eficazes para conduzi-los diretamente à perdição eterna, transformando-os em “cadáveres desonrados, alvos de vergonha eterna entre os mortos” (Sb4:19).

E, no entanto, bastaria um mínimo de esforço, uma pequeníssima movimentação espiritual para se colher trigo verdadeiro em meio ao joio bíblico. Um trabalho que pode fazer a diferença entre a vida e a morte eterna para o cristão. A necessidade de movimentação interior contida no “crer” joanino, mencionado acima, pode ser percebida por qualquer um que ainda ouça a voz da intuição e não seja totalmente alérgico à atividade espiritual. Só não poderá senti-lo aquele cujo raciocínio já cuidou de amordaçar sua intuição para sempre. Este ficará muito satisfeito em adotar o “crer” letárgico ensinado pelas Igrejas, falso, que nada mais exige dele senão uma submissão bronca às formas mortas de uma fé cega, para glória dele mesmo e de seus assemelhados, mas não da de Deus: “Como vos é possível crer, se andais à procura da glória uns dos outros, e não procurais a glória que vem do Deus único?” (Jo5:44), adverte Cristo.

A exigência premente de movimentação espiritual implícita no “crer” bíblico pode, inclusive, ser inferida dos próprios originais grego e hebraico. Em hebraico o termo é *'aman*, que em essência significa ser firme e sólido, e daí fiel e *atuante*. A palavra correspondente em grego é *pisteuo*, que igualmente possui um significado muito mais profundo. Nessa palavra, que aparece nada menos que 248 vezes no Novo Testamento, estão implícitos os conceitos de “colocar *dentro* da fé”, “manter *ligação pessoal* por meio de uma *certeza absoluta*”, “comprometer-se *pessoalmente* com a fé”, jamais indicando algo parecido com “aceitar apaticamente”, conforme transparece do conceito de fé atualmente pregado pelas igrejas.

O verbo *pisteuein* significa tanto confiar como aderir, conforme enfatiza o teólogo Bruno Maggioni: “Deve ser uma confiança tão grande que leve a mudar de vida e a entrar no seu seguimento.” O escritor André Chouraqui esclarece que se trata de uma adesão ao Senhor, à Sua Palavra e à Sua Vontade. Em sua premiada versão francesa da Bíblia, ele substituiu o “acredito”, geralmente usados como tradução de *pisteuo*, por “adiro” e “tenho adesão”, indicando com isso a necessidade de um engajamento absoluto, com responsabilidade pessoal, na doutrina de Jesus. Em seu Evangelho de 21 capítulos, João usa o verbo grego “crer” (*pisteuein*) nada menos que 98 vezes, e nenhuma vez o substantivo correspondente à “fé” (*pistis*), o que mostra a distinção que fazia entre os dois conceitos. O especialista Josep-Oriol Tuñi diz que essa frequência ainda é aumentada se considerarmos as “numerosas expressões *equivalentes a crer* e que são usadas *no mesmo sentido*:

receber Jesus, suas palavras, seu testemunho.” Josep-Oriol dá outros 17 exemplos nesse sentido no Evangelho de João.

Quando Jesus afirmou: “Vim como Luz para o mundo, para que aquele que *crê* em mim não permaneça na trevas” (Jo12:46), estava aludindo justamente a esse necessário engajamento em sua Palavra e a conseqüente mudança voluntária de vida, para que a respectiva pessoa pudesse *então* sair das trevas em que se encontrava. E quando disse àqueles judeus que haviam acreditado nele: “*Se permanecerdes* na minha Palavra, sereis verdadeiramente meus discípulos” (Jo8:31), estava do mesmo modo esclarecendo que além de simplesmente acreditar que ele era o enviado de Deus, deveriam também *cumprir* as diretrizes de sua Palavra, isto é, deveriam em tudo *agir* de acordo com ela.

Crer em Jesus significa, pois, inserir-se incondicionalmente na Mensagem de Cristo, a qual estipula que a criatura humana tem de se esforçar em agir sempre corretamente, em todas as situações da vida. *Crer* em Jesus é *acreditar* na sua Palavra e viver de acordo com ela. É amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo. É fazer aos outros exatamente o que queremos que seja feito a nós.

Se o sentido fosse o que a teologia cristã ensina, teríamos de admitir os maiores absurdos. Por exemplo: um esturpador e assassino pego em flagrante estaria salvo se, ainda no camburão, confessasse Jesus como seu Salvador e acreditasse na sua morte redentora, ao passo que a vítima, caso não fosse cristã, naquele mesmo momento já estaria queimando no inferno. O criminoso vai ficar algum tempo hospedado numa prisão, mas quando morrer será recebido por Jesus no céu, com coros angélicos de júbilo, suficientemente altos para abafar os gritos de dor da vítima assassinada, em seus tormentos nas profundezas infernais. Só mesmo uma pessoa sem nenhum discernimento, com a intuição já totalmente obliterada e a alma já completamente enrijecida, pode aceitar semelhante coisa e outras ainda piores, que decorrem da transmutação do *crer atuante*, oriundo da severa doutrina de Jesus, na aceitação apática de uma salvação gratuita e imerecida.

E conforme Tiago ainda exorta no tesouro bíblico que é a sua epístola (escrita, aliás, num grego impecável, e com toda justiça conhecida como “Literatura de Sabedoria do Novo Testamento”), é absolutamente indispensável “*ser praticante da Palavra*, e não apenas ouvinte, enganando a si mesmo” (Tg1:22), haja vista que “alguém é justificado com base naquilo que *faz* e não simplesmente pela fé” (Tg2:24). Ser praticante da Palavra outra coisa não quer dizer senão viver segundo as leis da Criação, significa *praticar* a Lei, o conjunto das leis naturais. Como já mencionado, foi precisamente esse conceito que Paulo procurou transmitir ao Romanos:

“*Não são os que ouvem a Lei que são justos diante de Deus, mas os que praticam a Lei é que serão justificados.*”

(Rm2:13)

Também é significativo que a palavra *credere* (crer) em latim seja derivada de *cor-dare* – “dar o coração”... Teodoro, bispo na Cilícia de 392 a 428, assim explicava o sentido desse “crer” aos convertidos: “Quando dizeis ‘creio’ perante Deus, mostrais que permaneceis firmes com Ele, que jamais vos separeis Dele e que julgareis mais elevado, que qualquer outra coisa, ser e viver com Ele, e *conduzir-vos de uma maneira que esteja em harmonia com os Seus Mandamentos.*”

Guardar os mandamentos de Jesus significa observá-los, isto é, cumpri-los, *movimentar-se* para tanto. E essa Palavra, que provém do Pai, habitará então dentro daquele que a cumprir. Ter a Palavra habitando dentro de si significa tê-la assimilado de tal modo que se a pratica sem reservas. Tudo quanto uma tal pessoa fizer, todas as suas palavras, pensamentos e intuições, estarão automaticamente dentro do sentido dessa Palavra, como se ela estivesse impregnada em sua carne e em seu sangue. Não precisa mais cismar antes de praticar uma ação qualquer para ter certeza de estar agindo corretamente, pois a própria pessoa se molda integralmente, naturalmente, de acordo com a Palavra. De uma tal pessoa pode-se então dizer que, de fato, Cristo vive nela, pois Jesus foi a Palavra de Deus encarnada na Terra. É nesse sentido que Paulo afirmou aos Gálatas: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo que vive em mim” (Gl2:20). Quem chega a esse ponto, de ter realmente o Filho de Deus habitando dentro de si, isto é, sua Palavra viva, este alcançará a vida eterna: “Quem tem o Filho de Deus, tem a vida” (1Jo5:12).

Contudo, não é preciso se submeter a uma religião instituída para conhecer os mandamentos de Jesus. Bem o contrário, infelizmente. As religiões atuais não ensinam a seguir os ensinamentos de Cristo, senão os delas mesmas, os quais se limitam a *citar* a doutrina de Jesus e, quando muito, a clamar por salvação, sem que o fiel tenha de despender o mínimo esforço para tanto. Essa contingência pode ser reconhecida por qualquer pessoa ainda viva espiritualmente. O grande escritor russo Leon Tolstói, por exemplo, chegou a ingressar num mosteiro, mas acabou rompendo com a Igreja e foi excomungado. No entanto, é dele esse testemunho: “A essência do ensinamento de Cristo é a de *se seguir seus mandamentos*. Aqueles que só repetem ‘Meu Deus, Meu Senhor’ não irão para o céu, mas sim apenas *aqueles que cumprem a Vontade de Deus*.” Tolstói poderia orgulhar-se de sua excomunhão. Poderia colocar o decreto excomulgatório num quadro, com uma bela moldura, e exibi-lo com orgulho a seus temerosos concidadãos, como um atestado legítimo da mais genuína liberdade de espírito, da mais aguçada vivacidade espiritual, que rejeita qualquer comodismo e superstição. A sua “heresia” acabou convalidando sem querer o sentido original dessa palavra, que oriunda do grego *hairesis* significava simplesmente “uma escolha”. Uma escolha absolutamente certa no seu caso.

Só cumpre a Vontade de Deus quem cumpre a Sua Palavra. É com esse sentido, o da aceitação e prática integrais da Palavra, que a Ceia foi instituída por Jesus. O comer de seu corpo e o beber de seu sangue, simbolizados pelo pão e o vinho, significam a aceitação e o cumprimento total da Palavra de Cristo, já que ele próprio era a Palavra encarnada, “o pão de Deus que desceu do céu” (Jo6:33). Esse conceito não era de difícil compreensão na época, pois os judeus sempre usaram a metáfora de “comer e beber” para indicar a acolhida no íntimo de algo relevante. Nisso está o significado da declaração de Jesus: “Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer viverá eternamente, e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne” (Jo6:51), “pois minha carne é verdadeira comida e meu sangue é verdadeira bebida” (Jo6:55). Assim, quem comesse de sua carne e bebesse de seu sangue teria a vida eterna, mas quem a isso se recusasse ficaria privado dela (cf. Jo6:53). Essa condenação seria imposta mesmo que uma tal pessoa participasse exteriormente da Ceia eucarística, pois continuaria impura caso não tivesse assimilado interiormente a Palavra: “Examine-se pois a si mesmo o homem, e assim coma deste pão e beba deste cálice. Porque todo aquele que o come e bebe indignamente, come e bebe para si a condenação” (1Co11:28,29).

Jesus jamais poderia imaginar que, alguns séculos depois, essas suas palavras tão belas dariam origem a violentas disputas entre os teólogos de variadas tendências. No início, a comemoração da Ceia era acompanhada de uma simples refeição entre os cristãos, onde cada convidado trazia um prato para a mesa comum. A refeição era abençoada pelo bispo local com uma “oração de ação de graças” – a *eucharistia* (do grego *charis* – graça). Com o tempo, porém, essa oração de ação de graças tornou-se, ela própria, uma consagração dos elementos da Ceia, e a repetição do rito passou a representar a “renovação do sacrifício vicário” de Jesus, algo que nunca havia ocorrido nas primeiras celebrações.

É claro que os antigos romanos não poderiam mesmo entender uma tal doutrina, e julgavam que a seita cristã praticava uma espécie de canibalismo com suas idéias de comer “carne e sangue”. A prática do beijo de saudação entre irmãos e irmãs (como os cristãos se tratavam) – o chamado “ósculo santo” (cf. Rm16:16; 1Co16:20; 2Co13:12; 1Ts5:26), prática que Justino confirma em sua obra Primeira Apologia, do ano 150 – foi vista pelos romanos como prova de que o incesto também era prática comum entre os membros da seita. Tudo isso contribuiu para incrementar as perseguições cristãs no início da nossa era. Não é de admirar que o historiador e senador romano Tácito (25d.C. – 125d.C.) tenha chamado o Cristianismo de “detestável superstição”, e os cristãos de antanho de “pessoas notoriamente depravadas”. E que um outro romano daquela época, Luciano de Samosata (115d.C. – 200d.C.), tenha afirmado que os cristãos “adoravam um sofista crucificado e viviam segundo suas leis”. As trevas não iam perder uma oportunidade dessas de deturpar os ensinamentos de Jesus já no nascedouro do Cristianismo.

A Ceia instituída por Cristo antes de sua morte foi uma Ceia de despedida, tal como transparece no Evangelho de João (cf. Jo13:1-4). Um documento apócrifo conhecido como Doutrina dos Doze Apóstolos, muito bem conceituado até hoje, traz instruções para uma refeição de ação de graças, mas em nenhum momento a relaciona à “morte expiatória” de ninguém. Essa concepção só foi estabelecida mais tarde, com a contínua repetição da Ceia associada à idéia de uma “morte sacrificial” de Cristo.

Sedimentada tal concepção, surgiu o debate de se saber até que ponto Jesus estaria efetivamente presente naquela consagração, levada a efeito milhares de vezes por dia, no mundo inteiro.

Essa controvérsia eucarística entre os cristãos pouco difere daquela irrompida entre os antigos fariseus, quando Jesus afirmou que sua carne era o pão vivo que ele daria ao mundo, para que quem dele comesse vivesse eternamente (cf. Jo6:51). Tal como os atuais cristãos, os fariseus de outrora só conseguiam fazer uso de seu limitado raciocínio na tentativa de compreender as palavras de Cristo, ao invés de simplesmente hauri-las com a intuição: “Os judeus discutiam entre si: ‘Como é que ele pode dar a sua carne a comer?’” (Jo6:52). Os cristãos de hoje também acham que Jesus de alguma forma quis dar literalmente seu corpo para ser comido entre os fiéis. O que efetivamente é deglutido na Ceia é que se tornou a grande questão entre eles.

Nesse embate teofágico pelem os defensores da “consubstanciação” (protestantes sacramentalistas) e os da “transubstanciação” (católicos). Os primeiros acreditam que o corpo e o sangue de Cristo se unem espiritualmente ao pão e ao vinho durante a Ceia, enquanto que os últimos crêem que pão e vinho são efetivamente transformados no corpo e no sangue reais de Jesus por ocasião da consagração. O fato de esses elementos continuarem tendo invariavelmente a aparência e o sabor de pão e de vinho é designado de “acidente” pela teologia católica, isto é, uma contingência meramente accidental. A transubstanciação foi fixada como dogma de fé em 1215, no Concílio Latrão IV, o qual estabeleceu que “*cada partícula da hóstia consagrada, não importa quão partida esteja, contém todo o corpo, sangue e alma de Jesus Cristo*”.²² Essa concepção foi reafirmada no Concílio de Trento, em 1551, com a declaração de que “*Jesus Cristo está verdadeira, real e substancialmente presente no santo sacramento*”, com o complemento de que os demais sacramentos ministrados pela Igreja, instituídos por Cristo, também eram indispensáveis à salvação dos leigos, e que a confissão auricular era uma prática divina. A hóstia passou a ser erguida durante a celebração como uma reação às heresias de então, que negavam a presença de Jesus na eucaristia.

A transubstanciação acabou, inclusive, dando ensejo a novas abordagens eucarísticas, como a veneração da custódia e a negação do cálice aos participantes da missa, para evitar que algum fiel eventualmente derramasse o vinho transubstanciado. Já os protestantes consideravam inaceitável que o vinho não pudesse ser oferecido aos participantes da celebração. Uma xilogravura do século XVI, no início da eterna briga entre católicos e protestantes, mostra um pastor condenando ao inferno um padre que celebrava uma missa, porque apenas o pão era oferecido aos fiéis. Esse primeiro século de contenda entre as duas grandes facções antagônicas já deixava antever o que o futuro nos reservaria em termos de encarnizada rixa cristã. Na Inglaterra, a rainha Maria I (1516 – 1558), católica fanática, perseguiu sem tréguas os protestantes, ostentando no final do seu reinado a cifra de 280 “hereges” devidamente queimados, enquanto que sua irmã e sucessora Elisabeth I (1533 – 1603), protestante convicta, cuidou de acossar a seu modo os católicos do reino... Para quem meneia a cabeça diante de uma tal intolerância medieval, saiba que até o ano de 1835 a discriminação contra católicos era legal em algumas regiões dos Estados Unidos, e que no Brasil, não faz muito tempo, filhos de pais espíritas não podiam frequentar escolas onde estudavam crianças católicas.

Desde a Idade Média os cristãos vêm brigando entre si para ver quem detém a concepção exata sobre os mistérios da Ceia instituída por Cristo. No ano de 1054 o papa e o patriarca ortodoxo (equivalente ao papa na Igreja Ortodoxa) se excomungaram mutuamente devido à discórdia sobre se o pão da Ceia devia ser levedado ou não... Certamente nenhum dos dois se lembrou da advertência de Paulo: “Evita as discussões tolas e descabidas, sabendo que geram rixas” (2Tm3:23).

Essa importante divergência teológica não parece ter preocupado muito os fiéis da época medieval, que consideravam a hóstia consagrada portadora de poderes mágicos, independentemente do modo de preparo. Na Inglaterra, especialmente, era prática comum levar a hóstia às escondidas para curar doenças de animais, apagar incêndios, fertilizar o solo, preparar encantamentos de amor, proteger criminosos, etc.

²² Esse Concílio também estabeleceu a proibição da cirurgia na prática da medicina entre as ordens religiosas, para que não se derramasse nenhum sangue. Intervenções cirúrgicas só poderiam ficar a cargo de homens não letrados. Com isso, surgiu uma distinção entre médicos – cavalheiros membros da nobre profissão – e cirurgiões, esses últimos praticantes já de algum trabalho manual, em geral atuando como barbeiros.

É interessante notar que na remota Antiguidade ninguém teria aceitado a idéia de que uma hóstia pudesse conter a divindade, conforme se depreende dessa confissão do rei Salomão: “É verdade que Deus poderia habitar sobre a Terra? Os próprios céus e o céu dos céus não te podem conter!” (1Rs8:27). O primeiro mártir cristão, Estevão, também sabia que “o Altíssimo não mora em casa feita por mãos humanas” (At7:48). Parece que naquelas épocas longínquas as pessoas tinham uma noção mais acertada da grandeza do Todo-Poderoso do que os fiéis cristãos de hoje.

Mas voltemos às exortações de Jesus para se cumprir sua Palavra. O trecho a seguir é uma ratificação do anterior:

“Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, assim como também eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e no seu amor permaneço.”

(Jo15:10)

Mesmo quando Jesus dava as indicações necessárias para o ser humano tornar-se um “filho” de Deus, estava subjacente a necessidade de movimentação interior:

“Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus.”

(Mt5:9)

Aqui Jesus faz menção àqueles que possuem legítima paz íntima, e que são capazes, devido à sua pureza de alma, de transmitir essa paz aos seus semelhantes. Paz interior, porém, só pode possuir quem assimila e *cumpra* a Palavra. Tão-somente este é conduzido pelo Espírito de Deus, a Sua Vontade Sagrada, podendo ser considerado como uma criança da Criação ou um “filho” de Deus: “Os que são conduzidos pelo Espírito de Deus, esses é que são filhos de Deus” (Rm8:14). Assim, unicamente com empenho pessoal um ser humano pode alcançar o estado de poder ser considerado um “filho” de Deus. Essa denominação, porém, não significa que ele traga em si qualquer coisa de divino, mas sim que pelo direcionamento correto do seu livre-arbítrio ele passou a cumprir as determinações do Criador contidas na Palavra, tornando-se então, por adoção, um Seu “filho”. Só poderemos ser tidos na conta de “filhos adotivos” de Deus se cumprirmos a Palavra transmitida por Seu Filho unigênito, enviado por Ele à humanidade pecadora: “Deus enviou o Seu Filho, (...) para que nos seja dado ser filhos adotivos” (Gl4:4,5).

Que é necessário cumprir os mandamentos contidos na Palavra para alguém poder tornar-se um “filho” do Todo-Poderoso Criador, também fica patente no trecho a seguir:

“Eu, porém, vos digo: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem, para que vos torneis filhos de vosso Pai celeste.”

(Mt5:44,45)

O sentido que transparece dessas palavras é: *fazei* isso que digo, *cumprí* o que determino, para que *então* possais tornar-vos filhos do Pai celeste. Cumprida essa exigência, a respectiva pessoa estará de fato “nascida de novo”, ou “nascida de Jesus ou de Deus”, pois não pecará mais: “Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática de pecado” (1Jo3:9), só exercendo a justiça: “Reconhecei que todo aquele que pratica a justiça nasceu dele” (1Jo2:29). No trecho abaixo Jesus elucida a situação dos “filhos de Deus”, tidos como merecedores de subsistir no Juízo e permanecer vivos espiritualmente por toda a eternidade:

“Os filhos deste mundo casam-se e dão-se em casamento, mas os que são havidos por dignos de alcançar a era vindoura e a ressurreição dentre os mortos, não casam nem se dão em casamento. Pois não podem mais morrer, porque são iguais aos anjos, e são filhos de Deus, sendo filhos da ressurreição.”

(Lc20:34-36)

Jesus havia sido inquirido aí por um grupo de saduceus a respeito da ressurreição dos mortos. Os saduceus não acreditavam neste conceito (cf. At23:8), e é forçoso dizer que pelo menos nisso estavam certos. De fato, não há nada na Torá ou Torah (da raiz hebraica *yarah* – ensinar, instruir), indicando algo parecido com a idéia corrente de “ressurreição dos mortos”. De mais a mais, já o antiqüíssimo livro de Jó, que se supõe ter sido escrito entre os séculos XI e X a.C., é bem taxativo a respeito. Na

sentença reproduzida a seguir, a expressão dormir é um eufemismo para indicar a morte, como normalmente acontece nos escritos do Antigo Testamento: “Assim como o homem quando dormir *não ressuscitará*, a menos que o céu seja consumido não despertará, nem se levantará do seu sono” (Jó14:12). Ou seja, é mais fácil o céu ser consumido do que um morto ressuscitar em carne.

Jó sabia muito bem que a morte terrena era um acontecimento natural, apenas o “lugar de encontro de todos os mortais” (Jó30:23). Ele foi tão claro em seu ensinamento contrário a uma idéia de ressurreição corpórea dos mortos que, por ocasião da tradução da Bíblia hebraica para o latim, a chamada Vulgata, um outro trecho de seu livro foi intencionalmente torcido e retorcido com vistas a justificar essa doutrina da ressurreição física dos mortos, já em voga na Igreja. O trecho no original hebraico dizia textualmente:

“Eu sei que meu defensor vive e prevalecerá, por fim, sobre o pó da terra; e mesmo que me tenham destruído a pele, na minha carne, contemplarei a Deus.”

(Jó19:26)

O paciente Jó está simplesmente dizendo que por maior sofrimento que padecesse aqui na Terra, não perderia sua confiança no Senhor; continuaria a contemplá-Lo na observância de Suas leis, nitidamente reconhecíveis na Criação. É evidente que não se trata de um “ver” literal. É o mesmo sentido da bem-aventurança expressa por Jesus: “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus” (Mt5:8). Agora, o leitor preste bem atenção nessa mesma sentença dita por Jó tal como aparece na Vulgata latina, a qual serviu de base para as primeiras traduções nas línguas modernas: “Pois eu sei que o meu redentor vive e que, no último dia, eu ressuscitarei da terra e, de novo, serei revestido da minha pele; e, na minha carne, eu verei a Deus.” Comentários dispensados...

A idéia da ressurreição dos mortos defendida pelos fariseus estava baseada na tradição oral, a qual era rejeitada pelos saduceus. A concepção reinante na época junto aos fariseus sobre essa ressurreição é a que lamentavelmente subsiste ainda hoje, isto é, a de uma ressurreição física (corpo terreno) no Dia do Juízo Final, algo completamente impossível segundo as leis perfeitas da Criação.

Impossível realmente. Como será que as pessoas imaginam um tal acontecimento surreal em relação a si mesmas? Emergindo do túmulo e flutuando no ar com um corpo glorioso, envolto em esvoaçantes vestes brancas? E que idade terá esse corpo? Seguramente uns vinte e poucos anos... Por que não oito ou oitenta? Por que não exatamente “trinta anos em perfeito vigor”, como ensina Agostinho? E quem foi cremado e teve suas cinzas espalhadas ao mar, como fica sua situação? E o cristão que tiver a má sorte de ser evaporado numa explosão atômica? E um seu antepassado distante, tão desafortunado quanto, que foi *integralmente devorado* pelos leões no Coliseu romano? Voltará à vida de excrementos fossilizados, ou quiçá da raiz dalguma velha oliveira italiana por eles adubada?... O Homem de Neanderthal também vai ressuscitar no final dos tempos com aquele mesmo corpo desengonçado?

O fato é que nem Moisés nem Jesus ensinaram um absurdo desse quilate, de que o corpo físico ressuscitaria no final dos tempos. Nem no final nem antes. Aquela estória de sepulcros se abrindo e corpos de santos ressuscitando logo após a morte de Jesus é tão-só fruto de uma fantasia desregrada, que não pode impressionar ninguém capaz de refletir por si mesmo e que ainda ouve a voz de sua intuição. E que “santos” eram aqueles? Quando foram canonizados e por quem? A primeira canonização de que se tem notícia data do ano 993... Seriam aqueles antigos *santos* que “oferecem sacrifícios consumados pelo fogo ao Senhor” (Lv21:6)? Santos que matavam animais inocentes? Por que tiveram a primazia de ressuscitar antes de todo mundo? E teria sido mesmo uma primazia?... O retorno à vida daquela sinistra multidão de espectros parece mais roteiro de um filme de terror: “Abriram-se os túmulos e muitos corpos de santos, que estavam mortos, ressuscitaram; e saindo dos sepulcros, depois da ressurreição dele, entraram na Cidade Santa e apareceram a muitos” (Mt27:52,53). Posso perguntar onde anda esse pessoal? Ainda perambulando pela Cidade Santa e assombrando a muitos? Ou teriam morrido uma segunda vez?... Não sabiam esses mortos-vivos santificados que “aos homens está ordenado morrerem uma só vez” (Hb9:27)? Ou será que subiram todos irmanados ao céu, com seus novos corpos ressurretos, sem darem a mínima a que “carne e sangue não podem herdar o Reino de Deus” (1Co15:50)? Acaso há alguma testemunha ocular dessa sublevada ascensão coletiva de defuntos insepultos?...

Por falar em ascensão corpórea, ninguém também viu o bom ladrão subindo em carne e osso para o céu no dia da crucificação, o que naturalmente teria sido fácil de constatar, já que naquele mesmo dia de sua morte ele estaria no Paraíso, conforme asseverou Jesus.

Aquele bom ladrão ascendeu ao Paraíso como *espírito humano* depois de sua morte terrena, em obediência ao processo natural de evolução previsto na Vontade de Deus, quando não havendo mais necessidade de novas encarnações o espírito ascende ao reino espiritual, enquanto que o invólucro terreno permanece na matéria, de onde se originou: “o pó voltará à terra de onde saiu, e o espírito voltará para Deus que o concedeu” (Ec12:7), conforme, aliás, já fora prescrito ao homem terreno desde os primórdios: “tu és pó e ao pó retornarás” (Gn3:19).

Na sua longa conversa com Nicodemos, Jesus também esclareceu essa diferenciação:

“O que nasceu da carne é carne, e o que nasceu do espírito é espírito.”

(Jo3:6)

Os próprios samaritanos, tão desprezados pelos judeus, não ensinavam a idéia de ressurreição dos mortos, e o próprio apóstolo Paulo ainda ratificou aos gregos de Corinto, com uma clareza meridiana, que “carne e sangue não podem herdar o Reino de Deus” (1Co15:50). Aliás, os gregos daquela época, convictos dos ensinamentos de seu patrício Platão sobre a imortalidade da alma, nunca engoliram a idéia de uma ressurreição física do corpo terreno, algo incompatível com as leis vigentes, e que seria indigno de Deus e de Sua perfeição. Nem havia na língua grega um termo para exprimir essa idéia, e por isso os textos bíblicos fazem uso aí de duas palavras comuns: “levantar” e “despertar”.

Os gregos costumavam fazer um trocadilho com a palavra *sōma* (corpo) e *sēma* (tumba), e adotavam como regra de vida o princípio basilar do grande filósofo grego, segundo o qual “*não se pode acreditar em nada que seja indigno de Deus*”. Nesse ensinamento platônico estava implícito o preceito de que se deve dar a Ele, ao Todo-Poderoso Criador, a honra da perfeição, pois “na verdade, tudo é Dele, por Ele e para Ele” (Rm11:36). Dos escritos de Platão, eles também sabiam que o mal era basicamente a ausência de Deus e que o ser humano é livre em sua escolha (Timeu), e também que não podia haver dois deuses: um bom e outro mau. Se o mundo ia alternadamente bem e mal, como uma roda que gira ora para a frente e ora para trás, então isso se devia ao fato de obedecer ora à impulsão divina, ora a si mesmo (Política).

A crença antinatural de uma ressurreição corpórea foi mais um produto exclusivo do raciocínio humano torcido, que só consegue divisar valores no que é material. O conceito correto referente à ressurreição citada na Bíblia é: *ressurreição de tudo quanto é morto durante a época do Juízo Final*. No tempo do Julgamento final, tudo quanto está aparentemente morto e sepultado no espírito humano, todas suas falhas e pendores serão despertados para a vida, terão de se manifestar, para que ele se mostre como realmente é, e assim se julgue. É esse o sentido da expressão: “Teus mortos, porém, reviverão! Seus cadáveres irão se levantar!” (Is26:19).

Quanto aos espiritualmente mortos, não vão ressuscitar, mas sim *acordar* no Julgamento, quer queiram quer não. Os mortos espirituais serão despertados para o reconhecimento de sua culpa na época do Juízo, que é “o tempo do julgamento dos mortos” (Ap11:18), antes de serem extirpados da Criação. Os espiritualmente vivos, porém, “*ressuscitarão de entre os mortos*” (Rm7:4) para a vida eterna; estes, portanto, *ressurgirão* dentre os espiritualmente mortos, os condenados no Juízo. É a eles que se dirige o brado: “Desperta, ó tu que dormes, levanta de entre os mortos, e Cristo te iluminará” (Ef5:14). Cristo aqui significa a Palavra da Salvação, que era ele próprio.

Essas duas situações são retratadas no livro de Daniel, onde ambas as espécies de seres humanos *despertarão* no Juízo, mas apenas aqueles que tiverem seus nomes escritos no Livro da Vida obterão a vida eterna: “Só escapará, então, quem for do teu povo, quem tiver seu nome inscrito no Livro. Muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno” (Dn12:1,2). A situação dessas duas espécies de seres humanos despertadas no Juízo é mostrada da seguinte maneira no livro de Provérbios: “A luz dos justos brilhará jubilosa; a lâmpada dos maus se apagará” (Pv13:9).

Sobre o destino desses maus, os espiritualmente mortos que acordarão para o horror eterno, os “mortos que foram julgados segundo suas obras” (Ap20:12), também podemos ler nos livros de Isaias e da Sabedoria: “Estão mortos, não reviverão, são sombras, não se levantam mais. Tu castigaste,

destruíste, apagaste a memória dessa gente” (Is26:14); “Deus os precipitará, silenciados, de cabeça para baixo, sacudi-los-á desde as suas bases; eles ficarão em desolação até o fim, mergulhados na dor, e sua memória perecerá” (Sb4:19).

No Evangelho de João também aparece essa imagem do despertar espiritual no Juízo, onde uns acordarão para a vida eterna e outros para a condenação:

“Vem a hora em que todos os que estão nos túmulos ouvirão sua voz, e sairão. Aqueles que fizeram o bem ressuscitarão para a vida; e aqueles que praticaram o mal, para a condenação.”

(Jo5:28,29)

Os espiritualmente vivos é que são, portanto, os verdadeiros ressurretos espirituais, que “se entregam a Deus como vivos de entre os mortos” (Rm6:13), aqueles que devido à sua radical transformação interior fizeram jus ao galardão da vida eterna, podendo então ser chamados “filhos de Deus”, pois Ele não é Deus de mortos e sim de vivos, conforme esclarece Jesus:

“Quanto à ressurreição dos mortos, não tendes lido no Livro de Moisés, no trecho referente à sarça, como Deus lhe falou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó? Ora, Ele não é Deus de mortos, e sim de vivos.”

(Mc12:26,27)

Nenhuma dessas declarações do Senhor Jesus justificam a concepção de uma ressurreição física dos mortos. O corpo terreno é formado de matéria, e em razão disso terá de permanecer sempre no âmbito material do qual se originou, jamais podendo alcançar outros planos da Criação situados acima dele, os quais são de espécie e constituição completamente diferentes. Uma decorrência absolutamente natural e lógica de leis eternas, imutáveis e perfeitas. No assim chamado Além, no mundo de matéria mais fina, só podem estar *almas humanas*, cuja constituição é idêntica à do respectivo plano. E no plano mais alto a que um ser humano pode alcançar, no plano espiritual denominado Paraíso, só podem estar *espíritos humanos* exclusivamente, sem invólucros de outras espécies. Jamais um corpo material poderá ascender até o plano espiritual da Criação, ou mesmo a regiões acima deste. Isto, as leis perfeitas da Criação não permitem.

Não posso deixar de registrar aqui a opinião de um eminente teólogo tradicional, que afirma ser heresia a crença na subsistência da alma “às expensas da ressurreição corporal”. Tire o leitor suas próprias conclusões dessas palavras do sobranceiro teólogo: *“Essa [heresia] não ocorre com tanta frequência entre eruditos e teólogos cristãos, mas sim entre o povo leigo, simples e bíblicamente semi-analfabeto.”*

Ressurreição corpórea, porém, é uma concepção tão inadmissível, tão contrária às leis da Criação, que essa impossibilidade absoluta foi aproveitada por Abraão na imagem que fez durante aquela conversa com o ex-homem rico no Além, para convencê-lo de que seus parentes jamais acreditariam em suas advertências: “Se não escutam Moisés nem os profetas, mesmo se alguém ressuscitar dos mortos, não acreditarão” (Lc16:31).

Ressurreição corpórea, a bem dizer, verifica-se em cada nascimento terreno. Uma ressurreição *na carne*, em virtude da nova vida terrena que se inicia, e não uma ressurreição *da carne*, pois a alma, o invólucro mais fino do espírito, é sempre o mesmo, podendo se apresentar mais limpo ou mais sujo, conforme viveu o ser humano, o que fatalmente se evidenciará naquela nova vida terrena. O que muda em cada encarnação é unicamente a vestimenta mais externa, denominada corpo humano terreno, num processo que se repete várias vezes mas que não é infinito, visto que para tudo há um tempo determinado, e assim também para o desenvolvimento previsto do espírito humano. Durante esse período concedido para seu desenvolvimento, o ser humano repete continuamente o ciclo de morte e renascimento, de partir para o mundo do Além e, de lá, retornar para uma nova encarnação: “O Senhor é quem dá a morte e a vida, faz descer à morada dos mortos e de lá voltar” (1Sm2:6).

O escritor e teólogo grego Orígenes, um dos mais destacados pensadores cristãos, já ensinava a “preexistência da alma” nos primórdios do Cristianismo, idéia aceita também por outras figuras de destaque daqueles tempos antigos, como Jerônimo e Clemente de Alexandria. Orígenes não tinha nenhuma dúvida sobre a preexistência da alma e a reencarnação. Contudo, no Concílio Constantinopla II, em 553, seus ensinamentos foram formalmente declarados heréticos, e assim permanecem até hoje.

A concepção de vidas sucessivas foi desaprovada naquele Concílio por influência do imperador Justiniano, cuja esposa, escravocrata convicta, teria ficado apavorada com a possibilidade de ter de reencarnar como escrava... A reencarnação foi rejeitada num pleito sinodal, tendo perdido pelo apertado placar de 3 a 2. Há quem sustente que o fator preponderante para essa derrota não foi a ingerência do imperador, mas sim a percepção dos clérigos da época de que o conceito reencarnacionista enfraqueceria o poder da Igreja, já que concederia aos católicos tempo demais para buscarem a salvação. Agostinho chegou a escrever uma carta ao papa Inocêncio I, advertindo-o sobre a necessidade de se condenar as idéias sobre vidas sucessivas, sob pena de a Igreja perder a sua própria autoridade... Além disso, se um fiel pudesse continuar evoluindo após a morte, seja no Além ou numa nova vida terrena, então não haveria mais lugar para indulgências e muito menos para missas encomendadas (e bem remuneradas) em prol dos entes falecidos. Seria um desastre!

Se o retorno à matéria para uma nova vida terrena não fosse um fato, seriam falsas todas as inúmeras assertivas bíblicas que prevêm uma dura reciprocidade para os maus, terrenamente visível, a qual não se tenha verificado durante a mesma vida em que esses atos malévolos foram praticados. Nesse caso, a injustiça campearia por toda a Bíblia, e um livro poderia ser escrito só com esses relatos de aparente injustiça. A própria Palavra de Jesus estaria desqualificada, pois em relação aos crimes cometidos contra os antigos profetas ele anunciou: “Por isso se pedirá conta a *esta geração* do sangue de todos os profetas derramado desde a criação do mundo, (...). Sim, eu vos digo: *esta geração* terá de prestar conta disso” (Lc11:50,51). Aquela geração má teria de prestar contas um dia pelos crimes praticados contra os profetas, decorrente da Lei da Reciprocidade. Se o resgate não ocorreu naquela vida em particular, veio seguramente numa outra, possivelmente até na atual.

A alegação de muitos teólogos cristãos, contrários à reencarnação, de que “aos homens está ordenado morrerem uma só vez” (Hb9:27) é novamente apenas fruto de uma estreiteza de visão. Nosso corpo físico, de fato, morrerá uma única vez, visto que uma ressurreição no mesmo corpo é coisa impossível. O ser humano espiritual, porém, o eu individual, não cessa de existir com a morte terrena. Ele só deixará de existir na Criação se sofrer a morte espiritual, que é o acontecimento mais terrível que pode atingir um espírito humano que já tenha chegado à autoconsciência. Aquela criatura que se desviar da Palavra do Senhor, agindo contra as Suas leis, será por fim arrastada à essa morte espiritual, o que evidentemente só ocorrerá uma vez e para sempre. Mas isso será então apenas culpa dela própria exclusivamente, visto que “a alma que pecar, esta morrerá” (Ez18:4), de modo que “cada um morrerá por seu próprio pecado” (Jr31:30). O Talmude hebraico também enfatiza a gravidade dessa incondicional reciprocidade para o espírito humano ao afirmar que “não há morte sem pecado, e não há sofrimento sem iniquidade.”

Ressalte-se que o salmista bíblico também diz que os “mortos descem todos ao Silêncio” (Sl115:17), ao passo que “nós, os vivos, bendiremos o Senhor, desde agora e *para sempre*” (Sl115:18). Se para os espiritualmente vivos esse louvor ao Senhor era “para sempre”, então não poderia tratar-se de uma única vida terrena, mas sim da existência total do espírito humano, que compreende várias vidas na Terra e também no Além, até poder viver eternamente (para sempre portanto) no Paraíso. Enquanto os espiritualmente mortos descem ao Silêncio, sendo por conseguinte esquecidos para sempre com sua morte espiritual, a qual ocorre apenas uma vez, os vivos bendirão o Senhor, também para sempre. Por isso, o salmista podia clamar com a mesma convicção: “Vou guardar Tua Lei *para sempre*, por todos os séculos!” (Sl119:44).

Jesus não falou explicitamente sobre reencarnação e outros assuntos porque se encontrava frente a uma imaturidade muito grande, até mesmo de seus discípulos. Foi com tristeza que lhes declarou: “Tenho ainda muita coisa a vos dizer, mas não sois capazes de compreender agora” (Jo16:12). No Evangelho de Marcos, principalmente, vemos que os discípulos quase nunca entendiam direito as palavras do Mestre. Se Jesus aparecesse hoje, com mais razão ainda evitaria falar desses temas com os atuais cristãos.

Mas voltemos aos saduceus, quase esquecidos. Eles haviam interpelado Jesus com uma charada que citava uma prescrição de Moisés, na qual consta que no caso de um casal não ter filhos e o marido vier a falecer, o seu irmão deve desposar a viúva e suscitar descendência ao falecido (cf. Dt25:5-10). Com base nisso, inventaram uma estória mirabolante de sete irmãos, na qual o mais velho era casado e não tinha filhos. Ao morrer esse irmão mais velho o segundo desposa a viúva, sem também ter filhos

com ela. O segundo marido também morre e a situação se repete com o terceiro. E assim vai até o sétimo, o último. A questão suscitada pelos saduceus era: “De qual irmão a mulher será esposa no *dia da ressurreição*, visto que os sete a desposaram?” (Lc20:33).

Jesus explica que enlaces matrimoniais tal como conhecemos na Terra não existem nos planos do Além, e cita como exemplo a situação dos que se tornam “filhos de Deus”. Diz ele que os que *forem dignos de ressuscitar dentre os mortos*, ou seja, aqueles aptos a alcançar a vida eterna, “não mais se casam nem se dão em casamento” (Lc20:35) como fazem as pessoas aqui na Terra. De fato, relações maritais como conhecemos só existem aqui, no plano da matéria mais grosseira. No Gênesis, por exemplo, não há nenhuma indicação para os seres humanos se “reproduzirem” no Paraíso, mas somente quando estes passam a viver na Terra, degrau indispensável no seu processo de desenvolvimento.

Os filhos da ressurreição também “não podem mais morrer” (Lc20:36), isto é, não sofrerão a morte espiritual ou condenação eterna por ocasião do Juízo Final. Serão iguais aos anjos²³ no sentido de que ambos possuem a vida eterna. Como foram dignos de alcançar a vida eterna, *então* já podem ser chamados “filhos de Deus”, ou filhos da ressurreição, visto que ressuscitaram dentre os mortos, dos espiritualmente mortos. Novamente transparece aqui a necessidade de *esforço pessoal* para se alcançar um dia a condição de poder ser chamado “filho de Deus”.

Só quem se esforça em se tornar um “filho de Deus” pela obediência à Palavra – em contraste com os que não cumprem os Mandamentos – pode um dia alcançar a vida eterna, entrar no reino dos céus. Tal esforço equivale a um *movimentar-se* no sentido do aperfeiçoamento contínuo, observando irrestritamente as leis ou Mandamentos da Vontade de Deus. No trecho a seguir, Jesus sintetiza essa contingência:

“Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar será considerado grande no reino dos céus. Pois vos digo que se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus.”

(Mt5:19,20)

Ninguém pode hoje exceder a justiça dos modernos escribas e fariseus apenas “crendo” no Salvador e em suas palavras. Ao contrário. Se para obter a salvação fosse suficiente “acreditar” em Jesus e “aceitá-lo” como Salvador, ele não teria alertado com tanta ênfase os seres humanos para o perigo de entrar pela *porta larga* e seguir pelo *caminho espaçoso* do comodismo (cf. Mt7:13). A porta larga não passa de uma ampla arapuca e o caminho espaçoso a que ela dá acesso é falso, pois foram ambos moldados pelo raciocínio humano, atado ao espaço e tempo terrenos. Nunca conduziram para cima, para o reino dos céus, mas sim para baixo, para a morte espiritual. Conforme já dito, o caminho para a vida é muito mais difícil de ser trilhado: ele é *apertado*, e a porta que lhe dá acesso é *estreita* (cf. Mt7:14). Em outras palavras, não é um caminho cômodo, confortável, mas sim requer – novamente – *esforço pessoal* para se poder seguir por ele. Na severa linguagem do apóstolo Paulo, as pessoas precisam desenvolver sua salvação com “temor e tremor” (Fp2:12). Não basta absolutamente acreditar no Senhor e clamar por ele, mas é preciso em tudo *agir* no sentido da Sua Vontade, pois “a fé, se não tiver obras, por si só está morta” (Tg2:17), ensina Tiago. O lúcido Tiago é mesmo de uma clareza ofuscante sobre esse ponto, pois insiste: “Assim como o corpo sem espírito está morto, assim também a fé sem obras está morta” (Tg2:26). Mais claro impossível.

E como é possível, depois das palavras abaixo, que o ensinamento basilar de Jesus sobre a necessidade de movimentação própria tenha sido desconsiderado?

“Nem todo o que me diz: Senhor! Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a Vontade de meu Pai que está nos céus.”

(Mt7:21)

²³ A palavra “anjo” deriva do grego *aggélos*, que significa “mensageiro”. O correspondente termo em hebraico – *mal’akh* tem o mesmo sentido. Os anjos são, de fato, os mensageiros da Vontade divina. Os nomes deles e dos arcanjos (do grego *arkhos* – *chefe* de anjos) invariavelmente terminam em “El”, que é o mais antigo nome semita referido ao Criador.

Aquele que *faz* a Vontade do Pai... Somente *este* entrará um dia no reino dos céus! “O mundo passa, e também a sua concupiscência; *mas aquele que faz a Vontade de Deus permanece eternamente*” (1Jo2:17). A vida eterna só será alcançada por aquele que *atua* em conformidade com a Vontade do Senhor, a Verdade divina. É a Lei do Movimento em vigor! Os outros apenas mentem para si mesmos com palavras vazias, imaginando estar inseridos no ensino de Jesus: “Se dissermos que estamos em comunhão com ele [Jesus] e andamos em trevas, mentimos e não praticamos a Verdade” (1Jo1:6).

Em contrapartida, aquele que se movimenta espiritualmente e faz a Vontade do Criador, que cumpre diligentemente as Suas leis, já aqui na Terra tem sua vida transformada, conforme Tiago também prescreve em sua epístola: “Quem considera atentamente a Lei perfeita, Lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas *operoso praticante*, este será bem-aventurado no que realizar” (Tg1:25). Operoso praticante!... A bem-aventurança do espírito humano reside unicamente na sujeição voluntária e *diligente* às leis universais. Tão-somente este ser humano é realmente livre, ao passo que quem procura “libertar-se” dessas leis torna-se na realidade um escravo, um eterno escravo do pecado...

A bem-aventurança de um espírito liberto não abrange apenas bons efeitos retroativos decorrentes de um modo de vida correto, mas traz consigo também o sentido de *proteção* contra eventuais retornos cármicos negativos. Quem realmente acolhe a Palavra dentro de si e a pratica, angaria como que um escudo contra antigos e maus efeitos retroativos, que se efetivam pela Lei da Reciprocidade. Um carma pesado, pronto a efetivar-se através de um efeito de retorno ruim, não precisa abater-se com toda sua potencialidade sobre a pessoa que o gerou. Mesmo numa situação de extremo perigo como essa, a criatura humana não fica desamparada, não fica indefesa. Mesmo aqui é ela própria a determinar sua senda, a fornecer os fios com que o tear da Criação tece o tapete do seu destino, com a trama e a urdidura correspondente à sua vontade real. Se ela mudou seu modo de ser nesse intervalo e realmente *esforçou-se* em melhorar em tudo, cuidando de purificar sua vontade, seus pensamentos, palavras e ações, se nas suas vivências procurou enobrecer tudo com que entrou em contato, se, enfim, procurou cumprir o que prescrevem as Mensagens de Deus, então não concede mais em si nenhuma ancoragem para a efetivação integral de um carma grave. A Lei de Atração da Igual Espécie a protege disso.

Como ela melhorou por esforço próprio, como ascendeu espiritualmente de patamar, então também não traz mais em si a mesma espécie má do retorno cármico. Não pode mais ser atingida integralmente pelo carma ruim a ela ligado, pelo simples fato de que espiritualmente não se encontra mais lá embaixo, naquele mesmo nível de quando o gerou por meio de uma atuação errada qualquer. O efeito cármico danoso só poderá atingi-la de modo muito enfraquecido, bastante atenuado, simbólico até, com o que então será remido da mesma forma.

Exteriormente, essa situação se apresenta como se uma tal pessoa estivesse protegida com um escudo contra as adversidades da vida. Jesus retratou isso na alusão ao homem que edifica sua casa sobre a rocha:

“Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as pratica será comparado a um homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, que não caiu, porque fora edificada sobre a rocha. E todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as pratica será comparado a um homem insensato, que edificou a sua casa sobre a areia; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, e ela desabou, sendo grande a sua ruína.”

(Mt7:24-27)

O mau efeito retroativo não causou nenhum dano ao homem prudente, que tinha ouvido e praticado as palavras de Jesus. Note-se que está dito: “quem ouve estas minhas palavras e *as pratica*”, ou seja, quem *se movimenta* para inseri-las integralmente em sua vida. Jesus, pois, exorta continuamente os homens para que assimilem sua Palavra e a conservem dentro de si, mediante contínua vigilância. As ações de assimilar e conservar os ensinamentos contidos na Palavra pressupõem indiscutivelmente um esforço próprio, pessoal. Assim, é a própria pessoa que dá forma à sua proteção, como um escudo, não podendo mais ser atingida tão duramente na reciprocidade.

O mundo pode até desmoronar à sua volta, mas ela estará protegida: “Se tombarem mil a teu lado e dez mil à tua direita, tu não serás atingido” (Sl91:7).

Isaías também já havia descrito esse importante processo do simbolismo no destino humano quando da transmissão dessa exortação da parte do Senhor, numa linguagem compreensível ao povo da época: “Aprendeí a fazer o bem! Buscai o direito, corrigi o opressor! (...) Então, sim, poderemos discutir, diz Yahweh: Mesmo que os vossos pecados sejam como escarlata, tornar-se-ão alvos como a neve; ainda que sejam vermelhos como carmesim, tornar-se-ão como a lã” (Is1:17,18). A reciprocidade será consideravelmente atenuada pela boa vontade legítima, atingindo o pecador que se esforça pelo bem com uma intensidade diminuída, correspondente a uma nova coloração, suavizada, de suas faltas.

O trecho a seguir fala novamente dessa necessidade de conservação do que foi assimilado, uma atribuição impossível de ser cumprida pela insossa fé cega aprendida. Naquele tempo o sal, de sabor inalterável, era usado para conservar os alimentos:

“Bom é o sal, mas se o sal vier a tornar-se insípido, como lhe restituir o sabor? Tende sal em vós mesmos, e paz uns com os outros.”

(Mc9:50)

A necessidade de vigilância contínua fica ainda acentuada sobremaneira no trecho abaixo, quando Jesus fala da *perseverança*, logo depois de uma menção clara à Lei da Reciprocidade (“não se perderá um só fio de cabelo...”):

“Sereis odiados por todos por causa do meu nome; mas nem um só cabelo da vossa cabeça se perderá. É pela vossa perseverança que ganhareis a vida.”

(Lc21:18)

Pela *perseverança* ganharemos a vida... vida eterna! Pela nossa contínua vigilância e movimentação espiritual, perseverando no bem até o fim: “Quem *perseverar* até o fim, esse será salvo” (Mc13:13). Paulo diz o mesmo aos Romanos, ao lhes garantir que o resultado da perseverança em praticar o bem seria a obtenção da vida eterna: “Vida eterna para aqueles que, por *sua perseverança em praticar o bem*, procuram glória, honra e incorruptibilidade” (Rm2:7). A Epístola aos Hebreus também diz o mesmo sobre a necessidade de movimentação perseverante, no sentido certo: “De fato, é de *perseverança* que tendes necessidade, para cumprirdes a Vontade de Deus e alcançardes o que Ele prometeu” (Hb10:36). Quem age com essa firmeza será necessariamente feliz, assegura Tiago: “Eis que temos por felizes aos que *perseveram* firmes” (Tg5:11).

Quero finalizar esse tópico mencionando uma informação da biblista Marie Vidal, estudiosa do Judaísmo. Segundo ela, o pronome relativo hebraico *asher* é usado para designar a planta dos pés, dando imediatamente a idéia de avanço, de movimentação para frente. Não por acaso, o termo que designa “feliz” é um derivado deste: *ashrei*. Assim, na etimologia judaica, movimentação no sentido certo e felicidade estão intimamente relacionados, o que é uma verdade primordial.

A Lei de Atração da Igual Espécie

Considerando-se que a caridade também faz parte dos ensinamentos de Jesus, as alusões a ele atribuídas de que será tirado dos pobres até o pouco que possuem, nunca foram bem compreendidas. Cuidadosamente se passou ao lado dessas palavras, sem levantar muita poeira, porque o real sentido delas não foi reconhecido.

A causa da incompreensão, porém, assim como de tantas outras passagens, reside novamente apenas na tentativa de interpretação literal das palavras do Mestre. Jesus veio das alturas máximas, e por isso suas palavras tinham um alcance muito maior do que podia fazer crer o estreito campo de visão das pessoas que o ouviam. Jesus abrangia com a vista todos os efeitos das leis da Criação de seu Pai, e procurava então direcionar a vida das pessoas no sentido de se adaptarem a essas leis. Vejamos o trecho controverso:

“Pois ao que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.”

(Mt13:12; Mc4:25; Lc8:18)

O conceito aí expresso é ainda reforçado pelo final das parábolas dos talentos (cf. Mt25:28,29) e das minas (cf. Lc19:24-26), que serão analisadas mais detalhadamente no capítulo 3. Em ambas as histórias, um senhor manda tirar a única mina ou o único talento do servo relapso e entregá-lo ao respectivo servo bom, que obtivera dez talentos ou dez minas.

O sentido correto é o de que cada ser humano precisa utilizar com afinco os dons espirituais que recebeu, e sempre no *sentido certo*, conforme prescrevem as leis da Criação. Quem se esforça em ascender espiritualmente recebe de modo automático, na medida do seu empenho, a força necessária para continuar progredindo. Já quem negligencia seu desenvolvimento espiritual permanece estagnado, e com isso se torna um elemento nocivo na engrenagem universal.

Por isso, estes últimos acabarão por perder o pouco que ainda possuem de força mediante a atuação da Lei de Atração da Igual Espécie, que faz com que esta reflua para aqueles que a utilizam de maneira certa. É como um ímã, que tornado mais forte atrai poderosamente os elementos homólogos. Esse fenômeno, porém, diz respeito ao âmago do ser humano, à atuação do espírito, nada tendo que ver com pobreza e riqueza materiais. É dessa maneira que se cumprem as palavras dessa antiqüíssima promessa. E o livro de Provérbios acrescenta no mesmo sentido: “Há quem pareça rico, não tendo nada, e quem pareça pobre e possua grandes riquezas” (Pv13:7).

Os ensinamentos de Jesus eram sempre direcionados ao *espírito humano*, o único realmente vivo no ser humano, que aliás é o *próprio ser humano*:

“O espírito é o que vivifica; a carne para nada aproveita.”

(Jo6:63)

Apesar de não ter convivido com Jesus, o apóstolo Paulo demonstra ter compreendido isso muito bem, conforme se depreende dessas palavras dirigidas aos Coríntios em sua primeira epístola: “Qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o seu próprio espírito que nele está?” (1Co2:11). Do mesmo modo quando afirmou que apenas “o homem *espiritual* ajuíza todas as coisas” (1Co2:15), e que ele mesmo “aplicava a realidades espirituais uma linguagem espiritual” (1Co2:13). Somente o espírito humano tem capacidade de discernir, com infalível certeza, o que é certo e o que é errado. Isso se dá através da intuição e não por ponderações do raciocínio: “O espírito do homem é lâmpada do Senhor, que penetra todos os recônditos do ser” (Pv20:27).

De uma maneira geral, porém, os discípulos de Jesus não tinham uma compreensão clara do espiritual humano e de sua atuação, como frequentemente deram mostras com suas perguntas. Foi o caso, por exemplo, daquele episódio em que os fariseus questionaram Jesus pelo fato de os seus discípulos não lavarem as mãos quando comiam. Jesus responde que não é o que entra pela boca que contamina o homem, e sim o que dela sai (cf. Mt15:2,11). Os discípulos não compreenderam o que ele quis dizer com isso e mais tarde lhe pediram um esclarecimento. Vejamos a resposta do Mestre:

“Também vós não entendeis ainda? Não compreendeis que tudo o que entra pela boca desce para o ventre e depois é lançado em lugar escuso? Mas o que sai da boca vem do coração, e é isso que contamina o homem. Porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias. São estas as coisas que contaminam o homem, mas o comer sem lavar as mãos não o contamina.”

(Mt15:16-20)

O homem aqui é o ser humano espiritual. Conforme já dito, o coração a que Jesus se refere é sempre o íntimo do ser humano, a vontade de seu espírito ou vontade intuitiva. Os pensamentos que se formam por influência de uma vontade intuitiva má também serão maus, assim como as conseqüentes ações más visíveis na matéria: adultérios, prostituição, falsos testemunhos, etc. A vontade intuitiva má contamina o homem, porque a expressão dessa vontade fica gravada na alma, o invólucro do espírito.

Assim, a alma fica efetivamente contaminada pela vontade má.²⁴ E tal processo de contaminação ainda é intensificado pela Lei de Atração da Igual Espécie. Por isso, a morte terrena não livra o espírito humano de sua contaminação, já que esta permanece aderida à alma.

Sobre o conceito de adultério, cabe um esclarecimento. Esse delito não se restringe apenas aos cônjuges, mas inclui qualquer um que procure destruir um casamento mediante difamações e outros meios. Quem assim age já viola da forma mais grave o mandamento de Jesus: “O que Deus uniu, o homem não deve separar” (Mt19:6). Pois comete adultério ao querer dar cabo de uma união verdadeira, contraída diante do Todo-Poderoso, onde cada cônjuge procura tornar viva, em si e no outro, a antiga expressão indicativa de pleno acolhimento do que é mais sagrado para a criatura humana: “Teu Deus seja o meu Deus” (cf. Rt1:16; Jt11:23). Terá por conseguinte de arcar com as conseqüências de haver impedido a união de duas almas e as bênçãos que adviriam desse enlace. Um crime dos mais sórdidos, autêntico adultério consumado.

Os pensamentos e as intuições do ser humano não são coisas inexistentes, não são um “nada” apenas porque não se pode vê-los. Eles tomam forma no mundo de matéria mais fina que circunda estreitamente a nossa Terra. Por serem de matéria mais fina não conseguimos percebê-los com nossos olhos corpóreos, que são constituídos de matéria mais grosseira.

Nesse mundo fino-material os pensamentos e as intuições adquirem formas segundo o que foi pensado ou intuído. Não é difícil compreender que formas originadas de maus desígnios, como cobiça, inveja, ódio, etc., não podem ser bonitas, tampouco ter uma atuação benfazeja entre os seres humanos. As formas das intuições originadas do ódio, por exemplo, são chamadas “fúrias”, e visam apenas a destruição. Em Roma, as divindades infernais eram chamadas exatamente de *fúrias*, e na Grécia tinham o nome de *erínias*. Essas erínias eram representadas portando chicote, serpentes e tochas, brandindo tudo isso diante do rosto das vítimas que perseguiam.

As formas de pensamentos são os “fantasmas”, as ditas “assombrações” já vistas por muitos e que desde tempos remotos amedrontam outros tantos, sem saberem que são geradas pelas próprias pessoas. Adquirem também conformações horrendas quando produzidas por maus pensamentos, como aconteceu com aqueles ímpios que “tinham imaginado escravizar a nação santa” (Sb17:2): Eles foram “apavorados por fantasmas, tétricos fantasmas de rostos lúgubres (...), foram perseguidos por fantasmas monstruosos (...)” (Sb17:3,4, 17).

As formas de pensamentos e intuições ficam ligadas ao gerador por meio de um fio de matéria fina, o qual só pode ser desfeito mediante uma outra sintonização íntima. Nem a morte terrena é capaz de desfazer os fios que ligam os geradores às suas conformações de matéria fina, sejam elas boas ou más. Evidencia-se com isso a promessa de que suas obras os seguirão: “As obras dos que morrem os acompanham” (cf. Ap14:13). Os que morrem aqui na Terra encontrarão no Além as suas obras, as conformações de matéria fina por eles mesmos geradas enquanto viviam num corpo terreno. Por isso, ai daqueles cujas obras forem más: “Seus crimes se levantarão contra eles, para acusá-los” (Sb4:20); “Todas as ações do homem são votadas à corrupção, e a obra de suas mãos o seguirá” (Eclo14:19). Moisés disse a mesma coisa com as palavras: “Sabei que o vosso pecado vos achará” (Nm32:23).

Mediante a Lei de Atração da Igual Espécie essas formas de pensamentos e intuições ainda são reforçadas por outras de mesmo tipo, e também em decorrência dessa lei são elas *atraídas* para junto daquelas pessoas que trazem alguma característica de igual espécie. No caso das fúrias é o ódio, em maior ou menor grau. Agarram-se a essas pessoas e influenciam-nas continuamente com o ódio de que são constituídas. Daí para as pessoas assim atacadas perpetrarem uma ação violenta, visível na matéria grosseira, é um passo muito curto.

Culpados dessa ação violenta são todos os que contribuíram para a geração das fúrias, e não apenas o malfeitor que, sob a influência delas, a desencadeou na matéria grosseira. Este último foi apenas o elo mais fraco de uma extensa corrente de ódio. Em sua primeira epístola, João afirma que “todo aquele que odeia seu irmão é um homicida” (1Jo3:15), indicando com isso que os fomentadores de ódio já incorrem em grave culpa, o que é um fato, em virtude da geração de fúrias. Jesus reforça esse ensinamento ao afirmar que não somente quem mata terá de “responder ao tribunal”, mas também todo aquele que *se encoleriza* com o próximo (cf. Mt5:21,22). Uma cólera que pode crescer até um

²⁴ Ao leitor que se interessar em conhecer o aspecto das almas contaminadas, indica-se O Livro do Juízo Final, de Roselis von Sass, capítulo “O Enigma das Doenças e do Sofrimento”.

ódio totalmente cego. As fúrias podem enlouquecer toda uma multidão que se tenha aberto para elas, pela nutrição recíproca e crescente do sentimento de ódio, tal como aconteceu com a massa das pessoas que vociferavam contra Cristo: “Crucifica-o! Crucifica-o!” (Lc23:21). Com isso, elas transgrediram da pior forma possível a ordem do Senhor: “Não tomarás o partido da maioria para fazer o mal” (Ex23:2). Coisa semelhante fez também a multidão que se levantou contra Paulo em Éfeso, dirigindo-se em massa ao teatro num frenesi de fúria, com gritarias e imprecações; e, no entanto, lemos que “a maioria nem mesmo sabia por que estava reunida” (At19:32).

Quem deixa o ódio tomar conta de si contribui, sem o saber, para a ocorrência de uma ação violenta em algum lugar do mundo, e conseqüentemente angaria parte da culpa, mesmo que nada conheça disso. Essa é também a razão do crescimento desmesurado da violência em nossa época. Um efeito automático do processo do Juízo Final, que libera agora todas as fúrias geradas, nesse período de ceifa, restituindo aos seus fomentadores e adoradores de igual espécie tudo aquilo que formaram com tanto afincamento mediante sua vontade odiosa. Por isso, quem em nossa época ainda se permite ficar *furioso* com alguma coisa, demonstra ter no íntimo a mesma espécie trevosa das fúrias, pois só as trevas podem manifestar-se raivosamente.

O livro do Apocalipse menciona essas fúrias soltas no Juízo com a imagem de gafanhotos liberados quando é aberto o poço do abismo, por influência da “estrela que tinha caído do céu” (Ap9:1), os quais se espalham pela Terra inteira (cf. Ap9:3). As fúrias estavam amontoadas naquele *poço do abismo* – uma central de igual espécie localizada nas profundezas, de acordo com a Lei da Gravidade. Quando esse poço é aberto no Juízo, as fúrias são libertadas. Todavia, elas só podem causar danos *àqueles que não têm o selo de Deus na frente*: “Foi-lhes dito que não danificassem a vegetação da terra, nem as ervas nem as árvores, mas somente as pessoas que não levassem na frente a marca do selo de Deus” (Ap9:4). As nuvens de gafanhotos evocam imediatamente a idéia de uma quantidade inumerável, vastos enxames à cata de alimento... Os gafanhotos do Apocalipse têm formas humanas, alimentam-se do terror e atormentam as pessoas: “Os seus rostos eram como rostos de homens; tinham também cabelos, como cabelos de mulheres; os seus dentes eram como dentes de leões. (...) Na sua cauda estava o poder de atormentar as pessoas. (...) E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere alguém” (Ap9:7,8,10,5). O livro da Sabedoria evoca essa situação com a frase: “Enviaste contra eles multidão de bichos mudos em vingança, para que soubessem que pelas coisas em que alguém peca, por essas é também atormentado” (Sb11:15,16). Nada menos do que nove palavras da Bíblia hebraica são normalmente traduzidas por “gafanhotos”, o que mostra a importância da imagem transmitida por esses terríveis insetos voadores no tempo do fim. O profeta Joel descreve dessa maneira a imagem da invasão dos gafanhotos (fúrias) no tempo do Juízo:

“O que deixou o gafanhoto cortador comeu-o o gafanhoto migrador; o que deixou o migrador comeu-o o gafanhoto devorador; o que deixou o devorador comeu-o o gafanhoto destruidor. (...) Meu país foi invadido por uma multidão forte e inumerável, os seus dentes são como dentes de leão, e as mandíbulas, como de leoa. (...) Como o clarão da aurora, um exército poderoso e forte vai se estendendo pelas montanhas. Exército igual a esse nunca houve e, por muitas gerações, jamais haverá. Parecem cavalaria, avançam como animais de combate. Seu ruído é o de carros de guerra pulando pelas serras, estalando como chama que devora a palha, como exército poderoso em ordem de batalha. Diante deles os povos se apavoram, ficam todos pálidos de medo. (...) Invadem a cidade, correm por cima das muralhas, sobem às casas, entram pelas janelas como ladrões. Sua presença sacode a terra, balança o céu, encobre o Sol e a Lua e apaga o brilho das estrelas. (...) Sim, grande é o Dia do Senhor e mui terrível! Quem o poderá suportar?”

(Jl1:4,6;2:2,5,6,9-10,11)

Só poderá permanecer livre dessas influências furiosas, que agora estão soltas pelo mundo em sua missão de devastação, assim como de qualquer outra influência de configurações más, aquele ser humano que tiver algo *contrário* dentro de si em relação à espécie básica ruim delas, ou seja: amor no lugar de ódio, nobreza em lugar de sordidez, sinceridade em lugar de falsidade, altruísmo em lugar de egoísmo, coragem em lugar de medo e assim por diante. Portanto, em relação às configurações de espécie má (quaisquer que sejam), a própria Lei de Atração da Igual Espécie fornece uma proteção automática e eficiente ao ser humano que se esforça continuamente pelo bem, ao impedir que essas configurações nocivas adiram a ele.

No entanto, para se conservar essa proteção a vigilância tem de ser mesmo contínua, permanente, em favor do bem, pois freqüentemente “o fascínio da frivolidade obscurece os verdadeiros valores e a vertigem do desejo abala a mente sem malícia” (Sb4:12). Em contraste com a mornidão da maioria, já vimos que a pessoa realmente boa tem de *perseverar até o fim* no caminho do bem, para poder subsistir nessa época: “Devido à crescente iniquidade, o amor esfriará na maioria; mas quem perseverar até o fim, este será salvo” (Mt24:12,13). É essa perseverança que indica o valor de uma pessoa boa, na qual o amor não esfriou. Somente esta pode, então, contar com o auxílio do Amor de Deus em suas aflições, o qual a protegerá das enlouquecedoras formas de medo no Juízo, cada vez mais robustecidas. João já dissera à sua comunidade: “No amor não existe medo; antes, o perfeito amor lança fora o medo. Ora, o medo produz tormento; logo, *aquele que teme não é aperfeiçoado no amor*” (1Jo4:18). Aquele que tiver medo no Juízo demonstra não ter se aperfeiçoado no amor; e como ele não tem amor dentro de si, falta-lhe também a confiança na onipotência e na Justiça do Senhor, que se evidenciam justamente pelo Amor auxiliador. Esse grande Amor auxiliador, por sua vez, não pode atuar nele porque não encontra uma igual espécie em seu íntimo, que permita a ancoragem. Sua alma não é aperfeiçoada no amor, e devido a isso só conhecerá o medo no Juízo.

As concentrações de formas de pensamentos, que também podem ser chamadas de centrais, explicam muitos outros aparentes enigmas da época atual. Como a imensa maioria das pessoas gera continuamente pensamentos malévolos, essas centrais de maus pensamentos adquiriram uma força colossal no presente, atuando retroativamente sobre os seres humanos de sua igual espécie, que influenciados por isso geram ainda mais pensamentos maus, robustecendo permanentemente as próprias centrais. Um círculo vicioso, de conseqüências devastadoras para a humanidade. Daí o crescimento exponencial no mundo do sensualismo, da inveja, do egoísmo, da violência e de todas as outras excrescências humanas.

Sob outro enfoque, também reside nesse fenômeno a causa das muitas “coincidências” inexplicáveis, como o fato freqüentemente observado de uma descoberta científica ou de uma invenção ocorrer quase simultaneamente em países distantes entre si. Os pesquisadores estavam, sem o saber, conectados uns com os outros, alimentando idéias e pensamentos análogos, sendo por sua vez alimentados por estes. Todos trabalharam em conjunto na matéria mais fina, sem disso terem conhecimento. As posteriores ciameiras e acusações de plágio se mostram assim sob uma ótica bem diferente.

Esse fenômeno das formas de pensamento também esclarece o indiscutível fascínio que a Bíblia exerce já há séculos sobre grande parcela da humanidade. Como a maioria das pessoas que a lêem realmente acreditam ter nas mãos a autêntica “Palavra de Deus”, acabam dispensando a ela uma atenção toda especial, sem nenhuma isenção. Esse devotamento unilateral, continuamente alimentado por milhões e milhões de almas, retorna a elas mesmas através do processo descrito acima, criando uma poderosa atmosfera de encantamento que freqüentemente desemboca num fanatismo cego.

Mas isso é então uma algema espiritual, que as impede de ver com imparcialidade o que a Bíblia possui de belo e de útil, de reconhecer e assimilar sua sabedoria, mas também de rejeitar aquilo que não passa de fantasia humana. Esse influxo é tão intenso que pode incandescer o estudo bíblico até o paroxismo, dando origem a debates intermináveis sobre o significado desse ou daquele episódio, à publicação de centenas de livros e tratados sobre uma única passagem mal compreendida das Escrituras, sempre na suposição de que a Bíblia deva se auto-explicar, levando todos, teólogos, exegetas, apologistas e leigos a uma lastimável perda de tempo em seu tão necessário processo de desenvolvimento espiritual. Mergulhados nesse biblicismo cego, nessa verdadeira bibliolatria, que nada mais é do que uma egolatria, eles dissecam continuamente as Escrituras e deixam de lado o principal... deixam de viver segundo os verdadeiros ensinamentos de Jesus, única possibilidade de angariar a vida eterna:

“Examinais as Escrituras porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de mim. Contudo, não quereis vir a mim para terdes a vida.”

(Jo5:39,40)

Não quereis vir a mim... Os examinadores da Bíblia não querem vir a Jesus, a Palavra viva enviada pelo Pai aos seres humanos, para que eles pudessem ter a vida eterna!...

O ser humano pode e deve utilizar o fenômeno descrito acima em proveito próprio, com vistas a uma contínua ascensão espiritual. Aquele, por exemplo, que só admite limpidez à sua volta, acaba igualmente recebendo influência das pequenas centrais de bons pensamentos, decorrente da atração da igual espécie, sendo com isso paulatinamente fortalecido em sua boa vontade, ao passo que aquele outro que não tem anseio pelo bem acaba efetivamente sendo “tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz” (Tg1:14). Foi justamente para evitar essa situação deletéria que Paulo dirigiu a seguinte exortação aos Filipenses, em tudo concorde com o funcionamento da Lei de Atração a Igual Espécie: “Tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento” (Fp4:8).

Quando Jesus falou do argueiro (cisco) e da trave nos olhos, também aludia a essa lei da Criação:

“Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, mas não reparas na trave que está no teu próprio? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho, quando tens a trave no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave de teu olho e então verás claramente para tirar o argueiro do olho de teu irmão.”

(Mt7:3-5; Lc6:41,42)

O ensinamento contido neste episódio é bastante simples. Quando notamos algo em nosso próximo que nos desagrade profundamente, sentindo ímpetos até de repreendê-lo por sua falta, então isso é um sinal infalível de que possuímos aquele mesmo defeito em grau muito maior, pois “o homem que julga outro, a si mesmo se condena, pois pratica as próprias coisas que condena” (Rm2:1). Basta pensar que quando apontamos um dedo para alguém, temos outros três dedos apontando para nós mesmos... É bem o caso de se perguntar aí: “Quem és tu para julgares teu próximo?” (Tg4:12). O ser humano incorre em grave erro se pensa que assim poderá escapar do grande Julgamento: “Ó homem, tu que julgas os que praticam tais coisas e, no entanto, as fazes também tu, pensas que escaparás ao Julgamento de Deus?” (Rm2:3).

A Lei de Atração da Igual Espécie é que nos leva a ver de imediato nos semelhantes algo de que nós mesmos somos portadores. E quando esse algo é um defeito, então sentimos uma forte repulsa. Vemos nitidamente o argueiro (o defeito) no olho do próximo e não atentamos para a trave (o mesmo defeito em escala muito maior) em nosso próprio olho. Só nos seria lícito querer retirar o argueiro dele se, antes, tivéssemos tirado a nossa trave, do contrário essa atitude não é um ato de amor mas apenas hipocrisia. Estaríamos sendo inflexíveis em relação ao próximo e condescendentes conosco, fazendo uso, portanto, de dois pesos e duas medidas, algo abominável ao Senhor: “Dois pesos e duas medidas, são ambos abomináveis diante do Senhor” (Pv20:10). Temos de fazer exatamente o inverso: sermos implacáveis com nossas falhas e compreensivos com as do próximo. Compreensão não é condescendência imprópria. Esta é própria de quem é *con-descendente*, isto é, de quem *desce* junto. Em grego, “condescendência” é *synkatabasis*, cujo significado etimológico é exatamente “descer para estar junto”. Isso é falso amor, que além de não ajudar em nada o sofredor, ainda traz um enorme perigo para o pretense auxiliador. Quem desce espiritualmente do seu patamar para poder estar no nível do infrator, não se encontra mais em condições de admoestá-lo por seus erros e acaba afundando junto com ele, por efeito da Lei da Gravidade Espiritual. Compreensão é diferente. Compreensão é *sofrer junto*, como fez o bom samaritano, para estar apto a conceder auxílio verdadeiro. Sofrer junto não é descer espiritualmente, ao contrário, é um ato de legítimo amor ao próximo, cujo efeito último é justamente a ascensão espiritual das duas partes envolvidas.

Essa atuação da Lei de Atração da Igual Espécie se verifica até mesmo nas expectativas negativas em relação a nossos semelhantes. Por exemplo: uma prevenção gratuita sobre possíveis demonstrações de inveja, cobiça ou vaidade de alguém, normalmente dizem mais sobre o próprio precavido do que sobre a pessoa objeto da atenção. Se de uma determinada pessoa, ou grupo de pessoas, estamos sempre esperando algum comportamento negativo em relação a algo, então temos de procurar, contra as nossas certezas mais íntimas, indícios de idêntica conduta negativa em nós próprios. Temos de ser aí implacáveis conosco, se quisermos reconhecer a verdade dos fatos.

Esse fenômeno é mais um auxílio outorgado pelo Criador em nosso caminho de desenvolvimento espiritual. É como se passássemos pela vida segurando um espelho voltado para nós mesmos, que assim nos aponta imediatamente as falhas que ainda temos de corrigir. É uma ajuda inestimável para o aperfeiçoamento de cada um, desde que se tenha a necessária humildade e isenção para reconhecer que aquela mesma falha que nos parece particularmente destacada em nosso semelhante, está profundamente arraigada em nós mesmos, e em grau muito maior.

Mas se a humildade faltar, a pessoa continuará no erro, sem se aperceber disso. É provável até que tal erro cresça nela pela atração da espécie igual e a faça afundar espiritualmente cada vez mais, com o que as trevas se condensam ainda mais em torno dela. E com isso ela afunda mais e mais, por efeito da Lei da Gravidade Espiritual, sem se dar conta de sua queda, pois “quem anda em trevas não sabe para onde vai” (Jo12:35).

CAPÍTULO 3

A ABRANGÊNCIA DAS PARÁBOLAS DO MESTRE

Em diversas ocasiões Jesus procurou transmitir seus ensinamentos aos seres humanos por meio de parábolas. Nessas singelas histórias, que abrangem cerca de um terço do material contido nos Evangelhos sinóticos, estavam embutidos o modo de atuação das leis da Criação e o caminho que o ser humano deve trilhar dentro dela. As parábolas transmitiam a Verdade de Deus numa forma que os ouvintes podiam assimilar com facilidade, caso abrissem seu coração para elas.

É justamente por isso que os fariseus não entendiam nada do que Jesus falava, pois procuravam dissecar suas palavras com o raciocínio, ao invés de hauri-las com a intuição. Seus outros ouvintes, ao contrário, compreendiam perfeitamente o que ele procurava transmitir: “Jesus lhes anunciava a Palavra usando muitas parábolas como estas, de acordo com o que podiam compreender. Nada lhes falava sem usar parábolas” (Mc4:33).

Jesus elevou a prática de falar por parábolas, já utilizada na Antiguidade por Platão e Aristóteles, e presença constante na literatura rabínica antiga, a uma arte tão sublime, que suas narrativas são capazes de conduzir o espírito humano para o caminho da salvação, desde que este se dê ao trabalho de compreendê-las com acerto.

Essa característica do Salvador despontou quando ele ainda era bem jovem e vivia com sua família terrena. O livro Jesus, o Amor de Deus, da Editora Ordem do Graal na Terra, mostra que naquela época ele costumava contar histórias edificantes para seus irmãos. Estes ouviam enlevados as narrativas do irmão mais velho, e assim se lhes despertava o anseio de agir sempre de maneira correta em tudo. Maria, sua mãe, também ouvia com satisfação essas prédicas cativantes do filho, que contribuía bastante para manter a harmonia no lar.

Vamos então procurar vislumbrar o que Jesus quis transmitir aos seres humanos com essas maravilhosas lições de vida que são as suas parábolas.

O Semeador

“Eis que o semeador saiu a semear. E, ao semear, uma parte caiu à beira do caminho, e vindo as aves a comeram. Outra parte caiu em solo rochoso, onde a terra era pouca, e logo nasceu visto não ser profunda a terra. Saindo, porém, o sol, a queimou, e porque não tinha raiz, secou-se. Outra caiu entre os espinhos, e os espinhos cresceram e a sufocaram. Outra, enfim, caiu em terra boa, e deu fruto: a cem, a sessenta e a trinta por um.”

(Mt13:3-8; Mc4:3-8; Lc8:5-8)

Jesus concede uma explicação para essa parábola logo depois de tê-la proferido. Em relação às sementes que caem à beira do caminho, o esclarecimento é o seguinte:

“A todos que ouvem a Palavra do reino e não a compreendem, vem o maligno e arrebatou o que lhes foi semeado no coração. Este é o que foi semeado no caminho.”

(Mt13:19)

A expressão “semeado no coração” mostra bem a profundidade com que a Palavra, que traz os esclarecimentos sobre as leis da Criação, deve ser assimilada. Conforme já visto, coração tem o mesmo sentido de âmago mais profundo, o íntimo do ser humano. A Palavra é nutrição para o espírito, não para o corpo. Somente o espírito pode assimilar a Palavra e compreendê-la realmente. A Palavra não pode frutificar no solo árido do raciocínio humano, mas apenas no seu espírito, no seu coração. A respeito do estado lastimável do coração do povo em geral, Jesus já tinha avisado pouco antes:

“O coração deste povo está endurecido, de mau grado ouviram com os seus ouvidos e fecharam os seus olhos; para não suceder que vejam com os olhos, ouçam com os ouvidos, entendam com o coração, se convertam e sejam por mim curados.”

(Mt13:15)

Com essa parábola da sementeira, Jesus mostra como os seres humanos deviam assimilar a própria Palavra de que ele era portador. Entender a Palavra com o coração significa apropriar-se integralmente dela, o que só é possível quando se a coloca em prática pela movimentação do espírito, em obediência à Lei do Movimento.

Com maligno deve-se entender aqui o princípio mau, errado, inserido na matéria por Lúcifer, a fim de desviar os que não são suficientemente firmes em si mesmos. É o chamado “princípio das tentações”. Daí a advertência de Pedro: “Sede sóbrios e *vigilantes*. O diabo, vosso adversário, anda em derredor, como um leão que ruge, procurando a quem devorar” (1Pe5:8). A palavra hebraica para tentação é *nasah*, que significa também pôr à prova ou examinar, indicando um preceito errado, incompatível com o Amor e a bondade do Onipotente.

Daí a advertência de Jesus: “Vigiai e orai, para não cairdes em tentação” (Mt26:41). Essa exortação não indica que se uma pessoa velar e orar ela não será tentada, mas sim que se fizer isso ela *não cairá* em poder da tentação.²⁵ Aliás, cada pessoa aqui na matéria grosseira se acha de tal modo protegida, que é uma vergonha enorme deixar-se engodar por uma tentação, cuja força é muito menor que a dela própria. Foi exatamente isso que Paulo disse aos Coríntios: “Não vos sobreveio tentação alguma que ultrapassasse as forças humanas” (1Co10:13). A resistência à tentação não deveria ser uma miraculosa exceção entre os seres humanos, mas uma regra geral com um final feliz: “Feliz o homem que resiste à tentação” (Tg1:12).

A exortação do Mestre para se conservar a máxima vigilância espiritual, para com isso não se cair em tentação, foi dirigida não apenas aos discípulos, mas a todos os homens: “O que vos digo, digo a todos: vigiai!” (Mc13:37). E o “orai” teria de ser legítimo, fruto da intuição espiritual, e não uma reza mecânica qualquer, mesquinha: “Não sejas mesquinho na tua oração” (Eclo7:10). Não há valor numa oração sem coração. De nada adianta a um indivíduo orar se, ao mesmo tempo, não estiver comprometido em cumprir a Lei de Deus, pois orações desse tipo não passam de hipocrisia condenável: “Quem desvia os ouvidos para não ouvir a Lei, até a sua oração será execrável” (Pv28:9). Esse tipo de oração não se eleva a nenhuma região luminosa, não consegue ultrapassar nem o teto que abriga o hipócrita rezador. Somente quem coloca a Palavra em prática em *todos* os aspectos da vida pode manter a vigilância espiritual e orar com a alma aberta. Este é o único modo de permanecer protegido contra as tentações das trevas e livrar-se do mal aderido a si.

A Palavra dada pelo Filho de Deus, que era ele próprio encarnado, protege e guarda aquele que procura não pecar mais, porque este renasceu em si mesmo, passando a viver segundo o sentido dessa Palavra. É também este o significado do “nascido de novo” (Jo3:3) ou “nascido de Deus” que aparece na primeira Epístola de João:

“Nós bem sabemos que todo aquele que nasceu de Deus não peca, mas o Filho de Deus o guarda, e o maligno não o apanha. E bem sabemos que somos de Deus, ao passo que o mundo inteiro está sob poder do maligno.”

(1Jo5:18,19)

A semente que cai à beira do caminho indica aquela pessoa que não põe a Palavra em prática em sua vida. Desse modo, ela não é capaz de assimilá-la, não se lhe torna algo próprio e acabará por perdê-la nas armadilhas postas à sua frente pelos acólitos luciferianos.

Vejamos a explicação de Jesus para as sementes que caem em solo rochoso:

“O que foi semeado em solo rochoso, esse é o que ouve a Palavra e a recebe logo com alegria, mas não tem raiz em si mesmo, sendo antes de pouca duração; em lhe chegando a angústia ou a perseguição por causa da Palavra, logo se escandaliza.”

(Mt13:20,21)

²⁵ Ver, a respeito, a dissertação “Não Caias em Tentação!” no terceiro volume da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin.

Estes são os entusiastas volúveis, o fogo de palha. Reconhecem o valor da Palavra, posto que a ouvem com alegria, mas devido à sua superficialidade não a ancoram firmemente dentro de si, não a enraízam em seus espíritos. São as sementes que brotam rapidamente e logo secam. Assim como os primeiros, eles não se animam a colocar a Palavra efetivamente em prática em suas vidas, porque isto demanda *perseverança* e se choca inevitavelmente com os conceitos e hábitos que predominam no mundo – “os raios do sol já os fazem secar, porque não tinham raiz”.

A explicação dada por Jesus para as sementes que caem em meio aos espinhos é a seguinte:

“O que foi semeado entre os espinhos é o que ouve a Palavra, porém os cuidados do mundo e a fascinação das riquezas sufocam a Palavra, e fica infrutífera.”

(Mt13:22)

Como a Palavra é dirigida ao *espírito*, ela é um guia para a existência inteira do ser humano, e não apenas para os poucos anos de uma curta vida terrena. As pessoas que colocam o intelecto acima do espírito, o raciocínio acima da intuição, acabam por colocar também – como consequência natural – a vida material e seus prazeres acima da vida espiritual, o efêmero sobre o valioso.

Jesus não condena a posse de riquezas, mas sim o deixar-se envolver por elas. Para os fracos de espírito, a comodidade proporcionada pelos bens materiais pode facilmente abafar neles a Palavra recebida, tal como um espinheiral.

Foi para evitar essa situação que Jesus deu àquele jovem rico o conselho para que se desfizesse de seus bens e o seguisse (cf. Lc18:18-23). O conselho referia-se exclusivamente àquele jovem e aos de sua igual espécie, que se deixam enlevar pela posse de riquezas em detrimento do progresso espiritual. Não se referia, absolutamente, a uma diretriz geral para toda a humanidade. Para esses tais, que se deixam literalmente absorver pelas riquezas deste mundo, será realmente mais fácil “um camelo passar pelo fundo de uma agulha”²⁶ (Mt19:24) do que entrarem eles no reino dos céus, pois não é possível ao mesmo tempo “servir a Deus e às riquezas” (Mt6:24).

Jesus dá a seguinte explicação para o último lote de sementes, o quarto, que cai em boa terra:

“Mas o que foi semeado em boa terra é o que ouve a Palavra e a compreende; este frutifica, e produz a cem, a sessenta e a trinta por um.”

(Mt13:23)

Vemos então que somente a quarta parte dos que ouviram a Palavra de fato a compreenderam e deixaram que frutificasse dentro de si. E Jesus nem menciona aqueles que nada quiseram saber da Palavra de Deus, e que constituem a imensa maioria dos seres humanos.

Ouvir a Palavra e compreendê-la realmente outra coisa não é senão assimilar a Palavra dentro de si e *colocá-la em prática*. Quem procede assim passa a viver de tal modo que se torna, ele próprio, uma bênção para a Criação em que vive. Das capacitações que desperta em si mesmo pelo modo correto de viver, ele retribui em abundância para o mundo em redor. Alguns mais (cem e sessenta por um), outros menos (trinta por um), segundo o nível de desenvolvimento espiritual de cada um, mas todos sempre em absoluta conformidade com a lei do equilíbrio contínuo: o dar e o receber. O trecho correspondente no Evangelho de Lucas é um pouco diferente, mas a característica da boa semente – frutificar com *perseverança* – permanece:

“A que caiu em boa terra são os que, tendo ouvido de bom e reto coração, retêm a Palavra; estes frutificam com perseverança.”

(Lc8:15)

Infelizmente, a boa terra – as almas purificadas e aneladas pela Luz, tão necessária para o perfeito plantio e plena frutificação da Palavra, é cada vez mais escassa no mundo. Só o que se vê hoje em dia são pequenas ilhotas de boa terra aqui e acolá, cercadas de vastidões de solo rochoso e espinheirais cerrados...

²⁶ Alguns pesquisadores afirmam que o termo correto é “corda trançada” e não “camelo”, mas o sentido permanece o mesmo.

A possibilidade outorgada aos seres humanos de produzirem frutos em abundância, pelo desenvolvimento certo e aplicação perseverante de suas capacitações, é igualmente retratada nas parábolas dos talentos e das minas, que veremos mais à frente.

O Joio e o Trigo

“O reino dos céus é semelhante a um homem que semeou boa semente no seu campo; mas enquanto os homens dormiam veio o inimigo dele, semeou joio no meio do trigo e retirou-se. E quando a erva cresceu e produziu fruto, apareceu também o joio. Então, vindo os servos do dono da casa, lhe disseram: Senhor, não semeaste boa semente no teu campo? Donde vem, pois, o joio? Ele, porém, lhes respondeu: Um inimigo fez isso. Mas os servos lhe perguntaram: Queres que vamos e arranquemos o joio? Não! replicou ele, para que ao separar o joio não arranqueis também com ele o trigo. Deixai-os crescer juntos até a colheita, e no tempo da colheita direi aos ceifeiros: Ajuntai primeiro o joio, atai-o em feixes para ser queimado, mas o trigo recolhei-o ao meu celeiro.”

(Mt13:24-30)

Em seguida, Jesus procura explicar aos seus discípulos o significado da parábola:

“O que semeia a boa semente é o Filho do Homem, o campo é o mundo, a boa semente são os filhos do reino, o joio são os filhos do maligno; o inimigo que o semeou é o diabo, a ceifa é a consumação do século, e os ceifeiros são os anjos.”

(Mt13:37-39)

O sentido amplo dessa parábola, em conjunto com a explicação de Jesus, é o seguinte:

O Filho do Homem espalhou sementes de seres humanos na matéria. É dessa atuação, aliás, que advém a denominação “Filho do Homem”, significando que a humanidade inteira se originou dessa sua semeadura, em consonância com a Vontade do Criador, que é ele próprio. Com efeito, a expressão hebraica que traduz Filho do Homem: *ben 'adhám*, significa em essência “Filho da humanidade”, ou seja, o Filho do Altíssimo *para* a humanidade.

Corroborando essa notícia da atuação criadora do Filho do Homem, o chamado Livro das Parábolas (incluído no apócrifo Livro de Enoch), informa que a denominação Filho do Homem foi pronunciada *antes* da Criação, indicando com isso que esse título não está relacionado a Jesus. A versão etíope desse livro diz o seguinte: “E nessa hora o Filho do Homem recebeu um nome na presença do Senhor dos Espíritos. E antes de o Sol e os dois signos serem criados, antes de serem criadas as estrelas do céu, ele recebeu um nome perante o Senhor dos Espíritos.”

Essa imagem de seres humanos se desenvolvendo a partir de germes espirituais indica um fenômeno da Criação que se repete regularmente. O ser humano, de fato, se desenvolve de “sementes espirituais”, provenientes do Paraíso, e para lá retorna depois de plenamente amadurecido. As influências que determinam o processo de germinação dessas sementes podem realmente ser vistas como um hálito de vida proveniente do Criador, a Origem de toda a vida: “Ele insuflou em suas narinas o hálito da vida, e o homem se tornou um ser vivo” (Gn2:7). Depois de *criado* pela Vontade de Deus, o Espírito Santo, o homem é *vivificado* pelo sopro do Criador, que o anima com Seu alento. Nesse sentido, está certo o depoimento de Eliú, amigo de Jó: “O Espírito de Deus me criou, e o sopro do Todo-Poderoso me deu a vida” (Jó33:4).

Sobre o evento de retorno dessas sementes ao Paraíso, já então como espíritos autoconscientes plenamente maduros, é bastante significativa a seguinte passagem do Evangelho apócrifo de Tomé: “Bem-aventurados vós, os solitários e escolhidos, porque encontrareis o reino; vós provindes dele, e conseqüentemente voltareis novamente para lá.”²⁷

²⁷ Ao leitor que desejar conhecer o processo da semeadura de germes espirituais, e de seu desenvolvimento nas materialidades até a autoconsciência da criatura plenamente amadurecida, indicam-se as seguintes dissertações da obra Na Luz da Verdade, a Mensagem do Graal de Abdruschin:

O ser humano terreno desenvolvido de um germe espiritual, que mediante múltiplas vivências na matéria adquire lentamente, paulatinamente, a autoconsciência, tornando-se uma individualidade completa, não representa de maneira alguma o quadro, acalentado por tantos, do homem criado diretamente à imagem e semelhança de Deus. Como seria possível isso? Será que alguém nessa Terra acredita mesmo, no fundo do seu coração, que ele, um mero ser humano terreno em desenvolvimento, é a própria imagem e semelhança do Onipotente? Olhe bem para dentro de si mesmo e responda com honestidade... A criatura humana terrena como imagem e semelhança do Todo-Poderoso Criador... Semelhante a Ele, mas não a ponto de cumprir Seus Mandamentos e viver segundo Sua Vontade! Nesse ponto os seres humanos abrem mão prontamente de qualquer semelhança com Ele, e decretam que o Senhor teve de enviar Seu Filho Unigênito à Terra, para resgatar a culpa deles, Suas criaturas, feitas à Sua imagem e semelhança... Não existem palavras para descrever uma tal prepotência. Só mesmo depois da morte os partidários desse despautério reconhecerão o tamanho de sua arrogância. E então desejarão não haver nascido.

A descrição no Gênesis do homem feito “à imagem e semelhança de Deus” (Gn1:26) – *imago Dei* – não se refere ao ser humano terreno, e sim ao surgimento, em sentido amplo, do espiritual masculino e feminino na obra da Criação, no ponto de saída da esfera divina.²⁸ Convenhamos... Justos sejamos. É impossível que dissesse respeito a uma criatura tão limitada, a um ser que acabou se degenerando por vontade própria, que negligenciou por completo sua missão espiritual e que se afastou, da forma mais vil, de seu próprio Criador. Os seres efetivamente criados à imagem e semelhança de Deus são espíritos primordiais, isentos de erro e pecado, cuja origem encontra-se muito acima do alvo máximo a que um espírito humano pode almejar: o reino espiritual denominado Paraíso. Se um dia o ser humano conseguir chegar até o Paraíso, sua Pátria verdadeira, por haver se tornado um espírito completo e perfeito, *então* poderá ser considerado uma “cópia” daquelas eternas imagens de Deus primordialmente criadas. Uma cópia! Isso, se ele conseguir chegar até lá... E mesmo lá continuará sendo sempre “menor do que os seres celestiais” (Sl8:6), que vivem na esfera divina.

Adão e Eva foram pontos de partida do espiritual humano. Foram criados no reino espiritual, mas nunca estiveram encarnados na Terra ou em qualquer outra parte da matéria. O fato de terem surgido já desenvolvidos, sem terem sido crianças, demonstra que isso se deu num plano muito acima do Paraíso, onde os seres que lá vivem foram efetivamente *criados* pela vontade divina, tornado-se imediatamente autoconscientes, sem precisar antes se desenvolver de uma semente. O nome “Eva” significa simplesmente “vivente”. Na língua sumeriana, o ideograma que representa o termo “vivente” é o mesmo que indica “costela”.

Tão-somente os espíritos humanos que já se encontram no Paraíso podem ser chamados de “imagem e semelhança de Adão” (Gn5:3), isto é, cópias de uma imagem primordial de Deus. São *esses* espíritos humanos perfeitos que se assemelham aos espíritos primordiais, os quais foram criados por primeiro, na parte mais excelsa da Criação. Contudo, nós, *seres humanos terrenos*, estamos inimaginavelmente longe de tudo isso.

O Criador não precisa de ninguém, não depende de nada, ao passo que todos os seres surgidos, criados ou desenvolvidos, são inteiramente dependentes Dele. O teólogo e filósofo alemão Schleiermacher (1768 – 1834) intuiu muito bem o significado disso, ao afirmar que “Deus é o Ser de quem todas as criaturas são dependentes, ao passo que Ele não depende de nada”. O grande Arquiteto do Universo muito menos ainda precisa da criatura ser humano: “O Deus que fez o mundo e tudo que nele existe, o Senhor do céu e da Terra, (...) não é servido por mãos humanas, como se precisasse de

-
- Volume 2: O Ser Humano e Seu Livre-Arbítrio; Desenvolvimento da Criação; A Força Sexual em Sua Significação para a Ascensão Espiritual; Eu Sou a Ressurreição e a Vida, Ninguém chega ao Pai a Não Ser por Mim; Sexo; Criatura Humana.
 - Volume 3: Germes Espirituais.

²⁸ Na Bíblia há dois relatos da Criação: o primeiro vai de Gn1 a Gn2:3 e o segundo de Gn2:4 a Gn2:25. No primeiro relato está dito que Deus criou o ser humano como “macho e fêmea” (Gn1:27), dando a entender que masculino e feminino surgiram *simultaneamente* na Criação. No segundo relato, porém, o Senhor primeiro forma o homem do pó da terra (Gn2:7), e *depois* surge a mulher da sua costela (Gn2:22), indicando que o masculino teria sido criado primeiramente. O leitor poderá encontrar o esclarecimento dessa aparente discrepância na dissertação “O Circular das Irradiações”, no terceiro volume da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin.

alguma coisa” (At17:24,25). Sobre o Aquém e o Além, ele disse: “Quem faz uma distinção entre este mundo e o além-mundo ilude a si mesmo.”

Schleiermacher foi “acusado” de gnosticismo e semipelagianismo, dísticos na verdade *honrosos*, identificando alguém capaz de refletir por si mesmo e que procura dar forma às próprias intuições. Ele se opôs ao Iluminismo ao afirmar que o que determina o valor do ser humano não é o lúmen da razão, e sim o do coração, como matriz fundamental da vida espiritual. De Friedrich *Ernst* Schleiermacher são também essas palavras: “O que comumente se chama crer, ou seja, aceitar o que outrem fez, querer ponderar e imitar no sentimento o que outrem pensou e sentiu, é um serviço duro e indigno, e em vez de ser o que há de superior na religião, como se imagina, é exatamente aquilo a que se deve renunciar aquele que pretende penetrar em seu santuário. (...) Vocês conseguiram tornar a vida terrena tão rica e variada que já não necessitam da eternidade e, depois de haver criado um universo para vocês mesmos, estão dispensados de pensar Naquele que os criou.”

Retornemos à parábola. “*Mas enquanto os homens dormiam, veio o inimigo dele.*” Enquanto os seres humanos se encontravam nos estágios iniciais do seu percurso na matéria, ainda não totalmente desenvolvidos em sua autoconsciência, portanto não inteiramente despertos, numa fase que poderíamos chamar de pré-adolescência espiritual, Lúcifer chegou com a missão de cuidar das sementes humanas em via de crescimento. Contudo, ao invés de cumprir essa sua incumbência no sentido da Vontade do Criador, ele atuou de modo diferente, fazendo de tudo para exterminá-las. Agindo assim, ele se tornou um “inimigo” declarado do semeador.

O princípio das tentações implantado por Lúcifer na matéria é absolutamente contrário ao preceito do amor prestimoso desejado pelo Criador, pois “Deus mesmo a ninguém tenta” (Tg1:13). Os que sucumbem ao maligno, isto é, a esse princípio errôneo, desenvolvem-se como joio no campo de cultivo da matéria, portanto de maneira errada.²⁹ Em contraste a eles estão os que se desenvolvem de maneira certa, em conformidade com a Vontade do Criador, sem se deixar engodar pelas armadilhas das trevas: são estes os “filhos do reino”, o trigo. Que não deveria haver nenhum joio no campo de trigo do Filho do Homem fica claro pela perplexidade dos servos pouco antes da colheita: “*Senhor, não semeaste boa semente no teu campo? Onde vem, pois, o joio?*”

Lúcifer então “*retirou-se*” depois de disseminar seu princípio errado na matéria, isto é, ele não permaneceu na Criação material, mas sim afundou em profundezas abissais, devido à atuação da Lei da Gravidade, que puxa para baixo tudo quanto se torna pesado e trevoso. No Livro de Isaías há, inclusive, um poema que retrata essa queda de Lúcifer, chamado ali de “estrela da manhã” e “clarão da madrugada” (e simplesmente Lúcifer na versão latina Vulgata). Nos panteões mitológicos da Antiguidade, a estrela da manhã ou estrela-d’alva, isto é, o planeta Vênus, representava o anjo caído. O sentido básico do texto de Isaías é o de um ser originalmente luminoso, brilhante, que é vencido e cai nas profundezas: “Como despencaste das alturas do céu, tu, estrela da manhã, clarão da madrugada? Estás derrubado por terra, tu que derrubavas as nações! E, no entanto, dizias no teu coração: ‘Hei de subir até o céu; acima das estrelas de Deus colocarei o meu trono, estabelecer-me-ei na montanha da Assembléia, nos confins do norte. Subirei acima das nuvens, tornar-me-ei semelhante ao Altíssimo.’ Foste, porém, precipitado à Mansão dos Mortos, chegaste ao fundo do Abismo!” (Is14:12-15).

A expressão “montanha da Assembléia” ou “monte da Congregação”, que aparece nesse poema, é a tradução corrente do original hebraico *Saphon*, o monte Saphon. De acordo com poemas mitológicos datados de 1400 a 1200 a.C., gravados em escrita cuneiforme em tábuas de argila, descobertos a partir de 1929 em escavações na antiqüíssima cidade síria de Ugarit (atual Ras Shamra), Saphon é o nome da montanha onde reside Baal, o grande servo de Lúcifer, chamado nesses escritos de “senhor da Terra”. Sobre esse monte Saphon, a escritora Roselis von Sass diz o seguinte em sua obra *O Livro do Juízo Final*:

²⁹ O joio é um tipo de gramínea que se mistura aos cereais. É uma erva daninha, também conhecida como “cizânia” (do grego *zizanon*), cujo significado é: desarmonia, rixa, discórdia. Até meados do século XVI o joio era conhecido na Europa pelo nome usual de cizânia, de modo que semear joio era o mesmo que semear cizânia. O joio é difícil de ser extirpado e se parece muito com o trigo, diferenciando-se deste somente quando plenamente amadurecido, por suas sementes pretas e menores, as quais conservam por muito tempo o poder germinativo. O joio não serve de alimento porque não contém propriedades nutricionais, ao contrário, suas sementes, freqüentemente cobertas com uma espécie de mofo embriagador, causam tonturas se ingeridas e podem até mesmo levar à morte. Outro diferencial importante é que o joio é menos denso e, por isso, *mais leve* que o trigo.

“Baal intitulava-se ‘senhor do monte Saphon’! O monte Saphon é um importante centro do mundo astral (matéria grosseira mediana) que circunda o planeta terrestre. (...) O planeta de matéria grosseira mediana que envolve estreitamente a Terra chama-se ‘Saphon’. O monte de igual nome é o ponto mais importante, porém não é o mais alto, pois ali existem montanhas bem mais elevadas... No monte Saphon encontra-se uma edificação ampla tendo no centro um grande Templo. (...) Todos os portadores da Verdade, que vieram no decorrer do tempo para cumprir uma missão na Terra, permaneceram durante o tempo de espera nesse monte do Templo de Saphon, a fim de se prepararem para as incumbências na matéria grosseira e tomar contato com as almas humanas. Aproveitavam bem o tempo, enquanto tinham de esperar que os corpos infantis na Terra, ligados a eles, atingissem o estado de maturação para servir como instrumentos de seus espíritos. (...) Também o espírito humano Jesus, preparado como instrumento para a atuação de Jesus, o Filho de Deus, o Portador do Amor divino, deteve-se no monte Saphon. Já ali ele vivenciara todas as etapas de sofrimento, pois até no monte Saphon, o monte da iluminação, ele viu almas humanas portando em suas testas o sangrento estigma de Baal, o sinal de Lúcifer.”

Baal, o mais poderoso servo de Lúcifer, é citado numerosas vezes na Bíblia, desde os primeiros livros. Seu culto foi introduzido na Samaria durante o reinado do rei Acab de Israel (874 – 853 a.C.), quando os fiéis de Yahweh foram perseguidos. A despeito de um e outro rei um pouco mais empenhado em cumprir os antigos Mandamentos, a Bíblia mostra que a situação só piorou desde aquela época, tanto no reino do norte – Israel, como no reino do sul – Judá. Mais de duzentos anos depois da morte desse Acab, o profeta Jeremias transmitia a seguinte mensagem do Senhor: “Abandonaram a Lei que lhes dei, não ouviram a Minha voz, nem a seguiram; foram atrás da obstinação do seu coração, atrás dos ídolos de Baal” (Jr9:12). Do nome Baal, que significa *senhor*, originou-se a palavra Belzebu, forma condensada de *Baal-zebul* – “Senhor Príncipesco”, de onde adveio por sua vez a designação “Príncipe dos Demônios” (cf. Mt9:34).

A cidade de Ugarit estava na pujança de sua história pouco antes da época do Êxodo, e parece que era mesmo um celeiro de Baal na região. Outras tabuinhas grafadas em escrita cuneiforme dizem que o Ser Supremo, El (que já vimos ser um dos antigos nomes referidos ao Criador), conhecido pelo povo de lá como “Pai da humanidade”, teve seu posto ocupado por Baal. As escritas dizem que Baal se apoiava em sua irmã Anate, cuja atuação era de dar inveja no próprio Baal, conforme se constata desses extratos em que ela esmaga os habitantes de duas cidades: “Eis que Anate combateu no vale e açoitou as multidões do litoral. Sob seus pés as cabeças eram como bolas. Ela pendurou as cabeças na cintura, afundou até os joelhos no sangue dos heróis. Anate golpeava e ria, o coração pleno de alegria.” O relato diz que após terminada a luta, Anate forçou El a permitir que Baal edificasse um palácio onde ele pudesse reinar. As instruções gravadas nas tabuinhas indicam que essas estórias eram lidas em voz alta... Essa Anate é provavelmente Baalat, a primeira serva feminina de Lúcifer, que Roselis von Sass descreve em O Livro do Juízo Final, no tópico “O Culto de Baal”.

Como os seres humanos dispõem do livre-arbítrio, cabe a eles decidir se querem se desenvolver como joio ou como trigo. Enquanto apenas se inclinarem para o lado errado, ainda têm possibilidades de retomar o caminho certo do desenvolvimento de seus espíritos. Os ensinamentos dos Precursores, as advertências dos profetas dos tempos antigos e posteriormente a doutrina do próprio Filho de Deus, Jesus, tiveram essa finalidade primordial. Também o incansável apóstolo Paulo se ocupou com isso em várias oportunidades, como nessa exortação aos Efésios: “Procedei como filhos da Luz” (Ef5:9). Somente após o término do prazo concedido ao desenvolvimento de cada germe espiritual, é que se pode afirmar com segurança quem se desenvolveu como trigo e quem preferiu tornar-se joio na Criação. Então é chegada a hora da ceifa.

Que essa ceifa, a consumação do Juízo Final, está estreitamente ligada ao Filho do Homem, o responsável pela sementeira, fica claro na explicação subsequente de Jesus:

“Pois assim como o joio é colhido e lançado ao fogo, assim será na consumação do século. Mandará o Filho do Homem os seus anjos, que ajuntarão de seu reino todos os escândalos e os

que praticam a iniquidade, e os lançarão na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes.”

(Mt13:40-42)

Nós nos encontramos exatamente nesta época, em que o joio está sendo separado do trigo. A separação é automática, porque agora cada qual é forçado a se mostrar como realmente é, como se desenvolveu desde a sementeira, se como joio ou como trigo. Isso tem de se evidenciar bem nitidamente no presente, a época da colheita. O ser humano que ainda ouve sua intuição, que ainda não está totalmente obliterado pelo raciocínio materialista, tem agora de se movimentar muito energeticamente no sentido da ascensão espiritual, para não acontecer de ser achado demasiado leve nessa separação entre joio e trigo: “Foste pesado na balança e considerado leve demais” (Dn5:27).

Estamos vivendo a plena efetivação do Juízo Final, o proclamado Dia do Senhor ou Dia do Juízo, vaticinado com tanta ênfase nas antigas Escrituras: “Deus pedirá contas, no Dia do Juízo, de tudo o que está oculto, quer seja bom, quer seja mau” (Ec12:14); é o “Dia em que o Senhor debulhará o seu cereal desde o Eufrates até o ribeiro do Egito; e vós, ó filhos de Israel, sereis colhidos um a um” (Is27:12).

Colhidos um a um... O prazo concedido para o desenvolvimento do ser humano expirou, “o tempo está cumprido e o reino de Deus está próximo” (Mc1:15). Ou ele desperta agora, retomando o caminho certo, estreito, há muito abandonado, ou se perderá no Juízo, perecendo espiritualmente como joio imprestável, quando então reconhecerá, com o maior horror e desespero, que efetivamente “há caminho que ao homem parece direito, mas ao cabo dá em caminhos de morte” (Pv14:12). Neste último caso seu destino será tal que ele perderá a autoconsciência adquirida até aqui, sofrendo então, entre os maiores tormentos (choro e ranger de dentes) a morte espiritual, a segunda morte, que é o “salário do pecado” (Rm6:23).

Por fim, Jesus explica que, *após* a limpeza de todo o mal no Juízo, virá o Reino de paz:

“Então os justos brilharão como o Sol no Reino de seu Pai. Quem tem ouvidos, ouça.”

(Mt13:43)

O Grão de Mostarda e o Fermento

“O reino dos céus é semelhante a um grão de mostarda, que um homem tomou e plantou no seu campo, o qual é, na verdade, a menor de todas as sementes, e crescida é maior do que todas as hortaliças, e se faz árvore, de modo que as aves do céu vêm aninhar-se nos seus ramos. (...) O reino dos céus é semelhante ao fermento que uma mulher tomou e escondeu em três medidas de farinha, até ficar tudo levedado.”

(Mt13:31-33; Mc4:30-32; Lc13:18-21)

Nessas duas parábolas conjuntas Jesus fala do processo de evolução da Criação, em consonância com a Lei do Movimento. A Criação inteira permanece em constante desenvolvimento, crescendo sempre mais e mais. Novos mundos vão sendo continuamente formados dentro dos vários planos da gigantesca Obra, de modo que sempre haverá moradia para as criaturas que nela se desenvolvem.

A esse respeito, diz Abdruschin em sua obra *Na Luz da Verdade*, a Mensagem do Graal, dissertação “Desce da Cruz!”:

“Assim vai se tornando cada vez maior o Reino de Deus, edificado e ampliado gradualmente pela força dos espíritos humanos puros, cujo campo de atuação terá de ser a Criação posterior, que poderão dirigir do Paraíso, visto eles mesmos já haverem percorrido antes todas as partes e assim chegado a pleno conhecimento delas.”

As próprias obras do ser humano estão sujeitas a esse processo de desenvolvimento ou de fermentação, quer sejam boas ou más. As configurações de intuições e de pensamentos também fazem

parte dessas obras, e igualmente se robustecem através da Lei de Atração da Igual Espécie. Jesus alertou os seres humanos a não fazerem uso do “fermento dos saduceus e fariseus” (Mt16:6,12; Mc8:15), isto é, a não alimentarem o que é errado dentro de si, pois tal como as obras boas, as más também cresceriam e dariam os frutos correspondentes.

Quando Jesus esteve na Terra, sua Palavra da Verdade atuou aqui como um germinante grão de mostarda: “A Palavra do Senhor crescia e se firmava com grande poder” (At19:20), iluminando o caminho ascendente para os seres humanos. Se eles tivessem prosseguido nesse caminho, sem se desviar por falsos atalhos, abertos por conceitos dogmáticos, também nossa Terra seria hoje uma cópia dos páramos luminosos situados mais acima. Os seres humanos terrenos teriam finalmente cumprido sua missão e feito de sua morada provisória na matéria mais um jardim de Deus, incrustado como pérola dentro da imensa obra-prima da Criação.

O Tesouro e a Pérola

“O reino dos céus é semelhante a um tesouro oculto no campo, o qual certo homem, tendo-o achado, escondeu. E transbordante de alegria vai, vende tudo o que tem e compra aquele campo. O reino dos céus é também semelhante a um que negocia e procura boas pérolas, e tendo achado uma pérola de grande valor, vendeu tudo o que possuía e a comprou.”

(Mt13:44-46)

Nessas duas parábolas encadeadas Jesus mostra que o reino dos céus é incomparavelmente mais valioso do que os reinos terrenos. Mostra também qual deve ser a disposição do ser humano que quiser alcançá-lo. Nenhum esforço pode ser demasiado para tanto, pois os reinos do nosso mundo terreno não são nada comparados com a vida eterna no reino espiritual do Paraíso.

O ser humano deve colocar como alvo máximo de sua existência alcançar um dia esse reino celeste. Deve mostrar, através de todo seu ser, a seriedade com que encara sua própria salvação, esforçando-se permanentemente em viver em conformidade com as leis de Deus.

Novamente fica implícito aqui o erro de se apegar a coisas de pouco valor, como os efêmeros bens materiais. E se tais bens se tornarem mesmo um *pendor* para quem os possui, como no caso daquele jovem rico, então é melhor mesmo se desfazer deles para manter aberta a possibilidade de atingir o reino dos céus. Jesus, inclusive, já havia advertido para não se amontoar tesouros aqui na Terra, e sim no céu:

“Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a Terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde nem traça nem ferrugem corroem, e onde ladrões não escavam nem roubam.”

(Mt6:19,20; Lc12:33)

Paulo expressou o mesmo sentido com as palavras: “Miramos às coisas invisíveis e não às visíveis; pois o que é visível é passageiro, mas o que é invisível é eterno” (2Co4:18). O convívio com os gregos e sua filosofia de vida espiritualista parece ter feito muito bem ao grande apóstolo...

O repositório do ser humano será formado lá onde apontar seu coração, isto é, sua vontade intuitiva. Por isso, ele deve direcioná-la para o alto, no sentido do aperfeiçoamento espiritual, e assim juntar tesouros no céu. Tesouros terrenos não poderão salvar ninguém no Juízo Final: “Nem sua prata nem seu ouro poderão salvá-los. No Dia da Ira do Senhor, toda a Terra será devorada pelo fogo do Seu zelo” (Sf1:18). Somente aquele que orientou sua vida segundo as leis de Deus na Criação receberá auxílio, e não quem pôs sua esperança em bens terrenos ou no dinheiro: “Emprega o teu tesouro segundo os preceitos do Altíssimo, e isto te aproveitará mais do que o ouro” (Eclo29:14).

Às pessoas que agem diferentemente, isto é, que só pensam em acumular tesouros na Terra, cabe ainda essa duríssima advertência de Tiago: “O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se; sua ferrugem servirá de testemunho contra vós e devorará a vossa carne como fogo. Entesourastes, afinal, para os vossos últimos dias!” (Tg5:3).

A Rede

“O reino dos céus é ainda semelhante a uma rede, que lançada ao mar recolhe peixes de toda espécie. E quando já está cheia, os pescadores recolhem-na para a praia e, assentados, escolhem os bons para os cestos, e os ruins deitam fora. Assim será na consumação do século: Sairão os anjos e separarão os maus dentre os justos, e o lançarão na fornalha ardente; ali haverá choro e ranger de dentes.”

(Mt13:47-50)

Nessa parábola, Jesus fornece uma outra imagem para o processo do Juízo Final. Ao invés da colheita mencionada na parábola do joio e do trigo, a analogia é com uma rede de pesca. Mas aqui também se alude à coexistência de maus e bons até o fim dos tempos, salientando o destino terrível reservado a quem se tornou imprestável. Jesus sempre procurava deixar claro que no final do período concedido para o desenvolvimento da humanidade haveria uma rigorosa seleção entre bons e maus, entre os que se tornaram úteis e os que se mostraram nocivos na vinha do Senhor.

Contudo, o cerne desses ensinamentos é o de que sempre esteve nas mãos do próprio ser humano – mediante seu livre-arbítrio – desenvolver-se para cima ou para baixo, em direção à Luz ou às trevas. Não há meio-termo. Vamos lembrar que essa Luz primordial é o próprio Deus, e que as trevas são totalmente estranhas à Luz: “Deus é Luz, e não há Nele treva alguma” (1Jo1:5). Os ensinamentos também estabelecem que, conforme a resolução tomada, o ser humano teria então de arcar com as respectivas conseqüências. Ele poderia *escolher*, mas depois teria de *colher*.

Uma análise um pouco mais atenta dessas parábolas já bastaria para demonstrar que a salvação, absolutamente, não pode ser conseguida sem um empenho pessoal do interessado.

Unicamente aquilo que o ser humano assimila dentro de si, por *convicção própria*, tem valor. Unicamente aquilo que ele realmente pode “ver”, isto é, *compreender*, lhe tem serventia e pode auxiliá-lo na escalada para o reino luminoso do espírito. O resto é debulho, que faz as vezes de liturgia para os cegos espirituais e de púlpito para os doutrinadores, seus guias igualmente cegos.

Os fariseus, que com sua conduta hipócrita corporificavam a antítese dos ensinamentos de Cristo, visto se aferrarem aos dogmas de sua doutrina artificial, na ilusão de estarem assim vivendo também de modo agradável a Deus, foram por Jesus mui apropriadamente denominados de guias cegos:

“Guias cegos! que coais o mosquito e engolis o camelo. (...) Deixai-os, são cegos, guias cegos. Ora, se um cego guiar outro cego, cairão ambos no barranco.”

(Mt23:24;15:14)

O Rei e os Servos Devedores

“O reino dos céus é semelhante a um rei, que resolveu ajustar contas com os seus servos. E passando a fazê-lo, trouxeram-lhe um que lhe devia dez mil talentos. Não tendo ele, porém, com que pagar, ordenou o senhor que fosse vendido ele, a mulher, os filhos e tudo quanto possuía, e que a dívida fosse paga. Então o servo, prostrando-se reverente, rogou: Sê paciente comigo e tudo te pagarei. E o senhor daquele servo, compadecendo-se, mandou-o embora, e perdoou-lhe a dívida. Saindo, porém, aquele servo, encontrou um dos seus conservos que lhe devia cem denários, e agarrando-o o sufocava, dizendo: Paga-me o que me deves. Então o seu conservo, caindo-lhe aos pés, lhe implorou: Sê paciente comigo e te pagarei. Ele, entretanto, não quis; antes, indo-se, o lançou na prisão até que saldasse a dívida. Vendo os seus companheiros o que se havia passado entristeceram-se muito, e foram relatar ao seu senhor tudo o que acontecera. Então o seu senhor, chamando-o, lhe disse: Servo malvado, perdoei-te aquela dívida toda porque me suplicaste; não devias tu igualmente compadecer-se do teu conservo, como também eu me compadeci de ti? E, indignando-se, o seu senhor o entregou aos verdugos até que lhe pagasse toda a dívida. Assim também meu Pai celeste vos fará, se do íntimo não perdoardes cada um a seu irmão.”

(Mt18:23-35)

Essa parábola mostra o doloroso contraste entre o perdão divino e o “perdão” humano. É quase uma afronta dar o mesmo nome para essas duas situações, tão díspares que são entre si.

Para saldar sua enorme dívida, o primeiro servo teria de vender tudo quanto possuía, e ele próprio também teria de ser vendido junto com sua família. Essa situação mostra que a gravidade dos efeitos cármicos é proporcional ao tamanho da falta cometida. Isso, porém, não exclui a possibilidade de perdão, pela atuação da mesma Lei da Reciprocidade, desde que o respectivo ser humano se integre realmente dentro das leis divinas. Não foi o que aconteceu com o servo que, devido à sua humildade inicial teve saldada a dívida de dez mil talentos, equivalente a uns 60 milhões de denários (renda de um rei por dez anos aproximadamente), mas que depois não foi capaz de perdoar uma dívida ínfima de apenas 100 denários. Com essa atitude, sua culpa ficou ainda muito maior do que antes, e conseqüentemente também o mau efeito retroativo que se formou a partir daí.

O perdão divino não tem nenhuma semelhança com o perdão humano. Uma criatura perdoada através das leis naturais da Criação encontra-se novamente tão pura e limpa quanto uma outra que nunca tenha errado. Não existe mais nenhuma diferença entre elas. Mais ainda: não é nem mesmo possível distinguir qual delas errou!...

Imagine-se por exemplo dois irmãos gêmeos, absolutamente idênticos, vestidos também de maneira igual. Suponhamos que um deles sempre tenha cuidado de sua vestimenta, mantendo-a limpa, impecável, evitando principalmente passar por lugares onde pudesse se sujar. O outro, ao contrário, negligenciou isso, não deu importância à sujeira que ia se acumulando em suas vestes e tampouco evitou passar por caminhos pouco limpos. Dessa forma sua vestimenta tornou-se imunda com o tempo, não tendo mais nenhuma semelhança com a do seu irmão. Um dia, então, esse segundo irmão se deu conta de toda aquela sujeira aderida à sua roupa e decidiu limpá-la a todo custo. Depois de muito trabalho, *proporcional ao tamanho da sua própria indolência e negligência*, ele conseguiu limpar totalmente sua vestimenta, de forma que ela ficou novamente igual a do seu irmão gêmeo, que jamais se havia sujado. Pois bem, se esses dois irmãos se colocarem agora à nossa frente, ninguém poderá dizer qual deles havia deixado sujar a sua roupa. E não só: a rigor, isso não tem mais a mínima importância! Com o trabalho que teve para limpar sua roupa, o segundo irmão expiou o erro cometido e encontra-se agora novamente tão limpo e puro como o primeiro irmão.

Assim também atua a Justiça divina, que perdoa realmente uma criatura que pecou, se esta reconhece o seu erro e *se esforça diligentemente em repará-lo*. Depois de perdoada é impossível dizer se uma tal criatura pecou, pois seu erro foi de tal forma extinto que nenhum sinal dele permaneceu dentro da obra da Criação. Isso é realmente perdoar! Uma tal pessoa encontra-se agora efetivamente *perdoada*, porque de fato “o Senhor não se lembrará mais dos seus pecados” (Hb8:12). Ela poderá retomar o caminho ascensional do espírito, sem precisar temer mais nenhuma condenação. O ímpio que se arrepende e redireciona sua vida em base nova não conhecerá a morte espiritual, e seus crimes

não serão mais lembrados: “Quanto ao ímpio, se ele se converter de todos os pecados que cometeu e passar a guardar os Meus estatutos e a praticar o direito e a justiça, certamente viverá, ele não morrerá; nenhum dos crimes que praticou será lembrado” (Ez18:21,22), porque “a justiça livra da morte” (Pv10:2). O perdão divino, portanto, só depende dele, de seu comportamento: “Se ele caminhar segundo as leis da vida, evitando cometer a iniquidade, certamente viverá e não morrerá; nenhum dos pecados que cometeu será lembrado contra ele” (Ez33:15,16).

Bem ao contrário ocorre com o ser humano em relação ao seu próximo. Frequentemente, com ares de magnanimidade, ele o faz saber que lhe perdoa por uma pequena falta cometida, mas nunca deixará de exclamar aos quatro ventos: “Ah! Aquele lá é fulano, que me fez isso e aquilo outro; eu, porém, já o perdoei!...” Hipocrisia. Somente hipocrisia reside no falso perdão humano. Interiormente ele continua *agarrando e sufocando* seu semelhante, gritando continuamente para ele: *Paga-me o que me debes!...*

Se o ser humano ouvisse mais a voz de seu coração, então sua maneira de ser seria completamente diferente. Muito mais altruísta, interessado no bem-estar do próximo e agindo sempre nesse sentido, o que só poderia redundar em bênçãos para si através da reciprocidade. Em sua carta a Tito, Paulo alude a isso quando lhe pede que exorte os membros da comunidade a “serem prontos para toda boa obra, não injuriar ninguém, serem pessoas de paz, benevolentes, dando provas de mansidão para com todos” (Tt3:1,2).

Tudo seria completamente diferente se o ser humano realmente “atentasse ao conselho de seu coração, visto que nada lhe pode ser mais fiel do que ele” (Eclo37:17). Mas, infelizmente, seu raciocínio, sempre voltado apenas para si mesmo, encontra rapidamente todo tipo de argumentação egoística para abafar a fraca e já quase inaudível voz conselheira do coração, a intuição do seu espírito, que ainda se manifesta por vezes aqui e acolá através de dúvidas exortadoras.

O espírito vivo reconhece rapidamente o falso em tudo, e através da intuição procura fazer valer sua vontade. Todavia, como ele, o espírito, está muito enfraquecido pelo domínio do intelecto, numa tibieza que vem já de milênios, suas tímidas exortações quase nunca são páreo para as violentas rebatidas do raciocínio.

E assim o ser humano aceita como verdadeiras coisas que não existem, como é o caso da esperança num perdão divino fácil, convenientemente adaptado à sua inércia espiritual. Ninguém consegue obter perdão para seus pecados através de penitências, contribuições monetárias, jejuns, número de orações proferidas e outras tarifas eclesíásticas. Ao contrário do que é ensinado pela Igreja, não é a quantidade de orações que garante seu atendimento. Sobre isso, o Senhor já advertira por meio do profeta Isaías: “Ainda que multipliqueis as orações, de forma alguma atenderei” (Is1:15). Sem esforço próprio, esforço interior perseverante em melhorar, não se avança um milímetro sequer no desenvolvimento espiritual e, conseqüentemente, não se pode remir coisa alguma. De nada adianta se o ser humano pensa ou acredita que as coisas sejam diferentes. De nada vale se ele crê na existência de um perdão arbitrário, só porque essa idéia lhe foi incutida por algum guia cego, hábil em coar mosquitos e engolir camelos. Sua ignorância a tal respeito é apenas *uma culpa a mais*, pois conforme já dito ele nunca ficou sem auxílio para poder compreender corretamente as leis das Criação. “Se disseres: ‘Mas, não o sabia!’ Aquele que pesa os corações não o verá? Aquele que vigia tua alma não o saberá? E não retribuirá a cada um segundo o seu procedimento?” (Pv24:12).

Sobre a prática de jejum e outras penitências e mortificações, é oportuno dizer que não passam de graves transgressões às leis da natureza, e da forma mais vil. Só mesmo alguém muito mesquinho, e sobretudo muito vaidoso, pode sentir-se engrandecido em maltratar o corpo, o bem mais precioso de que dispõe aqui na Terra, a ferramenta indispensável para o amadurecimento de seu espírito. A este, pois, cabe a sentença do livro de Eclesiástico: “Não há ninguém pior do que aquele que maltrata a si mesmo” (Eclo14:6). Embora não maltratasse a si mesmo, o papa Clemente VI não dava muita trela a esse livro de Eclesiástico, pois em 1384 ele patrocinou pessoalmente uma flagelação pública na cidade de Avignon...

Um corpo voluntariamente macerado é o sinal visível de que o respectivo espírito já se encontra na mesma condição. Como um tal “piedoso” penitente não é mais capaz de dar uma contrapartida espiritual de valor pela graça da vida, em razão do estado deplorável de seu espírito e da sujeira impregnada em sua alma, ele só consegue tecer com seu raciocínio um mísero sucedâneo material,

uma “compensação” grotesca, canhestra, na forma de um sofrimento qualquer infligido ao corpo. Com essa prática, porém, ele se torna duplamente culpado: por lesar seu corpo e por acreditar que isso possa ser do agrado do Senhor.

A crença num Amor divino que tudo perdoa arbitrariamente, sem levar em conta a indesviável Justiça, contribuiu ainda mais para a queda do ser humano. Ele pôde assim entregar-se a toda sorte de vícios e paixões, pôde maltratar seu próximo tanto quanto quis, pôde, enfim, fazer tudo quanto julgasse necessário para satisfazer suas cobiças e ambições terrenas, pois no final bastava fazer um leve aceno em direção ao Alto e cumprir alguma penitência para recuperar sua posição de fiel exemplar. “Por não terem reconhecido a Justiça que vem de Deus, e terem procurado estabelecer a sua própria justiça, não se submeteram à Justiça de Deus” (Rm10:3).

Cumpriu-se assim entre a humanidade a instrução luciferiana básica do “viver até exaurir-se”, princípio hedonista em vigor na Terra há sete mil anos, imiscuído sem disfarces em algumas frases bíblicas: “Nada existe de bom para o ser humano debaixo do Sol, a não ser comer, beber e divertir-se” (Ecl8:15). Um princípio que o autor do livro da Sabedoria e Isaías já haviam denunciado corajosamente em suas épocas, com uma forte dose de ironia nas palavras: “Nosso nome será esquecido com o tempo, e ninguém se lembrará de nossas obras. (...) Vamos, pois, desfrutemos as coisas boas do presente, embriaguemo-nos com os melhores vinhos e perfumes. (...) Ninguém de nós falte à nossa orgia; deixemos em toda parte as marcas de nossa alegria; afinal, é essa a nossa parte, o quinhão que nos toca” (Sb2:4,6,7,9); “Eis o júbilo e a alegria: matam-se bois, degolam-se carneiros, come-se carne, bebe-se vinho, comer, beber... pois amanhã haveremos de morrer!” (Is22:13), “Ai dos que são valentes para beber vinho, e fortes para misturar licores” (Is5:22). Isaías era mesmo bastante irônico em suas admoestações, e não economizou motejos ferinos na descrição que fez da idolatria (cf. Is44:13-20).

A propósito, convém interpor aqui que mais de dois séculos depois dessas tiradas irônicas de Isaías, o grande filósofo grego Sócrates elevava a figura da ironia à condição de arte em Atenas, a ponto de receber um nome especial: a *ironia socrática*, estudada até hoje nos cursos de filosofia. É preciso, porém, não confundir a fina e competente ironia do tipo socrático, que com poucas palavras põe abaixo as mais rijas elucubrações do raciocínio e as mais delirantes fantasias do sentimento, com uma ofensa irônica qualquer, direcionada a uma pessoa em particular, com o único fito de lhe causar sofrimento. O resultado da primeira é salutar, ao sacudir a alma humana enrijecida por dogmas de múltiplas espécies, enquanto que o da segunda é danoso, ao infligir dores profundas no íntimo de uma pessoa. O segundo caso é mais apropriadamente denominado de sarcasmo ou escárnio, do qual lançavam mão os sacerdotes e escribas contra Jesus, sempre que podiam: “A outros salvou, a si mesmo não pode salvar!” (Mt27:42).

Da legítima ironia o próprio Jesus fez uso em algumas ocasiões. Por exemplo, quando chamou os fariseus de “justos” (cf. Mt23:28), ou quando, depois de ter sido acusado de agir pelo “poder de Belzebu”, disse que nesse caso então Satanás estaria “dividido contra si mesmo”, já que ele estava ali justamente destruindo as influências demoníacas (cf. Lc11:17,18). Paulo também foi bastante irônico, cáustico até, ao fazer uma comparação entre os complicados Coríntios e os apóstolos, dos quais ele era o mais destacado: “Já estais saciados! Já sois ricos! Sem nós, já vos tornastes reis! (...) Nós somos loucos por causa de Cristo, e vós, sábios em Cristo! Nós somos fracos, e vós, fortes! Vós, honrados, e nós, desprezados” (1Co4:8,10). Também não foi menos irônico quando chamou de “superapóstolos” (2Co11:5) os falsos doutrinadores que estavam desviando os membros dessa comunidade. E não podemos deixar de lado a contundente Epístola de Tiago, quase toda moldada em farpas vigorosas e ironias desconcertantes. No Antigo Testamento, o profeta Amós desfere uma ironia cortante aos seus ouvintes pecadores e hipócritas: “Ide em peregrinação a Betel para pecar! A Guilgal para pecar ainda mais! Então, levai, de manhã, os sacrifícios de comunhão, ao terceiro dia, vossos dízimos! Queimai com pão a oferta de louvor!” (Am4:4,5). Outro exemplo no Antigo Testamento de incisiva ironia, e bastante divertida, foi dada por Elias ao comentar o fracasso dos profetas de Baal em invocar sua divindade: “Gritai mais alto, pois sendo deus pode estar ocupado; porventura ausentou-se ou está de viagem, ou talvez esteja dormindo e seja preciso acordá-lo” (1Rs18:27).

Em relação à citada ironia de Isaías, sobre o desregramento de conduta do povo, o historiador grego Tucídides, que viveu de 465 a 395 a.C., praticamente repetiu as palavras do grande profeta ao

descrever em sua obra Histórias da Guerra do Peloponeso os costumes promíscuos que vigoravam na Grécia antiga: “Buscavam-se os proveitos e os prazeres rápidos, já que a vida e as riquezas eram igualmente efêmeras (...). O prazer e todos os meios para alcançá-lo, eis aí o que se julgava belo e útil. Ninguém era detido nem pelo temor dos deuses, nem pelas leis humanas (...); além disso, não se pensava viver tempo bastante para ter de prestar contas de suas faltas.”

Profunda verdade reside nessas palavras de Tucídides. O ser humano terreno tem vivido sempre assim, dissolutamente, inescrupulosamente, “seguro do perdão, acumulando pecado sobre pecado” (Eclo5:5). No entanto, não só nenhuma de suas faltas lhe foi perdoada dessa maneira, como também se sobrecarregou com mais uma culpa colossal, ao acreditar na concepção de uma benevolência arbitrária e injusta do Criador. Uma blasfêmia do mais baixo tipo.

Os poucos que vez ou outra se perguntam se essa estória de perdão complacente estaria certa, infelizmente afastam logo de si tais pensamentos exortadores, seja por temor de tocar em algo “sagrado”, seja por atribuir esse tipo de questionamento a uma incumbência específica dos teólogos de sua religião. Se existe gente encarregada de estudar essas coisas e fornecer as devidas respostas, por que se incomodar? E se tantas pessoas aceitam uma tal concepção, por que questioná-la?... Mas se tal concepção constituir um pilar central, uma coluna mestra de sua fé, um dogma, então seria pecado até mesmo *pensar* que poderia não estar certo!

Com essa preguiça de refletir o ser humano afunda mais e mais espiritualmente. E quanto mais afunda, mais erros comete e menos capaz se torna de reconhecer sua própria queda, bem como os derradeiros auxílios que ainda chegam para ele na Criação. Essa situação prossegue até o ponto em que fica totalmente excluído de qualquer auxílio espiritual, quando será inexoravelmente *entregue aos verdugos até pagar toda a dívida*. Terá se tornado então um inimigo consumado de Deus, sem possibilidades de voltar atrás, mesmo que julgue ser uma pessoa boa e um fiel legítimo, cumpridor exemplar dos deveres estabelecidos por sua religião. Como os fariseus no tempo de Cristo.

Os Trabalhadores na Vinha

“O reino dos céus é semelhante a um dono de casa que saiu de madrugada para assalariar trabalhadores para a sua vinha. Saindo pela terceira hora viu, na praça, outros que estavam desocupados e disse-lhes: Ide vós também para a vinha e vos darei o que for justo. Eles foram. Tendo saído outra vez perto da hora sexta e da nona procedeu da mesma forma, e saindo por volta da hora undécima encontrou outros que estavam desocupados e perguntou-lhes: Por que estivestes aqui desocupados o dia todo? Responderam-lhe: Porque ninguém nos contratou. Então lhes disse ele: Ide também vós para a vinha. Ao cair da tarde disse o senhor da vinha ao seu administrador: Chama os trabalhadores e paga-lhes o salário, começando pelos últimos indo até os primeiros. Vindo os da hora undécima recebeu cada um deles um denário. Ao chegarem os primeiros pensaram que receberiam mais, porém também estes receberam um denário cada um. Mas, tendo-o recebido, murmuravam contra o dono da casa, dizendo: Estes últimos trabalharam apenas uma hora, contudo os igualastes a nós, que suportamos a fadiga e o calor do dia. Mas o proprietário, respondendo, disse a um deles: Amigo, não te faço injustiça; não combinaste comigo um denário? Toma o que é teu e vai-te, pois quero dar a este último tanto quanto a ti. Porventura não me é lícito fazer o que quero do que é meu? Ou são maus os teus olhos porque eu sou bom? Assim, os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos.”

(Mt20:1-16)

Ao longo de milênios os seres humanos foram instados a se modificarem, a cumprirem a Vontade do Criador e com isso a se tornarem servos úteis em Sua vinha, a obra da Criação.

Até um certo limite do prazo concedido para o desenvolvimento da humanidade (a hora undécima), ainda será possível ao ser humano desvencilhar-se de seus erros aderidos, sobrepujar sua indolência interior e empreender o caminho da ascensão espiritual. Esta ascensão, porém, requer sua colaboração consciente no aperfeiçoamento da obra da Criação, isto é, um servir. Quem ascende espiritualmente já colabora automaticamente no aperfeiçoamento da obra, pois tudo quanto dele emana

é naturalmente belo e construtivo. Suas intuições e pensamentos só poderão gerar ainda novas configurações benfazejas.

Observe-se que o dono da casa foi especialmente severo para com os trabalhadores que encontrou na hora undécima: “*Por que estivestes aqui desocupados o dia todo?*”, perguntou. Esse “dia” abrange aqui a existência pregressa do ser humano, que remonta a muitos milênios, ao longo de várias vidas terrenas. O sentido é: “Por que não aproveitastes o tempo de que dispusestes até agora, em vossa existência, para vos tornardes úteis na Criação?”

A resposta dos trabalhadores: “*Porque ninguém nos contratou*”, mostra que o ser humano mui dificilmente se anima a empreender voluntariamente sua escalada espiritual. Como isso exige esforço pessoal, na maior parte das vezes ele prefere recostar-se comodamente no conforto de alguma fé cega, que não exige dele nenhuma movimentação. Só quando é atingido por algum impulso externo (o chamado para a contratação), na forma de uma vivência marcante, seja de dor ou de alegria, é que desperta nele, por vezes, o anseio de iniciar a ascensão espiritual (o trabalho na vinha).

Outro ensinamento contido nessa parábola diz respeito ao tempo necessário para o desenvolvimento do espírito, o qual é diferente para cada um. Essa contingência, porém, não deve suscitar qualquer tipo de incompreensão ou mesmo de inveja, como a manifestada pelos trabalhadores que laboraram mais tempo, do contrário eles só prejudicarão a si mesmos, pois “onde há inveja e sentimento faccioso, aí há confusão e toda espécie de coisas ruins” (Tg3:16).

Não é relevante se os que começam a se desenvolver mais tarde acabam por atingir o mesmo nível espiritual dos demais. Os seres humanos não são iguais; cada um de nós se encontra num determinado degrau de evolução, resultado da maneira como tem aplicado as faculdades que lhe foram outorgadas: os “talentos” da outra parábola. Uns ascendem mais rápido, outros mais lentamente. O que realmente importa é *iniciar* a ascensão e *perseverar* na escalada (Lei do Movimento), para poder então obter o galardão da vida eterna (cf. 1Co3:8), o qual, naturalmente, tem o mesmo valor – um denário – para todos quanto fizerem jus a ele. O dono da casa mostrou-se generoso para com os últimos trabalhadores, sem no entanto ser injusto para com os primeiros, a quem pagou conforme combinado e no tempo certo. Ninguém, portanto, tem o direito de se queixar por ter despendido mais tempo na ascensão espiritual do que seu próximo, porque isso é uma decorrência do *ritmo pessoal* de cada um, do modo como *ele mesmo* se esforça em viver de acordo com as leis da Criação. Uma queixa ou inconformismo nesse sentido é um tipo de mesquinharía que o dono da vinha condena severamente: “*São maus os teus olhos porque eu sou bom?*”

Há quem tome essa parábola como sendo a prova de que a entrada no reino dos céus ocorre por privilégio e não por mérito. Mas é exatamente o contrário! Nesta, como em todas suas outras parábolas, Jesus exorta os seres humanos a se movimentarem continuamente, a em tudo agir de acordo com sua Palavra, pois somente assim, através do próprio esforço, lhes será facultado ingressar um dia no Paraíso. Não foi sem razão que o Mestre falou tanto desse esforço pessoal como condição prévia para se adentrar no reino de Deus: “A lei e os profetas vigoraram até João; desde esse tempo vem sendo anunciado o Evangelho do reino de Deus, e todo homem *se esforça* por entrar nele” (Lc16:16).

Quem cumpre os ensinamentos contidos na Palavra salvadora ascende com segurança, passo a passo, ao reino dos céus, mesmo que aqui na Terra seja desprezado por seus concidadãos por se recusar a manietar-se com algemas dogmáticas, que só puderam ser forjadas pelo raciocínio torcido de líderes religiosos. Por outro lado, todos os fariseus modernos que já se julgam salvos, que se têm na conta de especialmente benquistos pelos céus porque cumprem diligentemente as regras de sua religião, instituídas por outros seres humanos da mesma espécie deles, jamais lograrão entrar no reino dos bem-aventurados. Ficarão para trás, enquanto que os de espírito livre que hoje são por eles desprezados, os que atualmente são os últimos, se tornarão então os primeiros, e com isso, finalmente, “nada continuará como era; o que é baixo será elevado e o que é elevado será abaixado” (Ez21:31).

Os Dois Filhos

“Um homem tinha dois filhos. Chegando-se ao primeiro, disse: filho, vai hoje trabalhar na vinha. Ele respondeu: Sim senhor, porém não foi. Dirigindo-se ao segundo disse-lhe a mesma coisa. Mas

este respondeu: Não quero; depois, arrependido, foi. Qual dos dois fez a vontade do pai? Disseram: o segundo. Declarou-lhes Jesus: Em verdade vos digo que publicanos e meretrizes vos precedem no Reino de Deus.”

(Mt21:28-31)

Essa parábola complementa a anterior, dos trabalhadores na vinha.

O que realmente tem valor na vida de uma pessoa é o marco a partir do qual ela se decide a viver de acordo com as leis da Criação, isto é, a cumprir a Vontade do seu Criador. A sua possível recusa de até então, qualquer que seja o motivo, não é mais decisiva para o seu destino, já que *ela mesma* lhe deu uma outra direção, como se tivesse mudado a chave de desvio de uma ferrovia. Bem diverso daquela outra que sabe, que sente nitidamente que deve mudar sua maneira de ser, que chega até a se propor a isso vez por outra, mas que nunca se anima a *movimentar-se* permanentemente nessa direção.

Mais uma vez fica clara a necessidade de transformar em *ação* a boa intenção prévia manifestada pelo ser humano. A boa intenção prévia não tem nenhum valor se, no íntimo, o ser humano não agir de modo correspondente. O que vale é sempre a *atuação*, e não palavras ocas: “Não amemos só com palavras e de boca, mas com ações e de verdade!” (1Jo3:18), já alertava João sua comunidade. De nada adianta prometer algo e não fazer. Tal atitude é típica dos fariseus, que “dizem e não fazem” (Mt23:3), de onde, aliás, se originou o ditado notório: “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

Mas quando a vontade intuitiva se ancora firmemente no bem, então também os pensamentos, as palavras e os atos da respectiva pessoa se moldarão de acordo. É este o filho que efetivamente foi trabalhar na vinha do Pai, que, portanto, mesmo em hora tardia, cumpriu a Sua Vontade.

Os Lavradores Maus

“Havia um homem, dono de casa, que plantou uma vinha. Cercou-a de uma sebe, construiu nela um lagar, edificou-lhe uma torre e arrendou-a a uns lavradores. Depois ausentou-se do país. Ao tempo da colheita, enviou os seus servos aos lavradores, para receber os frutos que lhe tocavam. E os lavradores, agarrando os servos, espancaram um, mataram outro e a outro apedrejaram. Enviou ainda outros servos em maior número, e trataram-nos da mesma sorte. E por último enviou o seu próprio filho, dizendo: A meu filho respeitarão. Mas os lavradores, vendo o filho, disseram entre si: Este é o herdeiro; ora, vamos, matemo-lo e apoderemo-nos da sua herança. E, agarrando-o, lançaram-no fora da vinha e o mataram.”

(Mt21:33-39; Mc12:1-8; Lc20:9-15)

O sentido dessa parábola já foi esclarecido no capítulo 1 – tópico A Necessidade da Vinda do Messias. Trata-se da vinda à Terra dos profetas dos tempos antigos e, por fim, do próprio Filho de Deus.

A imagem do dono de casa que planta a vinha e, com todo o cuidado, a cerca de tantas facilidades, mostra o imenso Amor do Criador para com Suas criaturas, ao lhes oferecer tudo quanto necessitam em seu labor nas materialidades, que ao mesmo tempo constitui para elas o caminho para o amadurecimento espiritual.

Na seqüência fica claro que essas criaturas, os seres humanos, não se comportaram como administradores leais do maravilhoso mundo posto à disposição deles. Rejeitaram os Precursores e os profetas dos tempos antigos e, por último, assassinaram o próprio Filho de Deus. Fazendo uso errado da prerrogativa de que foram presenteados, o livre-arbítrio, agiram de modo *contrário* ao desejado pelo dono da vinha. O assassinio do Filho de Deus era uma *possibilidade* conhecida pela Luz, em vista da profundidade espiritual em que já se encontrava a humanidade, uma possibilidade que de modo algum se teria efetivado se os homens tivessem acolhido a Mensagem de Jesus no coração.

Para quem ainda mantém seu espírito aberto há de causar espanto, ao ler essa parábola, que as interpretações atuais sejam unânimes em condenar os assassinatos dos profetas dos tempos antigos, como crimes brutais que realmente foram, mas não o praticado contra Jesus. Contudo, a parábola não faz nenhuma distinção entre os dois casos, ao contrário, deixa claro que a morte do filho do dono da

casa foi um ato mau, perverso, não previsto e muito menos ainda desejado, tendo constituído uma *circunstância agravante* dos crimes praticados anteriormente. Os lavradores, pois, não respeitaram nem mesmo o filho do dono da casa, como este esperava, e sim o mataram.

Que a morte do filho foi um crime bárbaro, fica claro logo após o término da parábola, quando Jesus pede aos que o ouviam que expressassem sua opinião, recebendo então uma resposta absolutamente lógica e inequívoca:

“Quando, pois, vier o senhor da vinha, que fará àqueles lavradores? Responderam-lhe: Fará perecer horrivelmente a estes malvados, e arrendará a vinha a outros lavradores que lhe remetam os frutos nos seus devidos tempos.”

(Mt21:40,41)

Realmente, não seria de se esperar um desfecho diferente. Em seguida, Jesus esclarece as conseqüências da atitude errada dos lavradores maus:

“Perguntou-lhe Jesus: Nunca lestes nas Escrituras: a pedra que os construtores rejeitaram, essa veio a ser a principal pedra, angular; isto procede do Senhor e é maravilhoso aos nossos olhos.³⁰ Portanto, vos digo que o Reino de Deus vos será tirado e será entregue a um povo que lhe produza os respectivos frutos. Todo o que cair sobre esta pedra ficará em pedaços, e aquele sobre quem ela cair ficará reduzido a pó.”

(Mt21:42-44)

O Reino de Deus só será alcançado por aquele que produzir bons frutos, que, portanto, se ajustar às leis da Criação. Agir contra essas leis equivale a cair sobre a pedra angular³¹, representada pela Palavra encarnada que foi Jesus (cf. At4:11), sendo, portanto, “ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular” (Ef2:20), oriundo de Deus para ensinar os homens como cumprir essas leis. Se não cumprilas, a respectiva pessoa só conseguirá se machucar e até mesmo ser despedaçada, pois a pedra não será com isso de modo algum abalada. E sobre quem a pedra cair, este será reduzido a pó, isto é, quem agir contra essas leis receberá infalivelmente sobre si o retorno de sua má ação, através da reciprocidade. Para estes, a pedra angular, a lei viva, se torna então uma “pedra de tropeço”, em que “muitos tropeçarão e cairão, serão quebrantados, enlaçados e presos” (Is8:15). Daí também as palavras de Jesus: “Bem-aventurado aquele que não achar em mim motivo de tropeço” (Lc7:23).

Por outro lado, o efeito inverso, reservado a quem cumpre as leis da Criação, também já havia sido descrito pelo profeta Isaías: “Será uma pedra preciosa, angular, bem firme. Aquele que confiar nela não tropeçará. Usarei o direito como cordel de medir e a justiça como nível” (Is28:16,17). Confiar na justiça da lei é o mesmo que confiar no Senhor, de todo o coração, deixando de se apoiar no raciocínio cismador: “Confia no Senhor de todo o coração e não te estribes no teu próprio entendimento” (Pv3:5).

As Bodas

“O reino dos céus é semelhante a um rei que celebrou as bodas de seu filho. Então enviou os seus servos a chamar os convidados para as bodas, mas estes não quiseram vir. Enviou ainda outros servos com este recado: Dizei aos convidados: eis que já preparei o meu banquete: os meus bois e cevados já foram abatidos e tudo está pronto, vinde para as bodas. Eles, porém, não se importaram, e se foram, um para o seu campo, outro para o seu negócio; e os outros, agarrando os servos, os maltrataram e mataram. O rei ficou irado, e enviando as suas tropas exterminou aqueles assassinos e lhes incendiou a cidade. Então disse aos seus servos: Está pronta a festa, mas os convidados não eram dignos. Ide, pois, para as encruzilhadas dos caminhos e convidai para as bodas a quantos encontrardes. E saindo aqueles servos pelas estradas reuniram todos os

³⁰ Jesus faz menção aqui ao salmo 118, versículos 22 e 23.

³¹ A pedra angular, principalmente a da base, mantinha unidas duas paredes de uma construção. Era empregada como guia para as outras pedras, de modo que todas elas tinham de se ajustar à pedra angular do alicerce, para que o prédio pudesse ser construído.

que encontraram, maus e bons, e a sala do banquete ficou repleta de convidados. Entrando, porém, o rei para ver os que estavam à mesa, notou ali um homem que não trazia veste nupcial, e perguntou-lhe: Amigo, como entraste aqui sem veste nupcial? E ele emudeceu. Então ordenou o rei aos serventes: Amarrai-o de pés e mãos e lançai-o para fora, nas trevas; ali haverá choro e ranger de dentes. Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos.”

(Mt22:2-14)

Muitos são chamados... Chamados são os que trazem em si determinadas capacitações. Poucos são escolhidos... Escolhidos são os chamados que efetivamente transformam em atos as suas capacitações.

A história descrita nessa parábola é praticamente idêntica à narrada na parábola da grande ceia, que aparece no Evangelho segundo Lucas (cf. Lc14:16-24), onde os convidados dão várias desculpas esfarrapadas para não comparecer. Em vista disso, vamos nos ater apenas a esta, já que o ensinamento central vale para ambas.

O reino dos céus, o Paraíso, aguarda que os espíritos humanos cheguem até lá. Todos foram convidados pelo Senhor, contudo a maioria não quis ir. *Eles mesmos não quiseram ir!* Ao fazerem uso errado de sua liberdade de resolução, seu livre-arbítrio, eles *decidiram* não ascender até lá...

Apesar dos imensos esforços despendidos pela Luz, através da dedicação e amor dos servos enviados, para que tomassem o caminho da ascensão espiritual e assim pudessem chegar até o reino do espírito, onde então poderiam usufruir as alegrias eternas que lhes estavam reservadas (as festas das bodas), eles *resolveram* não ir, e por motivos pífios, meramente terrenos. Aferraram-se a preocupações e interesses terrenos, em detrimento do espiritual. Os Precursores e profetas (os servos do rei) procuraram indicar novamente aos seres humanos o caminho para alcançar a meta que lhes estava destinada, ou seja, participar do banquete celeste. Para esse acontecimento tudo já fora, pois, preparado no reino do espírito – “os bois e cevados (porcos engordados) já haviam sido abatidos” – faltando apenas a chegada dos convidados.

Mas os seres humanos terrenos recusaram o convite, “*não se importaram*”, e cada qual preferiu cuidar de seus interesses, tendo “*um ido para o seu campo e outro para o seu negócio*”. Essa atitude indica que eles estavam muito mais interessados nos aspectos terreno-materiais de suas existências do que na vida espiritual. Devido ao predomínio do raciocínio sobre o espírito, achavam muito mais razoável se ocupar com as coisas desse mundo do que com as espirituais, procurando antes de mais nada juntar tesouros aqui na Terra.

Essa conduta errada, contrária à determinação do Criador, só poderia mesmo acarretar conseqüências nefastas pela atuação da Lei da Reciprocidade. O tamanho dessa culpa, que mostra um total descaso pela Vontade do Senhor, pode ser avaliado pela tragédia que se abateu sobre eles na reciprocidade, depois de terem sido considerados assassinos: “*sua cidade foi incendiada e eles exterminados*”. Em outras palavras: todos sucumbiram junto com suas obras falsas e seus tesouros terrenos. Vê-se aí que ninguém pode recusar impunemente o convite, sob pena de uma exclusão definitiva de participação no banquete.

Tudo quanto age de modo contrário à Vontade do Criador, toda e qualquer construção falsa criada pela mão do homem, não tem possibilidade de subsistir indefinidamente. Dura um certo tempo, de acordo com a atuação das engrenagens universais, o qual poderá até parecer longo pela cronologia humana, mas em seguida desmorona, soterrando os que ajudaram a edificar a construção e aqueles que, confiantes, procuraram se abrigar dentro dela. Isso vale para tudo, quer se trate de modos errados de vida, doutrinas econômicas, sistemas religiosos, filosofias ou regimes políticos.

“*A festa está pronta, mas os convidados não eram dignos*”, diz o rei. Significa que os seres humanos, *por culpa própria*, não se tornaram habilitados a participar da festa, mostrando-se indignos dela. E assim é. Serão excluídos da Ceia do Senhor todos aqueles que se mostraram demasiado indolentes, demasiado indiferentes.

O rei deixa claro que o convite é válido para todos os seres humanos, e muitos então se apresentam para participar do banquete. Contudo, o que não trazia veste nupcial, isto é, que não estava adequadamente trajado para a festa das bodas, é lançado fora, nas trevas. Esta passagem mostra que o ingresso na festa só será facultado àqueles que cuidaram de manter impecáveis as vestes de seus espíritos, ou seja, suas almas. Somente estes poderão um dia ingressar no reino dos céus, onde seus

nomes permanecerão registrados no Livro da Vida. Diz o Filho do Homem no livro do Apocalipse: “O vencedor se trajará com vestes brancas; não apagarei seu nome do Livro da Vida” (Ap3:5). Já os outros, os indiferentes, cujas vestes são inapropriadas, serão repelidos por parte da Luz: “Da Luz é repellido para as trevas, ele é banido do Universo” (Jó18:18).

Esses últimos, que portam vestes sujas e pesadas, serão automaticamente separados dos demais pela atuação da Lei da Gravidade Espiritual, que os faz afundar nas profundezas trevosas a que pertencem, onde há “*choro e ranger de dentes*”.

As Virgens

“Então o reino dos céus será semelhante a dez virgens que, tomando as suas lâmpadas, saíram a encontrar-se com o noivo. Cinco dentre elas eram néscias, e cinco prudentes. As néscias, ao tomarem as suas lâmpadas, não levaram azeite consigo; no entanto as prudentes, além das lâmpadas, levaram azeite nas vasilhas. E, tardando o noivo, foram todas tomadas de sono, e adormeceram. Mas à meia-noite ouviu-se um grito: Eis o noivo! Sai ao seu encontro. Então se levantaram todas aquelas virgens e prepararam as suas lâmpadas. E as néscias disseram às prudentes: Dai-nos do vosso azeite, porque as nossas lâmpadas estão se apagando. Mas as prudentes responderam: Não! Para que não nos falte a nós e a vós outras; ide antes aos que o vendem e comprai-o. E saindo elas para comprar chegou o noivo, e as que estavam apercebidas entraram com ele para as bodas, e fechou-se a porta. Mais tarde chegaram as virgens néscias, clamando: Senhor, senhor, abre-nos a porta! Mas ele respondeu: Em verdade vos digo que não vos conheço. Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora.”

(Mt25:1-13)

Essa parábola mostra qual é a característica fundamental de quem realmente observa a Lei do Movimento na Criação: a *vigilância espiritual!* Só quem permanece vigilante no espírito consegue preservar a vivacidade de sua faculdade intuitiva, o “azeite da lâmpada”. Essa vivacidade não pode ser transferida de uma pessoa para outra, mas sim cada qual tem de adquirir e conservar a sua, através do próprio empenho. Essa impossibilidade de transferência está indicada no pedido negado para se passar o azeite de uma lâmpada para outra. É justamente essa vivacidade pessoal que permite ao ser humano vigilante distinguir imediatamente qualquer indício referente à chegada do “noivo”, alegoria utilizada por Jesus para indicar a vinda do Filho do Homem, o Portador da Palavra da Verdade.

Todas as virgens acabaram ficando sonolentas com o atraso do noivo, tornando-se de algum modo indolentes; no entanto, aquelas que preservaram sua capacidade intuitiva ainda puderam ir ter com ele a tempo. O noivo chegou numa hora totalmente inesperada: “à meia-noite”, o que não impediu de ser reconhecido pelas virgens prudentes, porque elas se portavam como a mulher exemplar “cuja lâmpada não se apaga durante a noite” (Pv31:18). Só muito mais tarde é que as virgens néscias procuraram pelo noivo, porém não foram sequer consideradas por este, visto terem perdido sua faculdade intuitiva, justamente aquilo que faz de um ser humano efetivamente um ser humano. Passado um determinado prazo do desenvolvimento humano, é impossível recuperar essa faculdade perdida... Não será mais possível adquirir azeite suficiente na última hora.

Assim como a escravização de Judá pelos babilônios foi uma consequência da apatia espiritual do povo eleito, que não se animou em cumprir as determinações divinas, a escravização dos cristãos de hoje aos dogmas de suas crenças cegas é igualmente resultado da desobediência a essa exortação de Cristo para se conservar o azeite da vigilância espiritual. Em ambos os casos a escravidão é o efeito inevitável da indolência espiritual. Na Antiguidade, a Babilônia foi o instrumento da reciprocidade para a escravização; hoje, esse papel é desempenhado pelas múltiplas agremiações cristãs, que dificultam aos fiéis assimilar qualquer coisa que soe de modo diferente dos dogmas aprendidos. Esses cristãos podem até escutar, mas não compreendem; podem até olhar, mas não vêem. Seu comportamento é idêntico ao daqueles judeus de Roma e seus ancestrais, sobre quem Paulo igualmente já havia declarado:

“Bem falou o Espírito Santo a vossos pais, por meio do profeta Isaías, quando disse: Vai ter com esse povo e dize-lhe: em vão escutareis, pois não compreenderéis; em vão olhareis, pois não vereis.”

(At28:26)

Todos os que desde épocas remotas procuraram abafar a voz de seus espíritos, a intuição, não estarão aptos a reconhecer o Filho do Homem quando este se lhes apresentar. Escutarão as palavras e não compreenderão, olharão tudo e não verão nada. Com isso provam que também outrora não haviam assimilado em seu coração a Palavra exortadora do Filho de Deus. Ao contrário dos que se encontram hoje despertos e conscientes, nesse tempo do Juízo, eles passarão pelo Filho do Homem e por sua Palavra sem perceberem, sem nada entenderem: “Os maus nada entenderão, só os conscientes entenderão” (Dn12:10). Esses maus fiéis “têm olhos para ver e não vêem, ouvidos para ouvir e não ouvem, pois são uma corja de rebeldes” (Ez12:2). É nessa rebeldia contra a vivacidade espiritual que se cumpre, pois, a profecia feita por Isaías, avalizada posteriormente pelo Mestre aos seus discípulos:

“É neles que se cumpre a profecia de Isaías, que diz: Certamente haveis de ouvir, e jamais entenderéis. Certamente haveis de enxergar, e jamais vereis.”

(Mt13:14)

O sentido é o de que suas lâmpadas de vigília estariam totalmente apagadas na época em que a Palavra do Filho do Homem estivesse agindo na Terra, porque não haveria mais nada que as pudesse alumiar, visto que não conservaram azeite consigo, isto é, a capacidade intuitiva. Ao contrário do que supõem as virgens néscias de hoje, os dogmas religiosos e as interpretações cômodas das palavras de Cristo não são nenhum azeite, mas apenas água turva.

Os Talentos

“Um homem, ausentando-se do país, chamou os seus servos e lhes confiou os seus bens. A um deu cinco talentos, a outro dois e a outro um, a cada um segundo a sua própria capacidade, e então partiu. O que recebera cinco talentos saiu imediatamente a negociar com eles e ganhou outros cinco. Do mesmo modo o que recebera dois ganhou outros dois. Mas o que recebera um, saindo, abriu uma cova e escondeu o dinheiro do seu senhor. Depois de muito tempo, voltou o senhor daqueles servos e ajustou contas com eles. Então, aproximando-se o que recebera cinco talentos, entregou outros cinco, dizendo: Senhor, confiaste-me cinco talentos, eis aqui outros cinco talentos que ganhei. Disse-lhe o senhor: Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei: entra no gozo de teu senhor. E aproximando-se também o que recebera dois talentos, disse: Senhor, dois talentos me confiaste, aqui tens outros dois que ganhei. Disse-lhe o senhor: Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei: entra no gozo de teu senhor. Chegando por fim o que recebera um talento, disse: Senhor, sabendo que és homem severo, que ceifas onde não semeastes e ajuntas onde não espalhastes, receoso, escondi na terra o teu talento, aqui tens o que é teu. Respondeu-lhe, porém, o senhor: Servo mau e negligente, sabias que ceifo onde não semeei e ajunto onde não espalhei? Cumpria, portanto, que entregasses meu dinheiro aos banqueiros, e eu ao voltar receberia com juros o que é meu. Tirai-lhe, pois, o talento, e dai-o ao que tem dez. Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância, mas ao que não tem até o que tem lhe será tirado. E o servo inútil lançai-o para fora, nas trevas. Ali haverá choro e ranger de dentes.”

(Mt25:14-30)

Esta é uma das parábolas mais significativas de Jesus. Mostra, de maneira inequívoca, o que se espera da atuação do ser humano na Criação. O homem que ao ausentar-se do país confia seus bens aos servos, é a imagem do Criador depositando nas mãos dos seres humanos a administração da parte material da Criação.

Cada servo recebe então uma determinada quantidade de talentos³², *cada um segundo a sua própria capacidade*. Qual o significado desse quadro? Primeiramente que, conforme já mencionado, os níveis de desenvolvimento espiritual dos seres humanos são em geral bem distintos uns dos outros. Assim, cada um dos três servos encontrava-se num determinado degrau de evolução. Em segundo lugar, indica que quanto mais elevado espiritualmente se encontrar uma pessoa, tanto mais dons ela estará apta a receber, para que fazendo uso certo deles possa então gerar obras ainda maiores e mais belas, contribuindo mais incisivamente ainda para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Criação. Os dons, portanto, não são dádivas arbitrárias distribuídas ao acaso a este ou aquele. É necessário, antes de tudo, ter se tornado merecedor deles.

A pessoa que realmente se movimenta espiritualmente não deixará permanecer estagnados esses dons que recebeu, ao contrário, fará uso deles com todo o afinco de que for capaz, de modo a produzir frutos em abundância. Tanto o servo que recebeu cinco talentos como o que recebeu dois saíram *imediatamente* a negociar com eles; não perderam tempo para produzir os frutos correspondentes. A quantidade e a magnificência desses frutos constituem então seu agradecimento vivo Àquele que lhe outorgou dádivas assim tão preciosas, formando a expressão mais legítima de seu louvor e adoração a Deus, conforme atesta essa sentença do Mestre: “O que glorifica meu Pai é que produzais fruto em abundância” (Jo15:8).

O senhor veio ajustar contas com os seus servos depois de “*muito tempo*”. Esse longo tempo corresponde ao período concedido para o desenvolvimento espiritual do ser humano. Tal período foi, de fato, muito longo, da ordem de milhões de anos. Na época atual, da prestação de contas, cada qual já poderia e deveria estar plenamente desenvolvido, pronto a entregar ao seu Senhor o produto da aplicação certa dos talentos a ele doados, os dons que lhe foram confiados outrora, portanto o retorno do investimento nele feito pela Luz.

Tanto o servo que recebeu cinco talentos como o que recebeu dois fizeram uso acertado de seus dons, e entregaram orgulhosos ao seu senhor o produto multiplicado da aplicação diligente deles. Já o servo que recebeu um talento deixou adormecer dentro de si o único dom que recebeu, não gerou nenhum benefício com ele, e por esse motivo até mesmo esse seu dom unitário lhe foi tomado. Voltou para o dono do mesmo modo como lhe foi entregue, sem ter gerado nada de útil nas mãos do servo indolente. Retornou ao ponto de partida, tal como uma semente que não vinga, ou tal como um germe espiritual que não se desenvolve da maneira certa. O servo preguiçoso atuou *contra* a vontade do seu senhor, o qual esperava de seu subordinado um mínimo grau de desenvolvimento espiritual.

A imagem do talento do servo negligente sendo dado ao que já tinha dez indica, conforme já esclarecido, a efetivação autônoma da Lei de Atração da Igual Espécie, que faz refluir automaticamente força intensificada a quem faz uso certo das dádivas recebidas, de modo a reforçar ainda mais a disposição deste em fazer o bem e gerar boas obras. Assim, “*a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância, mas ao que não tem até o que tem lhe será tirado*”.

“*E o servo inútil lançai-o para fora, nas trevas.*” É de se perguntar aqui como é possível, depois de uma frase dessas, que ainda haja quem afirme que basta “aceitar” Jesus como Salvador para ser içado confortavelmente aos céus, em meio a cânticos angélicos de júbilo, libertado de todos os pecados... Sem *esforço pessoal* no sentido da própria evolução, sem uma *movimentação contínua* e muito enérgica rumo ao alto, ninguém sobe um milímetro sequer no caminho que conduz ao Paraíso. E também pode estar certo que o reino dos céus não será forçado, devido ao seu comodismo, a descer até ele, o servo inútil.

As Minas

“Certo homem nobre partiu para uma terra distante, com o fim de tomar posse de um reino, e voltar. Chamou dez servos seus, confiou-lhes dez minas e disse-lhes: Negociai até que eu volte. Mas os seus concidadãos o odiavam, e enviaram após ele uma embaixada, dizendo: Não

³² O talento era uma unidade de peso e monetária correspondendo a 60 minas. Havia o de ouro e o de prata, cada um podendo ser “forte” ou “fraco”, de acordo com o peso. O peso do talento podia variar de 20 a 27 quilos.

queremos que este reine sobre nós. Quando ele voltou, depois de tomar posse do reino, mandou chamar os servos a quem dera o dinheiro, a fim de saber que negócio cada um teria conseguido. Compareceu o primeiro e disse: Senhor, a tua mina rendeu dez. Respondeu-lhe o senhor: Muito bem, servo bom, porque foste fiel no pouco terás autoridade sobre dez cidades. Veio o segundo, dizendo: Senhor, a tua mina rendeu cinco. A este disse: Terás autoridade sobre cinco cidades. Veio então outro dizendo: Eis aqui, senhor, a tua mina, que eu guardei embrulhada num lenço. Pois tive medo de ti, que és homem rigoroso, tiras o que não pusestes e ceifas o que não semeaste. Respondeu-lhe: Servo mau, por tua própria boca te condenarei. Sabias que eu sou homem rigoroso, que tiro o que não pus e ceifo o que não semeei; por que não puseste o meu dinheiro no banco? E então, na minha vinda, o receberia com juros. E disse aos que o assistiam: Tirai-lhe a mina e dai-a ao que tem as dez. Eles responderam: Senhor, ele já tem dez. Pois eu vos declaro: A todo que tem se lhe dará, mas ao que não tem, o que tem lhe será tirado. Quanto, porém, a esses inimigos que não quiseram que eu reinasse sobre eles, trazei-os aqui e executai-os na minha presença.”

(Lc19:12-27)

Essa parábola é quase uma repetição da anterior, dos talentos. A principal diferença aqui é que cada servo recebeu uma única mina, a qual rendeu quantidades diferentes nas mãos de cada um deles. Isso demonstra que mesmo pessoas de nível espiritual semelhante podem produzir frutos distintos, segundo a maneira como aplicam os dons que receberam. Podem, até mesmo, não produzir nada, como aconteceu com o servo mau, o que indica um retrocesso no desenvolvimento espiritual alcançado, portanto uma involução. O servo indolente foi “*condenado pela sua própria boca*”, o que indica que cada um terá de se julgar na época do Juízo, segundo a Vontade da Luz.

Quanto mais acertadamente um ser humano aplicar suas dádivas, quanto maior for o empenho que ele despender nisso, tanto maiores serão os frutos correspondentes, e conseqüentemente tanto mais valiosas serão também as bênçãos que lhe advirão por efeito da Lei da Reciprocidade – a “*autoridade sobre dez ou cinco cidades*”.

Mais uma vez se constata que tudo, mas tudo mesmo, está nas mãos do próprio ser humano. De acordo com a seriedade e tenacidade com que aplica os dons que recebeu, em cumprimento à Vontade do Criador, assim se formarão os frutos correspondentes. Mas os que não quiserem cumprir as leis de Deus na Criação, os que não quiserem que a Vontade Dele reine sobre eles, estes serão exterminados.

O Bom Samaritano

“Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e veio a cair em mãos de salteadores, os quais, depois de tudo lhe roubarem e lhe causarem muitos ferimentos, retiraram-se, deixando-o semimorto. Casualmente descia um sacerdote por aquele mesmo caminho e, vendo-o, passou de largo. Semelhantemente um levita descia por aquele lugar e, vendo-o, também passou de largo. Certo samaritano, que seguia o seu caminho, passou-lhe perto e, vendo-o, compadeceu-se dele. E, chegando-se, pensou-lhe os ferimentos, aplicando-lhes óleo e vinho, e colocando-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e tratou dele. No dia seguinte tirou dois denários e os entregou ao hospedeiro, dizendo: Cuida deste homem, e se alguma coisa gastares a mais eu te indenizarei quando voltar.”

(Lc10:30-35)

Novamente Jesus aponta para as diferenças marcantes entre as exterioridades e o íntimo dos seres humanos.

Naquela época, Jericó era uma vila que hospedava os sacerdotes e levitas que voltavam para casa após o turno semanal de serviço no Templo. O sacerdote, que deveria ser um exemplo de amor ao próximo, passa ao largo do homem atacado. O mesmo faz o levita, que assim como o sacerdote detinha

uma posição respeitada, sendo muito bem considerado entre o povo.³³ Em nenhum dos dois brotou o menor sentimento de compaixão pelo semimorto, pois a intuição de ambos estava obliterada pelo raciocínio calculista, fomentado pela sua religião rígida, que afirmava que o sangue derramado era um “líquido impuro”. O único que se compadeceu daquele infeliz foi justamente o samaritano.

Samaritanos eram os habitantes da Samaria, nome derivado de seu antigo proprietário, Semer. Na época de Cristo denominava-se Samaria a região situada entre a Galiléia ao norte e a Judéia ao sul. Em 880 a.C., o rei Onri de Israel fundou uma cidade com esse mesmo nome, Samaria, atual Sabastya, situada a 56 km de Jerusalém.

Os samaritanos eram desprezados pelos judeus porque professavam uma religião paralela – um amálgama de crenças israelitas e pagãs – e não reconheciam o local legítimo de culto, o Templo de Jerusalém, tendo construído seu próprio templo num monte chamado Garizim, por volta de 400 a.C., o qual foi posteriormente destruído pelos judeus. Além disso, eles tinham o sangue “meio-gentio”, devido a cruzamentos com os estrangeiros que chegaram à sua terra trazidos pelos antigos conquistadores assírios, e por isso os judeus evitavam todo contato com eles: “os judeus não se relacionam com os samaritanos” (Jo4:9). Os samaritanos eram considerados “o povo estúpido que habita em Siquém, que nem sequer é uma nação” (Eclo50:25,26). A cidade de Siquém (atual Nablus) era a capital do reino do norte, onde ficava a Samaria. Quando os fariseus quiseram ofender Jesus, o xingaram de samaritano: “Não temos nós razão ao dizer que és um samaritano e que tens demônio?” (Jo8:48). Para os judeus daquela época não existia injúria pior do que ser comparado a um samaritano, e a própria idéia de um “bom samaritano” seria para eles algo inconcebível. Quando precisavam se deslocar para o norte, preferiam fazer uma volta imensa a ter de passar pelos territórios dos samaritanos.

Contudo, exterioridades e preconceitos inventados pelos homens não têm nenhum significado, nenhum peso diante das leis da Criação. O que dá a medida do valor ou desvalor de uma criatura é tão-somente o seu íntimo, sua vontade intuitiva ou espiritual, única e exclusivamente. Dessa contingência o próprio Jesus já havia dado exemplos vários, como quando se dirigiu normalmente a uma samaritana e lhe pediu um pouco de água (cf. Jo4:7), e também quando curou dez leprosos e notou que apenas um deles, justamente um samaritano, voltou para agradecer-lhe (cf. Lc17:15-18).

Ao ver a situação em que se encontrava o homem que fora atacado, o samaritano sofreu junto com ele, “como se tivesse sido ele mesmo, em pessoa, o maltratado” (Hb13:3). Vendo-o, *compadeceu-se dele*, ou conforme diz literalmente o trecho no original grego: “comoveu-se até as entranhas”.

O samaritano compreendeu perfeitamente o sofrimento do seu próximo, tudo fazendo então para minorá-lo. Não o acudiu para ter a consciência tranqüila ou para vir a ser bem falado entre as demais pessoas de seu círculo, não, tampouco porque alimentava a esperança de que sua boa ação lhe fosse creditada no céu. Nada disso. Ajudou *desinteressadamente*, apenas para que aquele homem não continuasse a sofrer. Nem se preocupou se acaso ele também era samaritano ou não, se era um judeu ou mesmo um romano. Cumpriu assim, da maneira mais natural a Lei do amor, o “amarás teu próximo como a ti mesmo” (Mt22:39; Lc10:27), pois “quem ama o próximo cumpre plenamente a Lei” (Rm13:8), visto que “o amor é o cumprimento perfeito da Lei” (Rm13:10). O conjunto dos Mandamentos do Senhor Deus são automaticamente cumpridos por aquele ser humano que ama seu semelhante como a si mesmo.

Num acontecimento terrenal, aparentemente secundário e desprovido de significado espiritual, o samaritano mostrou toda a grandeza do seu coração, porque é nas coisas mínimas que se refletem as máximas: “quem é fiel nas coisas mínimas, é fiel também no muito” (Lc16:10). Dessa maneira o samaritano, justamente ele, tido como herege e fora da lei por seus conterrâneos, foi o único que pôs em marcha a Lei da Reciprocidade no sentido desejado pelo Alto, ou seja, a seu favor.

³³ Levitas eram os membros da “tribo de Levi”, descendentes de Levi, um dos doze filhos do patriarca Jacó (cf. Gn29:34). Eram tradicionalmente encarregados do serviço no Templo, onde assistiam a classe sacerdotal dos saduceus no exercício de suas funções. Eles tinham direito a receber um dízimo próprio e habitavam as cidades levíticas.

O Amigo Necessitado

“Quem dentre vós, se tiver um amigo e for procurá-lo no meio da noite dizendo: ‘Meu amigo, empresta-me três pães, porque chegou de viagem um dos meus amigos e nada tenho para lhe oferecer’, e ele responder de dentro: ‘Não me importunes; a porta já está fechada, e meu filho e eu estamos na cama; não posso me levantar para dá-los a ti’; digo-vos, mesmo que não se levante para dá-los por ser amigo, levantar-se-á ao menos por causa da sua insistência, e lhe dará tudo aquilo de que precisa.”

(Lc11:5-8)

Nessa parábola, a insistência destacada equivale à perseverança. O ensinamento é de que o ser humano tem de perseverar na busca do que almeja, mesmo se as condições terrenas lhe forem momentaneamente desfavoráveis. Não deve desanimar se encontrar portas fechadas aqui e ali, quando se deparar com negativas sucessivas daqueles que hoje dispõem do poder terrenal. Se sua reivindicação for justa e sobretudo *útil* para o seu desenvolvimento, acabará obtendo o que deseja por efeito da Lei do Movimento.

A Criação oferece aos seres humanos sempre uma mesa fartamente posta, da qual eles podem se servir quando se movimentam de maneira *certa* dentro das leis que a sustentam. Essa maneira certa não é o exigir egoístico, mas sim o tomar agradecido, como hóspedes benquistos, fazendo uso das faculdades do espírito. Quem persevera nessa maneira correta de agir sempre acabará obtendo tudo o que deseja, porque os seus próprios anseios serão legítimos, provenientes do íntimo, e as leis auto-atuantes cuidarão de atendê-los.

Essas dádivas assim conquistadas sempre trarão consigo possibilidades de gerar ainda novas e benfazejas dádivas, porque não foram adquiridas para deleite egoístico, como requer o raciocínio, mas sim para bênçãos de outros seres humanos, portanto com uma finalidade altruística, como é natural nos anelos de um espírito não atrofiado.

O Rico Insensato

“O campo de um homem rico produziu com abundância. E arrazoava consigo mesmo: Que farei? Pois não tenho onde recolher os meus frutos. E disse: Farei isto: destruirei os meus celeiros, reconstruí-los-ei maiores e aí recolherei todo o meu produto e todos os meus bens. Então direi à minha alma: Tens em depósito muitos bens para muitos anos; descansa, come e bebe, e regala-te. Mas Deus lhe disse: Louco, esta noite te pedirão a tua alma, e o que tens preparado para quem será? Assim é quem entesoura para si mesmo e não é rico para com Deus.”

(Lc12:16-21)

Repete-se aqui a advertência sobre a insensatez dos que se esforçam em ajuntar tesouros na Terra e que devido a isso menosprezam a vida espiritual, esquecendo-se de que “não só de pão vive o homem” (Lc4:4). Aqui na Terra não somos mais do que uma “neblina que aparece por um instante e logo se dissipa” (Tg4:14); nossos dias “são como a sombra que passa” (Sl144:4). A vida terrena é muito curta, e os bens materiais são efêmeros, o berço e o ataúde de uma pessoa podem ser feitos da madeira de uma mesma árvore.

Conforme já dito, a riqueza em si não é algo errado. Errado é o uso que dela faz seu possuidor, quase sempre de modo egoístico, visando unicamente seus próprios interesses, “colocando sua esperança na instabilidade da riqueza” (1Tm6:17), sem atentar “que a vida do homem não é assegurada por seus bens” (Lc12:15) e que “quem confia nas suas riquezas cairá” (Pv11:28). Uma tal pessoa, na verdade, não possui a riqueza que imagina ter, ao contrário, com seu devotamento ao dinheiro é literalmente possuído por ela. E com isso também deixa em segundo plano, quando não descarta totalmente, a imprescindível busca pelas riquezas espirituais, as únicas perenes, que poderia e deveria obter em seus caminhos de desenvolvimento.

Mesmo o Antigo Testamento não condena a riqueza em si, tida como meio de realização para todos. Um indivíduo rico, que sabe utilizar seus bens para o benefício de muitos, através da geração de empregos e o desenvolvimento geral das condições de vida, é um elemento muito útil na Criação, pois com sua atividade corretamente direcionada ele contribui para que a Lei do Movimento e a Lei do Equilíbrio sejam vivificadas na vida terrena, o que também lhe trará ricas bênçãos no efeito retroativo: “Dispõe do teu tesouro segundo os preceitos do Altíssimo, e será para ti mais proveitoso que o ouro” (Ecl29:11). Mediante essas leis avigoradas aplicadas à matéria, tal pessoa permite àquelas que trabalham para ela familiarizarem-se corretamente com a Lei da Reciprocidade, através do trabalho. Os empregados dão à empresa seu trabalho, para que ela cresça e se desenvolva, e em troca recebem uma retribuição em forma de dinheiro, um instrumento transitório que lhes possibilita obter o necessário para suas vidas terrenas. O dinheiro nada mais é do que um meio para facilitar o dar e o receber na matéria grosseira.

Assim, tão simples, deveriam ser as relações de trabalho entre as pessoas que vivem na Terra. Cada qual dando sua contribuição de acordo com suas próprias capacitações, obtidas segundo o caminho de desenvolvimento trilhado durante a existência. Todas elas, porém, tendo como objetivo máximo de vida o aperfeiçoamento espiritual, através do pleno reconhecimento das leis da Criação e a sábia sujeição voluntária a estas, para o que a vida terrena se constitui numa escola imprescindível. Sim, porque o verdadeiro lucro advindo de um trabalho, assim como em tudo o mais, são as vivências proporcionadas ao espírito humano durante sua realização, visto que unicamente estas o fazem amadurecer e ascender. A remuneração pelo trabalho executado só é de utilidade aqui na Terra, mas as vivências adquiridas por uma pessoa durante sua consecução seguem junto com ela para o Além, como verdadeiro substrato de sua existência.

Além disso, a satisfação obtida pelo trabalho executado com presteza preenche o espírito humano, fazendo com que ele se sinta, com todo o direito, uma peça útil e necessária na engrenagem que movimenta a Criação. Pouco importa aí o ramo de atividade. O que realmente tem valor é a maneira como o trabalho é executado. A atividade assim executada passa a ter vida, torna-se realmente viva, espiritualizada, uma fonte de alegria constante para o executante e seu ambiente, pois “alegrar-se no seu trabalho é dom de Deus” (Ecl5:18). Seu “permanente regozijo” (1Ts5:16) nisso é como um hino contínuo de gratidão ao Criador, pois a gratidão acha-se estreitamente ligada à alegria. A criatura grata sente uma alegria legítima e também uma paz legítima. Essa alegria e essa paz impelem-na a executar seu trabalho com aplicação redobrada, como maneira de expressar, através da ação, seu agradecimento ao Senhor.

Sobre isso, Paulo já exortara os Colossenses: “Tudo o que fizerdes, fazei-o de coração, *como para o Senhor* e não para os homens” (Cl3:23). Cito aqui, mais uma vez, uma passagem da obra Na Luz da Verdade de Abdruschin, dissertação “Natal”:

“Transformai tudo o que pensais e fazeis num *servir* a Deus! Então vos sobrevirá *aquela* paz pela qual ansiais. E quando os seres humanos vos afligirem pesadamente, seja por inveja, maldade ou baixos costumes, tereis a paz *dentro* de vós para sempre, e ela ajudar-vos-á, finalmente, a vencer todas as dificuldades!”

Os bens terrenos, quando advêm automaticamente por efeito da reciprocidade, proporcionam alegria e embelezam a vida terrena. Sua usufruição alegre equivale a um agradecimento ao Criador, um reconhecimento das dádivas que Ele proporciona às Suas criaturas quando estas se enquadram voluntariamente nas diretrizes de Sua Vontade perfeita. Contudo, nunca devem ser considerados como a meta suprema a ser atingida aqui na Terra.

Mas, infelizmente, para a imensa maioria das pessoas a finalidade da vida consiste exatamente nisso: angariar a maior quantidade possível de dinheiro e acumular o máximo de bens terrenos. Empregam nisso todos os seus esforços durante sua vida inteira, literalmente “pondo o coração nas riquezas que prosperam” (Sl62:11). Depois de anos, dizem então para si mesmas que “venceram na vida”, versão moderna do “*regala-te minha alma*”. Não se incomodam de terem desperdiçado assim seu preciosíssimo tempo terreno, o que, nesta época do Juízo Final, significa a possibilidade de poder ou não continuar existindo espiritualmente. O tempo perdido não é mais recuperado.

Lucro e lucro... E lucro! Acima de *tudo!* Nunca, em tempo algum da História, o “primeiro e maior dos Mandamentos” (Mt22:38) foi tão criminosamente desobedecido, tão acintosamente menosprezado, tão desdenhosamente escarnecido por uma criatura como o foi pelo ser humano contemporâneo: “Tu não tens olhos nem coração, senão para o teu lucro” (Jr22:17). O lucro como fim em si mesmo não gera prosperidade, não traz movimentação benfazeja, ao contrário, provoca somente estagnação ao gerar apenas mais lucro ainda, numa absurda espiral ilusória de riqueza, em tudo semelhante a uma Torre de Babel financeira, cujo fim também não será menos catastrófico.

Um tal esforço convulsivo na obtenção do lucro pelo lucro é, no entanto, apenas uma decorrência natural do domínio irrestrito do intelecto na vida humana, em detrimento do espírito. Como o raciocínio é um produto do cérebro, que nada mais é do que um órgão do corpo material, ele só está apto a tratar da matéria e das coisas a ela relacionadas, devido à sua própria constituição. Jamais poderá servir como guia infalível para o ser humano, que é propriamente espírito, e que por isso mesmo possui incumbências e objetivos muito mais elevados, não podendo desperdiçar sua vida unicamente à cata de valores terrenos, invariavelmente perecíveis e efêmeros.

Essa inclinação por valores materiais nada mais é do que uma espécie de idolatria. A respeito dos males gerados com o pendor pelo dinheiro, é bastante significativa essa passagem do livro apócrifo Testamento dos Doze Patriarcas: “O amor ao dinheiro conduz à idolatria, porque quando desviados pelo dinheiro os homens invocam como divindade o que não é divindade, e isso faz cair na demência aquele que possui.” O apóstolo Paulo também já advertira os Colossenses de que “a ânsia de posse é uma espécie de idolatria” (Cl3:5). Essa idolatria não servirá a ninguém depois da morte. O ser humano não poderá comprar sua salvação com dinheiro, antes a perderá, visto ter gasto seu tempo terreno unicamente para acumular riquezas. Quando finalmente acordar, e reconhecer que “mais vale um pobre que caminha na integridade do que um rico de conduta perversa” (Pv28:6), o arrependimento mais plangente e a súplica mais lacrimosa já não lhe servirão de nada, pois terão vindo tarde demais...

De que vale uma pessoa despender seu valioso tempo terreno para fazer crescer o saldo bancário e usufruir egoisticamente efêmeros bens terrenos, obtidos no mais das vezes pela astúcia do raciocínio, se após a morte tiver de verificar, com o mais profundo horror e desespero, que jogou fora levemente o último prazo para sua salvação? “De que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder sua alma?” (Mc8:36). De que lhe terá servido então alguns poucos anos de enriquecimento material forçado, em comparação com a vida eterna que lhe é denegada? De que lhe valerá naquela hora os grandes celeiros que possuía nesta vida? Ou, na única linguagem que entende bem: terá feito um “bom negócio”?...

O Servo Vigilante

“Sede vós semelhantes a homens que esperam pelo seu senhor, ao voltar ele das festas de casamento, para que quando vier e bater à porta, logo lha abram. Bem-aventurados aqueles servos a quem o senhor, quando vier, os encontre vigilantes; em verdade vos afirmo que ele há de cingir-se, dar-lhes lugar à mesa e, aproximando-se, os servirá. Quer ele venha na segunda vigília, quer na terceira, bem-aventurados serão eles se assim os achar. Sabei, porém, isto: que se o pai de família soubesse a que hora havia de vir o ladrão, vigiaria e não deixaria arrombar a sua casa. Ficai também vós apercebidos, porque à hora que não cuidais o Filho do Homem virá.”

(Lc12:36-40)

Jesus faz menção aqui à época da vinda do Filho do Homem, que traria o Julgamento para a humanidade. Ele adverte aquelas pessoas de sua época para estarem vigilantes, a fim de que quando “*este vier e bater à porta, logo a abram*”. É a mesma vigilância requerida das virgens que aguardavam pela chegada do noivo.

Como Jesus fala àquelas pessoas para se prepararem para um acontecimento futuro, isso indica que elas estariam presentes quando esse acontecimento se realizasse, ou seja, estariam novamente encarnadas na Terra na época em que o Filho do Homem viesse. O ato de bater à porta significa que, assim como aconteceu com a Palavra do Filho de Deus, a Palavra do Filho do Homem também bateria

à porta daquelas almas humanas, *exigindo* entrada. A respectiva pessoa deverá, portanto, abrir a porta de sua alma para a entrada da Palavra de Deus, e deverá ter preparada dentro de si a mesa para isso. Este acontecimento também aparece descrito no livro do Apocalipse:

“Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele e ele comigo.”

(Ap3:20)

Em outras palavras: quem der guarida à Palavra do Filho do Homem, portanto quem assimilá-la em seu íntimo e colocá-la em prática, estará participando da Ceia do Senhor. Na parábola, ele lhes *dá lugar à mesa* e também *lhes serve*, pois quem cumpre sua Palavra é por ele “servido” através dos efeitos das leis da Criação, conforme disposto pela Vontade de Deus, que é ele mesmo.

Jesus exorta os seres humanos a permanecerem vigilantes, porque não conhecem a época da vinda do Filho do Homem. Se a conhecessem, certamente se preparariam um pouco antes, como o pai de família que vigiaria a casa e colocaria grades na janela se soubesse a que horas viria o ladrão. Mas sabemos pelas palavras de Jesus que a vinda do Filho do Homem é uma certeza.

Se as pessoas que ouviram as palavras de Jesus naquela época passassem a viver de acordo com elas, então permaneceriam vigilantes num tempo futuro, e se tornariam aptas a reconhecer o Filho do Homem quando este lhes batesse à porta por meio de sua Palavra. Na parábola das virgens, Jesus já havia feito essa mesma exortação.

As palavras de Jesus, proferidas há dois mil anos, se cumpriram integralmente em nossa época. Os que as assimilaram outrora, ao ouvi-las dele próprio ou de seus apóstolos, puderam conservar-se vigilantes até a época atual, porque essas palavras foram cunhadas indelevelmente em suas almas. Estes não encontraram nenhuma dificuldade em reconhecer agora o Filho do Homem e sua Palavra, e abriram alegremente para ele o portal de suas almas. São estes os que “permaneceram firmes e guardaram as tradições que lhes foram ensinadas, seja por Palavra seja por epístola” (2Ts2:15). São estes também, portanto, as virgens prudentes a que Jesus se referiu.

A Figueira Estéril

“Certo homem tinha uma figueira plantada na sua vinha, e vindo procurar fruto nela não achou. Pelo que disse ao viticultor: Há três anos venho procurar fruto nesta figueira e não acho; pode cortá-la; para que está ela ainda ocupando inutilmente a terra? Ele, porém, respondeu: Senhor, deixa-a ainda este ano, até que eu escave ao redor dela e lhe ponha estrume. Se vier a dar fruto bem está, se não, mandarás cortá-la.”

(Lc13:6-9)

Essa parábola fala das contingências que acarretaram a vinda de Jesus à Terra.

A figueira plantada na vinha indica a humanidade dentro da obra da Criação. Os seres humanos não estavam dando os frutos deles esperados, como seres espirituais que são. Não estavam colaborando com sua parte para o embelezamento e o desenvolvimento do imenso pomar de Deus. Ao contrário, tinham se tornado nocivos dentro dele.

Essa situação insana teria de acarretar, como consequência inevitável das leis da Criação que, tal qual uma figueira estéril, a humanidade inteira acabaria por ser extirpada automaticamente. Por que deveria continuar dentro do pomar?...

A solicitação do servo ao dono da figueira para que este fizesse uma última tentativa indica um ato especial de graça do Criador, não previsto inicialmente, com o objetivo de tentar salvar pelo menos uma parte da humanidade do aniquilamento, do qual ela se aproximava rapidamente pela sua conduta errada. Este ato de Amor do Criador consistiu em enviar Seu Filho, uma parte Dele mesmo, até o lugar onde estava plantada a figueira, com a finalidade de adubá-la, para que pudesse dar os frutos correspondentes dentro do prazo previsto.

As poucas pessoas que assimilaram em seu coração os ensinamentos de Jesus passaram efetivamente a produzir os frutos que delas se esperavam, enquanto que as demais continuaram apenas

dependuradas na gigantesca figueira estéril da humanidade, que agora, no término do prazo concedido, será efetivamente cortada.

A Porta Estreita

“Esforçai-vos por entrar pela porta estreita, pois eu vos digo que muitos procurarão entrar e não poderão. Quando o dono da casa se tiver levantado e fechado a porta, e vós do lado de fora começardes a bater, dizendo: Senhor, abre-nos a porta, ele vos responderá: Não sei de onde sois. Então direis: Comíamos e bebíamos na tua presença, e ensinavas em nossas ruas. Mas ele vos dirá: Não sei de onde sois, apartai-vos de mim vós todos que praticais iniquidades. Ali haverá choro e ranger de dentes, quando virdes no Reino de Deus Abraão, Isaque, Jacó e todos os profetas, mas vós lançados fora. Muitos virão do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul, e tomarão lugares à mesa do Reino de Deus. Contudo, há últimos que virão a ser primeiros e primeiros que serão últimos.”

(Lc13:24-30)

Essa parábola complementa a indicação anterior de Jesus sobre as diferenças existentes entre o caminho que conduz à vida eterna e o que leva à perdição:

“Entrai pela porta estreita; larga é a porta e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e são muitos os que entram por ela; porque estreita é a porta e apertado o caminho que conduz para a vida, e são poucos os que acertam com ela.”

(Mt7:13,14)

Observe-se que são *muitos* os que entram pela porta larga... Se são muitos, isso indica a maior parte dos seres humanos. Dessa imensa maioria fazem parte principalmente todos os fiéis das múltiplas religiões, cuja fé se resume no apego a uma crença cega e à submissão a dogmas rígidos. Todos eles juntos são esses *muitos!* Aproximadamente um terço da população mundial – cerca de dois bilhões de pessoas – é cristã. O leitor supõe que toda essa massa gigantesca está entrando pela porta estreita e seguindo pelo apertado caminho para cima?...

Na parábola, Jesus também diz que haverá muitos que procurarão entrar pela porta estreita *mas não poderão*. Só aquele que vive de acordo com a Verdade, que efetivamente cumpre sua Palavra, estará apto a transpor a porta estreita e seguir pelo caminho ascendente, apertado, que conduz à vida eterna. Os outros não, mesmo que estejam convencidos do contrário.

Os que estão do lado de fora da porta estreita fechada não se conformam com sua situação, a seu ver injusta. O argumento que eles apresentam, de que comiam e bebiam na presença do Senhor, ou de que este ensinava nas ruas deles, mostra que se julgam aptos a passar pela porta porque sempre cumpriram os preceitos de suas crenças religiosas, e que, portanto, segundo sua concepção, estavam ao mesmo tempo cumprindo a Vontade de Deus. Contudo, do outro lado o Senhor lhes responde secamente: *“Não sei de onde sois!”*

Mais uma vez fica claro que não são as exterioridades humanas que contam, mas tão-somente o íntimo de cada um. Em que medida a pessoa realmente põe em prática, *em toda a sua vida*, os ensinamentos contidos nas Mensagens provenientes do Alto, e não apenas dentro dos recintos de seus templos. Os preceitos de Deus não foram dados aos seres humanos para serem cumpridos apenas no domingo, no sábado ou na sexta-feira, mas sim durante *todos os dias* de sua vida: *“Amarás o Senhor teu Deus e guardarás Suas observâncias, Suas leis, Seus costumes e Seus Mandamentos, todos os dias”* (Dt11:1). Só quem *observa* os Mandamentos de Deus durante todos os momentos da sua vida pode dizer que O ama de fato, *“pois amar a Deus consiste nisto: que observemos os Seus Mandamentos”* (1Jo5:3), os quais, na reciprocidade, nos guardarão: *“Se quiseres observar os Mandamentos, eles te guardarão”* (Eclo15:16). João repete a exortação do Deuteronômio em sua segunda epístola, e ainda reitera que *“viver conforme Seus Mandamentos é o mandamento que ouvistes desde o princípio, para que o pratiqueis”* (2Jo6).

Quem pratica os Mandamentos com todo o seu ser angaria de modo natural a coroa da vida eterna, o resto é ilusão. De que adianta a uma pessoa seguir rigorosamente os rígidos preceitos de sua religião se seu coração está cheio de iniquidade? De que valem as belas aparências se o que move suas intuições e pensamentos são o ódio, a inveja e a cobiça? Pensa ela que pode cometer todas essas abominações e depois entrar calmamente na Casa do Senhor, para exclamar em conjunto com os de sua igual espécie: “Estamos salvos!” (Jr7:10)? Imagina ela que poderá, com um sentimento de bem-aventurança, clamar em coro com seus pares: “O Senhor está no meio de nós, nada de mau nos poderá acontecer!” (Mq3:11)? Será, pois, apartada e lançada ao abismo onde só existem choro e ranger de dentes, a condenação eterna.

Condenação eterna!... O destino final dos que se perderam na vida, dos que perderam a vida. Esses condenados constituem uma espécie de criaturas que durante milênios e milênios atuaram sistematicamente contra as determinações de seu Criador, a despeito de todas as advertências que receberam e dos próprios efeitos retroativos que continuamente as atingiram. Em virtude dessa hostilidade permanente a Deus, elas chegaram a um ponto em que se desligaram totalmente do reino do espírito. As fracas ligações que ainda possuíam com o plano espiritual da Criação acabaram se dissolvendo, todas. Para elas nunca mais será possível um retorno ao Paraíso, visto terem-se apartado totalmente de lá. São elas “mortos no Hades, cujo espírito foi retirado de suas entranhas” (Br2:17), e “cuja memória caiu no esquecimento” (Ec19:5).

Sobre esses mortos espirituais, Jesus já instruíra a deixar que se aniquilassem mutuamente em sua má vontade:

“Deixa aos mortos o sepultar os seus próprios mortos.”

(Mt8:22)

Não são preceitos religiosos que podem livrar o ser humano de um destino assim tão pavoroso, mas unicamente a mudança de sintonia interior, o redirecionamento espiritual, enquanto isso ainda for possível.

Que somente aquilo que vive no íntimo do ser humano tem real valor, e não a religião moldada por outros membros da mesma espécie humana, fica ainda ratificado no trecho seguinte dessa parábola, onde é dito que *“muitos do Oriente e do Ocidente tomarão lugar à mesa do Reino de Deus.”* Não importa, portanto, o lugar em que a pessoa vive nem a religião que professa; entrará no reino dos céus quem cumprir o que dela é exigido pelo Criador. Posteriormente, o apóstolo Pedro ainda reiterou essa contingência, ao afirmar que *“Deus não faz acepção de pessoas, pelo contrário, em qualquer nação aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável”* (At10:34,35).

Essa declaração de Pedro, aliás, também mostra que ele próprio não se considerava, de maneira alguma, alguém especialmente distinguido entre os demais apóstolos. Jamais lhe passou pela cabeça que poderia ser um “papa” primordial. Inclusive, quando o centurião Cornélio quis prostrar-se aos seus pés, ele imediatamente o ergueu e disse: *“Levanta-te, eu também sou apenas um homem”* (At10:26).

Lutero, por sua vez, quando começou a se inteirar melhor dos decretos pontifícios, só ficou em dúvida se o papa era o próprio Anticristo ou apenas seu apóstolo. Dúvida que lhe deve ter sido sanada quando o cardeal Cajetano, cognominado “lâmpada da Igreja” por Clemente VII, fez o obséquio de lhe esclarecer que o papa estava acima das Escrituras. Lutero, que não era diplomata, denominou os papas e cardeais de “ralé da Sodoma romana”. Lutero falava de papas sem papas na língua, para quem quisesse ouvir, com uma coragem assombrosa num tempo em que a Igreja fazia e acontecia no mundo todo.

É importante esclarecer aqui que as palavras de Jesus dirigidas a Pedro referentes a “rochedo” e “chaves do Reino” (cf. Mt16:18,19) não têm, absolutamente, o significado que a Igreja Católica lhes emprestou, querendo ver nisso a fundação de uma comunidade religiosa por parte de Jesus e a instituição do papado.³⁴ Pedro teria ficado estarecido se soubesse que no futuro seria tido como primeiro guardião do “ministério das chaves”, incumbido disso pelo próprio Cristo, que seria

³⁴ Para esclarecimento do real significado dessas palavras de Jesus dirigidas a Pedro, ver a dissertação “Cristo Falou...!”, no terceiro volume da obra *Na Luz da Verdade*, de Abdruschin.

considerado o primeiro papa de uma Igreja poderosa e que um dia seus alegados sucessores seriam até infalíveis. Pedro teria ficado mesmo *petrificado* com essas idéias...

Jesus não disse nada parecido com “Sobre ti, Pedro,...”. Ele, pois, não aludia de maneira alguma à pessoa de Pedro, como se este fosse uma pedra fundamental, mas sim à sua *convicção pétrea*, da qual dera mostras ao expressar seu reconhecimento perante o Filho de Deus: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo!” (Mt16:16). Esta convicção, que Pedro expressou textualmente *por primeiro*, era “petra”, um rochedo inabalável, e não a pessoa de Pedro, o “Petros” (*Kephas* em aramaico). Jesus não se enganou na qualificação que deu à confissão de Pedro, pois em sua época havia até uma cidade ao sul do Mar Morto chamada “Petra”, nome devido justamente do fato de ter sido edificada num vale formado por penhascos de arenito avermelhado.

Com seus rompantes recorrentes, Pedro teria sido uma pedra muito instável para se poder edificar qualquer coisa sobre si. Seu temperamento estava mais para um sismo ambulante do que para uma rocha serenamente imperturbável. Os Evangelhos registram dele mais declarações impetuosas e atos intempestivos do que de qualquer outro apóstolo, culminando com a atitude atabalhoada de *se vestir* para lançar-se ao mar quando viu Jesus ao longe, na praia (cf. Jo21:7). Como era o mais falante e impetuoso do grupo, Pedro sempre foi também o mais repreendido, advertido e censurado.

Segundo o teólogo católico Giuseppe Barbaglio, a concepção de uma prioridade petrina junto aos demais apóstolos não passa de uma criação teológica da Igreja primitiva, interessada na posição de Pedro no seio da comunidade cristã. O teólogo tem razão, claro, porém mesmo nos primórdios da Igreja essa posição nunca foi a predominante. Mais de três quartos dos primeiros Padres da Igreja que comentaram esse trecho de Mateus rejeitaram, já naquela época antiga, a futura falácia vaticana do estabelecimento de uma linhagem papal através de Pedro. Um desses escritores mais famosos, o teólogo grego Orígenes, do século III, afirmou com propriedade: “Se nós dissermos também: ‘Tu és o Cristo, Filho de Deus Vivo’, então tornamo-nos também Pedro, porque quem quer que seja que se una a Cristo torna-se pedra.” Jesus Cristo era a Palavra de Deus encarnada, a verdadeira rocha espiritual para apoio da humanidade: “essa rocha era o Cristo” (1Co10:4).

Bem fez o apóstolo Paulo, ao deixar claro que sua investidura não viera “da parte de homens, nem por intermédio de homem algum” (Gl1:1). Aliás, é sintomático que nas saudações que Paulo envia a 26 pessoas na sua Epístola aos Romanos (cf. Rm16:3-16), não apareça nenhuma menção ao “papa Pedro”, que naquela altura já deveria estar em pleno exercício de seu pontificado inaugural em Roma... Uma falta de consideração inexplicável.

Sobre a concepção da fundação de uma Igreja por Cristo, cabe notar que dos quatro Evangelhos canônicos, a palavra traduzida como Igreja – *ekklésia* em grego – só aparece em duas passagens do Evangelho de Mateus (cf. Mt16:18;18:17), que é o evangelista que mais procura interpretar, a seu modo, as palavras de Jesus, de modo a adequá-las às 29 citações que faz, de maneira bem livre, do Antigo Testamento, de onde retirou também outras 79 alusões indiretas. Conforme atesta corretamente a Tradução Ecumênica da Bíblia, “Mateus pouco se importa em reproduzir ao pé da letra a linguagem do tempo de Jesus.” De fato, Mateus se preocupa o tempo todo em mostrar várias passagens da vida de Jesus como previstas em todas as nuances no Antigo Testamento, mesmo tendo de dar um “jeitinho” para as coisas se encaixarem. Exemplo disso é a conhecida passagem do livro do profeta Zacarias sobre a entrada de Jesus em Jerusalém, montado num jumento: “Eis que o teu rei vem a ti: ele é justo e vitorioso, humilde, montado sobre um jumento, sobre um jumentinho, filho da jumenta” (Zc9:9). Marcos, Lucas e João entendem corretamente que há apenas um animal na cena, e nos seus Evangelhos Jesus aparece solicitando apenas um jumentinho aos discípulos (cf. Mc11:2; Lc19:30; Jo12:14). Mateus, porém, faz questão do cumprimento integral da profecia, a qual ele cita na seqüência (cf Mt21:5), antecedida do seu bordão recorrente: “para que se cumprisse”, e põe na boca de Jesus a solicitação de uma jumenta e de um jumentinho (cf. Mt21:2).

Outro exemplo é a matança de meninos de até dois anos, que teria sido ordenada por Herodes “em Belém e todo seu território” (Mt2:16). Mateus faz uso aqui de tradições rabínicas sobre a vida de Moisés, segundo as quais tão logo o nascimento da criança foi anunciado por meio de visões e anúncios dos magos, o faraó teria mandado chacinar crianças recém-nascidas do sexo masculino.³⁵

³⁵ O faraó de fato tencionava matar os hebreus recém-nascidos do sexo masculino, mas não para se ver livre de uma criança chamada Moisés, e sim porque achava que o povo escravizado estava se tornando muito numeroso, o que poderia ser

Também se observa um paralelo com o livro do Êxodo, quando o rei do Egito manda as parteiras assistentes do povo hebreu assassinar todo recém-nascido menino e poupar a vida das meninas. Vimos no início deste volume que Jesus nasceu em 12 a.C. Nessa época, Herodes não estava preocupado com o nascimento de nenhum Messias, mas sim com dois de seus filhos que, segundo imaginava, tramavam a sua morte. Nesse ano ele foi com os filhos até Roma para que o imperador Augusto decidisse a questão, o qual não viu indícios de nenhuma rebelião e reconciliou pai e filhos. Ainda nesse ano de 12 a.C., Herodes presidiu a edição dos Jogos Olímpicos e até deu dinheiro do próprio bolso para garantir o sucesso do empreendimento. De preocupações com o Messias nascido, nem sinal.

Voltando ao termo *ekklêsia*, observa-se seu uso já desde o século V a.C., sempre apenas com o sentido de “assembléia”, tal como aparece por exemplo nos escritos de gregos famosos, como Heródoto, Platão, Eurípedes e Xenofontes. A palavra era usada na Grécia para indicar a reunião dos cidadãos livres, particularmente em Atenas. O sentido é, portanto, o de uma assembléia, e não o de uma Igreja fundada como instituição religiosa. É nesse sentido de “assembléia” que o termo aparece nos textos do Antigo Testamento (*qahal* em hebraico). Também é com esse significado que o evangelista Lucas designa, em Atos dos Apóstolos, a reunião dos cidadãos no teatro de Éfeso (cf. At19:32) e a “assembléia regular” que delibera sobre questões públicas (cf. At19:39). Em sua epístola, Tiago usa esse mesmo termo com o sentido de “sinagoga”, para designar a reunião da comunidade a que se dirige (cf. Tg2:2).

Jesus, portanto, não fundou nenhuma Igreja. De vez em quando, é verdade, ainda aparece pelos tempos algum clérigo corajoso para dizer isso com todas as letras, como fez o Padre da Igreja, Basílio de Cesaréia, no longínquo século IV. Em seu tratado *Sobre o Espírito*, São Basílio deixou registrado o seguinte: “Quem ensinou *por escrito* a fazer o sinal da cruz àqueles que acreditavam em nosso Senhor Jesus Cristo? Qual dos santos nos deixou *por escrito* as palavras da invocação ao erguer o pão da eucaristia e o cálice da bênção? Abençoamos a água do batismo e o óleo da crisma... Com base em que *autoridade escrita* fazemos isso? Por meio de *qual palavra escrita* a própria unção com óleo foi ensinada?” Mais recentemente, em 1903, o destemido abade Allain deu o seguinte depoimento no jornal católico *L’Univers*, vendido nas portas das igrejas francesas aos domingos: “Quando se nos descreve a Igreja unicamente *segundo o Evangelho*, não nos é dada toda a verdade; não merece crédito nem confiança. Onde estão, no Evangelho, as instruções que Nosso Senhor, que fundava uma nova religião, *seguramente teve que dar*, vez ou outra, a seus apóstolos sobre os sacramentos, a liturgia, o culto aos santos e à sua Santíssima Mãe?” Não se sabe que fim teve o bom abade Allain, mas não deve ter sido muito tranqüilo. Talvez ele não soubesse, mas seu inconformismo intuitivo é respaldado por uma sentença atribuída a Jesus no apócrifo Evangelho de Maria Madalena: “Eu não deixei nenhuma ordem senão o que eu lhe ordenei.”

Também a declaração de Jesus aos seus discípulos: “A quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados” (Jo20:23), não se referia, absolutamente, a um direito de perdão geral e arbitrário a ser concedido por futuros prelados. Com isso ele apenas queria salientar que uma pessoa pode perdoar a uma outra aquilo que de mal lhe tenha sido feito por ela pessoalmente. Só isso. Nada diferente! Nada a ver com a concepção eclesiástica de que “o poder de perdoar pecados é confiado aos membros do colégio apostólico”, como imaginam e propalam as tradições católica e ortodoxa.

Retornando finalmente à parábola, a passagem sobre “*tomar lugar à mesa do reino*” tem íntima relação com aquele trecho da parábola das bodas, onde se diz que “a sala do banquete ficou repleta de convidados” depois de o convite ter sido recusado pelos primeiros que o receberam, isto é, aqueles que tiveram a graça de ouvir a Palavra do Senhor. Daí então a indicação final de que “*há últimos que virão a ser primeiros e primeiros que serão últimos.*” Uma profecia que começou a se cumprir já no tempo dos apóstolos, conforme se constata nessa reposta de Paulo e Barnabé aos judeus que, tomados de inveja, blasfemavam e contradiziam o que Paulo dizia: “Cumprida que a vós outros em primeiro lugar fosse pregada a Palavra de Deus, mas posto que a rejeitais e a vós mesmos vos julgais indignos da vida eterna, eis aí que nos volvemos para os gentios” (At13:46). Observamos nessa frase, mais uma vez, a ironia ferina do apóstolo.

No outro lado da vida, no assim chamado Além, simplesmente não há mais nenhuma distinção nem separação de credos de qualquer espécie, nenhuma diferenciação engendrada pelo raciocínio terreno. Lá não há mais ideologias nem filosofias, não há mais hinos nem bandeiras, não há mais dinheiro nem honrarias, não há mais diplomas nem históricos escolares. Lá não há crentes nem pagãos. Não há mais cristãos, judeus, muçulmanos, espíritas, hinduístas, budistas ou xintoístas, mas tão-somente almas humanas, simples almas humanas que têm de prestar contas de como utilizaram o tempo a elas outorgado aqui na Terra.

Todas essas almas estarão lá alegoricamente diante de um tribunal, para prestar contas de seus atos: “todos compareceremos perante o tribunal de Deus” (Rm14:10), “a fim de que cada um receba conforme aquilo que fez de bem ou de mal, enquanto estava no corpo” (2Co5:10), pois “cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus” (Rm14:12). Nesse tribunal da Justiça divina não existem manobras protelatórias nem agravos judiciais, nenhuma apelação nem *habeas corpus*. Lá é irrelevante se o ser humano na Terra se consagrava a um culto na sexta-feira, no sábado ou no domingo, importando apenas o quanto ele procurava consagrar sua própria vida na direção certa, em todos os momentos e situações. Lá não vale mais nenhuma forma exterior de crença cega, mecanicamente aprendida, mas apenas a verdadeira crença interior, pessoal, e na medida exata em que esta era realmente *viva* no espírito, o *quão pura* ela se achava no íntimo do ser humano. É o conteúdo, e não a forma, que conta.

Se uma pessoa, de qualquer etnia ou religião, deixa tornar vivos dentro de si os legítimos ensinamentos de uma Mensagem proveniente do Alto, de tal forma que se lhe torne uma naturalidade no pensar e no atuar, então ela também vivifica o espírito de Cristo dentro de si. A paz de alma que alguns cristãos bons dizem experimentar é legítima porque são bons, não porque são cristãos. Um muçulmano bom, um espírita bom e um budista bom sentirão também a mesma paz. Todos eles terão cumprido, de maneira natural, a simples exortação: “Evita o mal e faz o bem, busca a paz sem desistir” (Sl34:15).

Tão-somente quem se esforça pela Verdade, independentemente de sua religião, tem realmente acesso ao espírito de Cristo, o Amor do Pai, e tão-somente este pode vivificar o espírito de Cristo dentro de si, condição indispensável para poder reconhecer Seu poderoso Pai. Por isso, ele disse: “Ninguém vem ao Pai a não ser por mim” (Jo14:6). Todos os demais não lhe pertencem: “Se alguém não tem o espírito de Cristo, não lhe pertence” (Rm8:9). Cito aqui um trecho da dissertação “O Salvador”, no segundo volume da obra Na Luz da Verdade de Abdruschin:

“Quem se esforça seriamente pela Verdade, pela Pureza, a esse também não falta o Amor. Será conduzido para cima espiritualmente, de degrau em degrau, mesmo que às vezes através de duras lutas e dúvidas e, *seja qual for a religião a que pertença*, já aqui ou também só no mundo da matéria fina, encontrará o espírito de Cristo, o qual o levará *por fim* até o reconhecimento de Deus-Pai, com o que se cumpre a sentença: ‘Ninguém chegará ao Pai, a não ser através de mim’.”

Os Convidados

“Quando por alguém fores convidado para um casamento, não procures o primeiro lugar, para não suceder que havendo um convidado mais digno que tu, vindo aquele que te convidou e também a ele, te diga: Dá o lugar a este. Então irás, envergonhado, ocupar o último lugar. Pelo contrário, quando fores convidado vai tomar o último lugar, para que quando vier o que o convidou, te diga: Amigo, senta-te mais para cima. Ser-te-á isto uma honra diante de todos os demais convivas. Pois todo o que se exalta será humilhado, e o que se humilha será exaltado.”

(Lc14:8-11)

O ensinamento central dessa parábola é, evidentemente, o da humildade. Jesus já havia dado indicações claras a esse respeito pouco antes, quando os discípulos tinham começado uma discussão sobre qual deles seria o maior. Ele havia tomado um menino, pusera-o no meio deles e dissera:

“Aquele que entre vós for o menor de todos, este é que é grande” (Lc9:48). E depois lhe propôs essa parábola, dando um colorido todo especial ao mesmo quadro já apresentado no livro de Provérbios: “Não te mostres enfatuado diante do rei nem te ponhas no lugar dos grandes. É melhor que te digam: ‘Sobe para aqui!’, do que seres humilhado diante do príncipe” (Pv25:6,7).

Humildade não é uma característica que possa ser obtida à força. Ao contrário, ela advém naturalmente, quando uma pessoa passa a compreender o verdadeiro papel que desempenha na Criação em que vive. Quanto mais ciente ela ficar da atuação das leis naturais, tanto mais nítido lhe parecerá o funcionamento do gigantesco mecanismo da engrenagem universal e, também, sua real função dentro dela. Verá então que não é mais do que uma pequena peça, como tantas outras, a qual traz consigo a incumbência de se manter bem ajustada e lubrificada, funcionando com perfeição. A partir daí, nunca mais “pensará de si mesma além do que convém” (Rm12:3), para não iludir a si própria, “porque se alguém julga ser alguma coisa não sendo nada, a si mesmo se engana” (Gl6:3).

Alguém que tenha adquirido esse reconhecimento jamais procurará se exaltar. Não apenas não sente nenhuma necessidade disso, como uma tal atitude lhe parecerá por demais ridícula, a qual só pode mesmo florescer no terreno da ignorância, do mais absoluto desconhecimento do verdadeiro papel que um ser humano representa na incomensurável obra da Criação. Munido de verdadeira humildade, aquela humildade que brota do coração e não para consumo externo, é possível ao ser humano conseguir muita coisa de valor, em vários aspectos da vida. Sem humildade não se consegue nada. Nada mesmo.

A vinda de Jesus à Terra não é a prova, como tantos supõem, de que a humanidade é tão importante para Deus que Ele prontamente enviou Seu próprio Filho para o meio dela, a fim de resgatá-la do pecado e conservá-la junto de Si. Não. A vinda de Jesus à Terra é a prova, sim, da imensidão do Amor do Todo-Poderoso, o qual está muito acima da capacidade de compreensão de uma criatura humana. Só mesmo um Amor tão imenso como esse poderia enviar uma parte de Si mesmo para auxiliar seres que estavam em via de se perder, criaturas que se mostraram *incapazes de cumprir sua incumbência*, ainda que mínima, no gigantesco conjunto da obra.

A grande maioria dos fiéis atuais é tão presunçosa como os fariseus de outrora, que gostavam “da primeira cadeira nas sinagogas e das saudações nas praças” (Lc11:43). Também eles correm hoje a assentar-se nos primeiros lugares da festa, por acreditarem ser muito mais do que são. Por isso, estão sendo forçados agora a se acomodar nos últimos lugares, e a maior parte deles será até mesmo posta para fora, por terem-se mostrados indignos do convite. “Aquele que se exaltar será humilhado...” (Mt23:12), disse o Mestre. Só uma parte mínima dos convidados tornar-se-ão os “bem-aventurados que foram chamados à ceia das bodas do Cordeiro” (Ap19:9).

O Filho Pródigo

“Certo homem tinha dois filhos; o mais moço deles disse ao pai: Pai, dá-me a parte que me cabe dos bens. E ele lhes repartiu os haveres. Passados não muitos dias, o filho mais moço, ajuntando tudo o que era seu, partiu para uma terra distante e lá dissipou todos os seus bens, vivendo dissolutamente. Depois de ter consumido tudo, sobreveio àquele país uma grande fome, e ele começou a passar necessidade. Então ele foi e se agregou a um dos cidadãos daquela terra, e este o mandou para os seus campos a guardar porcos. Ali desejava ele fartar-se das alfarrobas que os porcos comiam, mas ninguém lhe dava nada. Então, caindo em si, disse: Quantos trabalhadores de meu pai têm pão com fartura, e eu aqui morro de fome! Levantar-me-ei e irei ter com meu pai e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti, já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores. E, levantando-se, foi para seu pai. Vinha ele ainda longe quando seu pai o avistou e, compadecido dele, correndo, o abraçou e beijou. E o filho lhe disse: Pai, pequei contra o céu e diante de ti, já não sou digno de ser chamado teu filho. O pai, porém, disse aos seus servos: Trazei depressa a melhor roupa; vesti-o, ponde-lhe um anel no dedo e sandálias nos pés; trazei também e matai o novilho cevado. Comamos e regozijemo-nos, porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado. E começaram a regozijar-se.”

(Lc15:11-24)

Essa parábola sintetiza toda a saga humana. Mostra o início do desenvolvimento do ser humano, inicialmente sem mácula, depois quando peca e, por fim, a possibilidade de sua redenção.

O *filho mais moço* requisita *os bens que lhe cabem* e parte para longe. Essa imagem mostra a saída do germe espiritual humano do Paraíso, que traz consigo todas as dádivas para vicejar na materialidade – “*uma terra distante*”, com a finalidade de obter a autoconsciência através de vivências e retornar ao Paraíso, como espírito plenamente amadurecido.

No Paraíso há seres espirituais *criados*, que sempre puderam permanecer lá, sem precisar antes descer até os mundos da materialidade a fim de amadurecer e se desenvolver. Estes seres criados são simbolizados pelo outro filho, o mais velho, que sempre viveu na Casa do Pai.

O filho mais moço representa os germes espirituais humanos, que tal como as sementes precisam crescer e se desenvolver mediante estímulos exteriores, só encontrados no grande campo de cultivo da matéria. As vivências na Terra atuam sobre esses germes como o Sol e a chuva atuam sobre as sementes das plantas. Assim como uma pequena semente traz em si a capacidade de se transformar numa árvore frondosa, mediante as influências climáticas que atuam continuamente sobre ela, também o germe espiritual humano, mediante as vivências angariadas em múltiplas vidas terrenas, tem ensejo de se transformar num ser espiritual completo, autoconsciente, pronto a dar frutos em abundância lá na pátria espiritual de onde saíra, o Paraíso. Para tanto, ele precisa aproveitar as muitas vivências no sentido do seu próprio aperfeiçoamento, corajosamente, tal como um tijolo de barro que se fortalece cada vez mais sob os raios solares, e não como um pedaço de cera qualquer, que se derrete desconsolado sob o mesmo sol da reciprocidade.

A perspectiva de que o processo ocorra dessa maneira normal é dada pelas faculdades inerentes ao germe espiritual – “os bens que lhe cabem” mencionados na parábola. Contudo, o relato mostra que o germe espiritual plantado aqui na matéria não aproveitou essas suas capacidades inerentes, não se desenvolveu espiritualmente. Pelo contrário, ele “*dissipou todos os seus bens*”, preferindo “*viver dissolutamente*”, isto é, não desenvolveu as faculdades espirituais que trazia consigo, antes deu valor apenas às coisas materiais, perecíveis.

Por causa dessa negligência, desse pecado, ele teve de experimentar grandes penúrias, efeitos retroativos do seu mau proceder e de outros como ele – “a grande fome” que se abateu no país. Ele então passou a “*guardar os porcos*”, uma atividade ínfima comparada à missão destinada ao espírito humano na Criação. Nesse ponto, o filho nada mais desejava senão se saciar com as “*alfarrobas* (vagens da alfarrobeira) que os porcos comiam”.

Todavia, todo esse sofrimento acabou despertando nele a saudade da Casa do Pai, onde mesmo os trabalhadores “*têm pão com fartura*”. No reino espiritual só existe alegria, permanentemente usufruída pelos servidores que lá se encontram, num permanente dar e receber. Todos desfrutam de abundância, pois a miséria é decorrência unicamente do pecado, e este não pode medrar lá. Só em regiões muito afastadas do reino espiritual, como é o caso do plano material da Criação, é possível a ocorrência de uma falha consciente de uma criatura, o pecado, que traz como consequência inevitável a dor e o sofrimento.

Os instrumentos que provocam esse sofrimento podem apresentar-se de múltiplas formas, mas a culpa real é sempre do próprio atingido por ele. Vamos intercalar aqui o relato do reconhecimento do pecado, como única fonte de sofrimento humano, feito pelos irmãos condenados pelo rei Antíoco IV Epífanes, no momento em que estavam sendo torturados por ele. Disseram-lhe os irmãos: “Não te entregues a vãs ilusões, *porque é por causa de nós mesmos* que suportamos estes padecimentos, *tendo pecado* contra o nosso Deus. Sobrevieram-nos por isso estranhas calamidades. Nós, se sofremos, *é por causa de nossos próprios pecados*” (2Mc7:18,32).

Estranhas calamidades... advindas do pecado. Como dor, miséria, fome, doenças...

O filho mais moço então “*caiu em si*”, ou como diz muito apropriadamente o original grego da parábola: “*entrou em si mesmo*”. Reconhecendo seu erro – “*pequei contra o céu e diante de ti*”, ele pede perdão ao pai e se diz indigno de ainda ser considerado seu filho. Todavia, nesse reconhecimento está implícita a firme resolução de não mais atuar daquela maneira errada, de *esforçar-se* em agir direito dali por diante, segundo a vontade do pai. Por isso, o pai lhe perdoa e o cobre de graças, pois seu filho “*estava morto e reviveu*”, “*estava perdido e foi achado*”. Em outras palavras, o filho estava prestes a sofrer a morte espiritual, mas ressuscitou a tempo para a vida eterna. Sua roupa nova, o anel e

as sandálias, indicam que a sua alma (a veste do espírito) já terá sido completamente purificada quando estiver prestes a entrar no reino espiritual. Com isso o filho comprovou, por experiência própria, que “só se entra no Reino de Deus superando muitas tribulações” (At14:22).

O pertinaz e perspicaz Pelágio, nosso nobre amigo do século V, observou muito bem que se o filho pródigo pôde se arrepender e voltar sozinho para o pai, sem auxílio de nenhum mediador, então isso significa que nós também não precisamos de nenhum mediador para nossa redenção, leia-se “igrejas”. Mais um ponto para o audaz Pelágio, assaz sagaz e por vezes mordaz, mas sempre veraz!

A segunda parte da parábola, não reproduzida acima, mostra um presumido descontentamento do filho mais velho pela recepção que o mais moço teve por parte do pai (cf. Lc15:25-32). Como é impossível qualquer tipo de descontentamento no Paraíso, onde reina apenas a alegria mais pura, esse relato serve apenas para mostrar que, após seu retorno, o filho mais moço será tão valioso quanto o mais velho, não havendo mais nenhuma distinção de vulto entre os dois. Após o desenvolvimento necessário dos dons de cada filho, um no reino do espírito e outro no da matéria, ambos terão as mesmas capacitações e mesmo valor, fato indicado já no início da parábola, quando o pai *repartiu seus haveres igualmente* entre os dois.

O ser humano que está a ponto de se perder na matéria, devido aos erros nele aderidos, mas que num determinado momento redireciona sua sintonização interior para um alvo elevado, equivale ao filho que toma a resolução de voltar para a Casa do Pai. Vê-se assim que o sofrimento também pode ser uma bênção, se consegue levar a pessoa atingida por ele a modificar seu modo errado de vida de até então. De fato, muitas vezes só nas agruras, decorrentes da reciprocidade, é que o ser humano redireciona seu íntimo no sentido certo.

E depois de *ele mesmo* ter ascendido até a Casa do Pai, sua chegada será então motivo de grande regozijo entre os habitantes do reino dos céus, o Paraíso. É uma alegria que se renova a cada filho pródigo que encontra o caminho de volta para casa.

A Torre e o Rei

“Quem dente vós, querendo construir uma torre, não se senta primeiro para calcular a despesa e ver se tem com que a concluir? Não suceda que, depois de assentar os alicerces, não a podendo acabar, todos os que virem comecem a troçar dele, dizendo: ‘Eis um homem que começou a construir e não pôde terminar!’ Ou qual é o rei que parte para a guerra contra outro rei e não se senta primeiro para examinar se lhe é possível com dez mil homens opor-se àquele que vem contra ele com vinte mil? Se não pode, estando o outro ainda longe, manda-lhe embaixadores a pedir a paz.”

(Lc14:28-32)

Nessas duas estórias superpostas, os protagonistas procuram agir com grande senso de responsabilidade, para que o resultado de suas empreitadas não lhes seja desfavorável. Um faz as contas com cuidado para ver se pode terminar a torre, e o outro avalia com zelo se pode mesmo entrar numa guerra com o vizinho.

Nos dois casos transparece a seriedade com que as missões terrenas são encaradas, para se poder levá-las a bom termo. Vemos uma situação semelhante, por exemplo, quanto temos de assinar um contrato qualquer. Certamente nenhum de nós assinaria um contrato terreno sem antes examinar detalhadamente o texto, e refletir se podemos mesmo cumprir tudo o que ali está assentado.

Por que será então que não temos o mesmo cuidado em relação a temas espirituais? Por que as pessoas se entregam irrefletidamente a uma crença qualquer, sem antes analisar meticulosamente, com *a intuição*, se o que é proposto a elas tem de fato ressonância em seu íntimo? Um contrato terreno não cumprido traz danosas conseqüências terrenais ao ser humano, mas o entregar-se irrefletidamente a uma fé pode lhe custar a vida eterna. Se usamos de responsabilidade em nossos misteres terrenos, com muito mais razão ainda devemos fazer uso dela em assuntos que digam respeito à nossa vida espiritual. Isso não é nenhum pecado, mas uma necessidade de máxima importância. De nada vale alegar aí que a respectiva fé é de “família”, e que portanto uma posição de independência traria inquietações e

desarmonias. Isso é mais uma vez apenas indolência do espírito, justamente o que as crenças atuais, em sua quase totalidade, procuram disseminar entre os adeptos.

Uma intuição aguçada em contínua vigilância e uma movimentação espiritual permanente constituem a única garantia para se poder obter frutos espirituais de empreendimentos espirituais.

A Ovelha e a Dracma Perdidas

“Qual dentre vós é o homem que, possuindo cem ovelhas e perdendo uma delas, não deixa no deserto as noventa e nove e vai em busca da que se perdeu, até encontrá-la? Achando-a, põe-na sobre os ombros, cheio de júbilo. E indo para casa reúne os amigos e vizinhos, dizendo-lhes: Alegrai-vos comigo, porque já achei a minha ovelha perdida. Digo-vos que assim haverá maior júbilo no céu por um pecador que se arrepende, do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento. Ou qual é a mulher que, tendo dez dracmas, se perder uma não acende a candeia, varre a casa e a procura diligentemente até encontrá-la? E, tendo-a achado, reúne as amigas e vizinhas dizendo: Alegrai-vos comigo, porque achei a dracma que eu tinha perdido. Eu vos afirmo que de igual modo há júbilo diante dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende.”

(Lc15:4-10)

Essas duas parábolas reforçam a idéia central contida na narrativa do filho pródigo. Em ambas transparece nítida a imagem do ser humano que errava mas que corrigiu o seu erro, que, portanto, estava perdido e foi encontrado.

A maior alegria do pastor foi ter encontrado e salvo uma única ovelha perdida dentre as cem que tinha. Do mesmo modo, a grande alegria da mulher não consistiu em ter conservado suas nove dracmas, mas sim em ter encontrado a décima desaparecida. *Grande é o júbilo no céu para cada pecador que se arrepende.* Mesmo que seja um entre milhões, é motivo de alegria no reino do céu. Por isso, nenhum esforço pode ser demasiado para conceder auxílio verdadeiro a um nosso semelhante que sofre, e que se mostra digno dessa ajuda. O sofrimento cuida de aplinar o caminho para que o socorro eficaz possa adentrar na alma.

Note-se, como sempre, a indicação de que o *próprio* pecador se arrepende, o que pressupõe uma mudança radical em seu modo de ser, até então sintonizado erradamente. Essa contingência está muito longe da idéia de uma obtenção fácil do perdão dos pecados, através da apática aceitação de uma fé cega ou do cumprimento compulsório de penitências inventadas.

O Juiz Iníquo

“Havia em certa cidade um juiz que não temia a Deus nem respeitava homem algum. Havia também naquela mesma cidade uma viúva que vinha ter com ele, dizendo: Julga a minha causa contra o meu adversário. Ele por algum tempo não a quis atender, mas depois disse consigo: Bem que eu não temo a Deus nem respeito homem algum, todavia como essa viúva me importuna julgarei a sua causa, para não suceder que, por fim, venha a molestar-me.”

(Lc18:2-5)

Logo após proferir essa parábola, Jesus dá aos seus ouvintes a explicação:

“Considerai o que diz este juiz iníquo. Não fará Deus justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite, embora pareça demorado em defendê-los?”

(Lc18:6,7)

A parábola, em conjunto com a subsequente explicação de Jesus, mostra a diferença abismal existente entre a justiça humana e a divina.

Os homens praticam a sua “justiça” segundo as ponderações de seu raciocínio, quando querem e como querem, pois a justiça humana apresenta-se cheia de lacunas e eivada de atos arbitrários. No entanto, para os juízes terrenos que colocam de lado o senso humanitário, na ilusão de estarem assim cumprindo seu dever, teria sido melhor mesmo que nunca tivessem nascido...

A Justiça divina é completamente distinta da humana. É imutável e intangível. Jamais falha, mesmo que não seja reconhecida pelos homens na época do seu desencadeamento. Jamais falha porque está inserida nos efeitos das auto-atuantes e perfeitas leis da Criação. Ela se destina ao *espírito humano* propriamente, e por isso atinge a respectiva pessoa em qualquer lugar ou época em que se encontre. Não está limitada pelo tempo e o espaço.

Para os seres humanos terrenos, a Justiça divina pode às vezes parecer demorada, porque eles a medem dentro do exíguo espaço de tempo de uma única vida terrena. Contudo, ela se cumpre inexoravelmente, no fechamento do ciclo da reciprocidade, conforme já bem diz a voz do povo: “Os moinhos de Deus moem devagar, mas com segurança.” E a Bíblia faz coro a essa sabedoria popular: “O Senhor é paciente e grande em poder, mas a ninguém deixa impune” (Na1:3).

O Bom Pastor

“Em verdade, em verdade vos digo: O que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, este é ladrão e salteador. Aquele, porém, que entra pela porta, este é pastor de ovelhas. Para este o porteiro abre, as ovelhas ouvem a sua voz, ele chama pelos nomes as suas próprias ovelhas e as conduz para fora. Depois de fazer sair todas as que lhe pertencem vai adiante delas, e elas o seguem porque lhe reconhecem a voz; mas de modo algum seguirão o estranho, antes fugirão dele porque não conhecem a voz dos estranhos.”

(Jo10:1-5)

Jesus foi a Palavra da Verdade encarnada. Por isso, todas as pessoas que ainda traziam algum vislumbre de Verdade dentro de si, uma centelha que fosse, experimentavam uma ressonância imediata com a Palavra trazida por Jesus. Claramente audível em seu íntimo. E seguiam-no, tal qual ovelhas que seguem confiantes seu pastor.

Com isso, aquele pequeno vislumbre de Verdade que possuíam em seu íntimo se fortalecia, ao haurirem da Fonte da Verdade que falava para elas, assim como uma chama bruxuleante num pedaço de lenha é reavivada por uma rajada de vento. Foi por isso, também, que Jesus disse: “Todo aquele que é da Verdade ouve a minha voz” (Jo18:37). Já os que não possuem mais essa centelha de Verdade em seu íntimo não são mais capazes de reconhecer a voz do pastor, e facilmente se deixarão iludir pelo ladrão e salteador.

O bom pastor chama suas ovelhas pelo nome e as conduz para fora. Os que transpõem a porta aberta para a vida, isto é, os que assimilaram de tal modo a Palavra de Jesus que passaram a viver inteiramente de acordo com ela, são conduzidos automaticamente para fora do labirinto em que se achavam e encontrarão a vida eterna.

Jesus esclarece as diferenças entre o bom pastor e o ladrão um pouco mais à frente:

“O ladrão vem somente para roubar, matar e destruir; eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância. Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida pelas ovelhas.”

(Jo10:10,11)

E mostra que os que vivem segundo a sua Palavra alcançarão a vida eterna:

“As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão.”

(Jo10:27,28)

Com sua Palavra Jesus indicou o caminho para que as suas ovelhas alcançassem a vida eterna. Quando ele diz que “o bom pastor dá a vida pelas ovelhas”, então isso significa que este bom pastor está disposto até mesmo a dar a vida para que suas ovelhas não saiam do caminho certo mostrado a

elas, fazendo-as compreender a profunda seriedade sobre a necessidade de viverem estritamente segundo suas indicações, portanto para que *não se desviem* de maneira nenhuma do caminho indicado pela Palavra e assim possam efetivamente encontrar sua salvação. É este também o sentido da frase: “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a própria vida em favor de seus amigos” (Jo15:13). A morte do pastor, por si mesma, jamais salvará ovelha alguma. Pelo contrário, se elas não estiverem bem firmes no caminho a elas mostrado pelo pastor que morreu, aí sim é que se perderão de vez, deixando-se levar pelos falsos pastores, os ladrões que vêm somente para roubar, matar e destruir.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS DESCONSIDERADOS DA DOCTRINA DE CRISTO

A Severidade do Verdadeiro Amor

Em sua obra *Na Luz da Verdade*, a Mensagem do Graal, Abdruschin afirma que a maior parte do verdadeiro amor é severidade.

Sim. O verdadeiro e legítimo amor visa unicamente o bem do próximo em sentido amplo, não se detendo diante de exterioridades. Deseja o que é melhor *espiritualmente* para o seu semelhante e age com denodo nessa direção, pouco importando se esse melhor lhe seja agradável ou não aqui na Terra. Pois tão-só o *espírito* é realmente vivo no ser humano. O corpo cumpre sua função de invólucro material do espírito durante alguns poucos anos terrenos e em seguida é descartado, sendo devolvido à terra como conseqüência natural, pois “o corpo sem espírito está morto” (Tg2:26). O *espírito* humano, porém, continua vivo e atuante na Criação, caso tenha se desenvolvido de modo certo.

O que o ser humano de hoje chama de amor ao próximo é um amor complacente, falso, pegajoso, que com palavras doces anestesia, sim, temporariamente a dor daquele que errou, mas ao mesmo tempo o impede de reconhecer a causa do sofrimento, o que infalivelmente força a repetição futura desse mesmo sofrimento. É um amor capaz de proporcionar um alívio momentâneo, mas ao preço da infelicidade perene; um amor que magnanimamente distribui esmolas aos desvalidos, mas não sem antes lhes subtrair o tesouro da dignidade; um amor sempre pronto a enxugar as lágrimas do sofredor, mas apenas para que este possa divisar mais nitidamente o sorriso beatificado do seu amoroso confortador.

Amor ao próximo não é isso. Nunca foi. Amor, amor verdadeiro ao próximo é dar a ele, antes de mais nada, o que lhe é de fato *útil*, pouco importando se isso lhe causa ou não alguma alegria efêmera. É visar a felicidade eterna do próximo e trabalhar com afinco nesse sentido. É mostrar de forma clara, até mesmo contundente se preciso for, as faltas cometidas, pois é “melhor a repreensão franca do que o amor encoberto” (Pv27:5), visto que os erros sempre retornam ao gerador na forma de dor e sofrimento. É fato que “as palavras do sábio são como agulhões” (Jó12:11), mas “quem fere por amor mostra lealdade, enquanto o inimigo multiplica beijos” (Pv27:6).

Amor verdadeiro é dar apoio irrestrito, sólido, a quem realmente se esforça em suplantar suas falhas, é ampará-lo na travessia do árduo caminho do reconhecimento do erro e de sua reparação. Pois unicamente o reconhecimento pessoal da atuação errada, implacável e abrangente, é capaz de fazer a respectiva pessoa mudar radicalmente sua sintonização interior. E tão-somente essa voluntária mudança de sintonização íntima pode interromper de vez o ciclo aparentemente sem fim do sofrimento intermitente, pela atuação permanente da Lei da Reciprocidade.

O amor verdadeiro, severo, abre para o próximo, a duras penas, o portal para a conquista da felicidade, enquanto que o falso amor passa sobre este, sem esforço, um ferrolho intransponível. A atuação do primeiro é permeada de obstáculos, dificultada por forte incompreensão e intensa crítica, enquanto que a do segundo é aplainada com carinho, incentivada com aprovações sorridentes e sorrisos inconstantes.

O falso amor já se imiscuiu em todos os campos da atuação humana, trazendo prejuízos inenarráveis a quem o pratica e a quem dele é vítima. A educação dos filhos, particularmente, sofreu demais com uma faceta desse falso amor, conhecido hoje como “educação moderna”. Esse tipo de educação que tudo tolera das crianças e adolescentes, para não criar nenhum “trauma” neles, não passa de uma incubadora de tiranos, contribuindo ainda mais para o caos reinante na Terra. É uma ferramenta afiada das trevas mais espessas. Algumas poucas frases bíblicas mostram que, também na educação familiar, o amor não se deixa separar da severidade: “O Senhor castiga aquele a quem ama, como um pai a um filho querido” (Pv3:12); “Quem poupa a vara não ama seu filho; quem o ama, porém, disciplina-o prontamente” (Pv13:24); “Não retires da criança a correção, ela não morrerá se a castigares com a vara” (Pv23:13); “A vara e a reprimenda conferem sabedoria, o jovem entregue a si

mesmo é a vergonha da sua mãe” (Pv29:15). Se a criança, assim educada com amor severo, tiver de fato boa índole, então é certo que não se desviará na vida: “Ensina a criança no caminho que deve andar, e mesmo quando for velho não se desviará dele” (Pv22:6).

O que vale para crianças e adolescentes vale também para adultos, apenas moldado para o mundo deles. Quando repreendeu severamente os Coríntios em sua primeira carta, Paulo logo em seguida explicou: “Não vos escrevo essas coisas para vos envergonhar, pelo contrário, para vos *admoestar* como a filhos meus *amados*” (1Co4:14). Paulo estaria sendo até negligente se não os admoestasse naquela ocasião, pois contribuiria assim para perpetuar um erro (no caso a soberba) e as conseqüências maléficas disso para a comunidade. Desse modo, ele mesmo se sobrecarregaria com uma culpa, devido à sua negligência. Pouco mais à frente, ele faz até um paralelo disso com a atuação do Senhor: “Punindo-nos, o Senhor nos educa, para não sermos condenados com o mundo.” (1Co11:32).

Paulo, portanto, agiu corretamente com seu amor severo, em inteira conformidade com um antiqüíssimo ensinamento das Escrituras: “Não odiarás o teu irmão no teu coração; *repreenderás o teu próximo para que não incorras em pecado por sua causa*” (Lv19:17). O salmista diz o mesmo do ponto de vista de quem foi justamente repreendido: “Castigue-me o justo e repreenda-me com misericórdia” (Sl141:5). Na segunda epístola dirigida aos Coríntios, Paulo volta à carga e afirma que “não se arrepende se os entristeceu com sua carta” (2Co7:8), e diz até que se alegrou pelo efeito que ela provocou: “Alegro-me agora, não pela vossa tristeza, mas pelo arrependimento que ela produziu” (2Co7:9).

Também João Batista, o Preparador do Caminho para Jesus, foi extraordinariamente severo para com seus assustados ouvintes. Suas palavras vibravam qual um machado afiado contra as raízes dos males humanos. João Batista agia assim por amor, por *legítimo amor* a seus semelhantes, e jamais se preocupou com o que estes poderiam pensar ou falar de seus atos e de suas repreensões. Assim atua o amor verdadeiro.

Esse amor verdadeiro também não age com a perspectiva de receber alguma recompensa ou reconhecimento, pois “não procura seus interesses, não se ufana e nem se ensoberbece, mas sim se regozija com a Verdade” (1Co13:4-6), conforme Paulo, mais uma vez, procura explicar. O retorno da atuação desinteressada do verdadeiro amor advém de modo automático, novamente por efeito da Lei da Reciprocidade, como indica Jesus no trecho a seguir:

“Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai sem esperar nenhuma paga; será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo.”

(Lc6:35)

Amar os inimigos outra coisa não é senão usar de severidade justa para com eles, para que reconheçam seu proceder mau e redirecionem sua vontade no sentido do bem: “Disciplina severa para quem abandona o caminho!” (Pv15:10). Assim, não precisarão mais sofrer futuramente, em decorrência de seus atos malévolos no presente. Tiago também previu o efeito benéfico de semelhante prática: “Quem reconduzir um pecador do caminho em que se extraviara lhe salvará a vida e fará desaparecer uma multidão de pecados” (Tg5:20).

Jesus Cristo, justamente por ser a “manifestação do Amor de Deus entre nós” (1Jo4:9), o Amor de Deus encarnado portanto, foi especialmente severo para com as criaturas cerebrinas de sua época. Ele, que cumpria integralmente a Vontade do Pai, nem poderia ter agido de modo diferente, e afirmou expressamente: “Eu vim trazer fogo à Terra” (Lc12:49). Jesus chegou até mesmo a advertir que “não viera trazer paz à Terra, mas a espada” (Mt10:34), como sinal da atuação simultânea do Amor com a Justiça divina, pois é sabido que “se o homem não se converter, afiará Deus a Sua espada” (Sl7:12).

A conduta de Jesus frente aos seres humanos estava muito longe da imagem distorcida que se tem dele hoje em dia: a de um Messias brando, condescendente, procurando-se ver nisso uma prova da atuação do Amor divino. Quantas vezes ele não rebateu severa e corajosamente os ataques daquela súcia de fariseus e saduceus, que tinham ao seu lado o poder terrenal? O capítulo 23 do Evangelho de Mateus traz nada menos que sete “Ai de vós!” contra a hipocrisia deles, além dessa duríssima acusação do Mestre: “Serpentes! Víboras que sois! Como escapareis da condenação ao inferno?” (Mt23:33). O

evangelista Marcos diz que Jesus passou sobre os fariseus “um *olhar irado* pela dureza de seus corações” (Mc3:5).

E também não expulsou Jesus os cambistas³⁶ e vendilhões do Templo, chamando todo aquele bando de “covil de salteadores”? (cf. Mt21:13; Mc11:17; Lc19:46). E quantas vezes ele não repreendeu duramente seus próprios discípulos? Admoestava-os por serem medrosos e terem o coração endurecido (cf. Mc4:40;8:17), indignava-se com eles (cf. Mc10:14) e chegou até mesmo a lamentar abertamente ter de estar junto deles: “Até quando estarei eu junto de vós e terei de vos suportar?” (Lc9:41). Aos discípulos ainda coube a mesma severa advertência sobre *não agir* segundo seus ensinamentos: “Por que me chamais Senhor! Senhor! e não fazeis o que eu digo?” (Lc6:46). Jesus sempre exigiu deles que o tomassem como exemplo de *atuação*: “Dei-vos exemplo para que, assim como eu fiz, vós *façais* também” (Jo13:15). Por fim, os discípulos foram arrancados rudemente de sua inércia espiritual ao ouvirem de Jesus que todos eles estavam na iminência de cair... (cf. Mc14:27). Sobre essa iminência de queda, é muito significativo que, por três vezes, Jesus tenha encontrado seus discípulos dormindo próximo ao jardim do Getsêmani, apesar de lhes ter ordenado expressamente que vigiassem (cf. Mt26:36-45). “Ainda dormis e descansais?” (Mt26:45), perguntou rudemente da última vez.

A Palavra de Jesus era severa, dura, a ponto de alguns discípulos acharem que não poderiam suportá-la: “Esta Palavra é dura. Quem consegue escutá-la?” (Jo6:60). E quando surgiram defecções, quando “muitos discípulos o abandonaram e não mais andavam com ele” (Jo6:66), Jesus não lamentou o fato absolutamente, e até perguntou se os que tinham ficado também não queriam ir embora: “Não quereis também vós partir?” (Jo6:67), perguntou simplesmente.

O apóstolo Paulo sabia muito bem que a Palavra de Jesus era bastante severa, e conhecedor da natureza humana, anteviu um tempo em que a legítima doutrina de Cristo seria adulterada, para se ajustar à indolência espiritual das pessoas: “Virão tempos em que a sã doutrina não será aceita, mas as pessoas acumularão mestres que lhe encham os próprios ouvidos, de acordo com os próprios desejos. Desviarão os ouvidos da Verdade e divagarão ao sabor de fábulas” (2Tm4:3,4). E o apóstolo Pedro complementa: “Muitos hão de segui-los na sua libertinagem e, por causa deles, o caminho da Verdade será blasfemado; movidos pela cobiça, hão de explorar-vos com palavras enganadoras” (2Pe2:2,3).

Será bom ressaltar aqui que a reprodução escrita das supostas palavras proferidas por Jesus nunca podem transmitir o tom de severidade com que ele as pronunciou. Conforme explica o pesquisador Jack Goody em seu livro sobre a interface entre o oral e o escrito, “a reprodução escrita usa muito mais formas declarativas e subjuntivas do que interrogativas, *imperativas e exclamativas*.” Ou seja, o tom imperativo, severo, de um discurso oral nunca é adequadamente retransmitido numa reprodução escrita. Acrescente-se a essa constatação o esforço dos evangelistas e copistas em repassar para a posteridade uma imagem terna (na acepção deles) de Jesus, confundindo amabilidade com moleza e fundindo serenidade com leniência. Isso tudo levou à idéia absolutamente errônea de uma fraqueza do Filho de Deus diante dos seres humanos.

O fato real é que Jesus jamais mendigou a benevolência dos seres humanos, jamais lhes suplicou que aceitassem seus ensinamentos, que consentissem em serem salvos. Muito, mas muito pelo contrário. Ele *exigiu*, sim, e com a máxima severidade, o cumprimento integral de sua Palavra, como condição primordial para a possibilidade de obtenção da própria salvação. “Falava abertamente” (Jo7:26) às pessoas, com plena segurança, explicando-lhes como tinham de viver, ciente que estava de sua origem e missão. As multidões percebiam essa sua firmeza, essa sua autoridade, e nem por isso deixavam de ouvi-lo, ao contrário, “o povo todo ficava fascinado ao ouvi-lo falar” (Lc19:48):

“Estavam as multidões maravilhadas de sua doutrina, porque ele as ensinava como quem tem autoridade, e não como os escribas.”

(Mt7:28,29)

³⁶ Muita gente se pergunta o que cambistas estariam fazendo no átrio do Templo de Jerusalém. O que acontecia é que os sacerdotes decretaram que o pagamento do tributo anual ao Templo tinha de ser feito em moedas da mais pura prata, e para tanto apenas as moedas cunhadas na cidade de Tiro eram aceitas. Daí a necessidade dos cambistas, para trocar as várias moedas em circulação no Império pela única autorizada. A taxa de conversão dependia bastante da vontade dos cambistas, que naturalmente aproveitavam a ocasião para forrar os bolsos. Dos vendilhões, os peregrinos compravam pombas para a oferenda do sacrifício. Foi contra essas negociações dentro da área do Templo que Jesus se insurgiu.

Até os guardas enviados pelos sacerdotes e fariseus para prender Jesus reconheceram que “nunca homem algum falou como ele” (Jo7:46). Claro que não. Tudo quanto Jesus falava era completamente diferente do que as pessoas estavam acostumadas a escutar, pois ele era a própria Verdade encarnada, e os seres humanos vinham se afogando em mentiras religiosas há séculos, docemente sussurradas em seus ouvidos. Daí a severidade implacável do Filho de Deus, como único auxílio possível àquela massa inerte. Especialmente no tocante aos líderes religiosos, ele nunca procurou por panos quentes em nada. Nunca fez uso das interpretações usuais das Escrituras de seu tempo, porque essas de nada lhe poderiam servir, já que totalmente erradas, porque cômodas para o espírito humano. Exatamente como se dá hoje em relação aos seus ensinamentos.

Jesus ainda falou bem nítida e severamente do tempo do Juízo, da “Ira que está para vir” (Lc3:7), dos “dias que são de vingança” (Lc21:22), da “miséria e cólera contra este povo” (cf. Lc21:23), do “inferno de fogo” (Mt5:22) para os que lançam insultos, e ainda avisou que para quem for causa de pecado do próximo “melhor lhe fora ser lançado ao mar com uma pedra de moinho enfiada no pescoço” (Lc17:2). E quando alguns de seus ouvintes começaram a comentar entre si sobre os galileus supliciados por Pilatos, ele logo os cortou asperamente, avisando que, se não se arrependessem, pereceriam todos *da mesma forma* como os que haviam sido mortos pelo prefeito romano e os soterrados pela torre de Siloé (cf. Lc13:1-5).

Jesus, o Portador da Verdade, nunca manifestou a mínima complacência com o mal. Nunca deixou de exortar com rigor seus ouvintes, nunca alisou o ego de ninguém nem procurou aliciar quem quer que fosse, e chegou mesmo a instruir bem claramente seus discípulos quanto a isso:

“Quando, porém, entrardes numa cidade e não vos receberem, saí pelas ruas e clamai: Até o pó da vossa cidade, que se nos pegou aos pés, sacudimos contra vós outros.”

(Lc10:10,11; Mc6:11)

Paulo, mais uma vez, parece ter compreendido muito bem a íntima conexão entre o verdadeiro amor e a severidade, conforme se depreende desse trecho de sua Epístola aos Romanos:

“Considerais, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, a severidade; mas para contigo a bondade de Deus, se nela permanecerdes; doutra sorte também tu serás cortado.”

(Rm11:22)

Tanto a bondade como a severidade provêm do mesmo verdadeiro amor. O ser humano é atingido em maior ou menor grau por uma ou por outra, dependendo de como se porta em face das leis de Deus. Aos que caíram, a severidade, para que reconheçam rapidamente seu erro e reencontrem o caminho da ascensão, a fim de poderem alcançar a bem-aventurança. Os que se mantêm no caminho certo recebem, por efeito da reciprocidade, as bênçãos provenientes da bondade do Criador. Isso, desde que permaneçam nesse caminho certo, caso contrário também eles serão *cortados*, isto é, serão igualmente atingidos pela severidade implacável e justa da reciprocidade, para seu próprio bem, para que escapem da morte espiritual, retomem o caminho certo e alcancem um dia o estágio evolutivo onde reina apenas alegria e felicidade. Vemos que o salmista louva o Senhor pelo castigo recebido, que o livrou da morte eterna: “Yahweh me castigou e castigou, mas não me entregou à morte!” (Sl118:18). O autor do segundo livro dos Macabeus deixou esse ensinamento consignado, ao esclarecer as causas do imenso infortúnio sofrido pelo povo hebreu nas mãos do opressor sírio: “Aos que estiverem defrontando-se com esse livro, gostaria de exortar que não se desconcertem diante de tais calamidades, mas pensem antes que esses castigos não sucederam para a ruína, *mas para a correção da nossa gente*” (2Mc6:12).

O apóstolo Paulo também não foi menos severo com os judeus da cidade de Corinto:

“Diante da oposição e das injúrias deles, Paulo sacudiu as vestes e lhes declarou: ‘Que o vosso sangue caia sobre vossa cabeça!’”

(At18:6)

A expressão “que o sangue caia sobre vossa cabeça”, muito comum entre os israelitas daquele tempo, significava literalmente: *sois os únicos responsáveis pelo que vos acontecer!* Não deixa de ser um reconhecimento implícito da atuação da Lei da Reciprocidade.

Em relação à cidade de Jerusalém, que matava os profetas e apedrejava os enviados, Jesus avisou severamente que, devido a isso e por ter rejeitado seu amor auxiliador, seria simplesmente abandonada por ele, como uma casa deserta:

“Jerusalém, Jerusalém, tu que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados! Quantas vezes eu quis reunir teus filhos, como a galinha reúne os pintinhos debaixo das asas, mas não quiseste! Pois bem! Vossa casa será deixada deserta.”

(Mt23:37,38)

No Evangelho segundo Mateus, Jesus reage à descrença dos que, mesmo testemunhando seus milagres, não crêem nele e na sua missão, e que por isso não modificam sua errônea sintonia interior. Ele passa então a *increpar*, isto é, a repreender com extrema severidade, a admoestar com a máxima energia:

“Passou então Jesus a increpar as cidades nas quais ele operara numerosos milagres, pelo fato de não se terem arrependido.”

(Mt11:20)

O que Jesus antevê aí para a população das cidades de Corazim, Betsaida e Cafarnaum, está muito longe da idéia de um Amor mole e condescendente, que tudo perdoa arbitrariamente:

“Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido com pano de saco e cinza³⁷. E contudo vos digo: No Dia do Juízo haverá menos rigor para Tiro e Sidom do que para vós outros. Tu, Cafarnaum, elevar-te-ás, por ventura, até o céu? Descerás até o inferno, porque se em Sodoma se tivessem operado os milagres que em ti se fizeram, teria ela permanecido até o dia de hoje. Digo-vos, porém, que menos rigor haverá no Dia do Juízo para com a terra de Sodoma, do que para contigo.”

(Mt11:21-24)

Origem e Conseqüências do Pecado

As concepções em voga sobre as maneiras pelas quais o ser humano pode pecar, e as conseqüências dos seus pecados, não traduzem exatamente o fenômeno real. Em tempos passados houve até quem tentasse catalogar as diferentes variedades de pecados, chegando à curiosa cifra de 789 delitos... Esse tipo de preocupação não ajuda ninguém em coisa alguma, pois não passa de um cismar. O que é certo ou errado cada um sente nitidamente, sabe até muito bem.

Pessoas bem-intencionadas supõem que não devem pecar porque, segundo os ensinamentos de sua religião ou crença, trata-se de uma atuação errada, um ato que não é do agrado do Criador. O significado real do pecado, porém, não se restringe a esse conceito, mas vai além.

Na Bíblia, a palavra pecado aparece pela primeira vez no Gênesis, na advertência do Senhor a Caim, antes de matar seu irmão Abel: “Se, todavia, procederes mal, eis que o *pecado* jaz à porta.” (Gn4:7). Alguns pesquisadores dizem que a palavra hebraica utilizada aí para designar pecado – *hatta'th* – representa um ser demoníaco, e que a idéia transmitida originalmente é a da atenção de Caim voltada para essa figura, a qual espera que ele tome uma decisão: fazer o que é certo ou não, escolha essa que o livrará do pecado ou o lançará nas suas garras. Esse termo hebraico que designa pecado tem, de fato, o sentido de “errar o alvo”, o mesmo sentido do correspondente termo grego – *hamartia*. Existe um texto judaico, muito bem conceituado, que reproduz essa passagem do Gênesis

³⁷ O pano de saco era um tecido áspero, escuro, feito de pele de cabra; cobrir-se com pano de saco e cinza era sinal de luto e penitência.

com o detalhe bem explícito do ser demoníaco em atalaia: “Se você tem boa intenção, conduza-a para as alturas, mas se você não tem boa intenção, já de início é pecado, um *demônio-de-tocaia* manda para você sua luxúria.” Os outros termos hebraicos que indicam pecado são: *pesa*, que significa revolta consciente e é normalmente traduzido como “rebeldia”, e *awon*, que indica o desvio do padrão divino, geralmente vertido como “iniquidade”.

No Gênesis, vemos que o Criador havia feito uma distinção entre a oferta de Abel e a de Caim, tendo dado valor à primeira e rejeitado a segunda: “O Senhor voltou seu olhar para Abel e sua oferta, mas de Caim e da oferenda que trouxera desviou o olhar” (Gn4:4). Isso aconteceu porque “Abel ofereceu a Deus um sacrifício *bem superior* ao de Caim” (Hb11:4). Já a oferenda de Caim era “uma oferta de frutos da *terra*” (Gn4:3), significando que se tratava de algo meramente terreno, material. Caim se irritou com a recusa do Senhor à sua oferta e decidiu matar seu irmão Abel... A insolente resposta que Caim dá ao Criador quando perguntado pelo paradeiro do irmão, não deixa dúvidas sobre sua índole: “Acaso sou eu guarda de meu irmão?” (Gn4:9). Ao contrário do irmão bom, Caim demonstrou com seu comportamento que “era do Maligno, e suas obras eram más” (1Jo3:12). Caim representa o raciocínio humano e Abel o espírito humano. Caim foi marcado com o estigma de Lúcifer em sua testa, o sinal dos condenados: “O Senhor pôs então um sinal em Caim” (Gn4:15). O profundo significado do assassinato de Abel por parte de seu irmão Caim é narrado em detalhes na obra O Livro do Juízo Final, de Roselis von Sass.

Flavio Josefo, do século I, apresentou a seguinte interpretação do comportamento de Caim, e sua posterior atuação, em sua obra Antiquidades Judaicas: “Ele, Caim, não aceitou sua punição como corretivo, mas aumentou ainda mais a sua impiedade, pois buscava somente aquilo que era para seu prazer físico, mesmo que para isso tivesse que ferir seus vizinhos. Aumentou seus bens mediante a rapina e a violência, incitou seus conhecidos a procurar prazeres e obter coisas pelo furto, e tornou-se um grande líder de homens no caminho da iniquidade. Ele também introduziu uma mudança na maneira simples com que os homens viviam antes, tornou-se o autor de medidas e pesos. Enquanto eles não conheciam essas artes viviam de forma inocente e generosa. Caim, porém, mudou o mundo em estratagemas ardilosos.” Essa descrição dos frutos do raciocínio supercultivado não poderia ser mais eloqüente.

O drama de Caim e Abel aparece também na mitologia egípcia, naturalmente com outros personagens. Em antigos escritos vemos que Osíris, filho do deus-terra e da deusa-céu, recebeu a incumbência de governar o mundo, e o fez como um monarca benfazejo. No entanto, Set, seu irmão, afastado do poder e corroído pela inveja, começou a conspirar contra ele, acabando por matá-lo e atirar seu cadáver na água. A versão grega é um pouco diferente, tendo como ponto central a grande estatura de Osíris... Convidado para um festim em sua honra, Osíris acaba caindo ingenuamente numa armadilha preparada pelo monstro Tifon.

É fato que o pecado constitui uma atuação contrária às disposições das leis naturais, as quais trazem em si a Vontade do Criador. Em vista disso é certo, sim, dizer que se trata de uma atitude oposta ao que é desejado pelo Senhor. Contudo, Deus, o Criador de Todos os Mundos, jamais pode ser atingido de alguma maneira pela contravenção de uma criatura. Ao agir contra as disposições do Todo-Poderoso o ser humano está prejudicando em primeira linha a si mesmo, somente a si mesmo: “Quem pecar contra Mim prejudica a si mesmo” (Pv8:36), diz o Senhor. Estará gerando para si próprio, nos efeitos finais da Lei da Reciprocidade, sofrimento e dor, miséria e desgraça, coisas que não precisaria conhecer se atentasse à Vontade do Senhor. Se não o tivesse praticado, o mal não poderia ter se apoderado dele: “Não faças o mal e o mal não se apoderará de ti” (Ec10:1); “Praticai o bem, e o mal não vos atingirá” (Tb12:7); “Não chameis sobre vós a ruína, pelas obras de vossas mãos” (Sb1:12).

Se a criatura humana se tornar nociva na Criação, pelo desrespeito contumaz às Suas leis, será simplesmente eliminada dela, assim como se limpa uma engrenagem de um grão de areia estorvante. E nenhuma das outras peças da engrenagem sentirá qualquer falta desse grão de areia.

Uma lei da Criação é como um rio que corre para o mar. Este segue seu caminho imperturbavelmente, vivificando tudo por onde passa. Se um nadador seguir a favor da correnteza chegará ao mar rapidamente e sem se cansar. Se, ao contrário, quiser nadar contra a correnteza, não atingirá seu objetivo, mas será arrastado também para o mar de qualquer forma, chegando lá completamente extenuado e talvez até morto.

É impossível ao ser humano se sobrepor às leis da Criação, porque é impossível à vontade humana prevalecer sobre a Vontade de Deus, da qual emana a Luz da Verdade. O mínimo que lhe poderá acontecer nessa sua tentativa tola será sair dela muito machucado, pois “nada podemos contra a Verdade, senão em favor da própria Verdade” (2Co13:8).

A humanidade como um todo, porém, vem tentando nadar contra as correntezas da vida já há milênios, e por isso é arrastada à força agora em sentido contrário, impetuosamente. Nesse arrastar ela vai encontrando de volta, multiplamente aumentado, tudo quanto havia gerado atrás de si: destruição, tristeza, sofrimento, miséria. Tivesse ela seguido junto com as correntezas e o mundo seria hoje um paraíso terreno, onde só habitariam alegria e felicidade, como, aliás, estava previsto inicialmente nos caminhos do desenvolvimento humano.

Por isso, já numa época remota a humanidade recebeu os Mandamentos através de Moisés. Os Dez Mandamentos foram, na realidade, conselhos dados com imenso Amor à humanidade, para que no futuro ela não precisasse conhecer novos sofrimentos em seus caminhos de evolução, ou, até mesmo, vir a ser aniquilada.³⁸ São dez conselhos outorgados pelo onipotente Criador às Suas criaturas... Conselhos severos, não sugestões banais! Por essa razão, os Dez Mandamentos precisam ser observados de modo absoluto pela criatura humana, todos eles.

Ninguém pode desprezar a Verdade e a Justiça divinas e permanecer impune. Conforme já constataria o salmista em seu louvor ao Senhor, os Mandamentos dados à humanidade são a própria Verdade e Justiça de Deus: “Todos os Teus Mandamentos são Verdade, todos os Teus Mandamentos são Justiça” (Sl119:151,172). Somente aquele que observa os Mandamentos, preceitos de Deus para os homens, caminha nas sendas do Amor e da Verdade: “Todas as veredas do Senhor são Amor e Verdade para quem observa Sua aliança e Seus preceitos” (Sl25:10), adquirindo com isso a verdadeira sabedoria da vida: “Tu, que desejas a sabedoria, observa os Mandamentos, e o Senhor ta concederá” (Eclo1:26). Por isso, “quem diz ‘eu conheço a Deus’ mas não observa os Seus Mandamentos é mentiroso, e a Verdade não está nele” (1Jo2:4). Jesus também avisou que somente quem *observasse* os Mandamentos poderia entrar na vida eterna: “Se queres entrar para a vida, *observa* os Mandamentos” (Mt19:17). Com isso, o Mestre reavivava a ordem dada por Moisés ao povo israelita para que *pussem em prática* esses mesmos Mandamentos: “Escuta, Israel, as leis e os preceitos que eu hoje proclamo aos vossos ouvidos; aprendei-os e ponde-os em prática” (Dt5:1).

Pôr em prática os Dez Mandamentos não é algo impossível e nem mesmo difícil: “Seus Mandamentos não são penosos” (1Jo5:3). Eles são tão simples e claros, a própria clareza!... Como pode alguém, por exemplo, ainda sofismar sobre essas palavras cristalinas e deixar de cumprir o segundo Mandamento: “Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão, pois o Senhor *não deixa impune* quem pronuncia Seu nome em vão” (Dt5:11). No entanto, esse claro Mandamento do Senhor é o menos observado dos dez. Quase ninguém hoje atenta mais à santidade do nome do Senhor, louvado outrora pelo salmista: “Santo e venerável é o Seu nome” (Sl111:9); “só Seu nome é sublime” (Sl148:13); “como é glorioso Teu nome em toda a Terra!” (Sl8:1). São milhares as transgressões desse segundo Mandamento, transgressões que o Senhor *não deixa impune!*... Isso, apesar de outras tantas advertências correlatas, também muito claras e incisivas: “Não te acostumes a pronunciar o Nome do Santo! (...) Quem pronuncia o Nome em qualquer circunstância não será jamais isento do pecado” (Eclo23:9,10).

Vê-se que falta por toda parte a compreensão acertada da enorme abrangência e seriedade dos Dez Mandamentos. O quinto Mandamento, por exemplo, diz: “Não matarás”. Em hebraico, o verbo usado é *ratsáh*, que significa literalmente “quebrar”, “reduzir a pedaços”. Essa expressão não pode ser encarada exclusivamente como “tirar a vida de um corpo de matéria grosseira”, mas vai muito além disso. Significa, por exemplo, não reduzir moralmente alguém a pedaços, não quebrar uma amizade verdadeira ou a confiança que alguém nos deposita. Qualquer ato nesse sentido constitui assassinato no verdadeiro sentido, e por conseguinte uma transgressão ao quinto Mandamento! Se o Mandamento

³⁸ Ver, a respeito, a obra Os Dez Mandamentos e o Pai Nosso explicados por Abdruschin. A leitura desse livro mostra como são simples os preceitos do Senhor. Bastaria ao ser humano cumprir esses Mandamentos, com toda a naturalidade, para viver de maneira correta na Criação e, assim, atingir a bem-aventurança. Esses Dez Mandamentos, corretamente assimilados e praticados, fornecem tudo o que a Bíblia inteira, com seu conjunto de um milhão e meio de palavras, não pode dar ao espírito humano.

aludisse unicamente à proibição contra assassinato físico, o próprio Moisés já o teria infringido, pois o relato bíblico informa que ele liquidou um egípcio que maltratava um membro do seu povo (cf. Ex2:12).

Assim é também com os demais Mandamentos da Lei de Deus. Imensamente abrangentes e categóricos para o espírito humano. Contudo, o primeiro dos Dez Mandamentos é de tal modo incisivo, de tal modo decisivo para a existência da criatura humana, que Cristo denominou-o de “o maior dos Mandamentos” diante dos fariseus, indicando ser ele a *lei suprema*:

“Os fariseus ouviram dizer que Jesus tinha feito calar os saduceus. Então se reuniram, e um deles, um doutor da lei, perguntou-lhe, para experimentá-lo: ‘Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?’ Ele respondeu: ‘Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento! Esse é o maior e primeiro mandamento.’”

(Mt22:34-38)

O primeiro Mandamento age como um pendor ao contrário no ser humano, contanto que ele o vivifique dentro de si. É, na verdade, um “ascensor”, que segura a criatura em todas as dificuldades e a puxa para cima, impedindo-a de cair espiritualmente. O profeta Amós transmitiu o mesmo conceito com essa exortação da parte do Senhor: “Assim diz o Senhor Deus: Procurai por Mim e havereis de viver” (Am5:4). Quem quiser escolher a vida eterna tem de colocar o Criador acima de tudo, apegando-se a Ele como a um pendor, amando-O de todo coração e obedecendo à Sua voz, claramente audível na linguagem expressa na Criação: “Escolhe, pois, a vida, para que vivas, amando ao Senhor teu Deus, obedecendo à Sua voz e apegando-te a Ele”! (Dt30:19). Somente os que cumprem dessa forma o primeiro Mandamento permanecerão vivos espiritualmente: “Quanto a vós, permanecestes apegados a Yahweh, vosso Deus, e hoje estais todos vivos” (Dt4:4).

Não é difícil compreender que a deliberada permanência da atuação errada após o recebimento do Decálogo, e posteriormente da própria Mensagem de Jesus, constitua para o pecador uma circunstância *agravante*, pois desse modo ele continua a pecar *conscientemente*, “não tendo agora desculpa do seu pecado” (Jo15:22). Para estes, realmente, “melhor lhes fora não terem conhecido o caminho da justiça do que, após tê-lo conhecido, desviarem-se do santo Mandamento que lhes foi confiado” (2Pe2:21). Desse modo só lhes pode restar mesmo “certa expectativa horrível de juízo e fogo vingador, por viver deliberadamente em pecado depois de ter recebido o pleno conhecimento da Verdade” (Hb10:27,26). Podem contar a partir daí com ira e indignação sobre si: “Para aqueles que por rebeldia desobedecem à Verdade e se submetem à iniquidade, estão reservadas a ira e a indignação” (Rm2:8).

Do mesmo modo, quem ainda é capaz de pecar após ter ouvido e assimilado a Palavra de Jesus, isto é, aquele que depois de “ter provado a boa Palavra de Deus ainda é capaz de cair, crucifica para si mesmo o Filho de Deus e o expõe à ignomínia” (Hb6:5-6). “Assim, aquele que julga estar firme, cuide para que não caia!” (1Co10:12). Crucificar para si mesmo o Filho de Deus outra coisa não é senão matar a Palavra da Vida dentro de si, assassiná-la mais uma vez, ao invés de conservar “Cristo habitando no coração” (cf. Ef3:17). Com tal proceder, semelhante indivíduo abre mão, voluntariamente, da sua única possibilidade de salvação. É o mesmo que calcar sob os pés o Filho de Deus, o que trará na reciprocidade o castigo correspondente: “Podeis, então, imaginar que castigo mais severo ainda merecerá aquele que calçou aos pés o Filho de Deus” (Hb10:29). Esse tal torna-se então duplamente culpado, porque “a quem muito foi dado, muito será exigido” (Lc12:48). Ele passa a ser como a terra ruim, que apesar de ter recebido a mesma chuva abundante que caiu sobre a terra boa, só consegue por fim produzir espinhos e ervas daninhas: “Quando uma terra embebida de chuva abundante produz plantas úteis para quem as cultiva, essa terra tem a bênção de Deus. Mas se ela produz espinhos e ervas daninhas, não tem valor algum e está a um passo da maldição: acabará sendo queimada” (Hb6:7,8).

Que o efeito no retorno da reciprocidade será especialmente severo para com aquele que pecou conscientemente, em contraste com alguém que tenha praticado algum ato irrefletido, fica claro na passagem a seguir:

“Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade, será punido com muitos açoites. Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação, levará poucos açoites.”

(Lc12:47,48)

A título de ilustração, mencione-se que os preceitos contidos no Antigo Testamento para expiação dos pecados referiam-se tão-somente aos cometidos por descuido, inadvertência ou ignorância (cf. Lv4:2,13,22,27), isto é, a atos irrefletidos. Já quem pecava deliberadamente – em hebraico “pecar com a mão levantada” – seria simplesmente eliminado do povo do Senhor (cf. Nm15:30).

De qualquer maneira, também não é preciso que uma ação errada se evidencie visivelmente na matéria grosseira para ser caracterizada como pecado. A intenção basta. Quando, por exemplo, uma pessoa sente intuitivamente inveja, ódio ou cobiça, ela *já inseriu* com isso algo ruim no mundo, mesmo que não lhe seja visível, e desse modo ela efetivamente “já deu à luz o pecado” (Tg1:15). Esse algo ruim é uma configuração real, moldada numa matéria mais fina do que a matéria grosseira a nós visível, a qual traduz exatamente a intenção do gerador. Assim, o ser humano *já está pecando* ao dar ensejo a qualquer intuição má ou mesmo a pensamentos maus correspondentes. Com isso ele gera configurações feias, horripilantes, cuja única finalidade é trazer danos lá onde puderem se ancorar, por efeito da Lei de Atração da Igual Espécie.

O pecado é uma ação errada levada a efeito pelo espírito humano. Nada a ver com ninharias puramente terrenas, como prescrições alimentares, tipos de corte de cabelo, uso de adornos, etc. A não observância dessas coisas instituídas pelo raciocínio não é nenhum pecado. Tão-somente o desejo errado do *espírito*, que também pode dar origem a maus pensamentos e até ações más na matéria grosseira (com a respectiva reciprocidade ruim), é determinante para a geração de um carma negativo, segundo as leis divinas na Criação. Isso sim é pecado, o qual trará o retorno ao gerador infalivelmente, obrigando-o a arcar com as conseqüências de sua vontade errada, pouco importando a época ou o local em que se encontrar por ocasião da efetivação.

As configurações de intuições e de pensamentos permanecem ligadas ao gerador, mesmo depois de se terem desprendido dele. E também por efeito dessa mesma Lei de Atração da Igual Espécie atrairão formas análogas a elas, reforçando ainda mais a espécie má original. Contudo, como permanecem ligadas ao gerador, acabam retornando a ele após tempo maior ou menor, muito mais reforçadas também, trazendo-lhe então os efeitos retroativos correspondentes, em obediência à Lei da Reciprocidade. Esse fenômeno, tão incisivo para a existência inteira do ser humano, foi abordado por Jesus na passagem abaixo:

“Quando o espírito imundo sai do homem, anda por lugares áridos, procurando repouso, e não o achando diz: Voltarei para minha casa donde saí. E, tendo voltado, a encontra varrida e ornamentada. Então vai e leva consigo outros sete espíritos, piores do que ele, e entrando habitam ali, e o último estado daquele homem se torna pior do que o primeiro.”

(Lc11:24-26)

“Espírito imundo” deve ser entendido aqui como algo que tem a *aparência* de uma forma humana, visto ter se originado e saído do próprio ser humano, que é um ente espiritual. Se é imundo significa que se trata de uma configuração gerada por uma vontade intuitiva má. Configurações de intuições más e de pensamentos maus possuem formas horrendas – não obstante a aparência humana – visto terem sido originadas do mal.

A beleza (não a física) e a feiúra constituem, aliás, indicadores precisos e imediatos daquilo que se move direito ou errado na Criação. Certamente não é nenhum acaso o fato de a palavra hebraica *'ra* significar *mal* e também *feio*... e que em grego a palavra que designa *belo* também ter o sentido de *bom*. Podemos obter uma noção da velocidade da decadência geral se compararmos algum tema da época atual com outrora, verificando até que grau o conceito de beleza foi torcido pela raça humana.

Tomemos, por exemplo, a arte. Compare-se as pinturas dos grandes mestres da Renascença com a chamada arte moderna. É de cair pictoricamente o queixo. Nas exposições desse tipo de arte muitos se quedam profundamente compenetrados à frente de quadros que exibem apenas rabiscos e manchas coloridas, tentando assimilar a “mensagem” que o pintor quis supostamente transmitir, ou, o que é

mais comum, dando-se ares de entendidos no assunto e emitindo opiniões várias. No entanto, tais pinturas não significam outra coisa senão borrões sem sentido. Houve, inclusive, uma exposição em que o quadro vencedor foi pintado por um macaco; numa outra, por uma criancinha de quatro anos que apenas se divertia com as tintas que a mãe lhe havia dado para brincar; em outra exposição, um quadro de arte moderna permaneceu por engano vários dias exposto de cabeça para baixo, sob os olhares e comentários admirados dos apreciadores... E não se diga que a arte antiga e a atual são estilos distintos, e que por isso não podem ser cotejadas. Beleza é beleza e feiúra é feiúra. Ponto. Não vamos aqui nem mencionar a chamada arte contemporânea ou pós-moderna, pois que ainda não existem adjetivos para descrever um tal horror. E essa “arte” pós-moderna seria pré o quê?... Dá medo só de pensar...

Na música não é diferente. Os séculos XVIII e XIX viram surgir grandes compositores, autores de obras maravilhosas, soberbas, imorredouras. Até mesmo a época medieval, tão turbulenta, foi berço de músicas ricas e melodiosas, produtos admiráveis da pura vontade intuitiva de verdadeiros compositores, e por isso mesmo também imperecíveis. Mas, à medida que nos aproximamos do século XX e adentramos nele, a boa música vai escasseando mais e mais... E o que sobra também se deteriora cada vez mais, até desembocar no pesadelo sonoro que os jovens de hoje ainda se atrevem a chamar de música. Música verdadeira, perene, não pode surgir na época atual, quando a arte musical se encontra degradada a *ofício*, subjugada que está pelo domínio irrestrito do raciocínio. O mesmo se pode dizer em relação à arte da escultura.

E a indumentária! Compare-se as roupas e os “adornos” dos nossos jovens com as vestimentas dos moços e moças do século XIX ou início do século XX. Não há comparação possível.

Assim se apresenta a humanidade agora, na última fase do Juízo Final. Todo o falso atuar humano cresce agora cada vez mais sob a irradiação do Juízo, exibindo-se sob as formas mais extravagantes, mesclando-se ainda com acontecimentos terríveis, retornos da própria má vontade humana acumulada. O resultado de tudo isso é um caos enorme, imerso na imundície, uma feiúra ampla, geral e irrestrita, sem paralelo na história da humanidade.

Já a beleza, bem ao contrário, é o efeito natural e automático de todo e qualquer fenômeno que se processa em conformidade com as leis da Criação. Tudo o que age e se molda de acordo com essas leis será belo. Sempre será. É impossível não sê-lo. Mesmo aqui na Terra podemos constatar isso, ainda que em escala reduzida, observando a beleza sempre renovada da natureza. Como ela, a natureza, se desenvolve incondicionalmente segundo essas leis, tem necessariamente de ser bela. É por isso que ninguém nunca viu, nem nunca verá, uma flor feia... A natureza só se degrada de algum modo quando o ser humano põe sobre ela a mão, provocando desequilíbrios em múltiplas formas.

Também o ser humano poderia viver rodeado de beleza, se apenas quisesse realmente. Bastaria que se esforçasse em viver de acordo com as poucas e simples leis naturais, procurando direcionar seus pensamentos, palavras e ações sempre no sentido construtivo, no sentido do bem. Se a sua “perseverança nisso tivesse tido ação completa, ele se tornaria perfeito e íntegro, em nada deficiente” (Tg1:4). Sua vida tornar-se-ia novamente bela, assim como ele próprio, como resultado da atuação dessas mesmas leis.

Por isso, o ser humano de espírito vivo tem de cobrar ânimo e agir. Agir agora, no presente! *Ele mesmo* tem de arregimentar todas as suas forças unicamente no sentido do bem, sem descanso, se quiser de fato construir um belo futuro para si. É ele mesmo quem precisa colocar mãos à obra, com infatigável afinco! Cabe a ele, exclusivamente, transformar de modo radical sua vontade interior, o que naturalmente acabará se exteriorizando também em seus pensamentos, palavras e ações. E o pensamento purificado, a palavra verdadeira e a ação correta constituem justamente o material de construção com que ele molda, de modo inteiramente automático, um belo e radiante futuro para si mesmo. Tanto no Aquém como no Além. De modo inteiramente automático. Sem estafas intelectuais, sem algemas dogmáticas, sem malabarismos místico-ocultistas.

Agindo dessa forma ele *terá* de formar um belo futuro para si, por nem ser possível diferentemente segundo a lei natural de Causa e Efeito, ou Lei da Reciprocidade. Não é nada que a boa vontade e a perseverança não possam conseguir. As pedras que aqui e acolá surgem nessa sua empreitada, como se viessem do nada, e que eventualmente ainda podem fazê-lo tropeçar e se machucar, só lhe são úteis na realidade. Elas também foram formadas, lapidadas e colocadas no tapete

do seu destino por ele mesmo, em decorrência de sua sintonização errada de outrora. Não devem incutir-lhe medo ou desânimo, ao contrário, devem servir para que reconheça os erros que ainda lhe pendem e retemperar sua tenacidade em prosseguir para cima, colhendo sempre novos reconhecimentos espirituais. Deve ter sempre em mente que “Deus não nos deu um espírito de medo, mas um espírito de força, de amor e de sobriedade” (2Tm1:7). Um provérbio oriental diz: “Quando se busca o cume da montanha, não se dá importância às pedras do caminho.” As próprias pedras tornar-se-ão paulatinamente menores e mais raras à medida que se sobe, até que um dia também elas terão desaparecido por completo. Desse modo, a escalada lhe será facilitada a cada dia, na medida exata do seu esforço em ascender. E, ao atingir determinada altura, poderá divisar então nitidamente o belo futuro acalentado, o porvir que ele mesmo forjou para si, que ele mesmo conquistou.

Uma pessoa que se esforça desse modo para as alturas luminosas só poderá reagir com alegria ante cada anunciação do Alto, e não com medo. Medo é sinal de falta de movimentação espiritual, e agora, no Juízo, indica algo mais grave: falta de confiança na atuação das leis eternas, e por conseguinte falta de confiança na própria Onipotência e Justiça do Todo-Poderoso. Já o tema *Juízo Final*, por si só, é capaz de despertar o medo em muitos, como aconteceu outrora com o governador Félix ao ouvir Paulo: “Dissertando ele acerca da Justiça, do domínio próprio e do Juízo vindouro, ficou Félix amedrontado” (At24:25).

Desde o grande falhar, o medo sempre foi companheiro constante da raça humana. Até mesmos os singelos pastores que tomavam conta do rebanho na noite de Natal, “ficaram com muito medo quando um anjo do Senhor lhes apareceu” (cf. Lc2:9) para lhes anunciar o sagrado nascimento de Jesus. Por essa razão, o anunciador lhes falou antes de mais nada, tranquilizando-os: “Não tendes medo!” (Lc2:10). Por isso também sempre encontraremos essas palavras quando um anunciador das alturas se dirige a um ser humano. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Zacarias ao ver um anjo do Senhor postado à direita do altar. O sacerdote ficou perturbado com a visão, e imediatamente o anjo disse: “Não tendes medo, Zacarias, porque o Senhor ouviu teu pedido” (Lc1:13).

O único antídoto para o medo em nossa época, de cuja especial intensidade discorreremos mais à frente, é, portanto, manter contínua movimentação na escalada espiritual. Os que pautam suas vidas dessa forma sentem alegria permanente e não medo, e com isso tornam belos seu ambiente bem como a si próprios. São aquelas pessoas que parecem clarear o recinto só com a sua presença, e que sempre atraem magneticamente outras pessoas também possuidoras de qualidades boas. Homens que inspiram confiança e mulheres que irradiam graça. Criaturas belas no mais verdadeiro sentido, pouco importando se jovens ou velhas.

Sobre isso, já bem dizia o grande Pelágio no século IV: “Cada cristão tem de ser o mestre artesão da sua própria alma”. É nesse sentido que se pode dizer que o espírito molda o corpo, pois a vontade espiritual – o coração do homem – traz em si a força para moldar a alma de matéria fina: “É o coração do homem que modela o seu rosto, quer para o bem, quer para o mal” (Eclo13:31). Se o coração estiver voltado só para o bem, a alma se tornará belíssima.

Mas essas almas belas, infelizmente, são a exceção, e cada vez mais rara. A maior parte da humanidade é constituída de almas feias, horríveis mesmo, deformadas pelo egoísmo, mentira, inveja e ódio. São seres repulsivos, que conspurcam o ambiente com suas conformações medonhas de matéria fina, geradas por sua vontade má e seus pensamentos pestíferos. São, sim, criaturas horrorosas, repugnantes, mesmo que tenham uma boa conversa, mesmo que seus reflexos no espelho possam ser chamados de agradáveis. Como diz a voz do povo: por fora bela viola, por dentro pão bolorento...

É justamente para as emboloradas almas humanas dessa espécie, particularmente para as mulheres tão superficiais, que se diz: “anel de ouro em focinho de porco, tal é a mulher formosa, mas insensata” (Pv11:22). Infelizmente, quem vê a despudorada mulher da época atual, também tem de concordar que essa sentença do livro apócrifo Testamento dos Doze Patriarcas, escrito em fins do século II a.C., continua inteiramente válida para os dias de hoje: “Se quiserdes permanecer puros em vossos pensamentos, excluí de vossa mente as mulheres!”

Em linhas gerais, a mulher se degradou de uma tal maneira, que ela nem pode mais reconhecer. Tanto, que o homem deixou de reconhecer nela a portadora da elevada missão da feminilidade, acabando por desprezá-la de modo totalmente inconsciente. Todo lugar em que a mulher se encontra rebaixada, oprimida de inúmeras maneiras pela masculinidade, é indicativo de um solo espiritual

doentio, que terá de ser purificado de um jeito ou de outro. Esse processo de degeneração contínua da feminilidade vem já de milênios, e por isso pode ser reconhecido em vários textos bíblicos que, de uma maneira ou de outra, discriminam a mulher com mal disfarçada misoginia.

Como a humanidade se encontra afastada da Verdade há sete mil anos, e os textos bíblicos mais antigos têm muito menos de 4 mil anos de idade, é natural que as deturpações de Baal tenham-se imiscuído em muitos temas da Bíblia, principalmente no tocante ao papel da mulher, que sempre foi o primeiro alvo da obra destruidora de Lúcifer. Por exemplo, a palavra hebraica normalmente traduzida como *marido* nos textos do Antigo Testamento possui o significado original de “dominar, governar”, e seria mais honestamente traduzida como “amo, senhor”. O respeito e a atenção que Jesus dedicou às mulheres de seu tempo foi algo que causou uma enorme surpresa, quando não comoção. Mas foi só ele partir para que os antigos costumes retornassem com toda a força entre o povo, como fica evidente nessas frases soltas de Paulo, que não era nenhum carrasco: “As mulheres estejam caladas nas assembléias, porque não lhes é permitido tomar a palavra e, como diz também a lei, devem ser submissas. Se, porém, quiserem aprender alguma coisa, perguntem em casa aos maridos” (1Co14:34,35); “A mulher receba a instrução em silêncio, com toda submissão. Não permito à mulher que ensine, nem que exerça domínio sobre o homem, mas que se mantenha em silêncio” (1Tm2:11,12).

Mal sabia o apóstolo que a mulher exerce, sim, amplo domínio sobre o homem, muito maior do que se imagina, sendo esse o motivo de Lúcifer tê-la escolhido como seu alvo principal, pois ele sabia muito bem que se fizesse cair a mulher, o homem a seguiria infalivelmente para baixo. A queda no pecado descrita no Gênesis mostra exatamente essa situação. O poder da mulher é exercido sobretudo no lar, quando, no bom sentido, ela se torna realmente uma rainha, de esplendorosa beleza, derramando bênçãos sobre a família e a Criação inteira, com sua atuação silenciosa: “Como o Sol quando se ergue no alto do céu, assim é a beleza de uma boa esposa na ordenação de sua casa” (Eclo26:21).

Uma lenda judaica muito antiga, mostra que esse saber sobreviveu em certa medida, mesmo sob o terrível culto de Baal. No relato, um homem e uma mulher piedosa se casam, e como não têm filhos concordam em se separar. Cada qual encontra um novo companheiro. Diz a estória que o marido piedoso se casou com uma mulher ímpia e ela o tornou ímpio, e que a mulher piedosa se casou com um homem ímpio e fez dele um exemplo de retidão. Essa singela estória sintetiza muito bem o alcance do poder e da força da mulher dentro do lar.

Contudo, vários outros exemplos mostram a influência nefasta da doutrina de Baal para a degradação da feminilidade na Antiguidade. O muito antigo livro de Levítico, escrito provavelmente por volta do século V a.C., estipulava que se a mulher desse à luz um filho seria considerada impura por uma semana, mas no caso de uma filha a impureza se estenderia por duas semanas... A mulher não poderia participar de cerimônias religiosas por 33 dias se tivesse dado à luz um filho, e 66 dias se tivesse tido uma menina (cf. Lv12:1-5). Quando o Levítico faz uma avaliação monetária das pessoas segundo a idade, a mulher aparece sempre com a metade do valor de um homem (cf. Lv27:1-7). As mulheres judias ficavam de pé enquanto os homens comiam, e tinham de manter certa distância dos seus senhores nas ruas e nos átrios do Templo, onde podiam ocupar apenas uma área segregada, denominada “pátio das mulheres”. Seu testemunho não era válido num tribunal e os rabinos consideravam um pecado instruir mulheres na religião. Uma mulher não podia, em hipótese alguma, tornar-se sacerdotisa, porque seu ciclo mensal a tornava quase que permanentemente impura. Era crença disseminada que o espírito de um homem ímpio teria, como castigo, de se encarnar depois como mulher, ao passo que se uma mulher se comportasse de maneira justa, tornar-se-ia homem numa outra vida... Na Roma antiga e também na Grécia, uma mulher só podia realizar algum negócio se tivesse um fiador masculino. Em Atenas, havia normas para o deslocamento das mulheres pela cidade. A mulher grega só começava a contar sua idade a partir do dia em que se casava, significando que o casamento marcava o começo de sua vida real.

Foi a própria mulher que permitiu ser assim discriminada, ao aceitar voluntariamente os engodos de Lúcifer e repudiar sua sublime missão. Com isso, aos olhos da Luz ela perdeu seu encanto, e se tornou feia, horrivelmente feia.

No futuro, quando o conceito de beleza tiver sido endireitado à força, assim como tudo o mais que a humanidade torceu em sua cegueira espiritual, a Terra voltará a ser habitada unicamente por seres humanos belos, na mais completa acepção deste termo. E, em primeira linha, conduzindo tudo no novo tempo... a mulher!

Não a mulher de hoje, a “mulher estulta que nada sabe” (Pv9:13), da qual “sai malícia como traça das vestes” (Eclo42:13), a “estranha que fala com suavidade mas que se esqueceu da aliança do seu Deus” (Pv2:16,17), que “não segue o caminho da vida e seus trilhos se extraviam sem que perceba” (Pv5:6), “cuja casa pende para a morte e para o abismo os seus caminhos” (Pv2:18), onde “todos os que a freqüentam não retornam, e não encontram os caminhos da vida” (Pv2:19), porque “suas escadas levam para os átrios da morte” (Pv7:27). Mas sim a *nova mulher*, aquela que se tornou “muito mais preciosa do que as jóias” (Pv31:10), “vestida de força e dignidade” (Pv31:25), cuja “graça vale mais que o ouro” (Eclo7:19), que “abre a boca com sabedoria, e sua língua ensina com bondade” (Pv31:26); a mulher *espiritualizada*, guardiã do sagrado anseio pela Luz nas criaturas, que com sua invencível pureza rediviva “esmaga a cabeça da serpente” (Gn3:15), a serpente do mal e do pecado, a qual nunca mais poderá seduzir ninguém. A vida inteira então voltará a ser bela, será tão maravilhosa e linda como já fora no início dos tempos. E como deveria ter permanecido.

Mas voltemos, depois dessa longa digressão, ao espírito imundo que se desprende do ser humano, como decorrência de um pecado. Essa conformação má “anda por lugares áridos”, ou seja, é arrastada para regiões que, assim como ela mesma, são feias e lúgubres. É levada incondicionalmente para essas regiões, de acordo com a atração da igual espécie, e “não encontra repouso”, porque tudo o que entra na engrenagem da Criação é mantido em movimento permanente. Continuamente impulsionada, essa configuração de espécie ruim acaba “voltando para casa”, isto é, para o ponto de partida, o ser humano que a gerou, já que sempre permaneceu ligada a ele.

O espírito imundo – a configuração intuitiva má – volta trazendo “outros sete espíritos piores do que ele”. Essa imagem mostra que a configuração retorna ao gerador reforçada em sua espécie má, pela atração da espécie igual. E, com isso, o estado daquela pessoa se torna evidentemente “pior do que antes”, quando havia gerado a configuração inicial, pois recebe em si, multiplamente aumentado, o efeito retroativo de sua vontade má original.

Depois de ter gerado a configuração inicial, a pessoa poderá até se arrepender e não dar ensejo à formação de outras de igual espécie má, ou seja, pode cuidar de manter limpo o seu íntimo, deixando a “casa varrida e ornamentada”. Contudo, aquela primeira configuração má só será extinta quando retornar a ela, robustecida em sua espécie básica, evidenciando-se através de algum efeito recíproco correspondente a esse carma ruim, com o que somente então a culpa será efetivamente remida. O retorno da configuração má, que se evidencia por um mau efeito na reciprocidade, em grau maior ou menor segundo o âmbito da pessoa por ocasião desse retorno, traz o perdão do pecado cometido outrora, quando o ser humano em questão reconhece como justo o que lhe atinge e conseqüentemente modifica sua sintonia interior naquilo que ainda é necessário.

Que a simples intenção má já é mesmo um pecado, através do fenômeno acima descrito, fica patente nessa advertência de Jesus:

“Ouvistes o que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: Qualquer um que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela.”

(Mt5:27,28)

Ou seja: com a vontade intuitiva da cobiça o pecado já foi cometido, portanto também já pôs em marcha as engrenagens das leis naturais, as quais cuidarão de trazer de volta ao gerador o respectivo efeito retroativo dessa sua vontade má.

Essa contingência mostra como é inócuo o atual esforço exacerbado de se vivificar o lema: “tudo é puro para os que são puros” (Tt1:15). Primeiro, porque uma pessoa exteriormente considerada pura pelos seus semelhantes pode muito bem ter um coração impuro, emitindo pensamentos imundos, como acontecia com os fariseus. Apenas de uma pessoa verdadeira e intimamente pura, se poderia dizer que “tudo quanto dela *emana* é puro”, mas não que qualquer coisa exterior seja por ela purificada de alguma forma. Em segundo lugar, porque essa sentença da Epístola de Paulo a Tito, caso seja mesmo do apóstolo, deve ser entendida no contexto da época, em que havia uma grande celeuma entre os

doutrinadores sobre quais alimentos eram puros e quais não eram, segundo os preceitos judaicos. O livro de Atos conta que o apóstolo Pedro até necessitou de uma visão para lhe mostrar que determinados alimentos, ao contrário do que prescreviam as leis do Judaísmo, não eram impuros (cf. At10:9-16). Não se tratava aí da pureza íntima, do coração, pois essa Paulo defendia enfaticamente, como atesta essa exortação a Timóteo: “Conserva-te puro!” (1Tm5:22).

Essa pureza verdadeira nada tem a ver, portanto, com divergências ritualísticas entre o Cristianismo incipiente e o Judaísmo tradicional, que realmente se evidenciaram logo, já no início do primeiro século da era cristã. Em sua biografia do imperador Claudius, que comandou o Império Romano entre os anos 41 e 54 d.C., o historiador latino Caius Suetonius (69? – 126) narra que em 49 d.C. ele expulsou os judeus de Roma (cf. At18:2) porque estes “viviam em contínuas desavenças por causa de um certo ‘Cresto’ [Cristo]”.

Más intuições e maus pensamentos já formam, portanto, um carma ruim, que terá de se efetivar mais cedo ou mais tarde sobre o gerador. O ser humano tem, sim, a capacidade de *atenuar* um mau efeito retroativo prestes a se abater sobre ele, caso mude sua disposição interior, nunca porém de eliminá-lo antes da sua efetivação. Está em suas mãos estipular o montante a ser pago, mas não extinguir a dívida a ser saldada. Jesus esclareceu esta contingência de uma forma bastante simples e clara:

“Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. Em verdade te digo que não sairás dali enquanto não pagares até o último centavo.”

(Mt5:25,26)

Pagar até o último centavo... Pagar até o último centavo! Como, depois dessas palavras, pode um cristão supor que uma outra pessoa, talvez até muito mais sobrecarregada de culpa do que ele, tenha o poder de lhe perdoar os pecados?... “Cada qual tem de carregar seu próprio fardo” (Gl6:5), avisa Paulo. Só sairemos da prisão para a liberdade após pagar o último centavo, só deixaremos a matéria rumo ao reino espiritual depois de resgatar dentro dela todas as nossas culpas. Progredimos quando reconhecemos a causa do nosso pesado fardo de sofrimento, mas nenhum centavo³⁹ nos poderá ser perdoado arbitrariamente.

Quero novamente citar aqui um trecho da Mensagem do Graal de Abdruschin, dissertação “Desperta!”:

“É tolice falar de golpes do destino ou provações. Cada luta e cada sofrimento é progresso. Com isso o ser humano terá ensejo de anular sombras de culpas anteriores, pois nenhum centavo pode ser perdoado para cada um, porque o circular de leis eternas no Universo é também aqui inexorável, leis nas quais se revela a vontade criadora do Pai, que assim nos perdoa e desfaz todas as trevas.”

O perdão advém pelo reconhecimento do erro, quando do retorno da reciprocidade. Através de Suas Leis auto-atuantes na Criação, “o Senhor, Deus misericordioso e clemente, conserva a misericórdia por mil gerações e perdoa culpas, rebeldias e pecados, *mas não deixa nada impune*” (Ex34:6,7). Ele, pois, não deixa nada impune! Nada!

A idéia de um perdão fácil e imerecido dos pecados só pôde medrar mais uma vez da nefasta, da funesta ilusão da “salvação pela graça”. Tal engodo concede aos ludibriados a falsa segurança de já estarem salvos, apenas porque crêem no Senhor Jesus e no sacrifício da cruz. Na verdade, esse tipo de Cristianismo não lhes concede a libertação do pecado como imaginam, mas sim a liberdade de pecar. Sabem que não devem pecar, mas, como já estão salvos, no caso de caírem de novo em alguma tentação e pecarem... paciência! Basta que se penitenciem de algum modo para que no mesmo instante seu hodômetro de vida pecaminosa retorne novamente a zero, e assim, felizes da vida, mais uma vez... vida nova! Até o próximo pecado... Falácia nefanda! Isso é que é! Todos estes que se julgam purificados pelo sangue na cruz terão de prestar contas um dia por tamanha arrogância e insensatez.

³⁹ O centavo mencionado por Mateus é o *lepto* grego, uma moeda fina e minúscula, com diâmetro de um centímetro e peso pouco maior que uma grama.

Sua fé cega nos textos bíblicos e nas interpretações torcidas das palavras de Jesus de nada lhes valerão naquela hora.

Quantos desses fiéis se têm na conta de muito vigilantes, prontos a refutar qualquer um que tente desviá-los da Palavra da Bíblia, sem perceberem que já estão todos completamente desviados de seu próprio Criador, justamente por considerarem tantos desses escritos lotados de erros como sendo a mais pura Palavra Sagrada. Algo mais trágico não pode haver. Eles partem da premissa, por eles mesmos elaborada, de ter nas mãos a própria Palavra de Deus, e deduzem daí que o Onipotente sempre a protegeu contra toda e qualquer falha. Então me digam quem se alegraria com esse pensamento: o Altíssimo Criador dos Mundos ou Satanás?... Qual deles exultaria em ver o ser humano se agarrar a conceitos torcidos e defendê-los cegamente, com unhas e dentes, com a própria vida se preciso for?... Qual deles sempre procurou fazer a criatura humana afundar no erro e na ilusão, para que se perdesse por toda a eternidade?... Esses fiéis de raciocínio sabem que Satanás é astuto, pois vivem fazendo alarde disso e advertindo seus semelhantes com pausadas palavras, proferidas gravemente à meia-voz. Só não sabem quão astuto ele é na verdade, a ponto de já tê-los enredado por inteiro nas teias da mentira e extinguido seus brios para sempre.

Quando maus, a vontade intuitiva e os pensamentos já constituem pecados, assim como naturalmente as ações más visíveis na matéria. E as palavras? Também estas põem em movimento forças na Criação, desencadeando a respectiva reciprocidade: boa, se forem belas e construtivas; má, se visarem a destruição. Por isso, um sábio de origem árabe, muito sábio mesmo, deixou registradas essas palavras: “Senhor, fizeti com que minhas palavras sejam de mel, porque sei que terei de engoli-las de volta.”

Daí também a advertência tão clara: “Quem quer amar a vida e ver dias felizes, refreie a sua língua do mal e evite que os seus lábios falem dolosamente” (1Pe3:10), visto que “a língua do homem pode causar sua ruína” (Eclo5:13), porque a língua má é “mal incontido, carregado de veneno mortífero” (Tg3:8). Assim é que ambos, “morte e vida estão no poder da língua; quem sabe usá-la comerá de seus frutos” (Pv18:21). O rei Davi já sabia que as palavras más acarretariam o justo castigo na reciprocidade: “Serão levados a tropeçar; a própria língua se voltará contra eles” (Sl64:9). Tiago também advertiu que “a língua, pequeno órgão, está situada entre os membros de nosso corpo e contamina o corpo inteiro” (Tg3:5,6). Para ele, a atuação da palavra humana era comparável a “um pequeníssimo leme capaz de governar um grande navio” (Tg3:4,5), tão importante ela é na formação do destino humano na Terra.

No Apocalipse está dito que da boca da besta e do falso profeta sairão “espíritos imundos em forma de rãs” (Ap16:13), e que “estes são espíritos demoníacos *com poder de realizar prodígios*” (Ap16:14). Isso significa que, no tempo do fim, os falsos profetas farão *prodígios* com as palavras que saírem de suas bocas, com auxílio do raciocínio hipercultivado (a besta) de todos eles. Deixo ao leitor concluir se isso está ou não a ocorrer nos dias de hoje.

Sobre a importância, infelizmente pouco reconhecida, das palavras proferidas, diz Abdruschin em Na Luz da Verdade, dissertação “A Palavra Humana”:

“As palavras que formais, as frases, moldam vosso destino exterior sobre a Terra. São como sementeiras num jardim que cultivais em redor de vós, pois cada palavra humana pertence ao mais vivo que vós podeis fazer em vosso favor nesta Criação.”

Muitas vezes é o tom que dá valor às palavras, mais até do que seu sentido. Palavras ríspidas podem ferir literalmente a alma daquele que é atingido por elas, através do ódio que as conduz: “a língua falsa odeia os que ela *feri*” (Pv26:28), ao passo que “palavras gentis são um favo de mel, doçura para a alma e saúde para o corpo” (Pv16:24). A esse respeito, Paulo exortou os Colossenses a conservarem sua palavra “sempre agradável” (Cl4:6) e foi ainda mais incisivo com os Efésios: “Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe, e sim unicamente a que for boa para edificação, conforme a necessidade, e assim transmita graça aos que ouvem” (Ef4:29).

Gostaria de citar um sábio ditado que nós, ocidentais, conhecemos muito bem mas que não damos o devido apreço: “O homem é senhor das palavras que não diz e escravo das que profere.” Que sabedoria encerra essa frase!...

E mais uma vez quero emendar aqui um outro ensinamento antigo, que nos diz que a palavra humana, antes de ser proferida, necessita passar por três portais. No *primeiro* portal, um guardião pergunta se aquela palavra é verdade; se for, permite que prossiga. No segundo portal, um outro guardião pergunta se deve ser proferida; confirmada essa necessidade, a palavra tem acesso livre até o terceiro e último portal. Chegando lá, o respectivo guardião pergunta se está na hora de dizer. Sendo aquele o momento certo de enunciá-la, então a palavra está liberada para finalmente sair da boca do ser humano. Depois de ter passado pelos três portais, a palavra humana só poderá trazer bênçãos onde pousar. Todas as nossas palavras deveriam passar por esses três portais! Para quem deixou a Verdade da Palavra de Deus frutificar dentro de si, isso acontece sempre, de modo automático, sem necessidade de demoradas ponderações prévias. Sobre a passagem pelo terceiro portal, a Bíblia nos dá a seguinte imagem: “Como maçãs de ouro em salvas de prata, assim é a palavra dita a seu tempo” (Pv25:11).

A vontade intuitiva má, o coração mau de um ser humano, dá ensejo não somente a maus pensamentos, mas também a palavras más. São três tipos distintos de culpa, que terão de ser resgatados de uma maneira ou de outra pelo autor. Apesar de as palavras poderem ser consideradas como um tipo de ação, no início do Cristianismo os teólogos Tertuliano e Orígenes já faziam uma distinção entre pecados de pensamento, de palavra e de atuação. As palavras testemunham de uma maneira terrenamente perceptível aquilo que vai dentro do íntimo da respectiva pessoa, o que reside em seu coração. A imagem que Jesus deu desse processo é a seguinte:

“O homem bom, do bom tesouro do coração tira o bem, e o mau, do mau tesouro tira o mal; porque a boca fala do que está cheio o coração.”

(Lc6:45)

Também o falar irrefletido, o tagarelar, constitui um abuso da dádiva de formar palavras; por isso, cada homem deve “ser pronto no ouvir e tardio no falar” (Tg1:19), pois “no falar excessivo não falta o pecado” (Pv10:19). Falar em demasia nunca foi boa coisa, e disso se apartam os sábios: “Na boca dos tolos se encontra o seu coração; no coração dos sábios se encontra a sua boca” (Eclo21:26). Em tempos remotos já havia uma advertência muito séria para se manter a boca fechada: “Faze também para tua boca porta e ferrolho” (Eclo 28:25). O sábio rei Davi chegou a pedir ao Senhor que vigiasse a porta dos seus lábios, e jurou para si mesmo guardar a boca com mordança, para não acontecer de pecar com a língua: “Põe, Senhor, uma guarda à minha boca, uma sentinela à porta dos meus lábios. (...) Vou guardar meu caminho para não pecar com a língua; vou guardar minha boca com mordança” (Sl141:3;39:1). No que, aliás, fez ele muito bem, pois “quem guarda a boca e a língua preserva das angústias sua alma” (Pv21:23). Na segunda carta que recebeu de Paulo, Timóteo também é advertido a respeito: “Evita igualmente os falatórios inúteis e profanos, pois os que deles usam passarão à impiedade ainda maior” (2Tm2:16). Por fim, pode-se constatar facilmente que só “aquele que detesta a tagarelice escapa do mal” (Eclo19:6).

Não é, pois, nenhum acaso o fato de um tagarela não gozar de confiança, pois sente-se nitidamente que nada de bom pode advir de alguém sempre pronto a falar: “Vês alguém sempre pronto para falar? Há mais coisas a esperar de um insensato do que dele” (Pv29:20). O bispo Pápias, do século II, dizia que “não se deleitava com os que têm muito a dizer, mas com aqueles que ensinam a verdade”.

Assim como tudo quanto é errado, o falar leviano acarreta igualmente conseqüências danosas. Semelhante desleixo constitui um dos muitos pendores que sobrecarregam a alma humana, isto é, algo que fica realmente “dependurado” na alma, e que a faz afundar por efeito da Lei da Gravidade Espiritual. Foi para evitar essa situação tão grave, que Jesus alertou:

“Seja, porém, a tua fala: sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno.”

(Mt5:37)

Tiago repetiu enfaticamente essa mesma advertência à sua comunidade: “Que o vosso sim seja sim e que o vosso não seja não, para não incorrerdes em condenação” (Tg5:12). Em *condenação*,

adverte Tiago... Jesus também advertira que as conseqüências do falar leviano teriam de ser arcadas integralmente pelo autor, visto tratar-se de uma culpa que reclama resgate de algum modo, como qualquer outro tipo de pecado:

“Digo-vos que toda a palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta no Dia do Juízo.”

(Mt12:36)

Por aí já se vê como é errado e danoso o linguajar estéril dos jovens dos nossos dias, constituído quase que exclusivamente de gírias e monossílabos, praticamente demandando um intérprete para se poder entendê-los.

Nisso se insere também a necessidade de se conservar a integridade do idioma, dada sua importância no destino dos povos. É verdade que o idioma não é fixo, mas sua mobilidade tem de ser guiada exclusivamente no sentido ascendente, e não voltada para uma pretensa simplificação, que nada mais é do que um enfraquecimento. Ser simples não é ser simplista nem simplório, mas sim ser claro. O surgimento de dialetos numa nação é um sinal muito grave de enfraquecimento do idioma, com conseqüências nefastas para o povo inteiro.

Os alemães sabem muito bem o que isso significa. Pouco antes de Martinho Lutero lançar sua Bíblia, em 1522, a Alemanha encontrava-se ameaçada de cisão territorial como conseqüência do uso de pelo menos cinco dialetos. O Novo Testamento achava-se impresso em catorze versões diferentes. Lutero recusou a idéia de lançar sua Bíblia num dos dialetos vigentes, ou mesmo nalgum pobre alemão. Preferiu a forma íntegra e rica da antiga língua alemã, obrigando o povo a ler a Bíblia em seu idioma verdadeiro. Ele queria que todos os alemães compreendessem muito bem a sua Bíblia, pois acreditava que os cristãos não precisavam de nenhuma mediação da Igreja, e para tanto usou “*o modelo da chancelaria da Saxônia seguido por todos os reis e príncipes da Alemanha.*” Os alemães tiveram de estudar novamente o alemão para lê-la, e com isso deixaram de lado os dialetos com sua linguagem inexpressiva. O resultado foi que a Bíblia de Lutero, cuja primeira edição data de 1534, acabou contribuindo para manter a pátria alemã unificada. O professor Hans Störig, do Instituto Lexicográfico de Munique, explica que apesar de Lutero não ter tido intenção de ditar normas lingüísticas para seu povo, a divulgação de sua Bíblia acabou atuando fortemente nesse sentido. Posteriormente, o grande escritor Goethe aperfeiçoou ainda mais o idioma germânico, retirando arcaísmos e infundindo valiosos neologismos, a ponto de a língua alemã ser conhecida hoje como “a língua de Goethe”. Hans Störig diz que quem ler as obras de Goethe “encontrará nelas o alemão em sua forma mais elevada, em sua mais bem sucedida síntese de liberdade, profundidade de pensamento e arte da língua.”

Desse modo, o idioma alemão foi não apenas protegido e preservado, mas ainda conheceu uma evolução extraordinária nos últimos séculos. Isso deveria constituir um exemplo para todos nós. Cada povo deveria procurar fazer o mesmo com seu idioma pátrio, cuidando de utilizar a língua materna na sua forma correta. A negligência nisso redundaria num tipo específico de pecado, relativo ao modo negligente de falar e de se exprimir as idéias, que tende a piorar cada vez mais com o tempo.

Todo pecado continuamente alimentado, seja de que tipo for, acaba se transformando num pendor. Pela condensação advinda da atração da espécie igual, o pendor aderido à alma se robustece cada vez mais e passa a influenciar poderosamente o respectivo ser humano, levando-o com freqüência a cometer seguidamente a mesma falta. Um círculo vicioso, cujo fim é o descalabro total. Um tal fustigado pecador apresenta seu livre-arbítrio *atado pelo pendor*, porque sua vontade seguirá sempre naquela mesma presumível direção errada, escrava que está dessa forte tendência para mal, a qual foi alimentada e cultivada por ele mesmo. Seu livre-arbítrio se encontra, pois, completamente tolhido, escravizado, incapaz de cumprir sua função no desenvolvimento ascensional do espírito. Assim é que “o pecado que habita dentro do homem faz o mal que ele não quer” (Rm7:20), de sorte que, conforme Jesus já advertira, “quem comete pecado se torna escravo do pecado” (Jo8:34). A respectiva pessoa pode até reconhecer seu erro: “reconheço a minha iniquidade e meu pecado está sempre diante de mim” (Sl51:5), mas continua agindo da mesma maneira errada. Passa, por conseguinte, a agir *conscientemente* de maneira errada, o que evidentemente constitui um fator complicador da sua situação: o dolo.

A pessoa em questão só ficará livre dessa influência maléfica e estorvante da vontade, quando o pendor for radicalmente extinto de sua alma, e não apenas amortecido por mera vontade mental. A bem-intencionada vontade mental não é capaz de fazer mais do que cortar uma das cabeças dessa poderosa Hidra de Lerna do pendor, a qual inevitavelmente renascerá com todo o vigor na primeira oportunidade gerada por uma tentação qualquer.

Se a respectiva pessoa não se livrar totalmente do pendor a ela aderido, então acontece de esse pendor arrastá-la para baixo quando deixar a matéria grosseira, por efeito da Lei da Gravidade, sendo-lhe então muito mais difícil conseguir a libertação. Pendor é algo que realmente *pende* na alma e a puxa para baixo, devido à sua constituição mais escura e mais densa. Fora da Terra de matéria grosseira não existe mais o corpo físico retardando os efeitos recíprocos, mas sim tudo se torna imediatamente vivência, de acordo com o estado da alma. Por isso, é extremamente difícil nessas circunstâncias livrar-se de um pendor a ela aderido. A alma ficará retida em regiões inferiores, consentâneas à sua igual espécie, até ser arrastada ao círculo da decomposição de tudo quanto se mostra inútil na Criação. A culpa de um destino assim tão trágico é, evidentemente, do próprio espírito humano: “As próprias iniquidades enredarão o ímpio, que será preso pelos laços de seus próprios pecados. Ele morrerá, porque não observou a disciplina, iludido por sua imensa estupidez” (Pv5:22,23).

No Antigo Testamento, a culpa como responsabilidade diante do Criador é expressa pelo termo hebraico *'asham*, cujo significado literal é “responsabilidade que permanece até a culpa ser removida”. Unicamente uma firme *vontade espiritual*, uma vontade interior ardente para o bem, e sobretudo *perseverante*, pode extirpar de uma vez por todas as sete cabeças dessa aparentemente invencível serpente do pendor e, com isso, remover a culpa em definitivo. Só tem valor a vontade de quem tem vontade!... A vontade espiritual permanente no sentido do bem elimina *pouco a pouco* os pendores terrenos ou da carne, livrando o indivíduo das regiões da condenação e fazendo-o ascender espiritualmente, o que, por fim, redundará na obtenção da vida eterna, objetivo último do espírito humano: “Quem semeia para a carne colherá o que produz a carne: a corrupção; quem semear para o espírito colherá o que produz o espírito: a vida eterna” (Gl6:8); “Se viverdes de modo carnal morrereis; mas se, pelo espírito, fizerdes morrer o vosso comportamento carnal, vivereis. (...) O pendor da carne dá para a morte, mas o do espírito para a vida e a paz” (Rm8:13,6). Contudo, quem não se der a esse trabalho, de pender para o espírito, já se sobrecarrega com uma nova culpa, pois “aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz, nisso está pecando” (Tg4:17).

Para eliminação dos pendores pecaminosos contribuem justamente os dolorosos efeitos retroativos deles decorrentes, que desse modo estimulam a pessoa atingida a mudar radicalmente a sintonização de seu íntimo, para que não volte a pecar. O efetivo perdão dos pecados se dá, pois, pelo desencadeamento da reciprocidade, quando a pessoa recebe o retorno de sua atuação errada, reconhecendo como justo esse efeito retroativo e tomando a inabalável resolução de não agir mais daquela maneira. A partir daí sua vida se tornará de fato *im-pecável*, isto é, sem pecados.

As pessoas que no tempo de Jesus ouviram dele: “Teus pecados estão perdoados!” haviam mudado de tal sorte sua sintonização interior, devido a uma vivência especialmente marcante com o Mestre, que com isso ficava consolidada a certeza de que nunca mais tornariam a cair nos mesmos erros, ou seja, de que não pecariam mais. Elas passavam a viver daí por diante em estrita obediência aos ensinamentos de Jesus, aos seus mandamentos, e com isso os pecados ficavam efetivamente perdoados. Essa é a verdadeira *graça*, propriamente dita, que existe nesse processo automático e natural de perdão dos pecados. O termo “graça”, em seu sentido legítimo, tem o significado de “recompensa”, conforme Lucas faz uso nesse exemplo: “Se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa *recompensa*?” (Lc6:34)

Foi esse processo que atingiu aquela mulher pecadora que, ao saber que Jesus estava sentado à mesa na casa do fariseu Simão, foi até lá levando um vaso de alabastro com unguento e “estando por detrás, aos seus pés, chorando, regava-os com suas lágrimas e os enxugava com os próprios cabelos, e beijava-lhes os pés e os ungiu com o unguento” (Lc7:38). Depois de explicar ao fariseu o valor do perdão, Jesus disse: “perdoados lhe são os seus pecados [da mulher], porque *ela muito amou*; mas aquele a quem pouco se perdoa, pouco ama” (Lc7:47). A mulher mostrou que realmente amava Jesus, a Palavra encarnada, de modo que estava pronta a observar integralmente seus mandamentos, condição

indispensável para obtenção do perdão dos pecados. O amor por ela demonstrado é *a razão* de seu perdão. Jesus esclarece novamente o significado desse amor da mulher nessas passagens dirigidas aos discípulos:

“Se me amais, guardareis os meus mandamentos. (...) Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele. (...) Se alguém me ama, guardará a minha Palavra; e meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada. Quem não me ama não guarda as minhas palavras; e a Palavra que estais ouvindo não é minha, mas do Pai que me enviou.”

(Jo14:15,21,23,24)

Guardar os mandamentos de Jesus, ou guardar sua Palavra, outra coisa não significa senão agir em tudo de acordo com esses mandamentos, em todo o querer, pensar, falar e atuar. Isso é demonstrar amor por Jesus.

Aquelas vivências marcantes com Jesus, que propiciavam uma mudança tão radical na vida das pessoas, naturalmente ocorriam também nos casos de milagres. Contudo, se apesar disso elas eventualmente tornassem a pecar no futuro, teriam então de arcar com as conseqüências dessas suas más ações renovadas, como ocorre com qualquer outra pessoa, visto que “os que se deixam enredar de novo e são vencidos, torna-se o seu último estado pior que o primeiro” (2Pe2:20). Foi justamente um alerta desse tipo que Jesus deu àquele homem que acabara de curar de uma enfermidade que já durava 38 anos:

“Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior.”

(Jo5:14)

Fica claro que o homem padecia daquele mal por culpa própria, assim como acontece com toda doença que aflige o ser humano. Por isso, se ele voltasse a pecar, *coisa pior ainda lhe sucederia*, através de um novo mau efeito decorrente da Lei da Reciprocidade. Daí a exortação para que ele não pecasse mais, sábia atitude de quem ouve e aceita palavras de sabedoria. O livro de Provérbios já diz que as palavras de sabedoria são “vida para quem as encontra e saúde para todo o corpo” (Pv4:22). A relação direta entre doença e pecado também fica patente no caso daquele paralítico de Cafarnaum, que somente após a garantia de remissão dos seus pecados pôde ser curado e cumprir a ordem de Jesus: “Levanta-te, pega a tua maca e vai para casa!” (Mc2:11). Tiago também estabelece uma relação entre pecado e doença (cf. Tg5:15). Aliás, a relação pecado/doença já era bem conhecida dos povos antigos, pois o livro de Provérbios também ensina a “afastar-se do mal para ter um corpo com saúde” (cf. Pv3:7,8).

Com base nisso, como poderíamos explicar o caso de crianças que já nascem com alguma enfermidade grave?... Só a reencarnação mantém tudo no lugar e não afronta a Justiça divina. A severa lei mosaica também mostra que as moléstias decorrem da desobediência aos preceitos do Senhor: “Se não puserdes em prática todos esses Mandamentos, se rejeitardes as Minhas leis e detestardes os Meus decretos, recusando-vos a pôr em prática todos os Meus Mandamentos, então eis o que vos farei de Minha parte: porei sobre vós o terror, a tísica e a febre que enfraquecem a vista e minam a saúde” (Lv26:14-16).

Doenças são *sempre* decorrências de um modo errado de vida. Segundo a escritora Roselis von Sass, o povo Inca não conhecia doenças, tendo permanecido sempre livre do sofrimento causado por moléstias. Acontece que eles também não conheciam a mentira. Não havia sequer uma palavra na língua deles para designar o conceito de mentira... Doenças especialmente graves surgiram com a doutrina mentirosa de Baal. Em sua obra O Livro do Juízo Final, a mesma autora informa: “Quando há sete mil anos, no país conhecido como ‘Babilônia’, o luciferiano ‘culto de Baal’ alastrava-se como uma epidemia, surgiram após curto tempo doenças, doenças até então desconhecidas, alarmando os sacerdotes e respectivos adeptos, deixando-os amedrontados e apavorados.”

Que as doenças estão sempre associadas a uma atuação prévia contrária às leis naturais, já se sabia também pelo antigo livro das Lamentações, do século VI a.C.: “Oh, infelizes de nós, pecamos! Eis porque todo o nosso ser está doente, eis porque nossos olhos estão entenebrecidos” (Lm5:16,17). O próprio rei Davi também sabia que sua saúde abalada era conseqüência do pecado: “Pelo teu furor

nada em mim é são, nada intacto nos meus ossos, por causa do meu pecado. (...) Eu dizia: ‘Yahweh, tem piedade de mim! Cura-me, porque eu pequei contra ti!’” (Sl38:4;41:5).

O pecado gera a doença, por efeito da Lei da Reciprocidade – agente da Justiça divina e derivada da Lei do Amor, que tudo abrange e tudo impulsiona para o bem. Por isso, não podemos esquecer nunca que o Amor divino é inseparável da Justiça divina. Um não existe sem o outro, ou melhor, um não age sem o outro. São na realidade uma só coisa na atuação. O ensinamento básico do Judaísmo, de que o que vale é agir de acordo com a Vontade divina, não foi derrubado pelo Filho de Deus, ao contrário. Ele sempre insistiu para que os seres humanos agissem em conformidade com a Vontade do Pai. O próprio Jesus fez várias vezes referências a tudo “que está escrito” (cf. Mt4:4,7,10;11:10;21:13; Mc9:13;14:27; Lc4:4). Sua Mensagem de Amor não tinha o propósito de derrubar as leis, mas sim esclarecer o que estava certo aos olhos do Senhor e o que fora apenas moldado pelo raciocínio humano. Ele fez isso para que essas leis se tornassem uma base sólida para a efetivação do Amor de Deus.

Por isso, também é falsa a crença num Amor divino dissociado da Justiça incorruptível. É uma ilusão desmedida imaginar que o Criador tudo tolera dos seres humanos porque Sua misericórdia é infinita. O perdão de Deus reside unicamente nos efeitos automáticos das leis que regem a Criação, instituídas através de Sua Vontade perfeita. Se uma criatura comete um pecado, isto é, se age contra as determinações do seu Criador, seja através de pensamentos, palavras ou atos, ela insere na Criação algo mau, que de acordo com a Lei da Reciprocidade terá de retornar para ela mesma. Tempo e espaço aí não representam nenhum papel, porque “o Senhor julga até os confins da Terra” (1Sm2:10). Poderá ter agido mal numa vida anterior e mesmo num outro país. Aquilo que fez de errado em algum ponto de sua existência retorna a ela infalivelmente.

Em lugar algum da Criação pode uma criatura se ocultar da Justiça divina. Mesmo que ela tivesse as asas da aurora, a mão do Senhor a alcançaria: “Senhor, tu me examinas e me conheces. Para onde irei, longe do Teu Espírito? Para onde fugirei da Tua presença? Se subo ao céu, lá estás, se desço ao abismo, aí Te encontro. Se utilizo as asas da aurora para ir morar nos confins do mar, também lá Tua mão me guia” (Sl139:1,7-10).

A expressão “asas da aurora” é primorosa para indicar a infalível atuação da Justiça divina. Sempre é aurora em algum lugar da Terra, de modo que se uma pessoa tivesse as asas da aurora poderia estar num local diferente a cada momento. Mas, mesmo que isso fosse possível, a mão justa do Senhor a alcançaria, pois a Justiça perfeita não é limitada pelo espaço e tempo.

A mão do Senhor sempre atinge a criatura em algum ponto de sua existência, guiando e protegendo, ou golpeando e esmagando, conforme o próprio procedimento dela: “A mão de nosso Deus protege todos os que O procuram, mas Seu poder e Sua Ira pesam sobre todos os que O abandonam” (Esd8:22). Abandonar o Senhor Deus outra coisa não é senão agir de modo contrário à Sua Vontade, inserida nas leis naturais, o que sempre acarreta ao transgressor um efeito danoso na reciprocidade: “Se, porém, não Lhe obedeceres, mas vos revoltardes contra Sua Vontade, então a mão do Senhor pesará sobre vós e sobre o vosso rei, e vos esmagará” (1Sm12:15). Josafá, rei de Judá, também havia chegado a esse reconhecimento: “Na Tua mão está a força e o poder, e não há quem te possa resistir” (2Cr20:6). Através do profeta Jeremias vem mais essa indicação da mão justa do Senhor atuando na reciprocidade: “Destas vezes darei a conhecer Minha mão, Minha força; não de aprender que meu nome é Yahweh” (Jr16:21).

Contudo, se uma pessoa assim duramente atingida no retorno da reciprocidade, reconhecer como justo o golpe que recebeu e procurar daí em diante agir de modo diferente, então ela estará perdoada aos olhos do Criador, pois remiu o erro de outrora. Recebe exatamente aquilo que urdiu para os outros e, ao reconhecer e corrigir seu erro, encontra-se novamente livre, limpa, totalmente liberta do pecado, podendo então prosseguir em seu caminho de desenvolvimento espiritual.

Justiça e Amor! As duas forças impulsionadoras de vida na Criação, e ao mesmo tempo os dois frutos decorrentes das leis auto-atuantes dentro dela, representadas pela imagem bíblica do poder nas mãos do Onipotente, que tudo impelem para o desenvolvimento: “Em Tuas mãos estão o poder e a força; em Tuas mãos o poder de elevar tudo e firmar tudo” (1Cr29:12).

Chegamos agora, nesse nosso apanhado sobre o pecado, a um ponto que tem originado imensa controvérsia e verdadeiro pânico entre os cristãos: o pecado contra o Espírito Santo. No Evangelho segundo Mateus, encontramos a seguinte declaração de Jesus:

“Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoadada. Se alguém proferir alguma palavra contra o Espírito Santo não lhe será isso perdoado, nem neste mundo nem no porvir.”

(Mt12:31-32)

A purificação propriamente dita de uma alma humana após a morte se dá no vivenciar de tudo quanto ela gerou através de suas ações, pensamentos e intuições aqui na Terra. Seu intuir, pensar e agir formam os locais por onde terá de peregrinar nos planos iniciais do Além, antes de poder ascender a mundos mais elevados. Desse modo, é a própria pessoa que forma as condições de sua vida futura após a morte. Ela própria cria, para si mesma, um lugar aprazível ou um verdadeiro inferno, dependendo da espécie de seus pensamentos e ações durante a vida terrena.

O próprio inferno, portanto, é uma realidade, sendo para lá levadas as criaturas cujas intuições na Terra já conduziam para o inferno. Também é natural que essa região se encontre “nas profundezas” (cf. Is14:9), pois só nas profundezas o inferno pode estar, em decorrência da Lei da Gravidade. Contudo, o inferno não é nenhuma instituição divina, mas tão-só uma edificação dos próprios seres humanos. Se lemos que “no sétimo dia Deus concluiu *toda a obra* que tinha feito” (Gn2:2), então fica claro que o inferno não foi criado por Ele, já que não fazia parte de Sua obra original.

Mas voltemos ao pecado contra o Espírito Santo. O trecho correspondente no Evangelho de Marcos é ainda mais incisivo que no de Mateus:

“Em verdade vos digo que tudo será perdoado aos filhos dos homens: os pecados e as blasfêmias que proferirem. Mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não tem perdão para sempre, visto que é réu de pecado eterno.”

(Mc3:28,29)

A esse respeito, Abdruschin fornece a seguinte explicação em sua obra *Na Luz da Verdade*, dissertação “Deus”:

“O ‘Espírito Santo’ é a Vontade de Deus-Pai, o Espírito da Verdade, que, apartado Dele, atua separadamente em toda a Criação e que, apesar disso, na qualidade de Filho, como também o Amor, ainda permaneceu estreitamente ligado com Ele, uno com Ele.

As leis férreas na Criação, que atravessam todo o Universo como uma rede de nervos, ocasionando a absoluta reciprocidade, o destino do ser humano ou seu carma são... do ‘Espírito Santo’, ou mais explicitamente: de seu atuar!

Por isso disse o Salvador que ninguém se atreveria a pecar contra o Espírito Santo impunemente, porque, segundo a inexorável e inalterável reciprocidade, a retribuição retorna ao autor, ao ponto de partida, seja coisa boa ou má.”

O ser humano é um fruto da Criação e, como tal, está sujeito às leis que perpassam e sustentam essa obra, as quais foram instituídas pela *Vontade* do Criador, o Espírito Santo. A Criação é, sim, uma *obra* do Espírito, mas não uma parte dele próprio. O Espírito Santo Criador permaneceu inteiramente *fora* da Criação, ou *sobre* a obra, conforme atestado no Gênesis: “A Terra estava deserta e vazia, as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava *sobre* as águas” (Gn1:2). O Espírito Santo não se encontrava, portanto, dentro da Criação, e sim fora dela.

O que está inserido dentro da obra da Criação são as leis que a governam, estabelecidas pelo Todo-Poderoso desde o início dos tempos. Leis perenes, imutáveis, indissolúvelmente entretidas na sentença “Faça-se a Luz!” (Gn1:3)⁴⁰, não admitindo a mínima alteração, conforme nitidamente

⁴⁰ Ao leitor que desejar conhecer o universo contido nessa frase indica-se a dissertação “Faça-se a Luz!”, no terceiro volume da obra *Na Luz da Verdade*, de Abdruschin. Tornar-se-lhe-á claro aí o alcance da sentença: “Ele falou e tudo se fez,

indicado no modo de atuação da Palavra do Senhor: “Da Minha boca saiu o que é justo, e a *Minha Palavra não tornará atrás*” (Is45:23). Essa imutabilidade da Palavra divina também foi anunciada por Jesus, que era a própria Palavra de Deus encarnada:

“Passarão o céu e a Terra, porém as minhas palavras não passarão.”

(*Mt24:35; Mc13:31; Lc21:33*)

O ser humano pode conseguir o perdão de seus pecados por meio da atuação automática de uma dessas leis universais, a Lei da Reciprocidade, que como já esclarecido faz retornar a ele exatamente o que desejou ou fez para os seus semelhantes. Tão-somente assim ele obterá a remissão de sua falta, não antes, pois “o justo não poderá viver pela sua justiça no dia em que pecar” (Ez33:12). Com esse resgate fica ele efetivamente libertado da culpa, portanto perdoado, *desde que reconheça como errada a sua atuação de outrora e o justo efeito cármico daí decorrente*, o que o leva a esforçar-se em melhorar continuamente como espírito humano. É com esse sentido do reconhecimento do erro e da conseqüente mudança interior, como pré-requisitos para o perdão dos pecados, que Pedro exortou aos israelitas: “Arrependei-vos, portanto, e *convertei-vos*, para que os vossos pecados sejam apagados” (At3:19).

Para aquele que conhece as leis da Criação não é difícil imaginar a espécie de sua atuação de outrora, pois não pode receber nada diferente do que foi gerado. Através daquilo que o atinge, ele consegue então reconhecer o seu próprio atuar, e ao reconhecê-lo e firmar propósito de não mais agir daquela maneira (se o que o atingiu foi algo ruim) ele se desliga daquele efeito retroativo e está livre da culpa. Está perdoado de sua falta.

Já aquele ser humano que não tem boa vontade, que no seu âmago mais profundo não se esforça em melhorar e com isso ascender espiritualmente, demonstra não haver se ajustado a essa Lei da Reciprocidade no sentido desejado por Deus. Ao contrário, com seu comportamento inconseqüente ele como que *zomba* dessa lei, e desse modo os efeitos retroativos de suas más ações não podem constituir ao mesmo tempo remissões de suas culpas! Continuarão a atingi-lo dolorosamente, sempre e sempre de novo, sem que com isso possa obter o perdão dos pecados que os originaram. A severa linguagem do Antigo Testamento diz a mesma coisa com essas palavras do Senhor: “Se vos opuserdes a Mim e não quiserdes Me escutar, infligir-vos-ei golpes sete vezes piores, à medida dos vossos pecados” (Lv26:21).

Nenhuma pessoa tem *a priori* o direito de esperar por perdão. Somente depois de cumprir seus deveres para com seu Criador ela pode nutrir a perspectiva de um futuro perdão. Mas para *aquelas* criaturas que não querem de modo diferente, fica reservada a dura lei de talião⁴¹: “Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé” (Ex21:24). E assim prosseguirá até o Dia do Juízo, quando se tornará evidente a amplitude de todos seus atos malévolos e os maus desígnios de seus corações, que até então procuravam ocultar. Será “no Dia em que Deus vai julgar as intenções e ações ocultas das pessoas” (Rm2:16).

Quem se revolta contra o que o atinge, querendo ver nisso um golpe arbitrário do destino, portanto uma injustiça, não pode remir coisa alguma e continua preso na culpa antiga, além de se sobrecarregar com uma nova. Será, pois, atingido ainda mais duramente no futuro. Sua própria vontade má impede qualquer possibilidade de perdão. É para evitar essa situação que Jesus adverte: “Não oponhais resistência ao mal. Mas, se alguém bater na face direita, oferece-lhe também a outra” (Mt5:39). O sentido não é o de não resistir a uma pessoa má, e sim o de não opor resistência ao mal, isto é, àquilo que de ruim nos atinge na reciprocidade. A expressão “mal” tinha originalmente o significado de *sofrimento*, e é nesse sentido, apenas neste, que não devemos “resistir ao mal”, pois uma tal resistência seria fruto de um inconformismo obstinado, cujo efeito seria justamente a derrota diante

ordenou e tudo começou a existir” (Sl33:9), e também porque o Filho do Homem é chamado no livro do Apocalipse de “o Princípio da Criação de Deus” (Ap3:14).

⁴¹ A palavra talião provém do latim *talis*, que significa “tal e qual”. A lei de talião – *lex talionis* – é a “lei da retaliação”, tendo surgido pela primeira vez no Código de Hamurabi, rei da Babilônia por volta de 1750 a.C., portanto vários séculos antes de Moisés. A semelhança entre esse Código e as disposições do livro do Êxodo são tão evidentes, que não há como não concluir que as determinações do livro bíblico derivaram daquele. Já as prescrições sobre o “boi perigoso” (cf. Ex21:35) derivaram de uma coleção de regras babilônicas ainda mais antiga – as Leis de Esnuna.

do mal, o que deve ser evitado a todo custo: “Não te deixes vencer pelo mal” (Rm12:21). Devemos, ao contrário, mostrarmo-nos prontos a ser lapidados pelos maus efeitos recíprocos, para não dilapidarmos as bênçãos que daí advêm. Não devemos nutrir nenhuma revolta pelo justo sofrimento, para que este não torne a nos alcançar no futuro. Agindo assim, venceremos o mal.

Quem se deixa lapidar pela reciprocidade se constitui no ramo bom da videira, aquele que produz frutos e que é podado sempre que se faz necessário, para fortalecê-lo e deixá-lo produzir cada vez mais frutos:

“Eu sou a verdadeira videira e meu Pai é o agricultor. Todo ramo em mim que não produz fruto Ele o corta, e todo o que produz fruto Ele o poda, para que produza mais fruto ainda.”

(Jo15:1,2)

Já os que se revoltam contra o que os atinge de desagradável na reciprocidade, e não redirecionam sua conduta, se constituem no ramo ruim da videira, que não produz nenhum fruto. São eles os “homens de dura cerviz [nuca rígida], que sempre resistem ao Espírito Santo” (At7:51), isto é, aqueles que se opõem obstinadamente à Justiça divina, que se manifesta através dos efeitos da Lei da Reciprocidade instituída pelo Espírito Santo, a Justiça viva de Deus. Com essa sua deliberada conduta arrogante, permanentemente voltada para o mal e o pecado, uma tal criatura efetivamente *blasfema continuamente contra o Espírito Santo*, que é a própria Justiça de Deus. Estes serão cortados, pois cometeram a maior das faltas, “o pecado que conduz à morte” (1Jo5:16).

A Mensagem de Jesus indicava aos seres humanos como estes tinham de viver para que, nos efeitos da reciprocidade, as suas culpas fossem de fato extintas, ou seja, para que encontrassem o real perdão dos seus pecados. A obtenção desse perdão, porém, requer um esforço pessoal e permanente de melhoria interior, caso contrário a redenção torna-se impossível. Em sua obra *Na Luz da Verdade*, Abdruschin novamente esclarece esse ponto na dissertação “O Salvador”:

“Isto não quer dizer, todavia, que qualquer pessoa, num instante, possa ter quitação de suas culpas individuais, mal acredite realmente nas palavras de Jesus e viva segundo elas. Se, porém, viver segundo as palavras de Jesus, então seus pecados lhe serão perdoados. Contudo, isso só se dará aos poucos, assim que o remate se efetivar, na reciprocidade, através dos esforços da boa vontade. Não de outro modo. Diferentemente, porém, será com aqueles que não vivem segundo as palavras de Jesus, sendo-lhes absolutamente impossível o perdão.”

Conceito de Família

O ser humano terreno é um ente espiritual, uma personalidade individual autônoma. Sua individualidade é o resultado da autoconsciência adquirida por meio de vivências – milhares delas – ao longo de múltiplas vidas terrenas. Assim, ele é o único responsável pelo seu próprio destino dentro da Criação. Com seu modo de ser e atuar, com suas intuições, pensamentos, palavras e ações, ele fornece os fios, belos ou não, com que o tear da Criação, movimentado continuamente pelas leis eternas, tece de modo automático o tapete do seu destino.

Sendo uma personalidade própria, ele não está sujeito a nenhum tipo de hereditariedade espiritual por ocasião da encarnação. O bebê que acaba de chegar numa família já é um ser espiritual autônomo, encarnado num corpo infantil. São múltiplas as contingências que colaboram para a efetivação de uma encarnação, porém jamais poderá haver qualquer transmissão de características espirituais de pai para filho.

A hereditariedade está, de fato, adstrita somente ao *corpo* humano. Exclusivamente a este. Trata-se de uma peculiaridade de ordem material, estritamente física. Características corpóreas e predisposições genéticas podem, sim, ser transmitidas de pai para filho, mas não a personalidade, não o caráter. Tais atributos são exclusivos do espírito humano, angariados por ele mesmo em sua peregrinação pela Criação e, por essa razão, a própria alma já os traz consigo por ocasião da encarnação.

A alma é o invólucro do espírito, assim como o corpo é o invólucro da alma. Se assim não fosse, Paulo não os teria diferenciado tão nitidamente em sua Epístola aos Tessalonicenses, quando os exortou a “conservar espírito, alma e corpo íntegros e irrepreensíveis” (1Ts5:23), a mesma divisão, aliás, já ensinada antes por Platão, grego como eles. Essa diferenciação, inclusive, aparece tanto no Novo como no Antigo Testamento. Os textos hebraicos do Antigo Testamento fazem uma clara distinção entre *basār* – corpo, *nepeš* – alma e *rúah* – espírito, o mesmo acontecendo com os textos gregos do Novo Testamento: *sōma* – corpo, *psychē* – alma e *pneuma* – espírito. Flávio Josefo (século I) diz em sua Antiquidades Judaicas que “Deus colocou no homem alma e espírito”, e o teólogo Orígenes (século III) explica em seus *Primeiros Princípios*, escrito com a idade de 23 anos, que “o homem consiste de corpo, alma e espírito”.

O espírito humano necessita incondicionalmente desses dois invólucros básicos para poder se fazer valer plenamente aqui na matéria. Sem o corpo físico, o invólucro grosso-material mais externo, ele não poderia atuar no ambiente terreno de mesma espécie. É como alguém que desejasse pesquisar o fundo do oceano e conhecer o que se encontra naquele ambiente, situado abaixo dele. Para poder saber o que existe no fundo do mar ele precisa mergulhar até lá. E para tanto não pode simplesmente pular na água, mas sim deverá vestir um macacão apropriado, e por cima desse ainda um escafandro, que é um invólucro adequado para esse tipo de mergulho, bem mais pesado, que lhe permite movimentar-se no ambiente aquático, mais denso que o ar a que está acostumado. Assim, bem aparelhado, ele pode descer até o fundo do mar, caminhar por ali, aprender o que necessitar e, por fim, subir novamente à tona, quando então poderá se despir dos dois invólucros especiais que havia utilizado em sua descida.

Da mesma forma que essas roupagens especiais para mergulho, ambos os invólucros do espírito humano – alma e corpo – também não têm vida autônoma fora das matérias fina e grosseira, mas são apenas vivificados pelo espírito, o único realmente vivo no ser humano, aquilo que se sente nitidamente como sendo o “eu”. As fundamentações bíblicas desse conceito são múltiplas. Podemos aduzir algumas:

Moisés se dirige ao Criador nos termos: “Deus dos *espíritos* que *animam* todos os seres humanos” (Nm27:16). O profeta Zacarias diz que o Senhor “modelou o *espírito* do homem *dentro dele*” (Zc12:1). Quando teve a visão do Filho do Homem, o profeta Daniel afirmou textualmente: “Meu *espírito*, em mim, Daniel, ficou angustiado dentro de seu *invólucro*” (Dn7:15). O invólucro a que Daniel se refere é seu corpo terreno. O mesmo conceito aparece no livro apócrifo do Gênesis, encontrado nos Manuscritos do Mar Morto, onde está dito que o corpo é o *estojo* dentro do qual está encerrado o espírito. Aludindo ao invólucro terreno do espírito, o corpo físico, o apóstolo Pedro o chama poeticamente de “tabernáculo” (tenda) em sua segunda epístola: “Também considero justo, *enquanto estou neste tabernáculo*, despertar-vos com essas lembranças” (2Pe1:13).

O apóstolo Paulo, por seu turno, fala de *habitar no corpo*, isto é, o espírito utilizando o corpo como habitação provisória: “Assim, pois, nós sempre estamos cheios de confiança, apesar de saber que, *enquanto habitamos neste corpo*, estamos fora da nossa morada, longe do Senhor” (2Co5:6). Aos Filipenses ele disse que desejava partir logo dessa vida para poder estar com Cristo, mas que se resignava em continuar vivendo na Terra se isso pudesse ser de proveito para a comunidade: “Julgo mais necessário, por amor a vós, ficar na carne” (Fp1:24). Esse conceito do espírito que habita no corpo também foi utilizado por Tiago: “Deus deseja ciosamente *o espírito que fez habitar em nós*” (Tg4:5). Paulo ainda diz que enquanto o corpo físico vai envelhecendo, o nosso “eu” interior, nosso espírito, está, ao contrário, sempre se renovando: “Mesmo se o nosso físico vai se arruinando, o *nosso interior*, pelo contrário, vai-se renovando dia a dia” (2Co4:16). O apóstolo já havia asseverado aos Coríntios que deles poderia estar “ausente fisicamente, mas presente *em espírito*” (1Co5:3), a mesma garantia que deu aos Colossenses: “Com efeito, ainda que eu esteja ausente de corpo, estou, porém, convosco *em espírito*” (Cl2:5). E quando julgou à distância um caso de desregramento na comunidade de Corinto, ordenou que o tal homem culpado fosse entregue a Satanás para mortificação da carne, “a fim de que *seu espírito* seja salvo no Dia do Senhor” (1Co5:5). Em outras palavras, mandou aplicar um castigo para o corpo, a fim de que o *espírito* – o próprio ser humano portanto, aprendesse com aquilo, reorientasse seu proceder e pudesse assim se salvar no Juízo, no Dia do Senhor.

Por fim, quando o jovem Êutico sofreu uma queda do terceiro andar do prédio onde Paulo estava reunido com seus ouvintes, ele o tomou nos braços e tranqüilizou toda a platéia: “Não vos perturbeis: a

sua *alma está nele!*” (At20:10). A alma, o invólucro do espírito, não havia deixado definitivamente o corpo terreno naquele acidente, sinal de que Êutico ainda estava vivo. Foi exatamente o contrário do ocorrido com Raquel, que morreu ao dar à luz Benjamim: “E aconteceu que, *saindo-se-lhe a alma*, porque morreu...” (Gn35:18).

Cada um de nós percebe nitidamente o sentimento do “eu”, durante toda a nossa vida. Como poderia então estar associado a um corpo perecível? Se assim fosse, esse sentimento teria naturalmente de alterar-se com o passar dos anos. Teria de sofrer o efeito da velhice e mostrar-se por fim debilitado e enrugado... Mas o sentimento do “eu” não muda durante a vida terrena. Não muda porque não provém de parte alguma do corpo material terreno, mutável e perecível, e sim do espírito. O fato de nos ser permitido dizer “eu” indica um inalienável direito de liberdade, associado à mais absoluta responsabilidade pessoal. Livre-arbítrio e responsabilidade: dois conceitos indissociáveis do espírito que adquiriu a autoconsciência.

Convém abrir um parênteses aqui e mencionar uma passagem muito elucidativa do livro de Ezequiel sobre responsabilidade própria, e a conseqüente impossibilidade de se transferir a culpa de uma pessoa para outra. Nesse exemplo, o pai não vivera segundo os Mandamentos do Senhor, mas seu filho sim, e cada qual recebeu então as conseqüências finais de sua escolha pessoal, morte espiritual para um e vida eterna para o outro: “Vós dizeis: ‘Por que o filho não há de levar a iniquidade de seu pai?’ Ora, o filho praticou o direito e a justiça, observou todos os Meus estatutos e os praticou! Por tudo isso, certamente viverá! Sim, a pessoa que peca é a que morre! O filho não sofre o castigo da iniquidade do pai, como o pai não sofre o castigo da iniquidade do filho: a justiça do justo será imputada a ele, exatamente como a impiedade do ímpio será imputada a ele” (Ez18:19-20). Este exemplo mostra que pai e filho são duas personalidades distintas, independentes, não compartilhando nenhuma responsabilidade espiritual entre si.

O espírito que se encarna num corpo em formação no ventre materno já é, pois, uma personalidade autônoma. O corpo infantil nada mais é do que um invólucro material em processo de desenvolvimento, que abriga uma personalidade humana espiritual já plenamente formada, cujas características intrínsecas (boas ou más) tornar-se-ão reconhecíveis quando esse espírito se tornar apto a atuar no mundo através do corpo terreno maduro, o que ocorre nos anos da adolescência. Nessa época surge então o verdadeiro ser humano, como ele realmente é: “o menino manifesta logo por seus atos se seu proceder será puro e reto” (Pv20:11). Se o proceder for mau, então é porque o espírito humano ali encarnado é mau, e desde o início “sua natureza era viciada, sua perversidade, inata, e sua mentalidade jamais mudaria, pois era uma semente maldita desde a origem” (Sb12:10,11). Nesse caso, ele já era um infrator desde o ventre materno, isto é, já era mau quando se encarnou: “Eu sabia que procederia mui perfidamente e eras chamado de transgressor desde o ventre materno” (Is48:8).

Pode-se dizer que é na época da adolescência que o espírito humano propriamente “nasce” para sua atuação aqui na matéria. Antes ele não podia fazer isso, porque seu instrumento, o corpo terreno, ainda não estava plenamente amadurecido, não estava “pronto” por assim dizer.

A hereditariedade é, pois, unicamente de ordem material. No máximo, pode-se divisar alguns traços comuns de temperamento entre pais e filhos, mas não mais do que isso. Traços de temperamento podem ser transmitidos por hereditariedade porque ele, o temperamento, está estreitamente ligado ao corpo, mais especificamente à composição do sangue. Mas mesmo nesses casos o respectivo ser humano tem a possibilidade e até o dever de dominar seus humores, visto que o corpo é e permanecerá sempre apenas como uma mera ferramenta para a atuação do espírito: “o domínio de si é fruto do espírito” (cf. Gl5:22), lembra Paulo. O espírito tem, pois, de dominar o corpo, e não o contrário, porque “tal como uma cidade aberta, sem muralhas, assim é o homem sem autocontrole” (Pv25:28).

Por essa razão, quando uma pessoa destrambelhada afirma, com ar de desalento, não ter como evitar seus rompantes, já que herdou tal destempero do pai ou da mãe, está na verdade fazendo uma confissão aberta de preguiça espiritual; mostra com isso ser demasiado fraca para dominar a si mesma. Do mesmo modo, quando alega raivosamente para si e perante outros que já “nasceu assim”, e que portanto a culpa é de seus pais, que a geraram com esse defeito de intemperança... Com palavras tão incrivelmente tolas ela apenas prova que “quem facilmente se irrita faz tolices” (Pv14:17), ou que “o espírito iracundo põe à vista sua estupidez” (Pv14:29). Ela, pois, herdou de seus pais apenas o corpo

terreno, somente o invólucro exterior, permanecendo um espírito autônomo e independente, plenamente responsável por todas suas decisões e atos.

Nas famílias, é bastante comum ouvirmos o comentário de que certa criança puxou determinada característica de comportamento do pai ou da mãe. Na verdade, porém, foram os pais que propriamente “puxaram” aquela respectiva alma para dentro da família, conforme suas próprias características anímicas, por efeito da Lei de Atração da Igual Espécie. Não é difícil compreender que a gestante, especialmente, possui uma força decisiva de atração, já que a alma vai se encarnar no corpo em formação dentro dela. Assim, também não é difícil entender que uma mãe com características anímicas negativas não pode absolutamente atrair uma alma muito pura, um ser humano bom e elevado.

Essa é, aliás, a principal razão da decadência notória, contínua, da humanidade ao longo dos séculos. Ao abandonar a missão principal da feminilidade, a mulher terrena se rebaixou cada vez mais, e com isso só pôde atrair para a encarnação almas também cada vez mais degeneradas, as quais, por sua vez, deram ensejo à encarnação de almas ainda mais decaídas, e assim por diante. Um horrendo círculo vicioso de contínua degradação da espécie humana.

Contudo, não acontece de apenas mulheres degeneradas atraírem almas más para a encarnação. Mesmo uma mulher boa pode eventualmente atrair uma ovelha negra, caso ela frequente locais inadequados ou permita que pessoas de caráter duvidoso permaneçam em sua proximidade. A mulher de boa índole necessita exercer uma vigilância contínua durante a gravidez, principalmente até a metade do período de gestação, para assegurar que só uma alma boa possa encarnar-se no feto em formação.

Por esse motivo, Isabel, grávida de João Batista, fez muito bem em “ocultar-se por cinco meses quando concebeu” (Lc1:24), porque a alma, o invólucro do espírito, se encarna no meio do período da gravidez. Agindo assim, ela garantiu que a alma pura do Batista pudesse encarnar-se nela, e não a alma dum outro qualquer. Dessa forma ela contribuiu decisivamente para que se cumprisse a antiga profecia de Isaías sobre a vinda do Precursor de Jesus: “Voz que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor; endireitai no ermo a vereda a nosso Deus” (Is40:3).

É oportuno intercalar aqui que, segundo algumas passagens bíblicas, João Batista já teria estado na Terra anteriormente, como o profeta Elias. Além da mencionada profecia sobre a vinda de João Batista, confirmada extraordinariamente pelos quatro evangelistas (cf. Mt3:3, Mc1:3, Lc3:4, Jo1:23), também o profeta Malaquias previu a vinda de um mensageiro que prepararia o caminho do Senhor, o qual seria a reencarnação de Elias: “Eis que eu envio o meu mensageiro que preparará o caminho diante de mim. (...) Eis que eu enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do Senhor” (Ml3:1,23). Assim, de acordo com algumas passagens, Elias estaria de volta à Terra na pessoa de João Batista, para preparar o caminho de Jesus, conforme o anjo do Senhor também indicou a Zacarias, pai de João Batista: “Ele caminhará à sua frente [dos filhos de Israel], com o espírito e o poder de Elias” (Lc1:16). Essa missão de Precursor para João Batista, repetindo a profecia de Malaquias, é ratificada por Mateus na passagem a seguir:

“Este é aquele de quem está escrito: ‘Eis aí eu envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho diante de ti.’ (...) Porque todos os profetas e a lei profetizaram até João. E, se o quereis reconhecer, ele mesmo é Elias, que estava para vir. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.”

(Mt11:10,13-15)

Pouco depois, de acordo com o Evangelho de Mateus, Jesus reforça essa concepção junto aos discípulos, respondendo a uma pergunta deles sobre Elias:

“Mas os discípulos o interrogaram: Por que dizem, pois, os escribas ser necessário que Elias venha primeiro? Então Jesus respondeu: De fato, Elias virá e restaurará todas as coisas. Eu, porém, vos declaro que Elias já veio e não o reconheceram, antes fizeram com ele tudo quanto quiseram. (...) Então os discípulos entenderam que lhes falara a respeito de João Batista.”

(Mt17:10-13)

João Batista teria sido de fato Elias numa outra vida? O papa Gregório I (540 – 604), quem diria, achava que sim... Mas não, não se trata da mesma pessoa, pois o Batista até refuta isso diretamente no Evangelho de João, quando questionado pelos judeus: “E eles lhe perguntaram: ‘Quem és tu? És Elias?’ Ele respondeu: ‘Eu não sou Elias’” (Jo1:21).

Porém, o que nessa história é mesmo um fato inquestionável e bastante interessante, é que a Bíblia apresenta aí uma discussão clara sobre o fenômeno da reencarnação. O mesmo se dá quando Jesus pergunta aos discípulos quem as pessoas diziam que ele era, e eles respondem: “Alguns dizem que és João Batista; outros, Elias; outros ainda Jeremias ou algum dos profetas” (Mt16:14). Também no livro de Jó fica implícita a idéia de reencarnação, pois outra explicação não existe para quem sofre *aparentemente* sem causa aqui na Terra. Jó não encontrou nenhuma solução naquela vida para as desgraças que lhe acometeram. Os amigos do protagonista, Elifaz, Bildade, Zofar, Eliú, assim como o próprio Jó, sabiam ser coisa impossível alguém sofrer injustamente, visto que o Senhor é a própria Justiça. E como a causa sempre precede o efeito, então, não havendo uma causa reconhecível na atual vida para o sofrimento, essa tem de estar presente numa vida anterior. Interessante notar que esse livro de Jó é a compilação de um antigo texto babilônico, onde um fiel que se vê como justo, cumpridor de suas obrigações para com os deuses, de repente é privado da saúde, dos bens e abandonado pelos amigos. O deus Marduk conhece os sofrimentos do seu servo, compadece-se dele e lhe restitui tudo que havia perdido.

A influência da Lei de Atração da Igual Espécie, porém, não atuou unicamente para as encarnações de João Batista e Jesus, ao contrário, ela se efetiva sempre, em todas as encarnações terrenas, sem exceção. Como se dá, aliás, nos efeitos de qualquer lei primordial da Criação. Por isso, também nos dias de hoje um casal que não atenta a essa Lei da Igual Espécie tem, pois, de receber em casa um hóspede com vícios e pendores, pela atração da espécie igual ruim de seu ambiente, de modo que é absolutamente justo que “quem gera um tolo tenha desventura, e não tenha alegria o pai de um insensato” (Pv17:21). Seria melhor, nesse caso, que o casal não tivesse tido filhos: “Morrer sem filhos é melhor do que ter filhos ímpios” (Ec16:3). Se tivessem sido mais vigilantes, o resultado seria o oposto: “o pai de um justo dançará de alegria; quem gera um sábio se regozijará” (Pv23:24).

Contudo, mesmo nos casos desfavoráveis de encarnação de uma alma problemática, se subsistir uma boa vontade recíproca, pais e filhos terão ensejo de vivenciar seus próprios erros uns nos outros, nessa convivência difícil, e eventualmente até de remi-los se estiverem realmente empenhados em melhorar como seres humanos. Já quando a vontade mútua é má, essa situação os faz angariar ainda novas culpas por cima das antigas, e conseqüentemente novos e pesados sofrimentos. Sofrimentos e dores renovados, angariados por culpa própria portanto. Sempre e sempre por culpa própria, de ambos os lados.

Nos casos em que os pais não apenas deixam de corrigir seus erros, mas ainda os retransmitem aos filhos de alguma maneira, seja por meio de maus exemplos ou concepções errôneas, estimulando-os assim a transmitir esses mesmos erros aos filhos destes, diz-se então que os pecados dos pais vingam-se até a terceira e quarta geração: “[O Senhor] visita a iniquidade dos pais nos filhos, e nos filhos dos filhos até a terceira e quarta geração” (Ex34:7). O pai que primeiro errou não conseguirá ascender a outros planos após a morte, ficando atado (preso) à Terra no Além, até que algum de seus descendentes reconheça o erro e retome o caminho certo, influenciando sobre outros tantos, com o que pouco a pouco será libertado e poderá tratar da sua própria escalada.

A característica de absoluta individualidade de um espírito humano já deixa claro como deve ser a atitude dos pais quando, na época da adolescência, o espírito no filho desperta para a atuação na vida terrena: *respeito absoluto às suas resoluções espirituais, frutos do livre-arbítrio*. O livre-arbítrio é uma característica inerente ao espírito humano, e por isso não pode ser tolhido por nenhum membro da família. Tal ato constituiria uma transgressão direta à Lei do Movimento na Criação, que tudo impulsiona para o desenvolvimento.

As conglomerações familiares, porém, em sua maior parte, não observam esse mandamento tão nítido e lógico de respeito incondicional às decisões espirituais de seus membros. Impõem-lhes freqüentemente, desde cedo, uma bem determinada direção a seguir, tida como certa para *todos* os integrantes do grupo, sem nenhuma distinção. Não levam em conta as peculiaridades de cada espírito

humano individual que faz parte da família, não atentando à evidência de que “o corpo não é um só membro, mas muitos” (1Co12:14).

Cada integrante dessa família equalizada se julga então no direito de interferir na vida do outro, de dispor como bem entender do seu tempo, às vezes até mesmo dos seus bens. Supõem deter não apenas a prerrogativa mas até o dever de opinar, de advertir e admoestar, quando não de condenar, para que a “paz familiar” seja preservada a todo custo. Contudo, essa paz tão louvada não passa de um sono coletivo de espíritos indolentes, recostados uns nos outros. Melhor seria dizer *pendurados* uns nos outros, situação que faz todo o clã familiar afundar espiritualmente em conjunto, sem que um tal soçobrar se torne perceptível terrenamente. E isso é o mais terrível de tudo. É um lento submergir de mãos dadas, tão modorrento como eles próprios, para dentro da viscosa areia movediça do torpor espiritual. A segurança mútua que os membros dessas famílias experimentam ao contemplar sua sólida “união familiar”, continuamente reforçada nas concorridas reuniões de parentela, é falsa, é ilusão entorpecedora, que só pode germinar da inércia espiritual. Seu sono comunitário não os deixa perceber o peso desses grilhões, que os faz viver numa espécie de comunismo familiar, em tudo semelhante ao político e tão danoso quanto este. E cujo fim também não será diferente.

E aí daquele membro que quiser emergir desse marasmo e se atrever a lutar para se ver livre dessas amarras invisíveis, as quais ele sente intuitivamente de modo nítido! Sem demora será condenado por toda aquela sonolenta massa gregária; será apedrejado moralmente em conversas sorradeiras, olhado de soslaio em silenciosa censura, tachado de insensível e inflexível, e por fim ainda esmagado impiedosamente sob o peso da gravíssima acusação de “ingratidão”.

O conceito de família atualmente vigente – o de um bloco monolítico e monocromático que só pode se mover sempre numa única direção – sufoca o livre-arbítrio de seus membros, impede o desenvolvimento espiritual de cada um. Esse conceito torcido, porém, já vem de milênios, de modo que na época de Jesus também não era diferente. O primeiro indício disso é o espanto daqueles que ouviram os seus ensinamentos na sinagoga e depois seu discurso para uma multidão:

“Donde lhe vêm esta sabedoria e poderes miraculoso? Não é este o filho do carpinteiro? Não se chama sua mãe Maria e seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas?”⁴² Não vivem entre nós todas as suas irmãs? Donde lhe vem, pois, tudo isso?”

(Mt13:54-56)

“Não é este Jesus, o filho de José? Acaso não lhe conhecemos o pai e a mãe?”

(Jo6:42)

Em outras palavras: “Como esse Jesus pode saber todas essas coisas se vem de uma família como outra qualquer?”; “Quem ele está pensando que é?”. Como a família de Jesus era normal, eles não entendiam que um membro dela pudesse se destacar dos demais. Observa-se, portanto, que já naquela época imperavam as tentativas de nivelar as pessoas sem levar em conta suas características específicas, inerentes a cada espírito humano. Com Jesus, então, o contraste era muito mais chocante, pois devido à sua natureza divina ele se destacava de imediato de todos os seres humanos. Sua simples presença já dividia as pessoas em dois lados.

Como o conceito de família é um estorvo ao livre desenvolvimento espiritual, é evidente que Jesus não poderia mesmo estar de acordo com essa prática. Alguns quadros tomados de seus ensinamentos são especialmente contundentes em relação a isso, apesar de que... “nem seus irmãos acreditavam nele” (Jo7:5):

⁴² Alguns teólogos adeptos da teoria da “virgindade perpétua” de Maria ficam incomodados com essa menção explícita aos irmãos de Jesus, e sustentam a tese de que a palavra irmãos significa “primos”, ou então de que se trata de filhos de José, anteriores à sua união com Maria. Essa opinião não é compartilhada por estudiosos mais realistas. Segundo o padre John P. Meier, a palavra grega *adelphos* foi usada aqui e em outros trechos com o sentido de “irmão”. De fato, os irmãos de Jesus sempre são citados nos Evangelhos como *adelphos*. No Novo Testamento esse termo aparece 343 vezes, sempre com o sentido literal ou metafórico de “irmão”. O apóstolo Paulo, cujas cartas são anteriores aos Evangelhos, usa *adelphos* para se referir a “Tiago, irmão do Senhor (Gl1:19), ao passo que na sentença: “Marcos, primo de Barnabé” (Cl4:10), ele utiliza a palavra grega *anepsios*, que significa realmente “primo”. Contudo, como nos primeiros quatro séculos da Igreja nenhum dos seus dignitários conhecia essas diferenças, não faltaram excomuniões para quem ousava dizer que Jesus tivera irmãos de sangue.

“Grandes multidões o acompanhavam e ele, voltando-se, lhes disse: Se alguém vem a mim e não aborrece seu pai e mãe, e mulher, e filhos, e irmãs, e ainda a sua própria vida, não pode ser meu discípulo.”

(Lc14:25,26)

“Aborrece” é um hebraísmo que tem o sentido de uma desvinculação completa da respectiva pessoa, de uma atuação *independente* segundo as próprias convicções, sem, portanto, nenhum compromisso de atrelar suas ações àquilo que os familiares esperam ou exigem que ela faça.

A submissão a opiniões e diretivas familiares já impossibilita um verdadeiro servir. E isso é tanto mais sério quanto mais elevada for a missão do servidor, como aconteceu, por exemplo, com Abraão. Conforme relata Roselis von Sass em O Livro do Juízo Final, a resposta do guia espiritual de Abraão ao seu rogo para servir a Deus, foi informá-lo das severas condições prévias exigidas: “Aquele que quiser servir ao Deus onipotente não deve deixar que nada o impeça; nem filhos, filhas, mulheres, pais, ou nenhum outro...” A ordem divina foi clara: “Deixa a tua terra, a tua família e a casa de teu pai” (Gn12:1)”, e Abraão “partiu como o Senhor lhe tinha ordenado” (Gn12:4). Ele não titubeou nem cismou a respeito de sua missão: “Abraão, ao ser chamado, obedeceu e partiu para um lugar que havia de receber como herança, e partiu sem saber para onde ia” (Hb11:8).

O rígido conceito de família é um perigo enorme para o espírito humano, um perigo muito pouco reconhecido. Quem se acomoda confortavelmente nas aconchegantes amarras familiares fica estagnado em seu desenvolvimento espiritual, e devido a isso incapacitado de pôr em prática os ensinamentos de Jesus, os quais invariavelmente exortam o espírito humano ao aperfeiçoamento pessoal, mediante contínua e própria movimentação. O trecho a seguir é ainda mais incisivo que o anterior:

“Não penseis que vim trazer paz à Terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois vim causar divisão entre o homem e seu pai, entre a filha e sua mãe e entre a nora e sua sogra. Assim os inimigos do homem serão os da sua própria casa. Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a mim não é digno de mim; quem ama seu filho ou sua filha mais do que a mim não é digno de mim.”

(Mt10:34-37)

Jesus, a Palavra encarnada, tinha, pois, de causar divisões no seio das famílias, já que essa Palavra exige do ser humano a mais aguçada vigilância espiritual, contínua movimentação interior, resolução e responsabilidade pessoais, justamente o contrário do que as mornas massas familiares ensinam a seus membros submissos.

Essa atuação abafadora das famílias sobre a livre movimentação do espírito humano individual é tão nociva, que para uma pessoa que deseja se movimentar espiritualmente os parentes acabam se tornando seus maiores inimigos: *“os inimigos do homem são os da sua própria casa.”* Os parentes se tornam, pois, inimigos do espírito vivo, que anseia por movimento independente... São justamente os familiares, os malfadados parentes, que impedem na maior parte dos casos o vôo livre do espírito de um jovem que se esforça em ascender às alturas luminosas. Os parentes não têm nenhum direito de ditar quaisquer diretivas de conduta a um membro da família no que tange à sua vida espiritual. Em relação a Jesus, eles tampouco tinham o direito de tentar neutralizar sua atuação em nome da normalidade e tranquilidade familiares, conforme consta dessa passagem:

“Então ele foi para casa. Não obstante, a multidão afluía de novo, de tal modo que nem podiam comer. E quando os parentes de Jesus ouviram isso, saíram para o prender, porque diziam: Está fora de si.”

(Mc3:20,21)

Para o espírito humano é imprescindível se libertar espiritualmente dos grilhões familiares, se quiser progredir. Quando Pedro diz a Jesus: “Eis que nós deixamos as nossas casas e te seguimos” (Lc18:28), ele lhe tranquiliza:

“Em verdade vos digo que ninguém há que tenha deixado casa, ou mulher, ou irmãos, ou pais, ou filhos, por causa do Reino de Deus, que não receba no presente muitas vezes mais, e no mundo por vir a vida eterna.”

(Lc18:29,30)

O espírito não tolhido por conceitos errados, que se movimenta livre na Criação, age no sentido da Vontade do Criador, recebendo por conseguinte múltiplas bênçãos através da Lei da Reciprocidade e, por fim, a própria vida eterna no Paraíso. Quando, numa ocasião, Jesus falava ao povo e alguém lhe avisou que sua mãe e irmãos estavam presentes, ele respondeu:

“Quem é minha mãe e quem são meus irmãos? E estendendo a mão para os discípulos, disse: Eis a minha mãe e meus irmãos. Porque qualquer um que fizer a Vontade de meu Pai celeste, esse é meu irmão, irmã e mãe.”

(Mt12:48,50)

No Evangelho segundo Lucas, o final desse trecho é expresso de forma ainda mais contundente:

“Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a praticam.”

(Lc8:21)

Aqueles que ouvem a Palavra de Deus *e a praticam!*... Somente estes podem alegar ter um parentesco com Jesus, a Palavra encarnada. Um parentesco no sentido de uma similitude íntima com a Palavra de Deus, de movimentação do espírito, que se evidencia no modo de ser renovado da criatura humana e não em conceitos meramente terrenos de laços de sangue e coisas do gênero.

Graus de parentesco terreno não têm, por si mesmos, nenhum significado para o *espírito humano*, cujo alvo máximo só pode ser espiritual. Só aquele que se movimenta para atingir esse alvo sublime cumpre realmente a Vontade do Pai celeste, podendo *então* ser chamado de um “filho” de Deus no sentido espiritual, pois “não são os filhos da carne que são filhos de Deus” (Rm9:8). Os que atingem plenamente esse alvo espiritual também poderão *então* tratar a si mesmos de “irmãos e irmãs no espírito”, visto terem todos atingido uma elevada igual espécie comum. Não antes. Os que procuram estabelecer uma igualdade impossível entre os seres humanos são pessoas danosas, porque tentam implantar na Terra algo insano e sem harmonia, semelhante a querer montar uma orquestra com um único instrumento ou um jardim com um único tipo de flor.

A necessidade de se libertar dos grilhões familiares aparece também de forma clara nesse diálogo de Jesus com um homem que queria segui-lo:

“Outro lhe disse: Seguir-te-ei, Senhor, mas deixa-me primeiro despedir-me dos de casa. Mas Jesus lhe replicou: Ninguém que tendo posto a mão no arado olha para trás, é apto para o Reino de Deus.”

(Lc9:61,62)

Mais uma vez o mesmo ensinamento: quem permanece preso a conceitos rígidos, como é o espinheiral familiar, não pode ascender espiritualmente. Também se reconhece nessa passagem que para muitas pessoas as preocupações terrenas vinham em primeiro lugar, tal como acontece na época presente. A exortação de Paulo, pronunciada a quase dois milênios, permaneceu inaproveitada: “Aspirai às coisas do Alto, não às terrenas (Cl3:2). Quando, hoje em dia, alguém eventualmente ainda se dispõe a ocupar-se de assuntos espirituais, também logo surgem desejos outros, que o desviam do alvo principal. Um provérbio árabe diz: “Quem quer fazer alguma coisa encontra um meio, quem não quer fazer nada encontra uma desculpa.” Ninguém fica livre da reciprocidade por deixar de fazer algo necessário, porque isso já é uma contravenção à lei universal da movimentação. A responsabilidade pessoal não se restringe ao que é feito, mas também inclui o que se deixa de fazer.

Jesus foi tão incisivo sobre a necessidade de se desvincular das garras familiares, que é de causar espanto que o sentido de suas palavras não tenha sido reconhecido. Certa feita uma mulher, também presa ao falso conceito de família, querendo expressar sua admiração pelas palavras de Jesus, exclamou para ele:

“Bem-aventurada aquela que te concebeu e os seios que te amamentaram!”

(Lc11:27)

Jesus retrucou-lhe imediatamente:

“Antes bem-aventurados são os que ouvem a Palavra de Deus e a guardam!”

(Lc11:28)

Esse episódio fala por si. Jesus, novamente, aponta para a necessidade imperiosa de se cumprir a Palavra de Deus, como pré-requisito indispensável para se alcançar a bem-aventurança, descartando de pronto, como algo totalmente despropositado, a pieguice maternal daquela mulher deslumbrada.

Mas, infelizmente, esses seus ensinamentos não impediram que nos séculos subseqüentes o amor materno, principalmente, fosse decantado como o mais nobre dos sentimentos da mulher, como se a missão suprema da feminilidade fosse gerar filhos para fazer jus a esse sentimento. Com isso, também o casamento foi rebaixado. O casamento passou a ser visto como um objetivo profissional, uma conquista terrena que todas as moças tinham de alcançar para se sentir realizadas, a ponto de a mulher de hoje não se envergonhar de tomar o matrimônio por patrimônio... Casar e ter filhos emergiu como única meta de vida de muitas jovens, freqüentemente instigadas pelos próprios pais. Para elas, ser uma consorte na vida é ter uma vida com sorte.

Ninguém se lembrou aí de que o ser humano é essencialmente um ser espiritual, e como tal tem de atuar em primeira linha. A procriação não é a principal função do casal humano; considerá-la como tal é promover um rebaixamento do verdadeiro papel do espírito humano dentro da Criação. É uma abjeção indesculpável, indigna da espécie humana, decorrente também da crônica indolência espiritual, a qual descarta de pronto a intuição em qualquer deliberação e suprime toda tentativa de reflexão mais aprofundada, fazendo com que as mulheres continuem a gritar em seu íntimo até os dias de hoje: “Dá-me filhos, senão eu morro!” (Gn30:1). Não por outro motivo, aliás, a exortação “Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a Terra” (Gn1:28) foi recebida como uma revelação toda especial, e posta em prática com espantoso afinco desde então. A respeito dessa frase, Roselis von Sass concede a seguinte explicação em sua obra *O Livro do Juízo Final*: “As palavras ‘crescei e multiplicai-vos e enchei a Terra’ foram pronunciadas, todavia, na época em que as encarnações dos espíritos na Terra começaram... E isto foi há milhões de anos...”

As odes seculares erguidas em louvor ao amor materno, como se a mulher não fosse mais do que uma graciosa espécie reprodutora bípede, transformaram-no num fardo doentio que solapa o livre desenvolvimento espiritual, tanto da mãe quanto dos filhos. Àquela faz crer que possui direitos absolutos e permanentes sobre a prole, enquanto que a estes últimos impõe o peso da gratidão eterna, mesmo que sob o manto da hipocrisia. Isso, sem falar do asqueroso mercantilismo desse “amor” filial.⁴³

Outro aspecto que também ajudou a degradar o conceito de família foi a interpretação errônea do quarto Mandamento. O sentido original é *honrarás pai e mãe*, e não “honrarás teu pai e tua mãe” (Mc10:19; Lc18:20). O mandamento trata de algo muito mais amplo, a honra devida à paternidade e à maternidade em sentido geral, e não uma obrigação pessoal de honrar os próprios pais em toda e qualquer situação, os quais podem, sim, agir eventualmente de uma maneira não merecedora de honra. É novamente apenas hipocrisia demonstrar uma honra fingida, forçada, a um pai ou a uma mãe não honoráveis. É oportuno mencionar que algumas traduções mais criteriosas dos Evangelhos trazem acertadamente o tópico correspondente no Evangelho de Mateus sem os pronomes possessivos em relação a pai e mãe: “Honra pai e mãe, ama teu próximo como a ti mesmo” (Mt19:19); “Deus ordenou: honra pai e mãe” (Mt15:4).

Também o papel sobrenatural que se atribui a Maria, na geração de Jesus, tem origem no torcido conceito de família. Segundo essa idéia, como ela foi a mãe terrena de Jesus, o Filho de Deus, a

⁴³ A americana Anna Jarvis, que no início do século XX inadvertidamente criou o “dia das mães”, e que ainda se empenhou pessoalmente para que essa comemoração fosse adotada em outros 43 países, chegou ao fim da vida, no ano de 1948, completamente amargurada com a sua “invenção”. Morreu reclusa, remoída de desgosto e sofrimento, tendo de presenciar como o seu propósito inicial, aparentemente inócuo e bem-intencionado, se transformara numa aberração comercial de alcance global.

concepção corpórea de seu filho teria de ter ocorrido de uma maneira muito acima do padrão humano normal, tão inadequadamente natural... No caso, tratou-se então de uma “equalização familiar divina”.

A idéia do nascimento virginal de uma divindade era muito disseminada na Antiguidade, em vários povos, e simplesmente transplantou-se para a tradição cristã, a qual não podia ficar atrás dos pagãos em algo assim tão palpitante. Vários mitos sumerianos falam de deuses que desceram à Terra para engravidar suas escolhidas e voltaram para as estrelas. Uma antiga lenda afirma que a mãe de Buda permaneceu virgem depois de lhe dar à luz no palácio Kapilavastu. Uma outra lenda, egípcia, diz a mesma coisa em relação à mãe de um de seus reis, que no Antigo Egito tinham o status de divindades, por serem filhos de Amon-Rá com a rainha da respectiva dinastia. O principal deus dos Astecas também nascera de uma virgem. O deus Tamuz mencionado pelo profeta Ezequiel (cf. Ez8:14), que morria e ressuscitava todo ano, era tido como nascido da virgem Myrrha. Até Platão, imagina, teria vindo ao mundo de um parto virginal...

Qualquer cristão de hoje não terá nenhuma dificuldade em designar todas essas estórias como *mitos*, que são realmente, mas em relação à sua própria religião adotam uma postura distinta. E, no entanto, os antigos egípcios pareciam ser até mais sensatos do que os cristãos de hoje em relação a esse tema candente. O escritor grego Plutarco (50 – 125 d.C.) escreveu o seguinte em suas notas biográficas sobre o rei-sacerdote etrusco Nema: “Os egípcios dizem não ser possível que o espírito de um deus se aproxime de uma mulher para lhe outorgar princípios de fecundidade, e que nenhum ser humano jamais poderá ter nenhuma relação, nenhuma união, com uma divindade.”

Um dos pontos-chave em que se apóiam as doutrinas cristãs que ensinam o dogma da concepção antinatural de Jesus é o final de sua genealogia, contida no Evangelho de Mateus: “E Jacó gerou a José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus, que se chama o Cristo.” (Mt1:16). Segundo os doutos especialistas bíblicos, as palavras “da qual” que aparecem nesse versículo constituem “uma das mais fortes evidências para o nascimento virginal de Jesus.” Sei... Então porque o evangelista não cita o nome do pai terreno de Jesus, essa é a prova de que ele não teve pai nenhum. Claro que para daí surgir a idéia de uma concepção antinatural e um parto milagroso foi quase que uma consequência imediata, e os fiéis cristãos passaram a aceitar irrefletidamente esse excêntrico conceito de uma partenogênese divina. É preciso, porém, deixar registrado que alguns teólogos e exegetas mais esclarecidos consideram a idéia de “nascimento virginal” de Jesus como um caso típico de *teologúmeno*, expressão indicativa de uma narrativa teológica sem a correspondente representatividade histórica. Em termos mais simples... uma mentira.

A palavra hebraica *almāh*, que aparece nas Bíblias cristãs como “virgem” para designar Maria, mãe de Jesus, significa literalmente: “mulher jovem em idade de casar”. É nesse sentido de juventude feminina que o termo é usado no Antigo Testamento, como indicam esses exemplos: “Pois bem, a *jovem* que sair para tirar água do poço...” (Gn24:43); “Partiu, pois, a *moça* e chamou a mãe da criança” (Ex2:8); “...o caminho de um homem junto a uma *jovem*” (Pv30:19); “Os cantores à frente, atrás os músicos, no meio as *jovens* soando tamborins” (Sl68:26). A palavra que em hebraico indica o conceito de virgem propriamente é outra completamente diferente: *b^etûlāh*, tal como usada na designação da moça Rebeca, no Gênesis: “A moça era mui formosa de aparência, *virgem*, a quem nenhum homem havia possuído” (Gn24:16), e também na história das moças da localidade de Jabes, no livro de Juízes: “Entre os habitantes de Jabes de Galaad acharam quatrocentas *virgens*, que não se tinham deitado com homem, e as trouxeram ao acampamento” (Jz21:12).

Quando a Bíblia foi vertida do hebraico para o grego da versão Septuaginta, a palavra *almāh* foi traduzida por *parthenos*, que rigorosamente indica qualquer moço ou moça não casados, e *por isso* considerados virgens. No grego antigo, *parthenos* tinha propriamente o sentido de “menina” ou “jovem”, que normalmente seriam virgens, mas não obrigatoriamente. Na posterior tradução da Bíblia para o latim a partir do grego do Antigo Testamento essa nuance foi desconsiderada e o termo hebraico original *almāh*, indicativo de jovem núbil, passou a ser traduzido diretamente em algumas passagens como “virgem” (*virgo* em latim), porque os cristãos já acreditavam no nascimento misterioso de Cristo. Assim, na versão oficial da Bíblia em latim, a Vulgata da Igreja, o conceito principal de jovem senhora foi definitivamente afastado e *almāh* deliberadamente traduzido como *virgo*. Essa falha, naturalmente, passou depois para as Bíblias em línguas modernas.

O efeito mais grave dessa mistificação se encontra no trecho em que Isaías anuncia o nascimento de Imanuel, citado por Mateus em seu Evangelho. A profecia original de Isaías diz textualmente o seguinte: “Pois bem, o Senhor mesmo vos dará um sinal: *eis que a jovem está grávida e dá à luz um filho*, e lhe dará o nome de Imanuel” (Is7:14). Já o mesmo trecho citado por Mateus aparece dessa forma: “Portanto, o Senhor mesmo vos dará um sinal: *eis que a ‘virgem’ conceberá e dará à luz um filho [ecce virgo concipiet et pariet filium]*, e lhe chamará Imanuel” (Mt1:23). A citação de Mateus faz a jovem grávida de Isaías voltar à condição de virgem, o que comprovaria a suposição de um nascimento virginal de Jesus. Conforme veremos mais à frente, a virgem aí interpolada sequer se referia a Maria, mãe terrena de Jesus.

Aliás, também não nos passa despercebido que Mateus, em sua genealogia, faça menção específica a três mulheres além de Maria: Raabe, Tamar e Rute (cf. Mt1:2), todas elas com uma situação matrimonial algo desregrada ou pelo menos incomum nos textos do Antigo Testamento, como uma tentativa subliminar de justificar a gravidez de Maria antes do casamento.

Maria era seguramente uma *almāh*, uma “mulher jovem em idade de casar”, ou uma “mulher jovem enquanto não deu à luz” nas palavras muito acertadas do teólogo holandês Rochus Zuurmond. O pesquisador católico John P. Meier também diz com acerto que a palavra *almāh* era aplicada a uma mulher até que ela tivesse tido seu primeiro filho. Mas essa contingência não indica, absolutamente, que a concepção e o nascimento de seu filho Jesus tenham sido “virginais”, algo completamente impossível segundo as leis naturais. A virgindade de Maria designava simplesmente sua condição antes de dar à luz seu primeiro filho, isto é, uma mulher cujos órgãos reprodutores ainda não haviam funcionado, que estavam *virgens* portanto, apenas isso. Esses órgãos deixaram de ser virgens quando da concepção, gestação e parto de seu *primeiro filho*, Jesus: “Ela deu à luz o seu *filho primogênito*, envolveu-o com faixas e reclinou-o numa manjedoura” (Lc2:7).

No trecho da anunciação do anjo a Maria, Lucas – ao contrário de Mateus (cf. Mt1:18), não interpreta que Maria tenha sido terrenalmente “concebida” pelo Espírito Santo:

“Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus.”

(Lc1:35)

Muito lógico. A atuação do Espírito Santo, cuja forma espiritual visível é a de uma Pomba, é aqui descrita como o “poder do Altíssimo que envolve Maria com a sua *sombra*”. Essa analogia de uma sombra envolvente para indicar a sujeição aos desígnios do Todo-Poderoso já era conhecida em várias passagens do Saltério, no Antigo Testamento: “Guarda-me como a pupila do olho, esconde-me à *sombra* das Tuas asas” (Sl17:8); “Como é preciosa a Tua graça, ó Deus! Os homens se refulgiam à *sombra* das Tuas asas” (Sl36:8); “Tu que estás sob a proteção do Altíssimo e moras à *sombra* do Onipotente” (Sl91:1); “O Senhor é o teu guarda, o Senhor é como a *sombra* que te cobre” (Sl121:5).

O “por isso” que aparece na frase final da anunciação em Lucas é uma locução adverbial grega – *dioti*, a qual indica “consequência evidente”. A *consequência evidente* da atuação do poder do Altíssimo, que envolve Maria com sua *sombra*, é que lhe seria possível dar à luz Jesus, o Filho de Deus, encarnado em corpo terreno.

O Espírito Santo é a Vontade de Deus, e essa Vontade estabeleceu que uma parte do Todo-Poderoso desceria até essa Terra, a fim de auxiliar os espíritos humanos pela Palavra. Daí se realizou então uma *imaculada concepção espiritual*,⁴⁴ a encarnação de Jesus no corpo infantil em gestação. Essa encarnação, como não podia deixar de ser, pautou-se pelas leis naturais do mundo material e se deu no meio do período de gravidez, assim como acontece com *todas* as encarnações de seres humanos terrenos. O autor de Eclesiastes diz que “o sopro vital entra nos ossos, dentro do ventre da mulher grávida” (cf. Ecl11:5).

O corpo terreno de Jesus foi gerado como qualquer outro corpo humano tem de ser gerado aqui na Terra, em obediência às inflexíveis leis da natureza para a matéria, guardiãs perenes da absoluta perfeição da Vontade divina. No início da era cristã era do conhecimento geral que o pai de Jesus

⁴⁴ Ver, a respeito, a dissertação “A Imaculada Concepção e o Nascimento do Filho de Deus”, no segundo volume da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin.

havia sido um romano. Não é sem razão, aliás, que uma das primeiras imagens de Jesus que chegaram até nós, uma gravura do século II encontrada nas catacumbas de Roma e reproduzida posteriormente na estatueta O Bom Pastor do século III, é a de um jovem pastor trazendo uma ovelha nos ombros⁴⁵ (cf. Lc15:5). Um pastor altivo, vigoroso, imberbe e com *fisionomia romana*.⁴⁶ Os primeiros cristãos teriam ficado perplexos se lhes fosse contada a versão de uma “concepção divina” e de um “nascimento virginal” do Mestre... O lúcido teólogo Cerinto, que de acordo com o bispo Irineu do século II havia sido contemporâneo do apóstolo João, afirmou que o corpo de Cristo fora “originado de sêmen viril”. Não se tem conhecimento de nenhum escrito de João refutando Cerinto. Registre-se que Cerinto também afirmava que a redenção não podia ser obtida através do sofrimento de Jesus. Duas verdades submersas pelos vagalhões dogmáticos dos séculos seguintes...

A idéia de uma concepção virginal de Jesus é fruto do incurável misticismo humano, bem como do desconhecimento das leis que governam a natureza. Nada mais do que isso. O mesmo se dá em relação à idéia de uma concepção especial para Maria. Em 1854, o papa Pio IX afirmou que Maria fora concebida sem pecado em atenção aos méritos de Cristo Jesus. O Salvador só poderia ser concebido virginalmente de uma criatura previamente concebida sem pecado. Essa afirmação de uma imaculada concepção, única e especial para a mãe terrena de Jesus, implica necessariamente que desde Adão todos os seres humanos foram sempre concebidos *com mácula*, mesmo quando se esforçaram em obedecer a determinação divina para que “se multiplicassem e enchessem a Terra” (cf. Gn1:28). Dessa maneira, o Senhor teria ordenado às Suas criaturas que pecassem com disposição, para poderem povoar a Terra... Onde está a lógica nisso?

Certamente é muito significativo que não haja a mais remota alusão a qualquer idéia de uma concepção e de um nascimento “virginais” de Jesus nas epístolas do grande apóstolo Paulo, as quais foram escritas muito antes dos Evangelhos, pelo menos uma geração antes. O próprio Evangelho de Marcos, o mais antigo dos quatro, também não faz nenhuma menção a isso, indicando que um tal conceito era completamente desconhecido no início do Cristianismo. E o Evangelho de João, com seus profundos conceitos teológicos, igualmente passa ao largo dessa estória.

Aliás, é interessante observar que no Evangelho de Marcos alguns judeus na sinagoga comentavam sobre Jesus da seguinte forma: “Não é ele o carpinteiro, *filho de Maria*,...? (Mc6:3). Referir-se a um homem como filho de sua mãe, e não de seu pai, era algo absolutamente incomum no Judaísmo daquela época e também no Antigo Testamento. Era um sinal de que alguns ali sabiam que Jesus não era filho do marido de Maria, e sim de um outro homem. Claro que nenhum daqueles judeus iria admitir a hipótese de que o pai de Jesus seria o Espírito Santo, já que o consideravam apenas como um impostor. Como reforço, temos também o ataque maldoso de um grupo de judeus dirigido a Jesus: “Nós não somos bastardos!” (Jo8:41), querendo indicar com isso, com o intuito de ofender, que sabiam ser Jesus um filho ilegítimo. Ilegítimo segundo a lei dos homens, é bom que se diga, e não segundo a onisciência divina, que não leva em conta a visão restrita de seres humanos de raciocínio. Também é digno de registro a preocupação de alguns copistas em substituir as palavras originais encontradas em manuscritos mais antigos “o pai e a mãe do menino”, referindo-se a Jesus no Evangelho de Lucas (cf. Lc2:33), por “José e sua mãe”. À medida que crescia a importância de Maria na Igreja, os devotos copistas se sentiram no dever de eliminar qualquer possibilidade de dúvida em relação ao nascimento virginal de Jesus.

Mas aqui e ali ainda vemos alguns que conseguem sobrepujar a muralha do raciocínio e enxergar um pouco mais além, como é o caso do exegeta católico Gerhard Lohfink, que afirma com todas as letras para quem quiser ouvir: “A concepção virginal com certeza não faz parte do conteúdo da fé e da confissão cristãs primitivas e, conseqüentemente, da mensagem de salvação bíblica.” O também

⁴⁵ Foi dessa imagem que surgiu o costume de marcar a posse de um papa com uma estola de lã de carneiro, chamada pálio, querendo significar que ele é o pastor universal. Os arcebispos metropolitanos também usam pálios (algo menores), confeccionados com a lã de ovelhas abençoadas.

⁴⁶ Mesmo na idade adulta Jesus não portava barba, nem tampouco a longa cabeleira com que aparece nas representações iconográficas. Ao contrário do hábito dos judeus de então, era costume romano raspar a barba. Nos afrescos da Roma antiga, feitos pelos primeiros cristãos, Jesus aparece invariavelmente sem a barba. Quanto ao cabelo, Paulo diz que não era bonito o homem usar cabelo comprido (cf. 1Co11:14). Já as imagens de Jesus que o mostram com olhos azuis estão certas. Apesar de isso não ter a menor importância, trata-se de uma característica física do Mestre corretamente preservada ao longo do tempo.

católico Karl Rahner acredita que “o trabalho pastoral faria melhor em não incomodar um crente sincero que não queira aceitar essa doutrina.” A teóloga Jane Schaberg diz que “a doutrina da concepção virginal é uma distorção e uma máscara, por trás da qual se encontra a tradição da ilegitimidade.” E o escritor e padre católico John P. Meier admite por sua vez que “as exatas origens da tradição da concepção virginal continuam obscuras, do ponto de vista histórico.” Origens obscuras, não é padre John? Quem sabe não houve interesse em deixar registrado como tudo começou... Roselis von Sass traz o seguinte esclarecimento sobre o tema em O Livro do Juízo Final:

“Outra invenção da Igreja é a da “concepção antinatural” de Jesus. Jesus foi gerado do mesmo modo que qualquer outra criança na Terra. (...) Naquela época todos os conhecidos de Maria sabiam que o pai de seu filho – Jesus – era um romano... Somente muitos séculos mais tarde, um dos conselheiros da Igreja inventou a lenda de que Jesus não fora gerado por um pai terreno. Pensou introduzir, com isso, algo de místico na doutrina de fé...”

Quem estabeleceu o dogma propriamente da virgindade de Maria foi o papa Martinho I, quando durante o Concílio de Latrão, no longínquo ano 649, declarou a “perpétua virgindade de Nossa Senhora *ante partum, in partum, post partum*”, em clara contradição com várias passagens do Novo Testamento que falam sobre os irmãos de Jesus (cf. Mt12:46;13:55; Mc3:31,32;6:3; Lc8:19,20; Jo2:12;7:3,5,10; At1:14; 1Co9:5; Gl1:19). É de se perguntar se os irmãos de Jesus também foram agraciados com concepção e nascimento antinaturais...

E que Jesus teve irmãos de sangue é atestado não somente pelas Escrituras, mas também pelo próprio bispo Eusébio de Cesaréia (280 – 340), que em sua obra História Eclesiástica informa: “Da família do Senhor ainda viviam os netos de Judá, que deve ter sido um *irmão consanguíneo do Senhor*.” Também Hegesipo, escritor cristão do segundo século, e os pais da Igreja: Tertuliano, Irineu, Helvídio e Epifânio afirmaram que Maria teve outros filhos com José.

A estória apregoada de Maria ter permanecido virgem mesmo depois do nascimento de Jesus (*virginitas post partum*), foi demais até para o bom monge Joviano, que achava tudo isso francamente exagerado. Aliás, como também já admitia Tertuliano – o pai do Cristianismo latino – que ao menos descartava a idéia de uma virgindade mariana *durante* e *após* o parto. No século II da nossa era, Tertuliano já advertia os cristãos para não seguirem o raciocínio (razão) na definição de suas convicções...

O primeiro documento a “atestar” o nascimento virginal de Jesus é um texto moldado no ano 190 d.C. chamado Proto-evangelho de Tiago, que naturalmente nada tem a ver com o verdadeiro Tiago, irmão de Jesus e autor da preciosa epístola que leva seu nome. Nesse texto de soberba fantasia, o tempo literalmente pára quando Maria está prestes a dar à luz. José olha para cima e vê pássaros parados em pleno ar, pessoas estáticas levando comida à boca, cabritinhos petrificados no momento de beber água do rio, etc. Diz o texto: “Em uma palavra, todas as coisas estavam afastadas, por uns instantes, de seu curso normal.” Logo depois do nascimento de Jesus, a parteira sai gritando maravilhada que Maria continuava virgem. Uma amiga sua não acredita e exclama: “Pelo Senhor, meus Deus, não acreditarei em tal coisa, se não me for dado tocar com os dedos e examinar sua natureza!” O texto conta que a mulher coloca o dedo na natureza de Maria e imediatamente solta um grito de dor: “Ai de mim! Minha maldade e minha incredulidade é que têm a culpa! Por descrer do Deus vivo, desprende-se de meu corpo minha mão carbonizada.”

Joviano, um monge pensante da época, não podia mesmo compactuar com essa estorinha e acabou sendo excomungado pela Igreja por contestar a “virgindade do parto”.

Ao contrário da idéia antinatural de uma concepção virginal através do Espírito Santo, há registros palpáveis indicando uma paternidade normal para Jesus. Um antigo documento apócrifo, naturalmente repudiado pela Igreja, afirma que Maria estava grávida de seis meses quando se uniu a José, de modo que este sabia muito bem de sua condição quando decidiu se casar com ela. O teólogo Orígenes⁴⁷, do século III, cita especialmente o filósofo Celso que, numa obra intitulada *O Verdadeiro*

⁴⁷ Orígenes tinha suas próprias idéias a respeito do conceito de “nascimento virginal” de Cristo. Segundo ele, isso não devia ser entendido literalmente, mas sim como sendo o nascimento da Sabedoria divina na alma. Aliás, ele considerava um

Discurso, de 178 d.C., diz ter obtido de um judeu a informação de que a mãe de Jesus aparecera grávida de um soldado romano de nome Pandera (ou Panthera). Essa história também aparece registrada em alguns escritos rabínicos do final do século I e início do século II, denominados *Baraitas*. Também o Talmude, o mais importante livro pós-bíblico do povo judeu, coletânea das tradições rabínicas desde o século II d.C. e considerado pelo Judaísmo tradicionalista com autoridade equivalente a das Escrituras, informa que o pai de Jesus foi um estrangeiro, um legionário romano de nome Pandera.

Nessas narrativas históricas sobre a paternidade de Jesus há, contudo, uma incorreção de nomenclatura, porque seu pai biológico foi um comandante romano chamado Kreolus⁴⁸ (e não Pandera ou Panthera), a quem Maria conheceu antes de se unir a José. O nome “Pantheras”, de fato, era bastante comum entre os soldados romanos, mas nesse caso o erro adveio provavelmente da expressão grego-hebraica *ben-parthenou* – “filho da virgem”, utilizada mais tarde pelos cristãos em relação a Jesus.

A *imaculada concepção* de Jesus foi uma concepção realizada dentro do mais puro amor, protegida por este como que numa redoma de pureza. Uma concepção que não se originou de mero instinto, na qual, portanto, não aderiu nenhuma mácula, caracterizando-a realmente como *imaculada*. O corpo terreno de Jesus só poderia ser concebido como fruto do mais puro e profundo amor entre duas pessoas, como foi o ocorrido entre Maria e Kreolus. O amor puro tinha de ser a base sobre a qual poderia se encarnar uma parte do Amor de Deus. Esse tipo de amor, porém, praticamente não existe mais na Terra.

Sem contar os desregramentos sexuais a que tanta gente se entrega em nossos dias, o próprio ato de geração decorre quase sempre apenas do instinto inferior, onde o amor ou algum resquício dele desempenha um papel secundário ou terciário, quando não desempenha papel nenhum. Deveria ser o contrário. Isso é mais um sinal da profundidade da decadência humana, pois só mesmo quem não tem mais nada de valor dentro de si pode direcionar sua vida apenas na busca de prazeres sensuais e paixões. Unicamente aquele que consegue ascender espiritualmente adquire a força necessária para deixar de lado essas e tantas outras coisas baixas, como aconteceu com o próprio Paulo e seus conhecidos: “Também nós antigamente éramos escravos de toda sorte de paixões e de prazeres” (Tt3:3).

Voltando à paternidade de Jesus, vemos num texto apócrifo que o casal Maria e José compareceu a um tribunal religioso porque Maria havia engravidado sem ainda estar coabitando com José. Na realidade, não se tratou de um tribunal propriamente, mas sim de uma declaração pessoal de paternidade feita por José, sozinho, junto ao superior do Templo, de modo a garantir a primogenitura de Jesus, com todos os direitos a isso ligados.

José foi, sem dúvida nenhuma, o pai *de fato* de Jesus, visto sempre ter sido seu melhor amigo terreno. Ao contrário de Maria, ele nunca o importunou com errôneos conceitos familiares, e por essa razão também não colocou em seu caminho nenhum empecilho para o cumprimento de sua missão. Quando Jesus deu início ao seu ministério José já havia morrido, de modo que nessa época ele não podia mais contar com as longas conversas que tinha com seu pai adotivo, de que tanto gostava e que lhe foram tão úteis na juventude. Em Maria, o rígido e deletério conceito de família estava muito arraigado, de modo que, mesmo sem querer, acabou dificultando a missão do Filho de Deus na Terra. O Evangelho de Marcos, por exemplo, informa que ela (respeitosamente sem citar seu nome), juntamente com seus outros filhos, acharam até que Jesus “estava ficando louco e quiseram detê-lo” (cf. Mc3:21), logo depois de este ter convocado os doze apóstolos.

Sobre o papel da mãe terrena de Jesus registrado na Bíblia, uma enciclopédia de catolicismo admite que “o leitor dos Evangelhos, antes de tudo, se surpreende por encontrar tão pouca informação sobre Maria.” Na verdade, o que surpreende mesmo é a Igreja ter ignorado esse sinal silencioso das Escrituras, onde Maria de Nazaré é citada até menos do que Maria Madalena, e criado um culto à sua

despautério que a Bíblia não pudesse ser interpretada de maneira espiritual. Dizia que a Bíblia contém um sentido mais profundo do que aquele permitido pelo texto em si. Nas suas palavras, o sentido literal é valioso, mas às vezes obscurece o sentido primário, que é espiritual. Como seria de se esperar, acabou sendo taxado de herege, mas só postumamente, cerca de 300 anos depois de sua morte.

⁴⁸ Ver, a respeito, a obra *Jesus, o Amor de Deus*, publicada pela Editora Ordem do Graal na Terra.

personalidade que nem ela, nem Jesus, jamais quiseram. O Filho de Deus nunca, mas nunca proferiu uma única palavra sequer que pudesse justificar a existência de semelhante culto. Nem mesmo em suas aparições depois da morte. Aliás, os Evangelhos narram onze aparições de Jesus ressuscitado, não apenas às pessoas que lhe eram caras, como os apóstolos e seu irmão Tiago (cf. 1Co15:7), mas também a agrupamentos e multidões, e no entanto, significativamente, não registram uma única visita pós-morte à sua mãe terrena... Ela não fazia parte das “testemunhas anteriormente designadas por Deus” (At10:41) para poder ver Jesus depois de sua morte.

Maria teve a sublime incumbência de dar à luz o Filho de Deus em seu invólucro terreno, mas nem por isso subiu do patamar de espírito humano. Ela era, sem dúvida, “altamente favorecida” (Lc1:28), um espírito humano muito agraciado e preparado, não obstante continuou sendo ainda e sempre um simples espírito humano, conforme, aliás, era considerada nos primórdios do Cristianismo. Maria foi um ser humano como qualquer outro, inclusive com erros aderidos a si, os quais ela permitiu que se evidenciassem durante seu tempo de convivência com Jesus.

O apóstolo Paulo, sempre cioso de tudo que é relacionado a Jesus, só faz uma referência indireta e superficial a Maria, para dizer que o Filho de Deus “nasceu de uma mulher”⁴⁹ (Gl4:4). Os Evangelhos mostram Jesus se referindo a ela apenas como “mulher” (cf. Jo2:4;19:26), não como mãe, e muito menos ainda como “mãe de Deus” (coisa que também nenhum discípulo fez), fato esse que prova o contrário daquilo que o culto de Maria estipula. O evangelista João sequer a chama pelo nome, mas apenas de “mãe de Jesus” e “sua mãe” (cf. Jo2:1,3,5,12;19:25,26). Jesus, como Filho de Deus, até deixou claro que nada tinha a ver com aquele espírito humano: “Mulher, que tenho eu contigo?” (Jo2:4), replicou.

O título de matriarca divina foi instituído muito tempo depois da morte de Maria. Nota-se aí claramente a influência de conceitos pagãos, particularmente oriundos do Antigo Egito, onde a deusa Ísis, chamada pelos egípcios de “Mãe de Deus” e “Senhora do Céu”, aparecia freqüentemente retratada com o menino Hórus no colo. Uma estátua da deusa Ísis com seu filho Hórus chegou a ser venerada por engano por católicos que desconheciam sua origem... Essas imagens são deturpações de visões espirituais que alguns agraciados tiveram da Rainha Primordial, que habita num mundo situado muito acima do Paraíso. Nessas antigas visões, ela normalmente aparecia acompanhada de um menino, o futuro “Senhor do Juízo”. Abdruschin diz o seguinte sobre essa Rainha Primordial em Na Luz da Verdade, dissertação “Culto”:

“Certamente existe uma Rainha do céu que, segundo a conceituação terrestre, também se poderia chamar Mãe primordial e que, não obstante, possui a mais pura virgindade. Ela, porém, está desde toda a eternidade nos páramos mais elevados e nunca teve encarnação terrestre!

Trata-se, pois, de sua *imagem irradiante* e não dela em realidade, o que uma vez ou outra certas pessoas, devido a uma profunda emoção, podem ‘ver’ ou ‘intuir’. Através dela vêm também muitas vezes auxílios mais rápidos, chamados milagres.”

Essas elevadas características da Rainha Primordial foram inconscientemente comprimidas em conceitos materiais restritos, e com o tempo acabaram associadas à mãe terrena de Jesus. Outras divindades pagãs também contribuíram para a sedimentação do culto a Maria. A Cibele frígia era conhecida como “Grande Mãe” e “Mãe de Todos os Benditos”. Na cidade fenícia de Biblos e em Beirute, Astarte era venerada como a “Deusa-mãe”. Na Babilônia, Astarte era chamada de “Rainha do Céu” e portava um manto azul... Como “Rainha do Céu” Astarte aparece até na Bíblia, inclusive com esse mesmo título, recebendo libações e oferendas dos seus fiéis, algo que por sinal desagradava profundamente o profeta Jeremias e o próprio Senhor (cf. Jr7:18-20;44:17-23, 25). Nesse caso, tratou-se da deturpação da imagem de uma grande enteal feminina que vive no Olimpo, Astarte, mediadora das irradiações da pureza.

⁴⁹ A expressão “nascer de mulher” é o termo bíblico usual para nascimentos comuns, normais. Em Mt11:11 e Lc7:28, por exemplo, podemos ler: “Entre os *nascidos de mulher*, ninguém apareceu maior do que João Batista.” E em Jô14:1 está: “O homem, *nascido de mulher*, vive breve tempo, cheio de inquietação.”

Contudo, a idéia megalômica de ser uma mãe divina jamais passou pela cabeça da própria Maria, que como simples serva do Senhor reconhecia sua necessidade de salvação como qualquer outro ser humano, conforme se depreende de suas palavras por ocasião da anunciação: “A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque contemplou na humildade da Sua serva.” (Lc1:46-48). Ora, uma mãe de Deus não poderia ser serva e muito menos ainda precisaria ser salva...⁵⁰

A designação “mãe de Deus” (*Theotokos* em grego) só começou a ser utilizada a partir do ano 431, quando foi estabelecida no Concílio de Éfeso. Os bispos reunidos nesse Concílio proclamaram ser um dever de todos os crentes atribuir a Maria o título de Theotokos, ameaçando com anátema a quem a isso se negasse. Em honra dessa proclamação, o papa Sixto III mandou construir imediatamente a Basílica de Santa Maria Maior, em Roma, que se tornou o principal santuário dedicado à Virgem.

Esse título oficial criado pela Igreja se contrapõe à aceção estabelecida pelo corajoso patriarca de Constantinopla, Nestório (380 – 451?), segundo o qual havia em Jesus duas pessoas distintas, a humana e a divina, e que portanto Maria *não poderia ser considerada mãe de Deus*. Nestório afirmava que Maria era mãe de um ser humano, enquanto que o Messias que atuou entre as pessoas era a incorporação do Amor – ligação de Deus com Seu Filho. Essa sua ousadia lhe custou a excomunhão, deportação e exílio, com a agravante de que ele já tinha abolido em Constantinopla o ofício de “penitenciário”, que consistia em distribuir penitências aos fiéis da época. Tal punição, no entanto, não impediu que seus seguidores, os nestorianos, fundassem igrejas na Pérsia, Índia, Arábia e até na China. Na seqüência do embate, no ano 553, o Concílio Constantinopla II acrescentou à “Mãe de Deus” o epíteto de “Virgem Eterna”. No ano 680 o Concílio Constantinopla III sufocou de vez a impertinência herética de Nestório ao ratificar o título de matriarca divina para Maria, com a declaração de que “ela foi verdadeiramente a mãe de Deus”. O marianismo triunfou.

Foram séculos de luta renhida até o culto de Maria se instalar soberano e incontestado no seio da Igreja. Sua tímida aparição no início da era cristã, aparentemente inócua, parecia apenas um justo louvor por ela ter dado à luz o corpo terreno do Messias. Mas em meados do século II o bispo de Lyon na Gália, Irineu, cujo nome significa “pacificador”, já começava a declarar hereges os que se recusavam a aceitar o cada vez mais condensado e místico culto a Maria, bem como a florescente crença em sua virgindade. Podemos concluir então que o pacífico Irineu classificava de herege o próprio Jesus, a quem julgava servir, pois este exortou severamente: “Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a Ele prestarás culto” (Mt4:10; Lc4:8).

O culto à Maria de Nazaré cresceu sobremaneira na Idade Média, quando ela passou a receber vários outros títulos em cadência, como “co-redentora”, “rainha dos céus”, “rainha dos anjos”, “dama regente do mundo”, “mediadora de todas as graças”, “mãe da verdade”, “mãe da paz”, “porta dos céus”, “janela do paraíso”, etc. Esse crescimento contínuo do culto à sua pessoa também pode ser observado nas pinturas que retratam a anunciação. Nas primeiras delas, o anjo Gabriel é a figura dominante, elevando-se majestosamente sobre uma submissa Maria; com o tempo, ambos passam a ser representados com o mesmo tamanho e destaque; já nas últimas gravuras é o anjo Gabriel que aparece ajoelhado reverentemente diante de Maria... Da Idade Média até o Renascimento, Maria é a figura central nos quadros que representam os apóstolos, particularmente nos que retratam a descida do Espírito Santo no Pentecostes⁵¹. No século VIII surgiram afrescos mostrando o papa recebendo insígnias da Virgem Maria, vestida e coroada como imperatriz.

⁵⁰ Alguns manuscritos da tradição latina procuraram mitigar esse desconforto simplesmente substituindo Maria por Isabel nesse trecho, o que demonstra a que ponto podem chegar os adeptos da fé cega no afã de defender seus dogmas. Isabel é uma variação do nome Elisabeth, que significa “consagrada a Deus”.

⁵¹ Pentecostes era o nome que se dava à “Festa das Semanas” ou “Festa da Colheita” (cf. Ex23:16), celebrada sete semanas depois do começo da colheita do trigo. Sete semanas correspondem a 50 dias, daí o nome de Pentecostes (do grego *pentekostes* – quinquagésimo). As festas da Páscoa (do hebraico *pessah* – passagem) e dos Ázimos (pães sem fermento) foram fundidas e fixadas no 14º dia do mês de Nisã, e a partir daí a Festa das Semanas recebeu uma data regular no calendário judaico: sete semanas (50 dias) após a Páscoa, que atualmente comemora a saída dos hebreus do Egito. No Judaísmo, o Pentecostes passou a lembrar a outorga da Lei a Moisés. No Cristianismo, o Pentecostes celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos reunidos no cenáculo, que teria ocorrido 50 dias após a Páscoa cristã. A data da Páscoa cristã foi fixada no século II pelo papa Vitor I.

Segundo o pesquisador Jaroslav Pelikan, quem naquela época apelasse a Maria como “porta dos céus e janela do paraíso” receberia completa absolvição dos pecados. Havia festas eclesiais em honra do seu nascimento e acreditava-se que sua natividade também fora anunciada à sua mãe por meio de um anjo, tal como se deu depois com seu filho Jesus. Seu túmulo também teria sido encontrado vazio pelos discípulos... Sua casa foi transportada da Palestina para a Itália por anjos, passando a ser conhecida e venerada como “Santa Casa de Loreto”. Jaroslav diz que Maria “foi colocada no mais ilustre lugar entre todas as hostes celestiais, humanas ou angélicas, ocupando o segundo lugar apenas em relação a Deus.”

Hoje em dia, além das gravuras, há incontáveis estátuas da Virgem veneradas sob mais de mil títulos diferentes em todo o mundo. Isso, apesar das inúmeras advertências bíblicas contra tal prática. Essa prática é tão grave, que aparece na Bíblia como uma proibição específica, complementar ao primeiro Mandamento: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de Mim. *Não farás para ti imagem de escultura*” (Dt5:6-8). O rei Asa, de Judá, de quem a Bíblia afirma que “fez o que era reto diante do Senhor” (1Rs15:11), entendeu muito bem essa proibição e não titubeou em retirar da própria mãe, Maaca, a dignidade de rainha-mãe quando viu que ela venerava uma escultura de ídolo. Logo depois de apear sua progenitora, “Asa destruiu essa imagem e a queimou no vale de Cedron” (1Rs15:13).

A idolatria é um dos pecados que a Bíblia indica ser especialmente repugnante ao Senhor. É designada pelo termo hebraico *to‘evah*, que significa “coisa abominável, detestável, ofensiva”. Algumas passagens bíblicas deixam reconhecer muito bem essa repugnância: “A madeira cortada da floresta, trabalhada pelo cinzel do artista, ornamentada com ouro e prata, é fixada com pregos e martelo para não vacilar. Esses ídolos são como um espantinho num campo de pepinos; não falam, e é necessário carregá-los, pois não andam. (...) Todo ourives é envergonhado pela imagem que esculpiu: suas estátuas são mentira, não há espírito nelas; são absurdidades, produtos ridículos: perecerão na hora do ajuste de contas” (Jr10:3-5,14,15). Cada uma dessas estátuas idolatradas clama a maldição que recai sobre os escultores e, não por último, sobre os incentivadores de tão grande abominação: “Maldito o homem que fizer imagem de escultura ou de fundição, abominação ao Senhor, obra da mão do artífice” (Dt27:15). Todos eles “trocaram a glória do Deus incorruptível por figuras representativas do homem corruptível” (Rm1:23).

O clamor do profeta Habacuc ecoa pelos séculos: “Que proveito traz uma imagem de barro? É só para o artista ter o gosto de fazê-la? E a imagem de metal fundido, oráculo mentiroso, é para que seu criador nela confie e continue fabricando ídolos mudos?” (Hab2:18). O salmista brada em severa advertência: “Os que fabricam ídolos ou neles confiam *se tornarão como eles*” (cf. Sl115:8, 135:18), isto é, sem vida, espiritualmente mortos. O destino que os aguarda é o mesmo de seus ídolos – a aniquilação, garante Oséias: “Da sua prata e do seu ouro fizeram ídolos para si, para sua própria perdição” (Os8:4). E qual o número desses que se tornaram mortos como seus ídolos?... É só olhar em redor, diz Isaías: “O país está *cheio de ídolos*, adoram o produto de suas mãos, coisas que seus dedos fabricaram” (Is2:8).

O idólatra – qualquer que seja o objeto de sua devoção – se prostra diante de seu ídolo e... “não se envergonha de dirigir-se a esse objeto sem vida: invoca saúde a quem está sem força, implora vida a quem está morto, suplica proteção a quem não tem valia nenhuma, confia suas viagens a quem não é capaz de dar um passo, (...) pede ajuda vigorosa a mãos sem vigor” (Sb13:17-19). “Esses deuses de prata, ouro e madeira são trajados de roupas, como homens, mas não estão protegidos da ferrugem e da decomposição. (...) Como a louça quebrada se torna imprestável, assim são os seus deuses, depois de instalados nos templos; seus olhos cobrem-se com a poeira levantada pelos passos do povo que entra. (...) São comparáveis a alguma viga do templo, cujo cerne, ao que dizem está carcomido; os vermes que saem da terra os devoram, a eles e a seus mantos: eles nem o sentem! (...) Esses objetos, que não têm o menor alento, compram-se por qualquer preço. Como não têm pés, carregam-nos nos ombros. Se alguma vez caem em terra, não se levantam por si mesmos; se alguém os põe de pé, não se podem mover; se inclinados, não se podem endireitar, e recebem como mortos as oferendas que lhes são presenteadas. (...) Se alguém lhes faz bem ou mal, são incapazes de retribuir. (...) Assim, pois, mais vale um homem justo que não tem ídolos: ele estará a salvo da vergonha.” (Br6:10,11,15,16,19,24-26, 33,72).

Somente as Bíblias católicas contêm as passagens do parágrafo acima. No entanto, o Concílio de Nicéia II, no ano 787, definiu como lícita a pia veneração das relíquias e das santas imagens. Assim, também de nada adiantou o profeta Isaías e o salmista terem, séculos antes, acrescentado na mesma linha: “Eis os que desembolsam seu ouro, e pesam a prata na balança; contratam um ourives para que ele faça um deus, diante do qual se prostram em adoração; eles o carregam nos ombros e o transportam, depois o colocam em seu posto, onde se mantém, sem mais poder mover-se. Por mais que o invoquem, nunca responde, e não salva do infortúnio” (Is46:6,7); “Os ídolos deles são de prata e de ouro, feitos por mão de homem: têm boca mas não falam; têm olhos mas não vêem; têm ouvidos mas não ouvem; têm nariz mas não cheiram; têm mãos mas não apalpam; têm pés mas não andam; nem som algum sai da sua garganta. Que seus autores se assemelhem a eles, e todos os que neles confiam!” (Sl115:4-8).

Apesar desses avisos tão incisivos, tão contundentes, parece que nenhum clérigo ou leigo venerador de estátuas se conscientizou até hoje dessa prática abominável, que não é nada pia não, mas sim *ím-pia*, nem tampouco tomou para si mais essas outras graves advertências bíblicas: “Não façais para vós ídolos, nem levanteis entre vós imagens de madeira, estelas ou pedras esculpidas. Não as coloqueis na vossa terra, para vos prostrardes diante delas, porque Eu sou o Senhor, vosso Deus” (Lv26:1). “Não vos corrompais fabricando um ídolo, uma forma qualquer de divindade” (Dt4:16). “Não vos afasteis do Senhor, mas servi-O de todo o coração. E não vos desvieis para entregar-vos a ídolos de nada, sem utilidade e incapazes de salvar, pois nada são” (1Sm12:20,21).

O Servir Libertador

Quando Jesus insta o ser humano a “guardar os mandamentos” (Mt19:17) está lhe dando um conselho de suma importância, pois unicamente quem guarda os mandamentos, isto é, quem cumpre as leis da Criação, pode alcançar a vida eterna.

Também o “tornar-se um servo útil” outra coisa não significa senão cumprir essas leis. Quanto mais uma pessoa se aprofundar no reconhecimento e compreensão dessas leis, tanto mais se lhe tornará clara a necessidade absoluta de obedecê-las. A partir daí, ela nem almejará algo diferente do que integrar-se inteiramente na Vontade Daquela que lhe concedeu a vida.

Uma pessoa que tenha alcançado esse nível de compreensão sabe que não está fazendo nada além de sua obrigação ao interessar-se pela Vontade de seu Criador, e procurará sintonizar todo seu ser nela. Nunca pensará estar realizando algo de extraordinário com isso, que faça jus a uma recompensa toda especial do Alto. A exortação de Paulo aos Colossences para ter “pleno conhecimento da Vontade de Deus” (Cl1:9) lhe parecerá a coisa mais natural do mundo. Só quem tenha chegado a esse nível de evolução espiritual compreenderá também, sem se chocar, essas palavras de Jesus dirigidas a seus apóstolos:

“Qual de vós, tendo um servo ocupado na lavoura ou em guardar o gado, lhe dirá quando ele voltar do campo: Vem já e põe-te à mesa? E que antes não lhe diga: Prepara-me a ceia, cinge-te e serve-me enquanto eu como e bebo; depois comerás tu e beberás. Por ventura terá de agradecer ao servo por ter este feito o que lhe havia sido ordenado?”

(Lc17:7-9)

“O discípulo não está acima do seu mestre, nem o mestre acima do seu senhor.”

(Mt10:24)

O ser humano tem obrigação de servir. Essa obrigação, porém, só não é sentida como uma imposição desagradável por aquele que cumpre voluntariamente as leis primordiais vigentes, aquele, portanto, que ajusta sua pequena vontade humana à onipotente Vontade do Criador. A condição para isso é, evidentemente, a humildade, que é a chave para a liberdade espiritual. Assim, ele passa a compreender perfeitamente as indicações do Mestre: “Quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva” (Mt20:26) e “se alguém quiser ser o primeiro, seja o último de todos e servo de todos” (Mc9:35). Jesus deu um exemplo prático dessa humildade ao lavar os pés dos discípulos

(cf. Jo13:4,5), indicando com esse ato, ao mesmo tempo, que as leis da Criação sempre servem ao ser humano que se ajusta sabiamente a elas.

A severa linguagem bíblica da terra de Canaã, o antigo Oriente Médio, não causará mais nenhum mal-estar ao leitor tornado ciente, pois agora ele vê que a rigorosa exigência de servir, de obedecer, é na verdade uma exortação para ajustar-se às leis, o que por sua vez é sinônimo de liberdade, de libertação espiritual. É este o sentido de “Servi ao Senhor com toda a humildade” (At20:19) e da exortação de “viver humildemente com o teu Deus” (Mq6:8), assim como da reiterada exigência de humilhar-se diante Dele: “Se o Meu povo se humilhar, orar e me buscar, e se converter dos seus maus caminhos, então Eu ouvirei dos céus” (2Cr7:14); “Humilhai-vos diante do Senhor, e Ele vos exaltará” (Tg4:10); “Humilhai-vos, pois, sob a poderosa mão de Deus” (1Pe5:6). Faz parte disso igualmente a dura advertência para quem não cumpre a Lei do Senhor: “Maldito quem não mantiver as palavras da Lei e não as puser em prática!” (Dt27:26), bem como a severa sentença do Senhor de que “diante de Mim se dobrará todo joelho” (Rm14:11).

Todas essas aparentes imposições rígidas são facilmente seguidas, de maneira automática, por quem se adapta sabiamente às leis da Criação. Para este, a virtude da legítima humildade também advém de modo inteiramente natural. Assim, não há mais nenhum risco de ele “tropeçar na Palavra, sendo desobediente” (1Pe2:8b); a simplicidade infantil e espantosa aspereza da linguagem bíblica nunca mais lhe poderá ser “pedra de tropeço e rocha de ofensa” (1Pe2:8a). Ao contrário, saberá que o cumprimento da Lei do Senhor só poderá trazer reciprocamente uma grande paz à criatura humana, e nenhum motivo para tropeço: “É grande a paz dos que amam a Tua Lei, e para eles não existe um tropeço” (Sl119:165). Mesmo desconhecendo que os termos hebraicos *shahāh* – “curvar-se” e *asab* – “servir” também têm o sentido de “adorar”, isso se tornará evidente ao seu novo coração tornado humilde. Humildade legítima, percebida como tal pelo Alto: “Por mais alto que seja o Senhor, Ele vê o mais humilde e reconhece de longe o orgulhoso” (Sl138:6).

Com um sorriso de gratidão nos lábios reconhecerá prontamente as várias indicações, agora claras para ele, da atuação incontornável e autônoma da Lei da Reciprocidade, apenas expressa em outros termos: “Para quem é fiel, Tu és fiel; com o homem íntegro, Tu és íntegro; com o que é leal, Tu és leal, e com o astuto, és sagaz” (2Sm22:26,27). Indicações ratificadas nessas outras sentenças vindas da parte do Senhor: “Eu, o Senhor, penetro os corações e sondo as entranhas, a fim de recompensar cada um pela sua conduta e pelos frutos das suas ações” (Jr17:10); “Eu vos julgarei, cada um segundo os seus caminhos” (Ez33:20).

Verá também o que se encontra por detrás de inúmeras outras advertências bíblicas, muito duras à primeira vista, com seus inúmeros “Ai de ti!” A intenção é sempre de despertar o ser humano para a responsabilidade pessoal, para que ele finalmente ajuste, sensata e humildemente, sua diminuta vontade própria à Vontade do Onipotente, nitidamente reconhecível em Suas leis perfeitas. Deixando-se amoldar por essas leis, ou deixando-se “corrigir” pelo Senhor conforme prescrevem as ríspidas exortações bíblicas, terá de ser feliz: “Feliz o homem a quem Deus corrige! Não desprezes a lição do Todo-Poderoso” (Jó5:17); “Feliz aquele que Tu corriges, Senhor, que ensinas pela Tua lei” (Sl94:12); “O Senhor corrige a quem ama, castiga todo filho a quem acolhe” (Hb12:6).

Submetendo-se a essas exigências do Senhor, o ser humano só poderá encontrar alegria, saúde e felicidade em seus caminhos de desenvolvimento: “Em seguir as Tuas exigências, encontrei a alegria como na maior fortuna” (Sl119:14); “Servireis ao Senhor, vosso Deus, e Ele abençoará teu pão e tua água, e afastará de teu meio as enfermidades” (Ex23:25). Essa obediência humilde às exigências do Senhor, isto é, às Suas leis, constitui o único caminho para se obter a bem-aventurança, a vida eterna: “O prêmio da humildade é o temor ao Senhor, a riqueza, a honra e a vida” (Pv22:4). O prêmio final dessa humildade é, portanto, a vida... vida eterna!

E assim o ser humano espiritualmente desperto, o novo servo útil na vinha do Senhor, passa a sentir com muita clareza que realmente “mais bem-aventurado é dar do que receber” (At20:35), pois com essa sua adaptação voluntária, as próprias leis da Criação é que passam então a servi-lo automaticamente, auxiliando-o e amparando-o em todos seus caminhos de desenvolvimento até o Paraíso, como o mais belo efeito recíproco outorgado a uma criatura que se move direito dentro da obra do Criador. Terá se tornado então a comprovação viva de que não há para uma criatura graça maior do que servir, nem felicidade maior do que ser útil.

Tornai-vos como as Crianças!

“Em verdade vos digo que se não vos converterdes e não vos tornardes como as crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus.”

(Mt18:3; Mc10:15; Lc18:17)

Converter-se e tornar-se como as crianças! *Dois* necessidades imperiosas para o ser humano que almeja atingir a vida eterna. Significam reconhecer as leis da Criação e pautar a existência estritamente de acordo com elas.

Tornar-se como as crianças equivale a ser simples e natural em tudo, como exigem essas leis. Significa ter a capacidade de ainda intuir infantilmente, mesmo já sendo adulto. Quando Jesus diz: “Quem acolhe em meu nome uma criança como esta, acolhe a mim mesmo” (Mt18:5), não está fazendo uma apologia da adoção de crianças, mas sim que as pessoas devem *acolher dentro de si mesmas* uma criança como aquela, devem tornar-se interiormente como uma criança, vivendo com a simplicidade e naturalidade de uma criança, tão puro como esta. Conseguindo isso, terá se tornado então uma criança da Criação, *uma criança de Deus!* Como é doloroso, tristemente significativo, que o ser humano chame de “comportamento adulto” justamente tudo aquilo que sabe ser errado... A reciprocidade que o atingirá será igualmente adulta.

Simplicidade e naturalidade! Dois conceitos intimamente ligados a tudo quanto é puro, e que a humanidade foi perdendo pouco a pouco à medida que elevava o raciocínio ao pedestal mais alto do seu altar de idolatrias.

Na época de Cristo, o raciocínio já há muito ocupava o trono de divindade mais elevada para os homens, à qual eles oravam com fervor sempre que queriam lançar mão de maquinações intelectivas para atingir míseros objetivos terrenos. Em sua segunda Epístola aos Coríntios, Paulo manifestou claramente seu temor a respeito: “Receio que, assim como a serpente enganou Eva com a sua astúcia, assim também sejam corrompidas as vossas mentes, e se apartem da simplicidade e pureza devidas a Cristo.” (2Co11:3). É essa serpente da astúcia do raciocínio que está sempre procurando enganar o ser humano, incutindo-lhe a dúvida se realmente Deus teria dito algo sobre o comportamento dele esperado: “É verdade que Deus vos disse: ‘Não comais de nenhuma das árvores do jardim?’” (Gn3:1). Uma pergunta artilosa, capciosa, pois apenas o *deleitar-se* com o fruto de uma *única* árvore fora proibido ao casal da raça humana. Com essa pergunta, a astuta serpente dirigiu a atenção da mulher justamente para o que havia sido vedado, fazendo-a esquecer de todo o esplendor à sua volta, do qual ela e seu companheiro podiam desfrutar a qualquer tempo.

Realmente, essa serpente do raciocínio é o mais astuto e com isso o mais perigoso dos animais que assediam a criatura humana: “A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos” (Gn3:1). E agora, no final dos tempos, ela já conseguiu seduzir o mundo inteiro: “A antiga serpente, o sedutor de *toda* a humanidade” (Ap12:9). Obteve esse triunfo mesmo sendo o mais limitado dos animais, estreitamente ligado à matéria grosseira terrena, conforme indicado nessa determinação divina: “Rastejarás sobre o teu ventre e comerás pó todos os dias da tua vida” (Gn3:14).

Unicamente uma pessoa simples e natural, de espírito livre e móvel, portanto pura como uma criança, pode intuir a grandeza da Criação e pressentir nela a Vontade do Criador, pela atuação de Suas leis inflexíveis. Aos escravos do raciocínio não é facultado obter este reconhecimento, mesmo que queiram, mesmo que se esforcem nesse sentido. Nunca será possível ao raciocínio, que é um mero produto do cérebro, órgão pertencente ao corpo *material* do ser humano, desvendar enigmas cujas soluções encontram-se em planos mais elevados da Criação, simplesmente porque “as coisas do Espírito de Deus se discernem espiritualmente” (1Co2:14). Apenas espiritualmente. As “coisas do Espírito de Deus” são as obras da Vontade de Deus, do Espírito Santo.

Para o ser humano que desperta espiritualmente, a diferença entre os frutos do raciocínio e os do espírito se lhe torna subitamente clara e nítida, como se uma venda ou escamas lhe caíssem dos olhos, tal como ocorreu com o apóstolo Paulo na época de sua conversão: “Imediatamente caíram dos olhos de Saulo como que umas escamas, e ele recobrou a vista” (At9:18). Recobrada a visão real, o ser humano deve procurar tornar-se uma criatura mais intuitiva. A intuição redespertada e continuamente robustecida age como um benfazejo colírio em seus olhos recém-curados, “um colírio para ungi os

olhos, de modo que possas ver claro” (Ap3:18). Ver claro, sempre mais claro... porém sempre dentro do âmbito do espiritual humano.

Assim como o *raciocínio* humano é incapaz de divisar valores espirituais nem compreender nada da região espiritual, situada acima da matéria, o *espírito* humano tampouco pode compreender coisas referentes à região divina, situada acima do seu ponto de origem, e muito menos ainda pretender trazer em si algo de divino. A suposição de que o ser humano contém em si algum elemento divino, ou que até poderá tornar-se divino algum dia, é mais uma decorrência da proverbial presunção humana, que desconhece qualquer limite, adubada que é pelo vaidoso raciocínio. E isso já vem de longe... No século II, o já mencionado Irineu, atual “São Irineu”, ensinava a todo mundo que “a humanidade elevar-se-ia até a divindade.”

É preciso salientar, contudo, que para o espírito humano não deve existir nenhum enigma ou mistério nas partes da Criação situada abaixo dele. Classificações enigmáticas sobre essas regiões foram criadas pelo cérebro humano, como uma espécie de auto-atordoamento e engodo, depois que seu dono, o ser humano terreno, se desvencilhou de todo o verdadeiro saber que chegou a possuir outrora, numa época em que seu desenvolvimento ainda se processava de modo normal, tendo-se voltado exclusivamente para a matéria e deixado atrofiar dentro de si as faculdades de seu espírito. Um crime terrível, e ainda praticado sob uma espécie de orgulho coletivo da humanidade, o qual cresceu na mesma proporção em que aumentava seu grau de miopia espiritual, até chegarem ambos à máxima arrogância e à mais completa cegueira, características que passaram para a História fundidas no nome materialismo.

Para se desvendar os ditos “enigmas” é necessário *mobilidade do espírito*, algo que os escravos racionalistas da ciência não possuem mais. Contudo, são exatamente estes seres estritamente intelectivos – que em sua maior parte sequer admitem a existência do espírito e muito menos ainda de um Criador – os que insistem em pesquisar assuntos de caráter espiritual com seu restrito raciocínio atado à Terra. Eles querem desvendar os segredos da Criação com balanças, tubos de ensaio, microscópios eletrônicos e telescópios orbitais... Uma situação que seria até empiricamente cômica, não fosse tão triste, indizivelmente triste.

Sem ter nenhuma consciência disso, essa gente inteligente se comporta frente ao restante da humanidade como se detivesse as chaves da Criação, com suas teorias mirabolantes e seu linguajar inóspito. Nunca poderão reconhecer que sua presumida sabedoria é incapaz de proporcionar ao mundo a mínima compreensão da sabedoria divina: “Onde está o sábio? Onde está o letrado? Onde está o investigador deste mundo? (...) O mundo, por meio de sua sabedoria, não reconheceu a Deus na sabedoria divina” (1Co1:20,21); todos eles, “alardeando sabedoria, tornaram-se tolos” (Rm1:22).

O dogma da infalibilidade científica só pôde obter assim tão ampla e irrestrita aceitação, porque a humanidade como um todo deu muito mais valor ao raciocínio do que ao seu próprio espírito. A cada proclamação de um novo dogma da ciência sempre seguiu junto uma mordaca compulsória coletiva, na forma de uma linguagem obscura e hermética, totalmente inacessível aos não eleitos. Somente os membros da cúria científica detêm as prerrogativas para discutir os novos dogmas, benevolmente outorgados aos intimidados plebeus de todo o mundo. Em conclaves internacionais eles exibem então seus trabalhos recheados de neologismos polissilábicos, condição indispensável para serem notados e reconhecidos pelos demais membros da irmandade.

Assim é realmente o mundo científico, e nada diferente. A maior parte desses cientistas materialistas nem de longe desconfiam do triste papel que desempenham na Criação com suas teorias fragmentárias. E, de todos, os piores são os que defendem teses materialistas sobre a origem da vida e do Universo. Esses tais acreditam piamente que a vida na Terra surgiu do “acaso”. Um dos maiores expoentes dessa trupe (prêmio Nobel por sinal) nos assegura que “a vida surgiu por acaso, quando num determinado momento alguns elementos químicos se combinaram e passaram a fazer cópias de si mesmos” (sic).

Segundo essa idéia, os bilhões de seres humanos na Terra, as incontáveis espécies animais e vegetais, vírus e dinossauros, bactérias e baleias, todas as formas de vida que povoam o planeta ou que já passaram por aqui, são o resultado da fortuita combinação de alguns elementos químicos – vindos não se sabe de onde – ocorrida há três bilhões de anos, os quais, entediados que estavam em meio àquela insípida sopa primordial, resolveram começar a fazer cópias de si mesmos e deu no que deu.

Em alguns planetas, como Marte por exemplo, esses voluntariosos elementos químicos não quiseram se reproduzir, e é por isso que não vemos hoje nenhum cientista marciano tentando explicar como a vida surgiu...

Uma explicação dessas para a origem da vida, capaz de arrancar uma justificada gargalhada de um camponês analfabeto, é o máximo que a ciência tem a oferecer como resultado do trabalho do raciocínio. Isso deveria constituir a prova, para as pessoas ainda despertas, de que o intelecto é completamente incapaz de fornecer respostas aos questionamentos mais profundos da existência humana.

A ciência é útil para explicar e catalogar fenômenos exclusivamente materiais, terrenos, tendo de malograr fragorosamente quando se atreve a querer explicar coisas que estão acima das fronteiras que a delimitam. Já bem dizia Albert Einstein, um dos poucos cientistas que não se sujeitaram à escravidão voluntária do raciocínio: “Precisamos tomar cuidado para não fazer do raciocínio o nosso ‘deus’; ele tem músculos poderosos, é verdade, mas nenhuma personalidade.”

Albert Einstein afirmava que “a verdade está na ponta dos dedos”, e que “a imaginação é mais importante que o conhecimento”. Como isso, queria dizer que primeiramente *hauria* o que tencionava descobrir, para somente depois formulá-lo em conceitos físicos e matemáticos. Era a intuição comandando e o raciocínio executando. A parte intuitiva como *dominante*, e a parte ativa como *executante*.

Essa profícua e rara utilização conjunta de intuição poderosa e raciocínio aguçado, direcionada no sentido certo, fez o grande cientista se destacar de imediato de seus pares. Sua maneira de ser, porém, não era esnobismo, como podia parecer à primeira vista, mas sim a exteriorização de uma rica vida interior. Isso se evidencia nitidamente até hoje. Quando lemos num mesmo livro as idéias de Einstein e em seguida as de outros físicos teóricos contemporâneos, parece que saímos de uma floresta alegre e luxuriante e adentramos num deserto árido, hostil e sem vida.

A falta de personalidade do raciocínio, denunciada por Einstein, pode se tornar fatal para o espírito humano que a ele se submete incondicionalmente. O ser humano atual tão cheio de si e seu raciocínio supercultivado assemelham-se a um garboso cavaleiro montado num cavalo bravo, de “músculos poderosos” como dizia Einstein, que o jóquei acredita já ter domado há muito. O cavaleiro se mostra orgulhoso das qualidades e do porte de seu cavalo, absolutamente convencido de que este lhe é submisso, estando sempre pronto a acatar suas ordens. Querendo mostrar então do que o cavalo é capaz, ele o esporeia com toda a força e o deixa *galopar sozinho*, com antolhos e sem rédeas, no caminho escolhido pelo próprio animal. Todavia, ainda que tal caminho esteja repleto de perigos e conduza diretamente a um abismo, o cavalo xucro não se deterá diante de nada uma vez iniciada sua desabalada carreira. E como “um cavalo não domado torna-se intratável” (Eclo30:8), acabará por perecer junto com seu desafortunado dono. Desafortunado e bastante tolo também, diga-se.

Apesar da lógica cristalina que reside nessa impossibilidade natural, de se querer apreender fenômenos espirituais com meios materiais, a maior parte desses seres humanos de raciocínio jamais poderá reconhecer essa sua limitação. Não exatamente por vaidade, mas por absoluta incapacidade. Justamente por acreditarem que o raciocínio é a chave para *tudo*, que pode resolver *tudo*, os cientistas se privam da capacidade de vislumbrar o que se encontra além dos limites traçados para o saber intelectual. Para eles é de todo impossível estender a visão para além deste ponto, sequer podem ainda considerar a hipótese de que exista algo que o raciocínio não seja capaz de destrinchar. Não possuem mais, na realidade, a capacidade para tal discernimento. Suas asas espirituais já estão por demais atrofiadas, conseqüência de sua malfadada desobediência à Lei do Movimento na Criação, e por essa razão jamais lograrão empreender um vôo jubiloso até as alturas, ao reino luminoso do espírito.

Restringidos pelos antolhos do intelecto supercultivado, esses assim tolhidos imaginam estar no ápice do saber humano com sua diminuta ciência atada à Terra. E, realmente, para eles é assim mesmo. Encontram-se de fato no ápice de um *saber mediocre*, o qual ocupa um degrau ínfimo diante do verdadeiro saber que poderiam ter da imensa obra da Criação, caso fizessem uso certo das capacitações de seus espíritos.

Esses pretensos sábios supõem estar nas alturas máximas, imaginam ser os absolutos e os superiores dentre toda a humanidade e, no entanto, toda sua atividade, todas as suas concepções formam-se e movem-se dentro dos limites mais estreitos do plano mais baixo de toda a Criação: o

plano material. Absolutos e superiores são eles lá dentro dessa sua limitadíssima redoma terrena, que podem ver, cheirar e apalpar, e que consideram como a única realidade existente. E que para eles de fato é a única, já que não são mais do que espíritos atrofiados, indissolivelmente chumbados à matéria, muito ocupados em difundir e alardear seu “saber” em congressos e seminários, em comover suas seletas platéias com um escambo sem fim de teorias e hipóteses. Com sua mente puramente materialista, de que tanto se orgulham, com seus espíritos adormecidos, eles perfazem, todos juntos, o axioma com que definem o ser humano terreno: “meros sistemas digestivos cômicos de sua morte”. Eles mesmos são a comprovação cabal dessa triste realidade, da qual, porém, não fazem parte as pessoas simples e de coração puro, não restritas como eles próprios.

Visto de cima, o papel que essas sumidades desempenham não alcança o patamar do risível nem atinge as raias do ridículo, mas permanece abaixo. Assemelham-se a uma colônia de cepas patogênicas observadas num microscópio, discutindo acaloradamente sobre a origem da vida, absolutamente convencidas de que o Universo se resume à lâmina de vidro em que patinam... E lute alguém contra essa muralha de estupidez. Logo terá de ver como se confirmam à exaustão as palavras do poeta alemão Friedrich von Schiller (1750 – 1805): “Contra a estupidez, até mesmo deuses lutariam em vão.” Os deuses poderiam até tentar moer o estulto num pilão que nem assim conseguiriam alguma coisa: “Ainda que soques o estulto num pilão no meio dos grãos, sua estultice não se separará dele” (Pv27:22). Alguém ainda cresceu que os estúpidos impressionam, mas apenas pelo seu número... E nisso os cientistas contribuem com o maior dos quinhões. É melhor mesmo deixar essa gente esboroar-se em seus teoremas e afogar-se em suas teorias, chafurdar por inteiro na pocilga da arrogância intelectual, onde “a renitência dos néscios os mata, e o atrevimento dos insensatos os arruína” (Pv1:32).

O tão decantado progresso, que muitas dessas celebridades cerebrinas contrapõem, indignadas, às evidências nítidas sobre a limitação da ciência, não fez do *Homo científico* uma peça útil na engrenagem da natureza. Um único ser humano que respeita e ama a natureza, que procura conservar puros seus pensamentos e sua vontade, é muito mais útil na Criação do que toda uma legião de cientistas materialistas com seus aparatos técnicos e ridículas teorias fragmentárias. Estes últimos são apenas “sábios aos seus próprios olhos” (Pv3:7); são os pretensos sábios “que Deus apanha em sua própria astúcia” (1Co3:19), que só cuidam de “tomar a chave da ciência” (Lc11:52) para si e cujos “pensamentos vãos o Senhor conhece” (1Co3:20).

Pretensos sábios sim, que atam seus espíritos à matéria inerte e se algemam à técnica morta. Pretensos luminares que se orgulham de poder dissecar cientificamente uma flor, enquanto desprezam com seu olhar glacial qualquer um que, movido de terna simplicidade e naturalidade, é capaz de ao vê-la intuir um vislumbre do Amor do Todo-Poderoso e daí manifestar incontida alegria. A arrogância do raciocínio puro frente à humildade do coração puro... Que contraste!

Esta possibilidade de vislumbrar em coisas singelas o Amor que interpenetra a Criação é mais um dos reconhecimentos que ficam inapelavelmente “ocultos aos sábios e entendidos, sendo revelados aos pequeninos” (Mt11:25), pois, realmente, “mais vale o homem que tem pouca sabedoria mas que tem o temor a Deus, do que o homem que possui uma grande inteligência e que transgredir a Lei do Altíssimo” (Ec19:21). No fim dos tempos, o Senhor destruirá sua vã sabedoria e rejeitará sua inteligência: “Destruirei a sabedoria dos sábios e rejeitarei a inteligência dos inteligentes” (1Co1:19). Por outro lado, os pequeninos, com sua pureza de coração, nunca transgridem a Lei do Senhor, e devido a isso “o Senhor é bom para com os puros de coração” (Sl73:1).

E são justamente esses puros de coração, os pequeninos, “aqueles que *se tornaram como as crianças*” (Mt18:3) na Criação, e com isso ficaram aptos a ingressar no reino dos céus. São estes, apenas estes, que Jesus quer que venham até ele:

“Deixai as crianças, não as impeçais de virem a mim, pois o reino dos céus é para aqueles que são como elas.”

(Mt19:14)

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abba, 69
Abdruschin, 3, 9, 27, 33, 39, 49, 50, 54, 59, 92, 94,
95, 98, 115, 119, 122, 129, 135, 142, 143, 149,
151, 161
Abel, 31, 133, 134
Abraão, 56, 57, 67, 80, 118
Adão, 11, 20
adolescência, 54, 55, 153, 155
Agostinho, 20
Além, 53, 58, 60, 80, 82, 86, 115, 122, 154, 155
aliança, 33, 141
alma, 13, 23, 43, 49, 57, 60, 65, 66, 67, 77, 80, 85,
114, 115, 116, 125, 139, 144, 145, 146, 151, 152,
154, 163, 166
Altíssimo, 130, 161
altruísmo, 87
Amor, 31, 32, 33, 50, 58, 92, 103, 106, 117, 123,
129, 130, 133, 135, 148, 149, 164, 173
amor ao próximo, 56, 62, 112, 129
anjo, 82, 161, 166
Antigo Testamento, 31, 38, 47, 53, 60, 70, 115,
146, 152, 160
antigos erros, 58
Antiguidades Judaicas, 37, 134, 152
Antíoco IV Epífanes, 23
Apocalipse, 24, 48, 87, 109, 117, 143, 150
apócrifo, 36, 57, 94, 116
arrogância, 10, 51, 171, 173
árvore da vida, 23, 31
árvore do conhecimento, 19, 20, 23, 26, 31
ascensão espiritual, 43, 67, 89, 98, 104, 105, 108
Atos dos Apóstolos, 121

B

Baal, 97
Babilônia, 20, 35, 147
bem-aventurança, 27, 83, 132, 159, 169
bênção, 93, 125
bênçãos, 62, 102, 112, 132, 158
bens terrenos, 115, 116
bondade, 92, 132

C

Caim, 26, 133, 134
capacitações, 19, 53, 93, 94, 115, 172
carma, 46, 61, 83, 141, 142, 149
Ceia, 75, 76, 117
ceifa, 66, 87, 94, 97
ciência, 46, 171, 172, 173
Claudius, 37, 142
Clemente de Alexandria, 56
cobiça, 26, 51, 53, 86, 89, 119, 137, 141

Colossences, 115, 116
cometa, 35, 36
conceito de família, 156, 158, 159
Concílio Constantinopla II, 80, 166
Concílio Constantinopla III, 166
Concílio de Éfeso, 21, 166
Concílio de Florença, 11
Concílio de Orange, 20
Concílio Latrão IV, 76
condenação, 20, 80, 82, 166
condenados, 39, 79, 130
confiança, 19, 139, 152
convicção, 11, 26, 41, 42, 49, 70, 71, 81, 100, 120
copistas, 131
coração, 10, 38, 39, 41, 52, 62, 74, 85, 91, 92, 93,
95, 99, 102, 106, 113, 115, 117, 119, 130, 141,
144, 173
Cordeiro, 23, 24, 123
Coríntios, 17, 24, 48, 49, 63, 67, 85, 92, 103, 130,
152, 170
corpo físico, 78, 152
Criação posterior, 98
crianças, 170, 173
cristãos, 80
cristianismo, 80, 165
crucificação, 79
culpa, 11, 33, 44, 61, 64, 81, 86, 104, 108, 130,
141, 142, 144, 145, 146, 147, 150, 155

D

Daniel, 79, 152
Davi, 20, 135, 144
David, 179
desenvolvimento espiritual, 27, 59, 85, 88, 90, 93,
102, 111, 112, 148, 156, 157, 159
Dez Mandamentos, 135, 136
Dia do Senhor, 98, 154
dinheiro, 110, 112, 114, 115, 116, 122
dívida, 62, 101, 104, 142
doenças, 49, 51, 52
dogma, 44, 104, 160, 163, 171
dor, 49, 50, 59, 105, 124, 129, 134

E

Eclesiastes, 53
Eclesiástico, 14, 57, 61, 102
efeito retroativo, 83, 141, 142, 146, 150
Efésios, 143
Egito, 70, 98
egoísmo, 51, 87, 88, 139
Elias, 154
encarnação, 35, 57, 80, 151, 161
Enoch, 94
Enviado, 74

Epístola aos Hebreus, 56
escribas, 39, 44, 82, 131, 154
Escrituras, 13, 35, 38, 39, 81, 88, 107, 130
Esdras, 57
espécie igual, 57, 62, 90, 141, 145, 155
Espírito Santo, 13, 149, 151, 161
Ester, 58
Estrela de Belém, 35, 36
Eva, 20, 170
Evangelho de Lucas, 11, 93
Evangelho de Marcos, 62, 149
Evangelho de Mateus, 64, 130, 159
evangelistas, 131, 154
Ezequiel, 14, 36, 153, 160

F

falsidade, 38, 39, 40, 87
falso amor, 129
fantasia, 78, 88
fariseus, 22, 37, 38, 39, 41, 67, 69, 78, 82, 85, 91,
99, 100, 104, 105, 123, 130, 136, 141
fé cega, 32, 42, 44, 45, 68, 69, 73, 105, 126, 166
felicidade, 59, 66, 84, 129, 132, 135
fiéis, 33, 123, 160
Filho de Deus, 10, 11, 33, 35, 41, 66, 69, 97, 106,
131, 136, 159, 161, 165
Filho do Homem, 18, 19, 30, 32, 35, 94, 96, 97,
109, 110, 116, 117, 161
Filipe, 69
Filipenses, 89
Fílon de Alexandria.
final dos tempos, 31, 78
Flávio Josefo, 36, 37, 38
fome, 51, 123, 124
Fonte da Vida, 28
Francis Bacon, 46
Friedrich Schleiermacher, 95
fúrias, 86, 87

G

Gabriel, 166
galardão, 80, 105, 130
Gálatas, 48, 74
Galileu, 13
Gênesis, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 29, 82, 95, 133,
134, 149, 152, 160
gentios, 66, 121
graça, 47, 68, 71, 73, 117, 121, 139, 143
gratidão, 115, 159
Gregos, 36

H

Habacuc, 70
hereditariedade, 37, 151, 153
Herodes, 37, 66
hipocrisia, 39, 40, 89, 102, 130, 159

História, 35, 171
humildade, 28, 90, 122, 166, 168, 169, 173

I

Idade Média, 166
idolatrias, 170
Igreja, 20, 119, 160
Igreja Católica, 119
igrejas, 75, 166
Immanuel, 161
Inácio de Antioquia, 36
indolência, 42, 44, 53, 65, 68, 73, 101, 104, 159
íntimo, 13, 38, 39, 60, 62, 85, 91, 101, 106, 112,
113, 117, 118, 119, 125, 127, 141, 144, 146
intuição, 10, 20, 42, 44, 54, 78, 91, 93, 98, 102,
110, 137, 159
intuições, 48, 58, 62, 64, 74, 86, 98, 105, 119, 137,
142, 151
inveja, 26, 51, 62, 86, 88, 105, 119, 121, 137, 139
Ira, 31, 69
Irineu, 162, 163, 166
Isaías, 24, 79, 96, 107, 154, 161
Israel, 36, 70, 98

J

Jardim do Éden, 20
Jeremias, 38, 97, 148
Jó, 77, 78, 94, 155
João, 24, 36, 38, 42, 43, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 75,
80, 86, 92, 105, 106, 118, 130, 154, 155, 162,
165
João Batista, 38, 66, 154, 155, 165
Joel, 178
joio, 19, 32, 94, 96, 97, 98, 100
Judas, 156
Juiz, 30, 126
Juízes, 38, 160
Juízo, 86, 159
Juízo Final, 29, 30, 31, 32, 35, 78, 79, 82, 86, 97,
98, 100, 115, 159
Julgamento, 38, 79, 116
justiça, 47, 82, 126, 127, 142, 150
Justiça, 11, 33, 38, 49, 62, 101, 103, 127, 130, 148,
151

K

Kreolus, 164

L

Lamentações, 38, 147
Lei da Gravidade, 55, 56, 57, 59, 67, 90, 96, 109,
144
Lei da Reciprocidade, 18, 46, 48, 49, 51, 57, 58, 59,
60, 61, 64, 65, 66, 83, 84, 108, 112, 113, 115,
129, 130, 134, 137, 138, 147, 148, 150, 151, 158

Lei de Atração da Igual Espécie, 35, 57, 58, 59, 62, 84, 85, 86, 87, 89, 99, 111, 137, 154, 155
 Lei do Equilíbrio, 51, 67, 115
 Lei do Movimento, 52, 53, 59, 66, 67, 92, 98, 105, 109, 115, 155, 172
 leis da Criação, 12, 18, 27, 35, 39, 46, 51, 58, 59, 62, 65, 84, 85, 91, 93, 99, 105, 106, 107, 113, 115, 117, 127, 134, 135, 138, 150, 151, 168, 169
 leis inflexíveis, 18, 170
 leis naturais, 32, 46, 47, 51, 59, 61, 63, 101, 123, 138, 141, 161
 leis primordiais, 57, 59, 155, 168
 leis universais, 46, 49, 56, 58, 60, 150, 168
 Leonardo da Vinci, 54
 Levítico, 18, 65
 liberdade, 50, 83, 108, 153, 168, 169
 livre-arbítrio, 27, 28, 51, 77, 97, 100, 106, 108, 145, 155, 156
 Livro da Vida, 20, 22, 23
 Livro de Enoch, 94
 lógica, 10, 11, 35, 80, 107, 172
 Lucas, 37, 62, 108, 121, 158, 161
 Lúcifer, 19, 92, 96
 Luz, 27, 39, 53, 54, 92, 94, 95, 119, 149, 161

M

Malaquias, 35, 154
 maligno, 91, 92, 94, 96, 144
 manuscritos, 166
 Maria, 55, 156, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 178, 179, 180, 181, 182
 matéria fina, 48, 58, 62, 67, 86, 139
 matéria grosseira, 86, 115, 137
 materialidade, 24, 124
 Mateus, 35, 120, 133, 149, 160, 161
 Mensagem do Graal, 33, 39, 54, 94, 98, 129
 mentira, 19, 30, 40, 43, 139
 Mesopotâmia, 20
 Messias, 10, 33, 35, 36, 38, 106, 130
 milagres, 37, 133, 147
 miséria, 26, 51, 65, 66, 124, 134, 135
 misericórdia, 148
 mistério, 171
 Moisés, 38, 78, 80, 135
 morte espiritual, 20, 22, 68, 81, 82, 98, 124
 mortos, 31, 39, 77, 79, 80, 82, 119

N

Natal, 55
 naturalidade, 170, 173
 natureza, 13, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 59, 138, 156, 161, 173
 Neemias, 69
 Nestório, 21, 166
 Novo Testamento, 10, 152, 163

O

ódio, 26, 51, 62, 86, 87, 119, 137, 139
 Onipotente, 92
 Oriente Médio, 44, 169
 Orígenes, 80, 120, 163
 ovelhas, 23, 126, 127

P

Pai, 95, 135
 Palavra de Deus, 10, 32, 69, 74, 88, 121, 136, 150, 158, 159
 Palavra encarnada, 75, 158
 palavra humana, 143
 pão da vida, 68
 papa, 120, 163
 papado, 119
 parábolas, 85, 91, 94, 98, 99, 100, 105, 110, 126
 Paraíso, 16, 20, 23, 29, 30, 38, 42, 54, 66, 79, 80, 81, 94, 95, 98, 99, 105, 108, 111, 124, 125, 158, 169
 parentes, 40, 157
 parentesco, 158
 pastor, 23, 127, 162
 Pátria, 29, 66
 pátria espiritual, 124
 Paulo, 24, 48, 57, 61, 63, 70, 74, 79, 82, 85, 89, 115, 116, 120, 121, 130, 132, 141, 143, 152, 165, 170
 paz, 27, 56, 59, 62, 77, 84, 130, 156, 157
 pecado, 11, 19, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 40, 47, 51, 56, 98, 101, 104, 123, 124, 130, 133, 134, 136, 137, 141, 145, 148, 149, 151
 pecado original, 11, 19, 24, 30, 31
 pedra angular, 107
 Pedro, 54, 61, 92, 119, 150, 157
 pendore, 65, 99, 145, 146
 pensamentos, 32, 33, 46, 48, 49, 58, 61, 62, 64, 65, 74, 83, 85, 86, 88, 89, 98, 104, 105, 106, 119, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 148, 151, 173
 Pentateuco, 37
 perdão, 28, 61, 101, 102, 104, 124, 126, 141, 146, 148, 149, 150, 151
 perdição, 43, 45, 50, 66, 82, 118
 personalidade, 151, 153, 172
 Platão, 56, 79, 91, 121, 152, 160
 Precursores, 30, 31, 32, 41, 43, 49, 97, 106, 108
 Preparadores do Caminho, 30
 primeiro Mandamento, 136
 profecia, 121, 154
 profetas, 31, 32, 33, 37, 49, 97, 105, 106, 108, 118, 154
 progresso, 45, 93, 173
 progresso espiritual, 45, 93
 Provérbios, 27, 79, 147
 publicano, 44
 Pureza, 33
 purgatório, 11

Q

Quarto Mandamento, 159

R

raciocínio, 10, 13, 19, 20, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 53, 55, 60, 91, 93, 98, 102, 105, 108, 116, 122, 127, 170, 171, 172, 173

Rebeca, 160

reciprocidade, 47, 48, 49, 61, 62, 63, 64, 102, 107, 108, 115, 125, 127, 132, 136, 141, 143, 146, 148, 149, 150, 151

reencarnação, 78, 81, 154

Reino de Deus, 66, 78, 79, 98, 106, 107, 118, 119, 125, 158

reino do espírito, 108

reino dos céus, 82, 83, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 119, 125, 170, 173

religião, 36, 37, 38, 41, 67, 104, 105, 113, 119, 133

responsabilidade, 146, 153, 157, 169

ressurreição, 37, 38, 77, 79, 80, 82

ressurreição dos mortos, 38, 77, 80

Romanos, 36, 63, 70, 132

Roselis von Sass, 16, 17, 19, 25, 53, 86, 96, 97, 134, 147, 157, 159, 163

Rute, 38, 161

S

sabedoria, 28, 43, 59, 88

Sabedoria, 17, 74, 103, 163

saduceus, 37, 41, 77, 81, 99, 113, 130

Salmos, 39

salvação, 13, 33, 38, 66, 67, 68, 72, 82, 99, 100, 116, 124, 128, 131, 136, 166

Salvador, 66, 82, 111, 149, 151, 166

Samaria, 97, 113

samaritano, 112, 113

sementeira, 19, 47, 64

sementes espirituais, 30, 94

Sêneca, 47

Septuaginta, 70

serpente, 18, 19, 20, 141, 146, 170

severidade, 129, 130, 131, 132, 133

simplicidade, 59, 169, 170, 173

Simplicidade, 170

Sinaiticus, 71

sofrimento, 35, 50, 51, 59, 66, 113, 124, 125, 129, 134, 135, 159

Suetonius, 142

T

talentos, 85, 94, 101, 110, 111, 112

Talmude, 64, 164

tentação, 18, 92, 146

Teodoro, 74

teorias, 171, 173

Tertuliano, 163

Tessalonicenses, 152

Tiago, 36, 63, 69, 74, 83, 99, 130, 143, 156

Timóteo, 144

Tito, 71, 102, 141

Tobias, 18

Tomé, 94

Torá, 77

Torre de Babel, 116

trabalho, 24, 65, 66, 101, 105, 115, 146, 172

trevas, 32, 35, 43, 67, 74, 83, 90, 92, 96, 100, 108, 110, 111, 149

trigo, 32, 46, 94, 96, 97, 98, 100

tristeza, 66, 135

Tucídides, 104

U

Ungido, 33

Universo, 16, 53, 149, 171

V

Vaticano, 13

Vaticanus, 71

Verdade, 27, 39, 53, 54, 92, 94, 95, 119, 149, 161

vida espiritual, 31, 93, 108, 114, 157

vida eterna, 23, 45, 69, 75, 79, 80, 82, 88, 99, 105, 116, 118, 121, 124, 127, 158, 168, 169

violência, 51, 53, 64, 87, 88

vivência, 54, 55, 105, 146

vivos, 79, 80

Vontade, 82

vontade espiritual, 19, 55, 146

vontade humana, 51, 58, 135, 138, 168

vontade interior, 38, 39, 49, 138, 146

vontade intuitiva, 38, 60, 62, 63, 85, 99, 106, 113, 137, 141, 143, 144

vontade mental, 60, 146

Vulgata, 72, 96, 160

Z

Zacarias, 31

Zenão, 64

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA ANOTADA – Editora Mundo Cristão, 1991
- A BÍBLIA DE JERUSALÉM – Editora Paulus, 2000
- A BÍBLIA SAGRADA – Sociedade Bíblica do Brasil, 1969
- A BÍBLIA VIVA – Editora Mundo Cristão, 2000
- Alba, André – ROMA – Editora Mestre Jou, 1964
- Agostinho – CONFISSÕES – Editora Paulus, 2004
- Aichele, George et al. – A BÍBLIA PÓS-MODERNA – Edições Loyola, 2000
- Alfaro, Juan Ignacio – O APOCALIPSE – Edições Loyola, 2002
- Allan, John et al. – AS RELIGIÕES DO MUNDO – Editora Melhoramentos, 1996
- Altor, Robert – GUIA LITERÁRIO DA BÍBLIA – Editora Unesp, 1997
- Archer, Gleason L. – ENCICLOPÉDIA DE DIFICULDADES BÍBLICAS – Editora Vida, 1998
- Armstrong, Karen – UMA HISTÓRIA DE DEUS – Companhia das Letras, 1995
- Arnold, Bill T. – DESCOBRINDO O ANTIGO TESTAMENTO – Editora Cultura Cristã, 2001
- Atienza, Juan G. – OS SANTOS PAGÃOS – Editora Ícone, 1995
- Elwell, Walter A. – DESCOBRINDO O NOVO TESTAMENTO – Editora Cultura Cristã, 2001
- Arias, Juan – A BÍBLIA E SEUS SEGREDOS – Editora Objetiva, 2004
- Artola, Antonio M. – BÍBLIA E PALAVRA DE DEUS – Editora Ave Maria, 1996
- ASPECTOS DO ANTIGO EGITO – Editora Ordem do Graal na Terra, 2004
- Auzou, Georges – A TRADIÇÃO BÍBLICA – Livraria Duas Cidades, 1970
- Azevedo, Antônio C. do Amaral – DICIONÁRIO DE NOMES, TERMOS E CONCEITOS HISTÓRICOS – Editora Nova Fronteira, 1990
- Bailey, Alice A. – O REAPARECIMENTO DO CRISTO – Editora Pensamento, 1985
- Barbaglio, Giuseppe – AS CARTAS DE PAULO – Vols. I, II – Edições Loyola, 1989, 1991
- Barrera, Julio Trebore – A BÍBLIA JUDAICA E A BÍBLIA CRISTÃ – Editora Vozes, 1999
- Baschera, Enzo – OS GRANDES PROFETAS – Editora Círculo do Livro, 1992
- Batchelor, Mary – A BÍBLIA EM FOCO – Editora Melhoramentos, 1995
- Beeke, Joel et al. – SOLA SCRIPTURA – Editora Cultura Cristã, 2000
- Belloso, J. M. Rovira – A BÍBLIA – Editora Martins Fontes, 1993
- Berger, Klaus – AS FORMAS LITERÁRIAS DO NOVO TESTAMENTO – Edições Loyola, 1998
- Berkhof, Louis – A HISTÓRIA DAS DOUTRINAS CRISTÃS – Editora PES, 1992
- Berkhof, Louis – PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA – Editora Cultura Cristã, 2000
- BIBLE WORKS – CD versão 4.0 (79 Bíblias em 20 idiomas) – Lotus Development Corp., 1998
- BÍBLIA – TRADUÇÃO ECUMÊNICA – Edições Loyola, 1994
- BÍBLIA CATÓLICA – Boa Nova, 2003
- BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA – Sociedade Bíblica do Brasil, 1999
- BÍBLIA DE ESTUDO DAS PROFECIAS – Sociedade Bíblica do Brasil, 2001
- BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA – Editora Cultura Cristã, 1999
- BÍBLIA DE ESTUDO ESPERANÇA – Editora Vida Nova, 2000
- BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL – Editora CPAD, 1995
- BÍBLIA DE ESTUDO VIDA – Editora Vida, 1999
- BÍBLIA DE REFERÊNCIA THOMPSON – Editora Vida, 2000
- BÍBLIA DO PEREGRINO – Editora Paulus, 2000
- BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS – Editora Difusora Bíblica, 1998
- BÍBLIA FÁCIL – Centro Bíblico Católico, 2001
- BÍBLIA MANÁ – Editora Vida, 1997
- BÍBLIA ONLINE – CD versão 2.0 (51 Bíblias em 25 idiomas) – Sociedade Bíblica do Brasil, 1999
- BÍBLIA SAGRADA – Direção Cultural Editora Ltda.
- BÍBLIA SAGRADA – Edição Eletrônica – Associação Cultural Thélós
- BÍBLIA SAGRADA – Edição Pastoral-Catequética – Editora Ave Maria, 2000

- BÍBLIA SAGRADA – Editora Riddel, 1997
- BÍBLIA SAGRADA – Nova Tradução na Linguagem de Hoje – Sociedade Bíblica do Brasil, 2000
- BÍBLIA SAGRADA – Nova Versão Internacional – Editora Vida, 2001
- BÍBLIA SAGRADA – Tradução da CNBB – Editora Vozes, 2001
- BÍBLIA SHEDD – Edições Vida Nova, 2001
- Boehner, Philotheus – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CRISTÃ – Editora Vozes, 2000
- Bologne, Jean-Claude – DICTIONNAIRE COMMENTÉ DES EXPRESSIONS D'ORIGINE BIBLIQUES – Larousse, 1999
- Bonora, Antonio et al. – VADEMECUM PARA O ESTUDO DA BÍBLIA – Edições Paulinas, 2000
- Bowker, John – PARA ENTENDER AS RELIGIÕES – Editora Ática, 2000
- Boyer, O. S. – PEQUENA ENCICLOPÉDIA BÍBLICA – Editora Vida, 1995
- Branco, Raul – OS ENSINAMENTOS DE JESUS E A TRADIÇÃO ESOTÉRICA CRISTÃ – Editora Pensamento, 1999
- Brito, Melcíades José de – O ESPIRITISMO À LUZ DA BÍBLIA SAGRADA – Editora DPL, 2000
- Brown, Raymond E. – O SIGNIFICADO CRÍTICO DA BÍBLIA – Edições Loyola, 1987
- Buzzetti, Carlo – BÍBLIA: SUAS TRANSFORMAÇÕES – Editora Ave Maria, 1999
- Caravias, José Luis – COISAS DA BÍBLIA – Edições Paulinas, 1991
- Carson, D. A. – OS PERIGOS DA INTERPRETAÇÃO BÍBLICA – Edições Vida Nova, 2001
- Catão, Francisco – O MONOPÓLIO DO SAGRADO – Editora Best Seller, 1994
- CHAVE BÍBLICA – Sociedade Bíblica do Brasil, 1998
- Choisel, Jean – A NOVA HUMANIDADE – Editora Forense, 1968
- Cohn, Norman – COSMOS, CAOS E O MUNDO QUE VIRÁ – Companhia das Letras, 1996
- CONCORDÂNCIA BÍBLICA ABREVIADA – Editora Vida, 1999
- Cullmann, Oscar – A FORMAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO – Editora Sinodal, 2003
- Dattler, Frederico – SINOPSE DOS QUATROS EVANGELHOS – Editora Paulus, 1986
- Delumeau, Jean – O PECADO E O MEDO – Vols. I, II – Edusc, 2003
- Delumeau, Jean – HISTÓRIA DO MEDO NO OCIDENTE – Companhia das Letras, 1996
- Delumeau, Jean – MIL ANOS DE FELICIDADE – Companhia das Letras, 1997
- Dias da Silva, Cássio Murilo – METODOLOGIA DE EXEGESE BÍBLICA – Edições Paulinas, 2000
- Dockery, Davi – MANUAL BÍBLICO – Editora Vida Nova, 2001
- Drane, John – A BÍBLIA: FATO OU FANTASIA? – Bompastor Editora, 1994
- Drane, John et al. – ATLAS DA BÍBLIA – Editora Paulus, 2004
- Dreher, Luís H. – O MÉTODO TEOLÓGICO DE FRIEDRICH SCHLEIERMACHER – Editora Sinodal, 1995
- Drewermann, Eugen – DE LA NAISSANCE DES DIEUX À LA NAISSANCE DU CHRIST – Éditions du Seuil, 1992
- Drioton Étienne et al. – AS RELIGIÕES DO ANTIGO ORIENTE – Editora Flamboyant, 1958
- Echegaray, J. González et al. – A BÍBLIA E SEU CONTEXTO – Edições AM, 1994
- Fabris, Rinaldo – AS CARTAS DE PAULO – Volume III – Edições Loyola, 1992
- Fabris, Rinaldo – OS ATOS DOS APÓSTOLOS – Edições Loyola, 1991
- Fabris, Rinaldo et al. – OS EVANGELHOS – Vols. I, II – Edições Loyola, 1990, 1992
- Fabris, Rinaldo – PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS BÍBLICAS – Edições Loyola, 1981
- Fouilloux, Danielle et al. – DICIONÁRIO CULTURAL DA BÍBLIA – Edições Loyola, 1998
- Fox, Robin Lane – BÍBLIA, VERDADE E FICÇÃO – Companhia das Letras, 1991
- Frye, Northrop – A BÍBLIA E A LITERATURA – Bom Tempo Editorial, 2004
- Geisler, Norman – A INERRÂNCIA DA BÍBLIA – Editora Vida, 2003
- Gilberto, Antonio – O CALENDÁRIO DA PROFECIA – Editora CPAD, 1985
- Gilmer, Thomas L. – CONCORDÂNCIA BÍBLICA EXAUSTIVA – Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1999
- Gonzalez, Angel Luis – TEOLOGIA NATURAL – Ediciones Universidad de Navarra, 1985
- Goody, Jack – THE INTERFACE BETWEEN THE WRITTEN AND THE ORAL – Cambridge University Press, 1999
- Greeley, Andrew M. – A BÍBLIA E NÓS – Editora Siciliano, 1993

- Guaracy, Thales – A SABEDORIA DA BÍBLIA – Editora Mandarim, 1999
- Guitton, Jean – DEUS E A CIÊNCIA – Editora Nova Fronteira, 1991
- Habershon, Ada – MANUAL DE TIPOLOGIA BÍBLICA – Editora Vida, 2003
- Hadas-Label, Mireille – FLÁVIO JOSEFO, O JUDEU DE ROMA – Editora Imago, 1991
- Harrington, Wilfrid J. – CHAVE PARA A BÍBLIA – Editora Paulus, 2002
- Hassnain, Fida – JESUS, A VERDADE E A VIDA – Editora Madras, 1999
- Hick, John – A METÁFORA DO DEUS ENCARNADO – Editora Vozes, 2000
- Hill, Christopher – A BÍBLIA INGLESA E AS REVOLUÇÕES DO SÉCULO XVII – Editora Civilização Brasileira, 2003
- Hinnels, John R. – DICIONÁRIO DAS RELIGIÕES – Editora Círculo do Livro, 1989
- Horton, Stanley M. – TEOLOGIA SISTEMÁTICA – Editora CPAD, 1999
- Inglis, Brian – O MISTÉRIO DA INTUIÇÃO – Círculo do Livro, 1990
- Jaman – O FIM DOS TEMPOS – Editora Madras, 1996
- JESUS, O AMOR DE DEUS – Editora Ordem do Graal na Terra
- Johnson, Paul – HISTÓRIA DO CRISTIANISMO – Editora Imago, 2001
- Keller, Werner – E A BÍBLIA TINHA RAZÃO... – Editora Melhoramentos, 1992
- Kemp, Netta – GEOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNDO BÍBLICO – Editora Vida, 2003
- Ketterer, Eliane – O MIDRAXE – Editora Paulus, 1996
- Konings, Johan – A BÍBLIA NAS SUA ORIGENS E HOJE – Editora Vozes, 1997
- Lacy, J. M. Abrego de – OS LIVROS PROFÉTICOS – Editora Ave Maria, 1998
- Laperrousaz, E. M. – OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO – Editora Círculo do Livro, 1989
- Layton, Bentley – AS ESCRITURAS GNÓSTICAS – Edições Loyola, 2002
- Lenhardt, P. – A TORAH ORAL DOS FARISEUS – Editora Paulus, 1997
- Lohfink, Gerhard – GEHÖRT DIE JUNGFRAUENGEURT ZUR BIBLISCHEN HEILSBOTSCHAFT? – Theologische Quartalschrift 159, 1979
- Lohse, Eduard – CONTEXTO E AMBIENTE DO NOVO TESTAMENTO – Edições Paulinas, 2000
- Lopes, Augustus Nicodemus – A BÍBLIA E SEUS INTÉRPRETES – Editora Cultura Cristã, 2004
- Lund, E. – HERMENÊUTICA – Editora Vida, 2002
- Luz, Daniel de Carvalho – INSIGHT – DVS Editora, 2001
- Macho, A. Diez – APÓCRIFOS DEL ANTIGUO TESTAMENTO – Editorial Cristiandad, 1987
- Mack, Burton L. – O EVANGELHO PERDIDO: O LIVRO DE Q – Editora Imago, 1994
- Mainville, Odette – A BÍBLIA À LUZ DA HISTÓRIA – Edições Paulinas, 1999
- Mainville, Odette – ESCRITOS E AMBIENTE DO NOVO TESTAMENTO – Editora Vozes, 2002
- Marconcini, Benito – OS EVANGELHOS SINÓTICOS – Edições Paulinas, 2001
- Marin, Antonio Royo – TEOLOGIA DE LA SALVACION – La Editorial Catolica, 1965
- Mckenzie, John L. – DICIONÁRIO BÍBLICO – Editora Paulus, 1984
- Meier, John P. – UM JUDEU MARGINAL – Editora Imago, 1993
- Miles, Jack – CRISTO – Companhia das Letras, 2002
- Ménard, Jacques et al. – LA BIBLIOTHÈQUE COPTE DE NAG HAMMADI – Éditions Peeters, 2004
- Millard, Alan – DESCOBERTAS DOS TEMPOS BÍBLICOS – Editora Vida, 1999
- Monastério, Rafael Aguirre – EVANGELHOS SINÓTICOS E ATOS DOS APÓSTOLOS – Edições AM, 2000
- Moraes, Vamberto – A PRIMEIRA COMUNIDADE CRISTÃ E A RELIGIÃO DO FUTURO – Editora Ibrasa, 1992
- Moraldi, Luigi – EVANGELHOS APÓCRIFOS – Editora Paulus, 1999
- Moreira, Alberto – MISTICISMO E NOVAS RELIGIÕES – Editora Vozes, 1994
- Morris, Leon – TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO – Edições Vida Nova, 2003
- Neves, Joaquim Carrera das – AS NOVAS SEITAS CRISTÃS E A BÍBLIA, Universidade Católica Editora, 1998
- NOVA VULGATA – CD OS LIVROS SAGRADOS II – Europa Multimedia, 2002
- NOVO TESTAMENTO – Versão Fácil de Ler – Editora Vida Cristã, 1999
- Nystrom, Carolyn – CONHECENDO AS ESCRITURAS – Editora Vida, 2002
- O LIVRO DE ENOCH – Editora Hemus, 1998

- Olson, Roger – HISTÓRIA DAS CONTROVÉRSIAS NA TEOLOGIA CRISTÃ – Editora Vida, 2004
- OS APÓSTOLOS DE JESUS – Editora Ordem do Graal na Terra, 2002
- Packer, J. I. et al. – O MUNDO DO NOVO TESTAMENTO – Editora Vida, 2002
- Pelikan, Jaroslav – MARIA ATRAVÉS DOS SÉCULOS – Companhia das Letras, 2000
- Penzo Giorgio et al. – DEUS NA FILOSOFIA DO SÉCULO XX – Edições Loyola, 1998
- Pereira da Costa, Hermisten Maia – A LITERATURA APOCALÍPTICO-JUDAICA – Casa Editora Presbiteriana, 1992
- Pérez, G. Aranda et al. – LITERATURA JUDAICA INTERTESTAMENTÁRIA – Editora Ave Maria, 2000
- Primavesi, Anne – DO APOCALIPSE AO GÊNESIS – Edições Paulinas, 1996
- Ravasi, Gianfranco – A BOA NOVA – Edições Paulinas, 1999
- Ravasi, Gianfranco – A NARRATIVA DO CÉU – Edições Paulinas, 1999
- Rendtorff, Rolf – A FORMAÇÃO DO ANTIGO TESTAMENTO – Editora Sinodal, 2002
- Rendtorff, Rolf et al. – PROFETISMO – Editora Sinodal, 1985
- Rivkin, Ellis – WHAT CRUCIFIED JESUS? – UAHC Press, 1997
- Rogerson, J. W. – O LIVRO DE OURO DA BÍBLIA – Ediouro, 2002
- Rost, L. – INTRODUÇÃO AOS LIVROS APÓCRIFOS E PSEUDOEPÍGRAFOS – Edições Paulinas, 1980
- Samanes, Cassiano Floristán – DICIONÁRIO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO CRISTIANISMO – Editora Paulus, 1999
- Sass, Roselis von – A GRANDE PIRÂMIDE REVELA SEU SEGREDO – Editora Ordem do Graal na Terra, 1998
- Sass, Roselis von – A VERDADE SOBRE OS INCAS – Editora Ordem do Graal na Terra, 1999
- Sass, Roselis von – O LIVRO DO JUÍZO FINAL – Editora Ordem do Graal na Terra, 2003
- Sass, Roselis von – OS PRIMEIROS SERES HUMANOS – Editora Ordem do Graal na Terra, 1999
- Sass, Roselis von – REVELAÇÕES INÉDITAS DA HISTÓRIA DO BRASIL – Editora Ordem do Graal na Terra, 2001
- Sass, Roselis von – SABÁ, O PAÍS DAS MIL FRAGRÂNCIAS – Editora Ordem do Graal na Terra, 2002
- Sayão, Luiz – A BÍBLIA DO SÉCULO XXI, Editora Vida, 2001
- Schultz, Samuel J. – A HISTÓRIA DE ISRAEL NO ANTIGO TESTAMENTO – Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1984
- Schaberg, Jane – THE ILLEGITIMACY OF JESUS – Harper & Row, 1987
- Segalla, Giuseppe – A CRISTOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO – Edições Loyola, 1985
- Segundo, Juan Luis – A HISTÓRIA PERDIDA E RECUPERADA DE JESUS DE NAZARÉ – Editora Paulus, 1997
- Shedd, Russel Philip – A ESCATOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO – Editora Vida Nova, 1983
- Sproul, R. C. – SOLA GRATIA – Editora Cultura Cristã, 2001
- Stephan, Horst – GESCHICHTE DER DEUTSCHEN EVANGELISCHEN THEOLOGIE SEIT DEM DEUTSCHEN IDEALISMUS – Töpelmann, 1960
- Störig, Hans Joachin – A AVENTURA DAS LÍNGUAS – Editora Melhoramentos, 1990
- TANAK – Jewish Publication Society – CD OS LIVROS SAGRADOS II – Europa Multimedia, 2002
- Telles, Ignacio da Silva – VIVÊNCIA E REFLEXÃO – Editora Palas Athena, 1997
- Tenney, Merrill C. et al. – VIDA COTIDIANA NOS TEMPOS BÍBLICOS – Editora Vida, 2004
- THE MODERN GREEK NEW TESTAMENT – Alpha-Omega, 1992
- Theissen, Gerd – O JESUS HISTÓRICO – Edições Loyola, 2002
- Tricca, Maria Helena de Oliveira – APÓCRIFOS, OS PROSCRITOS DA BÍBLIA – Vols. I, II, III, IV – Editora Mercuryo, 1989, 1991, 1996, 2001
- Tuñi, Josep-Oriol – ESCRITOS JOANINOS E CARTAS CATÓLICAS – Editora Ave Maria, 1999
- Valdés, Ariel Álvarez – QUE SABEMOS SOBRE A BÍBLIA? – Editora Santuário, 1997
- Vardaman, Jerry – CHRONOS, KAIROS, CHRISTOS – Nativity and Chronological Studies – Eisenbrauns, 1989
- Vidal, Marie – UM JUDEU CHAMADO JESUS – Editora Vozes, 1996
- Virkler, Henry A. – HERMENÊUTICA AVANÇADA – Editora Vida, 2001
- Vouga, François – A CARTA DE TIAGO – Edições Loyola, 1996

- Wegner, Uwe – EXEGESE DO NOVO TESTAMENTO, MANUAL DE METODOLOGIA – Editora Sinodal, 2002
- Weinland, Ronald – THE PROPHESED END-TIME – The-end.com, inc. 2004
- White, Ellen G. – O GRANDE CONFLITO – Casa Publicadora Brasileira, 1996
- Wicker, Patrícia – MANUAL BÍBLICO DE HALLEY – Editora Vida, 2000
- Witherup, Ronald D. – FUNDAMENTALISMO BÍBLICO – Editora Ave Maria, 2004
- ZOROASTER – Editora Ordem do Graal na Terra, 2005
- Zuurmond, Rochus – PROCURAI O JESUS HISTÓRICO? – Edições Loyola, 1998